

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN

**Poderes legislativo e executivo na Internet: da construção efetiva do
contribuinte nos portais, rumo à pressuposta posição de cidadão**

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN

**Poderes legislativo e executivo na Internet: da construção efetiva do
contribuinte nos portais, rumo à pressuposta posição de cidadão**

DOCTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus - e ele sabe o porquê;

ao programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP, professores e funcionários, em especial a Cida Bueno, pela acolhida, dedicação e competência;

ao meu orientador, Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado, pela paciência e dedicação;

aos examinadores por aceitarem o convite para compor a banca;

a Cátia, esposa e cúmplice;

aos amigos que colaboraram nestes anos de aprendizado, em especial: Vedionil do Império, Marta Almeida e Rosa Carvalho Serrano;

aos amigos e colegas de trabalho em especial José Antônio Ferreira, Biá e Moacir Molina;

ao UNIFAE e aos de São João da Boa Vista, a quem tanto devo;

ao CAPES/PROSUP, pelo auxílio bolsa, sem o qual não teria condições de realizar este sonho e na expectativa de ter correspondido a confiança.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a competência dos Poderes Legislativo e Executivo no uso das tecnologias de informação, *particularmente* da Internet, avaliando a qualidade dos portais oficiais, com relação a navegabilidade, informações governamentais, serviços, controle público, participação e interatividade. A principal finalidade da pesquisa empírica é provar que, apesar da fala dos agentes políticos que reverenciam a comunicação pública *on line* para maior proximidade e interatividade com os cidadãos, isso não ocorre na prática. O internauta é tratado como um contribuinte e não como cidadão. A pesquisa empírica estudou os portais públicos do Governo Federal, da Câmara dos Deputados, dos Governos de São Paulo e Rio de Janeiro e respectivas Assembléias Legislativas, procurando tematizar como se dá a participação social, que é baseada nos modelos de democracia: liberal, participativo e deliberativo; examina-se a maneira pela qual estes modelos tratam a participação pública nas coisas do Estado. A proposta epistemológica deste trabalho busca contribuir para o desenvolvimento de estudos críticos sobre comunicação *on line*. Para tanto, analisam-se desvirtuamentos do uso da Internet que vêm tornando a comunicação *on line* em avatar de uma nova metamorfose do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão, a partir dos estudos de alguns aspectos de como se deu a revolução da tecnologia da informação em diversas regiões do mundo. Tematizam-se ainda os efeitos da informatização e virtualização generalizadas dos processos e relações sociais, atingindo indivíduos, empresas, instituições e Estados, caracterizando um processo de ciberaculturação generalizada, condição que tende a agravar o padrão de injustiça social vigente, produzindo mais desigualdade e exclusão num espaço que se desenhava anárquico e democrático. As estratificações já ocorrem neste espaço, estabelecendo uma nova hierarquia, perversa e sufocante. Aponta-se como principal responsável por esta nova ordem social a ‘reciclagem estrutural’, própria do capitalismo ciberdromocrático global, que exige de cada um, Estados ou indivíduos, o constante reciclar cognitivo e econômico, num ritmo cada vez mais acelerado. Essa situação tem provocado sentimentos peculiares: de confusão, desorientação e perplexidade. Uma nova forma de colonialismo e de exclusão sem precedentes ocorre na atualidade, na visão de autores como Boaventura de Souza Santos, Eugênio Trivinho e Zygmunt Bauman, principais teóricos utilizados nesta análise.

Palavras chave: portais públicos; comunicação pública *on line*; exclusão digital; desigualdade digital; ciberdemocracia.

ABSTRACT

This research investigates the Legislative and Executive powers in the use of information technologies, particularly the Internet, evaluating the quality of official portals, with regard to facility of use, government information, services, public control, participation and interactivity. The main purpose of empirical research is proving that, despite all the talk of politicians who bow to public communication online for closer and interactivity with citizens, this does not happen in practice. The Internet user is treated as a taxpayer and not as a citizen. The empirical research studied the public portal of the Federal Government, the Chamber of Deputies, the Government of São Paulo and Rio de Janeiro and the Legislative Assemblies. However, the empirical analysis is a specific moment in the research, which in fact occurs as demand tematize social participation, which is based on models of democracy: liberal, participatory and deliberative; it will be examined the ways in which these models deal the public participation in things of the state. The epistemological proposal of this work aims to contribute to the development of critical studies on communication, specifically online communication. It examines the wrong use of the Internet that are turning online communication in a new avatar of the metamorphosis of the system of inequality and exclusion from the study of some aspects of the revolution made of information technology in various regions of the world. It examines also the effects of computerization and virtualization generalized processes and social relations, individuals, businesses, institutions and states, in short, a process of ciberacultureness widespread, a condition that tends to aggravate the existing pattern of social injustice, producing more inequality and exclusion an area that drew anarchic and democratic. The stratifications are already happens in these fields, establishing a new hierarchy: perverse and oppressive. It points out as the main responsible for this new social order to "estrutural recycle", the very ciberdemocracy global capitalism, which requires of each one, states or individuals, the constant recycling and cognitive growth, in a pace increasingly accelerated. This situation has caused peculiar feelings : confusion, disorientation and perplexity. This new form of colonialism and exclusion is unprecedented in actuality, in the viewing of authors such as Boaventura de Souza, Eugênio Trivinho and Zygmunt Bauman, main theoretic used in this analysis.

Key words: public portals; public communication on line; digital inequality; digital exclusion; Cyberdemocracy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cruzamento dos dados por Estados que justificam a escolha	75
Tabela 2 - Análise dos portais	77
Tabela 3 - Aspectos analisados – Executivo – Legislativo	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Navegabilidade – Executivo.....	85
Gráfico 2 – Navegabilidade – Legislativo.....	85
Gráfico 3 – Informações governamentais – Executivo	91
Gráfico 4 – Informações institucionais – Legislativo.....	91
Gráfico 5 – Serviços – Executivo	94
Gráfico 6 – Serviços – Legislativo	94
Gráfico 7 – Controle público – Executivo.....	98
Gráfico 8 – Controle público – Legislativo	98
Gráfico 9 – Participação – Executivo	105
Gráfico 10 – Participação – Legislativo	105
Gráfico 11 – Síntese	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA COMUNICAÇÃO ON LINE	13
1.1 SOBRE A REDE	17
1.2 SOBRE A MULTIMÍDIA	21
1.3 SOBRE O HIPERTEXTO	23
1.4 SOBRE A INTERATIVIDADE	27
2. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	32
2.1 ALTERAÇÕES PREVISTAS NAS QUESTÕES POLÍTICAS	38
2.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA	46
2.3 ESTADO-NAÇÃO E OS INTERESSES GLOBAIS	50
2.4 MODELO LIBERAL.....	55
2.5 MODELO PARTICIPATIVO	58
2.6 MODELO DELIBERATIVO	62
2.7 AS FERRAMENTAS DISPONÍVEIS NA INTERNET	65
3. ANÁLISE DOS PORTAIS SELECIONADOS	68
3.1 DEFINIÇÃO DE PORTAL	69
3.2 SEMIÓTICA DOS PORTAIS	71
3.3 ANÁLISE DOS PORTAIS	73
3.3.1 Navegabilidade	77
3.3.2 Mecanismo de busca	78
3.3.3 Mecanismo de ajuda.....	81
3.3.4 Mapa do portal.....	81
3.3.5 Página em outro idioma.....	81
3.3.6 <i>Link</i> de volta à página inicial.....	82
3.3.7 Dicas de acessibilidade.....	82
3.3.8 Impressão amigável.....	83
3.3.9 Envio por <i>e-mail</i>	83
3.3.10 Disponibilidade de <i>links</i>	83
3.3.11 Recursos Multimídia – áudio e vídeo.....	84
3.4 INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	85

3.4.1	Informações econômicas, culturais, turísticas, históricas e étnicas.....	86
3.4.2	Legislação.....	86
3.4.3	Programas governamentais/ Ordem do dia	87
3.3.4	Notícias sobre fato decidido	88
3.4.5	Notícias de ações governamentais que ainda serão tomadas	88
3.4.6	Programas de Inclusão Digital	89
3.4.7	Informações sobre o processo legislativo.....	90
3.5	SERVIÇOS	92
3.5.1	<i>Delivery</i> informativo: inserção de dados pelo usuário	92
3.5.2	<i>Delivery</i> imediato de informações: atendimento <i>on line</i> instantâneo.....	93
3.5.3	<i>Delivery</i> burocrático: emissão de documentos oficiais	93
3.6	CONTROLE PÚBLICO	95
3.6.1	Acompanhamento Financeiro.....	95
3.6.2	Pré-Legislação com potencialidade de debate prévio	97
3.7	PARTICIPAÇÃO.....	98
3.7.1	Informações acerca dos espaços de participação popular	99
3.7.2	Existência de sondagem não publicada	100
3.7.3	Existência dos portais do Executivo.....	101
3.7.4	<i>Lócus</i> crítico não publicado.....	101
3.7.5	<i>Lócus</i> crítico publicado	102
3.7.6	Sistema de votação eletrônica para sondagem de opinião	102
3.7.7	Sistema de votação eletrônica para desfecho deliberativo	103
3.7.8	Constituição de agenda decisória	103
3.7.9	Espaço para denúncias.....	103
3.7.10	Oferecimento de <i>news letter</i>	104
3.7.11	Fale conosco	104
3.8	ONDE ESTÁ A ‘FALHA’?	107

4. O CONTROLE DA INTERNET E O AGRAVAMENTO DA EXCLUSÃO	113
4.1 A INTERNET E OS OLIGOPÓLIOS	115
4.2 A REVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MUNDO ..	120
4.3 A UTOPIA CIBERDEMOCRÁTICA	122
4.4 SOBRE OS MECANISMOS DE CONTROLE	131

5. DROMOCRACIA E NOVAS FORMAS DE EXCLUSÃO	137
5.1 DROMOAPTIDÃO	143
5.2 A EXCLUSÃO PELA VELOCIDADE	145
5.3 A NOVA CONDIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	148
5.4 A EXCLUSÃO DOS ESTADOS PERIFÉRICOS	153
5.5 ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS.....	157
CONCLUSÕES	168
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	188
ANEXO 1	189
ANEXO 2 – CRUZAMENTO DOS DADOS POR ESTADO	194
ANEXO 3 – PESQUISA NOS PORTAIS DO EXECUTIVO	195
ANEXO 4 – PESQUISA NOS PORTAIS DO LEGISLATIVO	195
ANEXO 5 – IMAGENS DA <i>HOME PAGE</i> DOS PORTAIS PESQUISADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2008	199
ANEXO 6 – CONSULTAS FORMULADAS AOS PORTAIS	204
ANEXO 7 – POTENCIALIDADE DO BRASIL NO USO DA INTERNET	220

INTRODUÇÃO

O objetivo mais amplo deste estudo é analisar as características da Cibercultura em relação à democracia. Reconhecendo a enorme potencialidade das novas tecnologias de comunicação como constituição de instrumento para o aperfeiçoamento democrático e aprimoramento da participação popular nas decisões do Estado, na direção da emancipação da sociedade, a análise em questão procura entender por que está acontecendo o inverso. As novas tecnologias, a Internet especificamente, estão se convertendo em um poderoso vetor do sistema de exclusão e desigualdades, em mais um instrumento de regulação do Estado. A análise aponta para a influência norte-americana sobre o novo veículo, assim como a apropriação da Internet pelos grandes oligopólios, megacorporações da mídia, e empresas transnacionais, processo que estaria impingindo suas características à Internet, especificamente, a cibercultura de um modo geral. Assim, este novo tipo de comunicação já estaria sob a égide do capitalismo. Procura-se esclarecer equívocos como o de achar que a Internet é um espaço “anárquico”, sem controle ou comando específico, democrático, por oferecer “acesso universal”, comunicação não coercitiva, liberdade de expressão, agenda irrestrita e, enfim, outros mitos criados por “ciberufanistas”, que não conseguiram perceber o quadro grave que se desenha. Uma nova forma de colonialismo e de exclusão sem precedentes ocorre na atualidade, na visão de autores como Boaventura de Souza Santos, Eugênio Trivinho e Zygmunt Bauman, principais teóricos utilizados nesta análise, como mencionado anteriormente. Para melhor tematizar todo esse contexto problemático, esta pesquisa investigará a competência dos Poderes Legislativo e Executivo no uso destas tecnologias, particularmente da Internet, avaliando a qualidade dos portais oficiais, com relação à navegabilidade, informações governamentais, serviços, controle público, participação e interatividade. A principal finalidade da pesquisa empírica é mostrar que, embora o discurso dos agentes políticos reverenciando a comunicação pública *on line* como prioridade dos Poderes Públicos para maior proximidade e interatividade com os cidadãos, isso não ocorre na prática. O internauta é tratado como um indivíduo, contribuinte e não como cidadão, e o máximo que lhe oferecem são serviços. A pesquisa empírica procura identificar a comunicação pública *on line* praticada por seis portais públicos brasileiros em relação aos modelos de democracia: liberal, participativa e deliberativa, considerando o modo pelo qual estes modelos entendem e tratam a participação pública nas coisas do Estado. A ênfase dos itens pesquisados foi posta para determinar aspectos da relação entre cidadania e Estado.

Foram avaliados itens como: informações governamentais, serviços, controle público e participação.

Como *corpus* empírico, estudamos os portais dos Governos Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro e do Governo Federal. Do Poder Legislativo foram estudados os portais da Assembléia Legislativa de São Paulo, do Rio de Janeiro e Câmara dos deputados, durante três meses: de 7 de fevereiro a 7 de maio de 2008.

A proposta epistemológica deste trabalho está em contribuir com o desenvolvimento de estudos críticos sobre comunicação, especificamente comunicação *on line* e cibercultura, no que se refere às semioses sociais realizada nas mídias digitais, investigando os sentidos produzidos nas dimensões sociocultural, política e transpolítica, considerando também a relação entre essa comunicação e a reorganização estrutural do capitalismo, em sua atual fase.

Partimos dos pressupostos de que: os meios de comunicação são fundamentais para a democracia, e que a comunicação pública *on line* deveria ser vetor da participação popular para aprimoramento do sistema democrático e como forma de atenuar as estratificações sociais que vêm se agravando, o que se deu devido ao modo de implantação da Revolução da Tecnologia da Informação em diversas regiões do mundo e aos efeitos negativos oriundos da ciberaculturação generalizada, com conseqüências em todos os aspectos e setores da vida humana, responsável pela criação de uma nova condição social e política.

A comunicação pública *on line*, devido à potencialidade e características da Internet, em tese, permitiria alcançar um grau de eficiência na comunicação pública até então inédita e de ampla participação popular nos processos decisórios, assim como possibilitar o controle do cidadão sobre o governar, já que através do poder interativo da Internet os cidadãos poderiam comunicar-se com seus representantes, dar opiniões sobre as ações do governo, votar em plebiscitos *on line* e obter mais informações políticas substanciais. Um instrumento de emancipação que resultaria em legitimidade maior à política, resultando na reaproximação do Estado com seus cidadãos, relação que, segundo alguns autores, vem deteriorando-se e fragilizando-se nos últimos tempos. Também possibilitaria restabelecer o poder do Estado como provedor de soluções para as demandas sociais. Para alguns, o Estado deveria ter a responsabilidade de promover as iniciativas instrumentais para o debate. Outros acreditam que:

A Internet, ela mesma cria comunidades de notícias e leva a situações ideais de comunicação entre sujeitos fisicamente remotos, mas virtualmente conectados, por meio disso configurando condições ideais para o surgimento de uma nova esfera pública (JENSEN, 2003, p. 350).

Quando falamos em comunicação pública *on line* lembramos que este tipo de comunicação já consome considerável soma de recursos públicos com o pretexto de atingir esses objetivos, com resultados que poderiam ser, no mínimo, mais eficientes. Mostraremos que estes resultados são pífios em relação às expectativas geradas. E que, embora a comunicação pública *on line* tenha sido apontada como instrumento capaz de promover uma revolução na forma de comunicação da sociedade com os poderes constituídos, na verdade isso não vem ocorrendo. Podemos afirmar que, conquanto a potencialidade da comunicação *on line*, sua aplicação pelos Poderes Legislativo e Executivo, até o momento, está distante de provocar aprimoramento na democracia brasileira. O que está sendo praticado são simulacros dos veículos tradicionais, implantados em meio a discursos de modernidade, mas que, na verdade, nada alteram o *status quo*, pelo contrário, só ampliam as diferenças sociais existentes, beneficiando a quem não necessita de favorecimentos por ter acesso a outros tipos de mídia, onde obteria as mesmas informações.

Quanto à Internet, discutiremos a competência desta nova mídia para constituir um ambiente propício visando a incentivar a participação popular, transformando o padrão atual de baixa participação política da esfera civil nas democracias atuais. Ainda hoje, muitos são os discursos que apontam as características estruturais e circunstanciais dos novos meios de comunicação, particularmente da Internet, como adequadas para melhorar a qualidade democrática e se faz necessário questioná-los. No final dos anos 80 e primeira metade dos anos 90 esta idéia foi entusiasticamente aventada. A vasta literatura da época apontava a Internet como capaz de promover o renascimento das possibilidades democráticas. Previa-se maior participação democrática com inegáveis exageros de retórica. A idéia é que a revolução tecnológica havia chegado antes das revoluções populares e, por si só, representaria um grande avanço nas lutas sociais, com a conquista de um espaço democrático sem precedentes. Havia uma sincera esperança de renovação e democracia participativa impulsionada pela Internet. Acreditava-se que quase todas as formas de ação política por parte da esfera civil podiam agora ser realizadas mediante a Internet, do contato com os agentes políticos até a pressão sobre os representantes do povo, passando pela formação da opinião pública, do engajamento e participação em discussões sobre os negócios públicos. Vislumbrava-se ampla possibilidade de mobilização e de intervenção do cidadão nos negócios públicos através de fóruns eletrônicos e plebiscitos *on line*. Esta fase foi sinalizada pelo pensamento de H. Buchstein,

O que, de fato, a internet significa para a democracia, o que, exatamente, *computer democracy* quer dizer é controverso e pouco claro. Enquanto alguns veem a internet como uma ferramenta de coleta de informações, outros destacam o seu potencial deliberativo. Outros enfatizam o seu papel no processo de formação da vontade política. Outros ainda a querem empregar como uma ferramenta para a produção da decisão política. (...) Assim, alguns veem a *Net* como complementar à existente democracia representativa, enquanto outros defendem mais radicalmente que os meios eletrônicos não de superar muitos dos problemas de escala que fizeram da democracia direta um ideal impraticável. Para eles, a esperança é que os *town meetings* eletrônicos e a democracia de apertar botões venham finalmente substituir as velhas instituições da democracia representativa. (BUCHSTEIN, 1997, p. 248).

O entusiasmo por uma maior participação popular veio mesmo antes do advento da Internet, tendo como um de seus principais retóricos o canadense Marshall McLuhan. Já em 20 de novembro de 1964, participando de um Simpósio sobre Cibernética e Sociedade, na Universidade de Georgetown, em conferência que denominou de “Cibernética e cultura humana”, ao opor a era eletrônica à velha era visual/mecânica, previa a natureza interativa das novas tecnologias que iriam surgir,

Ao passar da era neolítica para a era eletrônica, passamos do modo da roda para o modo do circuito, da organização da experiência linear e num único plano para o padrão de retroalimentação, do circuito e do envolvimento. Durante os séculos de tecnologia especializada, o homem cultivou hábitos de alheamento e indiferença em relação às conseqüências sociais de suas novas tecnologias especializadas. Na era do circuito, as conseqüências de qualquer ação ocorrem ao mesmo tempo, que a ação. Assim, sentimos agora uma necessidade crescente de converter as próprias conseqüências dos nossos programas no projeto original e de colocar o consumidor no processo de produção. Ao despertar significado da retroalimentação eletrônica, tornamo-nos intensamente cômicos do significado de nossas ações depois de séculos de indiferença e não-envolvimento. (MACLUHAN, 2003, p. 79).

Outra possibilidade vislumbrada era a de que a informação entre a sociedade civil e a esfera política poderia vir a ser direta, dispensando o atravessador, no caso o jornalismo. A informação poderia enfim chegar ao público diretamente de um fornecedor. As ciberfacilidades (CHOUCRI, 2000), com baixo custo na produção e distribuição da informação, e potencial para atingir um grande público, foram, na verdade, aproveitadas antes de tudo pelos candidatos, depois pelas instituições e agentes do Estado e dos seus poderes e agora pelo poder econômico global que não admite que a ação do Estado privilegie a nação em seu detrimento. Há de se ponderar também que, no mesmo período, outra literatura denunciava fortemente uma crise da comunicação política, justificando o exagero retórico. Quase duas décadas após esta fase de entusiasmo, os argumentos atuais mostram certo equilíbrio ao falar sobre os impactos sociais e políticos da Internet. Em contraponto, crescem os argumentos antiutópicos e até sombrios. O momento é propício para uma reflexão mais

ponderada sobre as promessas e realizações da Internet para o aperfeiçoamento da democracia. Para Trivinho, esta nova era, tão entusiasticamente anunciada por teóricos, como Macluhan, na verdade nunca existiu,

A noção de cibercultura nomeia a fase contemporânea da civilização tecnológica. Abrange, como bloco social-histórico, o estirão mais avançado da mundialização do capital, fincada nas tecnologias do virtual e em redes interativas. Não marca, portanto, *tout court*, uma nova era; confunde-se, antes, com ela: é a própria. (TRIVINHO, 2007, p. 217).

Sobre o impacto da Internet como vetor da participação política dois temas se destacam na literatura que versa sobre o assunto. O primeiro afirma que, com a entrada em cena de um novo meio ambiente de comunicação política, é natural certo revigoramento na esfera da discussão pública. O segundo refere-se à superação do déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa a partir do advento dos novos meios em geral e da Internet em específico.

No primeiro tema, o que está em questão são os novos arranjos e possibilidades das esferas públicas via Internet. Acredita-se que a Internet reúna condições mais qualificadas para uma discussão pública extensa e efetiva, ou seja, ela apresenta

todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática: é um modo universal, anti-hierárquico, complexo e exigente. Porque oferece acesso universal, comunicação não-coercitiva, liberdade de expressão, agenda irrestrita, participação fora das tradicionais instituições políticas e porque gera opinião pública mediante processos de discussão, a Internet parece a mais ideal situação de comunicação (BUCHSTEIN, 1997, p. 251).

Na mesma linha de pensamento, Steven Barnett acredita que a Internet representa o ambiente de comunicação que mais corresponde ao requisito de,

uma zona neutra onde o acesso à informação relevante que afeta o bem público é amplamente disponível, onde a discussão é imune à dominação do Estado e onde todos os participantes do debate público fazem isso em bases igualitárias. (BARNETT, 1997, p. 207).

A cidade digital como uma sociedade de informações seria a síntese possível para suprir as lacunas de cidadania deixadas pelo desenvolvimento humano, sendo a tecnologia vista como essencialmente mediadora no exercício do papel de inclusão social. O ciberespaço é o lugar da universalidade, do pensar, sentir e viver do século XXI. Os múltiplos

sentimentos expressados pelas pessoas para se comunicarem no mundo se transfeririam e tomariam forma na rede, transformando-se em mecanismos favorecedores da comunicação e da lógica informacional do ciberespaço. A discussão pública *on line* ganha nessa visão muitas e variadas ferramentas. Além disso, tem-se um meio com grande capacidade de “conectar indivíduos em redes que tornarão possíveis verdadeiras discussões e debates participativos em grandes distâncias” (BARBER, 1984, p. 274). Com a comunicação *on line* haveria as superações das injunções, filtros e controles interpostos em geral por parte de instâncias que se encontram fora da situação de debate, da disparidade inicial das discussões promovidas pelas diferenças de valor relativo de cada um na sociedade, reduzida em virtude da possibilidade do anonimato, por exemplo, das limitações de espaço (obrigação de contigüidade) e tempo (obrigação de contemporaneidade) que afetam as discussões *off line*. Ao Estado caberia o dever de promover instrumentos de debates, ocupando as novas possibilidades tecnológicas além da prestação de serviços e cobranças, que visam, na verdade, mais aos interesses do Estado arrecadador do que do contribuinte. A este restaria a vantagem do conforto de efetuar o pagamento de seus débitos sem filas e no ambiente de trabalho ou residencial. A comunicação pública *on line* poderia ser instrumento para o aperfeiçoamento do sistema democrático, a medida que incentivasse a discussão pública, servisse como instrumento para sondagens de opinião e até plebiscitos sobre os mais diversos assuntos de interesse comunitário, enfim, poderia e deveria ser um importante instrumento de revigoração da participação popular nos assuntos do Estado. Até como instrumento para corrigir ou amenizar as desigualdades geradas pelo modo como vem ocorrendo a revolução da tecnologia da informação, que vem excluindo grande parcela da população dos benefícios alcançados, criando estratificações ainda mais injustas e perversas do que as já existentes anteriormente.

Este estudo pretende conceder um olhar para a comunicação *on line* pública brasileira, verificando se existe a preocupação de interatividade e aperfeiçoamento do processo democrático, se está sendo privilegiado a participação popular, tendo como parâmetro três modelos políticos: o liberal, participativo e deliberacionista, com seus pressupostos sobre o que é a participação popular e em que grau e intensidade devam ser implantados. Examinando a comunicação pública *on line*, temos a pretensão de entender o fracasso dessas possibilidades, relacionando a impossibilidade de sucesso com os argumentos de Trivinho sobre a dromocracia cibercultural,

Onde se infiltra o valor comunicacional vigora, por evidente, a velocidade e vice-versa. É impossível, por isso, tomar a comunicação instantânea como objeto de pensamento sem levar em conta o que permite sua existência (TRIVINHO, 2007, p. 20).

Dromos, prefixo grego que significa rapidez, agilidade, velocidade, foi usado por Paul Virilio, em 1977, para explicar o tipo de civilização fundada no vetor da velocidade mediática, com a vida social articulada pela velocidade técnica seja qual for o modo de produção. Trivinho trouxe o conceito para o campo da Cibercultura, concentrando estudos nos efeitos da Dromocracia Cibercultural (2007). Para o autor “a cibercultura é talhada, de ponta a ponta, pela dromocracia”, com reflexos preocupantes no modo de viver, provocando profundas mudanças na vida humana, nas últimas décadas, em virtude da aceleração levada a efeito em todos os setores.

Sob a tutela dromocrática, o mundo e seus pertences, na cibercultura, liquefazem-se em lapso de tempo historicamente curto, a efemeridade não alcança, senão, como valor, à condição de ‘útero’ de todas as coisas e, simultaneamente, também de seu epitáfio. A matéria merece sucinta inflexão no âmbito diacrônico. Se a lógica da velocidade sempre pautou a existência humana, nem sempre, porém, constituiu-se como regime específico, vale dizer, como eixo estrutural de reconfiguração e reescalamento de sentidos existenciais e valores sociais, hábitos e práticas, relações e processos. (Ibid., p. 218).

Com este alerta, estudamos como se deu a revolução da tecnologia da informação. Castells (1999, p. 73) afirma que “houve uma efetiva participação do Estado, em várias regiões do mundo, para a implantação da nova tecnologia”. Japão, Coréia, China e Europa investiram grande soma de recursos para ter acesso à nova descoberta. Volumosas verbas governamentais também haviam sido usadas pelo governo norte-americano para o desenvolvimento de novas tecnologias. Silveira (2000, p. 127) afirma que “a lógica de decisões da rede busca beneficiar os interesses dos norte-americanos (do Estado, de suas empresas, de sua cultura)”. Vilches (2003, p. 31) lembra que o “mundo da comunicação está dividido em Norte e Sul” e que os “moradores do Norte (Estados Unidos e Europa), construíram a cidadela ciberespacial”. O Sul (Ásia, países árabes e América Latina) é um planeta com milhões de habitantes que se encontram fora da cidade. Trivinho (1998, p. 26) aponta “para um processo de colonização caracteristicamente pós-moderno, que sucede às antigas colonizações territoriais”, Santos (2006, p. 37), falando do colonialismo do norte, afirma que “neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação”.

Este estudo também pretende realizar um olhar sobre os modos pelos quais a cibercultura tem afetado nossas vidas, haja vista o papel que a tecnologia passa a desenvolver na sociedade. E o que temos visto, de fato, é a informatização e a virtualização generalizadas dos processos e relações sociais. Esse processo provoca reflexos sociais e culturais. As grandes corporações e demais controladores das novas tecnologias nos obrigam a reciclagens estruturais constantes, permanentes e velozes, que em seu bojo vão excluindo do acesso os que, por motivos diversos, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo. Para Trivinho, a cibercultura criou uma lógica de reciclagem estrutural própria do capitalismo que dificulta a sobrevivência. Bauman (2000, p. 115) afirma que “o jogo da dominação na era da modernidade líquida não é mais entre o maior e o menor, mas entre o mais rápido e o mais lento”. Para Santos (2006, p. 307) “as auto-estradas da informação não vão servir por igual todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global”. Estratificações já estariam acontecendo, produzindo desigualdade e exclusão num espaço que se desenhava anárquico e democrático. Até que as desigualdades sejam atenuadas e a exclusão resolvida, e se isso ocorrer, até lá está estabelecida uma nova hierarquia, perversa e sufocante. Estar excluído deste processo, neste momento, é estar fadado a permanecer neste patamar. Seriam os redundantes, qualificados por Zygmunt Bauman no livro *Vidas Desperdiçadas*. Ser redundante é diferente de ser desempregado. Redundante significa ser desnecessário:

tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. (BAUMAN, 2004, p. 20).

Não ter o domínio das senhas infotécnicas de acesso à vida cotidiana na cibercultura é estar condenado a uma forma de aprisionamento da situação de miséria. A reciclagem estrutural, própria do ‘capitalismo ciberdromocrático global’, exige de cada um, Estados ou indivíduos, um constante reciclar, cognitivo e econômico e um grande esforço para se manter ‘dentro do veículo’, cada vez mais veloz e cada vez mais inacessível para aquele contingente que ainda não embarcou, ou não consegue se manter dentro. Este estado de coisa tem gerado um “sentimento de confusão, desorientação e perplexidade” (BAUMAN, 2004, p. 24). O resultado é que a nova geração, a nascida a partir de 1970, experimenta sofrimentos que eram desconhecidos das gerações anteriores, segundo o autor. Chauí (1989, p. 51) considera a exclusão pelo processo cognitivo como um “fantástico projeto de intimidação que constringe

a maioria”. Santos (2006) acredita que “os novos movimentos sociais possam representar alternativas a este processo de globalização, na luta contra a exclusão e a discriminação”.

O objetivo final desta pesquisa é entender em quais aspectos a comunicação *on line* pública poderia colaborar para promover a participação popular nos assuntos do Estado e os motivos pelos quais estaria acontecendo o inverso: vem colaborando para perpetuar as diferenças sociais e em nada diminuir o déficit democrático.

No primeiro capítulo, estudam-se as características da comunicação *on line*. Características básicas que por si dariam ao novo veículo as condições técnicas de se constituir em vetor da participação popular, diminuindo o déficit democrático, já que possibilitam, em tese, o debate público, os fóruns, as sondagens de opinião, os referendos, enfim, promovendo a interatividade. A partir do cruzamento de vários teóricos, apontamos como características básicas da Internet, da comunicação na *web*, aquelas que se dão em rede. Ela é multimídia, hipertextual e interativa, sendo determinada por sua codificação digital. Apontamos conclusões sobre cada uma destas características e como poderão interferir na forma de comunicação a partir de seu advento, sinalizando as grandes transformações e mudanças que poderiam ocorrer a partir de então. Chegamos à conclusão de que, pelas características apontadas, a Internet, de fato, poderia se constituir num ambiente propício para ampliar a participação civil nos negócios públicos, entendendo assim o entusiasmo dos primeiros que se debruçaram sobre esta questão e a análise da nova ordem cultural nascente. As perspectivas, de fato, eram alvissareiras. No entanto, mesmo neste período, já havia os que apontavam os riscos de desvirtuamento, provocado, inicialmente, pela perspectiva da velocidade e da circularidade incessante, como afirma Baudrillard (2001, p. 103) “Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido”.

No segundo capítulo, aborda-se a questão da democracia e da participação popular. Primeiro procurou-se estabelecer parâmetros sobre que características uma democracia efetiva deveria ter, já sinalizando a crise da democracia representativa ou do modelo de democracia liberal, apontando como sintomas desta crise a apatia dos eleitores, a ausência efetiva de cidadania, a ausência do mais elementar sentido de soberania popular e outros sintomas verificados. Procurou-se também estabelecer algumas alterações previstas nas questões políticas com o advento da comunicação *on line* sinalizando a inquietação com relação à mercantilização e comercialização da Internet, do uso deste instrumento como regulação do Estado para a manutenção do *status quo* corrente, o que impossibilita vir a ser instrumento de

emancipação por estar comprometida com o capitalismo, gerada dentro de um estado liberal, modelada pelo mercado e sobre a desigualdade socioeconômica. Aproveitou-se o capítulo para relembrar conceitos de espaço público, emancipação e regulação, usando as observações, entre outros, de Marilena Chauí, Boaventura de Souza Santos e Zygmunt Bauman. Ainda neste capítulo, para abalizar a pesquisa empírica contextualizada no quarto capítulo, optou-se por analisar três modelos de democracia: liberal, participativa e deliberacionista, apontando seus principais teóricos e influências. A análise teve como um de seus principais objetivos identificar as características destes modelos referentes à participação popular, questão principal da pesquisa empírica. Para finalizar o capítulo, foi feito um rápido balanço sobre as ferramentas disponíveis na Internet, que possibilitariam atender aos requisitos básicos apontados pelos modelos democráticos estudados, com relação à participação popular, concluindo que em tese as ferramentas disponíveis poderiam dar conta das exigências dos modelos apontada referente à participação. Parece factível que o meio seja considerado o melhor sistema disponível.

No terceiro capítulo, efetuou-se a pesquisa sobre portais públicos selecionados. Antes da pesquisa empírica, procurou-se qualificar o *corpus* a ser analisado definindo o que vem a ser um portal, sua diferença em relação ao *site*, concluindo o capítulo com uma visão semiótica sobre os portais, abordando sua condição de reguladores da apreensão dos usuários da Internet. Analisam-se os portais públicos escolhidos, - portais dos: Governo Federal, Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Câmara dos deputados e Assembléias Legislativas de São Paulo e Rio de Janeiro - justificando a escolha e apresentando a metodologia seguida. Os itens observados foram informações governamentais (Executivo) e institucionais (Legislativo), serviços, controle público e participação. Estes itens foram escolhidos buscando a relação entre cidadania e Estado. Cada um destes tópicos foi novamente subdividido em outros quesitos, tendo em vista a função política que deveriam exercer pela ótica dos modelos democráticos estudados anteriormente. O resultado da pesquisa aponta pequenas diferenciações entre um portal e outro, nada significativas em relação à qualidade técnica de cada um dos objetos. Aponta também para uma acentuada tendência em favor do sistema democrático liberal e desprezo por preceitos dos sistemas participativo e deliberativo, tais como sondagens de opinião pública, interatividade, referendos: enfim, investiga-se até que ponto o cidadão é tratado apenas como um contribuinte. A seu favor é oferecida uma gama de serviços e facilidades para pagamento de impostos e taxas, por exemplo, mas nada em relação ao aperfeiçoamento democrático e o tratamento do contribuinte como cidadão.

No quarto capítulo, inicia-se a análise dos motivos pelos quais a comunicação pública *on line* não se constitui vetor da participação popular nos assuntos do Estado. A análise começa com a reflexão da apropriação dos portais pelos grandes conglomerados a partir do final da década de 1990, refletindo sobre o poder dos oligopólios. Usam-se as análises, entre outros, dos teóricos Eugênio Trivinho e Boaventura de Souza Santos e apresenta-se um breve histórico da origem e expansão da Internet confirmando a coordenação do estado Norte-Americano sobre a rede mundial e a lógica de que, assim sendo, busca-se beneficiar os interesses deste Estado, de suas empresas e de sua cultura, rechaçando a hipótese da tão propalada ‘anarquia’ da Internet, resultado da inexistência de um centro emissor. Procura-se mostrar que este centro existe e comanda o veículo. A existência deste centro dá origem a um processo de colonização caracteristicamente pós-moderno, que sucede as antigas colonizações territoriais marcadas por guerras e batalhas. O domínio é agora viabilizado pela tecnologia. Neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação. Neste capítulo fala-se da utopia da formação de uma ciberdemocracia, possibilidade ainda defendida por muitos teóricos, alheios ao processo excludente em execução. Mostra-se a impossibilidade desta utopia apontando os desvirtuamentos que estariam levando este tipo de comunicação e cultura para o oposto, resultando em conseqüências nada saudáveis. Usam-se teóricos como Baudrillard para análise das conseqüências do excesso de informação e sua mercantilização. Fala-se das características da virtualização da informação e mostra-se a origem dos mega portais, provando que a expansão da Internet é meramente comercial, sendo a educação e a cidadania relegadas a um segundo plano. Para concluir o capítulo, analisam-se os mecanismos de controle da Internet e de como vem ocorrendo a ausência do Estado a facilitar a expansão das grandes corporações de tecnologia. Afastamento que interessa ao poder global, como aponta Bauman (2000, 2006). Reflete-se sobre as considerações do jornalista José Arbex Junior (2001) para o qual este quadro apontado à hegemonia do grande capital corporativo em geral e norte-americano em particular tem como consequência profundas implicações sobre a seleção, distribuição e interpretação das notícias. Na verdade, mais do que a defesa ideológica do capitalismo, que permitiu este quadro, a posição das megacorporações da mídia, com ressonância em todos os países que interessam ao sistema global, trata-se de uma questão de sobrevivência, pois só dentro de um sistema assim é que se permitiria a desregulamentação e privatização dos veículos na maior parte do mundo.

No quinto capítulo, estudam-se os fatores que inviabilizam a ciberdemocracia, realizando o agravamento da exclusão e desigualdade. Estuda-se a questão da dromoaptidão e

da dromocracia, trazida ao campo da cibercultura por Trivinho (2001, 2002, 2007). O autor trabalha a questão apontando a dromocracia dos tempos atuais como um vetor para intensificar a exclusão e a distância entre aqueles que dominam as senhas infotécnicas de acesso às novas tecnologias de informação, sejam eles indivíduos, instituições, empresas ou Estados. O autor aponta as grandes corporações e demais controladores das novas tecnologias como responsáveis pelas reciclagens constantes, permanentes e velozes, que em seu bojo vão excluindo do acesso os que, por motivos diversos, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo. Neste capítulo, cruzam-se os pensamentos de Trivinho com Bauman, nesta questão dromocrática, tematizando a velocidade como fator de dominação. Também se pensa discutir Trivinho juntamente com Marilena Chauí, em relação à segregação social estabelecida pelos fatores dromocráticos; “forma renovada e historicamente específica dos modos sociais de aprisionamento em situações de misérias”, resultado da “dromoaptidão”. A autora, assim como Trivinho, vê nesse apressar dos conhecimentos um elemento renovado e potencializador de exclusão, “um fantástico projeto de intimidação das massas”. Por fim, cruzam-se os pensamentos destes dois autores com o de Zygmunt Bauman discutindo-se a lógica da velocidade (dromocracia) teorizada primeiramente por Paul Virilio (1996). Através deste cruzamento mostra-se a nova condição estabelecida em função das desigualdades geradas pelos processos dromocráticos e a formação de uma nova hierarquia sufocante. Tratada por Trivinho como uma nova forma de terrorismo, e que leva os excluídos, segundo Bauman, a sentirem-se na condição de ‘redundantes’, ‘rejeitos’, ‘restos’, ‘lixo’, adjetivos também usados por Marilena Chauí na tentativa de entender a nova condição social criada a partir destes fatores. Para finalizar o capítulo, estudam-se as alternativas democráticas de enfrentamento, de contradito ao capitalismo cibercultural, de alternativas a este modelo configurado. Rejeita-se a possibilidade levantada por Negri e Hardt (2006) que aponta a multidão como um novo proletariado dentro deste sistema imperialista globalizado. Os autores apontam a multidão como um sujeito ativo, uma comunidade globalmente interligada em redes, associando diferentes grupos e indivíduos em fluídas matrizes de resistência, deixando de se constituírem massas silenciosas e oprimidas. Conclui-se que esta idéia pode estar correta em relação à formação de uma nova consciência mundial, mas é frágil na sustentação de que a multidão, por si só, possa ser qualificada como um novo ator político. Opta-se pela possibilidade levantada por Boaventura de Souza Santos (2001, 2006) de que a alternativa à globalização está mais próxima de surgir através dos novos movimentos sociais e pelas organizações não-governamentais na sua luta contra a exclusão e discriminação em diferentes domínios sociais em vários países.

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA COMUNICAÇÃO *ON LINE*

Entende-se o otimismo dos primeiros estudiosos sobre a possibilidade da Internet resolver o problema do déficit de participação civil nos assuntos políticos. Com o novo meio, imaginava-se que a primeira consequência para a sociedade política era que suas mensagens ganhariam um acesso mais fácil junto à esfera civil, sem intermediação, com ampla capacidade de interatividade o que permitiria libertar o público da condição de mero apreciador do jogo político. Característica imposta pelos antigos meios de comunicação, que tinham este limite antidemocrático.

Primeiro, o comunicador tem pleno controle sobre a mensagem. Normalmente ele não é censurado ou filtrado por outros, isto é, a mensagem que é enviada ao destinatário supera o processo de edição jornalística. Segundo, a internet é potencialmente interativa, isto é, torna-se possível um diálogo de mão dupla entre quem envia e quem recebe. Terceiro, o novo meio provê aquele que envia um recurso relativamente barato para transmitir grandes volumes de informação. Finalmente, a técnica sofisticada da comunicação via *Web* dá ao comunicador uma ampla gama de possibilidades donde escolher a forma da comunicação (texto, imagens, som e vídeo) considerada mais apropriada para uma mensagem particular. Em conclusão, a *Web* provê os agentes políticos com a oportunidade pela qual ansiava, isto é, a de ter controle total sobre a produção da mensagem e comunicar diretamente com os potenciais eleitores sem ter os meios de massa filtrando-lhe a informação. (CARLSON e DJUUNPSUND, 2001, p. 69).

Estas e outras perspectivas fizeram nascer vasta literatura sobre Internet e participação política que apontam as vantagens democráticas do novo veículo. É compreensível que a potencialidade da Internet tenha feito crer, de imediato, num impacto positivo da participação do cidadão nas questões políticas. Entende-se os que enxergaram aí a possibilidade de um revigoramento da esfera da discussão pública a partir da entrada em cena de um novo ambiente de comunicação. Há, indiscutivelmente, uma grande capacidade deste novo meio para diminuir o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa. A nova tecnologia parece, de pronto, satisfazer todas as condições para uma discussão pública extensa e efetiva.

Porque oferece acesso universal, comunicação não coercitiva, liberdade de expressão, agenda irrestrita, participação fora das tradicionais instituições políticas e porque gera opinião pública mediante processo de discussão, a internet parece a mais ideal situação de comunicação (BUCHSTEIN, 1997, p. 251).

A possibilidade da Internet se constituir em instrumento para o aprimoramento da democracia entusiasmou autores como Stevem Barnett, para o qual a Internet corresponderia a uma zona neutra “onde o acesso à informação relevante que afeta o bem público é amplamente disponível, onde a discussão é imune à dominação do Estado e onde todos os participantes do debate público fazem isso em bases igualitárias” (CURRAN, 1991; BARNETT, 1997, p. 207).

Na visão do ex-vice-presidente norte-americano Albert Gore a Internet corresponderia à nova e grande Ágora grega, que se repetiria e seria infinita por sua grande capacidade de conectar indivíduos em redes, tornando possíveis discussões e debates participativos em grandes distâncias. (BARBER, 1984, p. 274).

A partir de meados da década de 90, a Internet passa a concorrer crescentemente com as mídias tradicionais. Provoca modificações nas antigas mídias, tais como os esforços de maior interatividade com seus públicos. Nos debates acadêmicos, a nova mídia despertou grande interesse e fez surgir uma série de especulações sobre seus efeitos sociais e seu potencial de aprimoramento político. Surgem dúvidas e inquietações em relação às velhas mídias. Lévy desenha, a partir da cibercultura, um mundo novo no qual o conhecimento e a informação seriam a principal riqueza. Um mundo que, dispensando as mediações tradicionais, e construído pela multiplicidade de vozes que pulsam no campo social, se constituiria, na percepção de Lévy, em um espaço público efetivamente democrático. Acessível a todo e qualquer cidadão. As superações das injunções, filtros e controles interpostos nos veículos tradicionais de comunicação, possibilitariam à rede ser comparada a uma zona protegida, imune ao controle de conteúdo e de provimento, com condições de prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião. Um mundo que, em vez de organizar-se sob o filtro dos sistemas de representação das democracias ocidentais, seria pura expressão da potência humana de pensar, existir e agir, uma potência não-representativa que se configuraria como uma inteligência coletiva, por sua vez potencializadora das riquezas humanas de uma forma inédita em nossa história. Um coletivo, enfim, que, em vez de estar sustentado pela homogeneidade estatística das representações coletivas, se constituiria, em sua heteronomia, por uma conectividade mutante, múltipla, des-hierarquizada e transversalizada, no entender de Lévy (1998).

Compreende-se o entusiasmo destes teóricos e estudiosos ao estudar as características básicas da comunicação *on line*. De fato, as perspectivas eram alvissareiras. Ao analisar estas características, movidos pelo entusiasmo, poderíamos elaborar as mais otimistas perspectivas uma vez que, a Internet em si, teria a capacidade de se constituir em vetor da participação

popular, diminuindo o déficit democrático. Portanto, é necessário entender os motivos pelos quais isso não vem ocorrendo e, possivelmente, nunca venha a ocorrer.

A partir do cruzamento de fontes, como Lévy em *Cibercultura* (1999), Negroponte em *A vida Digital* (1995), e Dertouzos em *O que será?* (1997) estabelecemos quais as características básicas da comunicação na *web*. *Identificamos* como aquela que se dá em rede, é multimídia, hipertextual e interativa, sendo determinada por sua codificação digital.

Para Negroponte (1995) o digital é o fundamento das transformações que a sociedade enfrenta por conta da tecnologia, constituindo-se no principal pressuposto para a “sociedade informacional”. Toda informação armazenada em trânsito no sistema digital é, em sua condição elementar, seqüência de dígitos binários, independente do aspecto que possua perante o usuário – som, imagem, imagem em movimento ou texto. Diversos estudos tratam o digital como uma das características da comunicação na *web* igual às demais características apontadas. Para Negroponte (1995), no entanto, ele não é apenas mais um ponto que viria a compor a complexidade do cenário atual, mas é o suporte que detona e possibilita as características que a comunicação assume desde então. Verifique-se também que nenhuma destas características, isoladamente, configura esta comunicação, uma vez que podemos observá-las em outros meios. Só sua convergência em um único espaço é que fornece o aspecto único deste modelo de comunicação.

Quase todas as informações podem ser traduzidas de forma digital, dizem os especialistas. Como a informática é o principal suporte do digital, a comunicação digital muda a tradicional figura do receptor. Ele não só tem acesso à informação, como também possui um equipamento que o faz capaz de manipulá-la, processá-la, armazená-la e distribuí-la a seu gosto. É nesse ponto que se apegam Gilder para propagar sua revolução cultural: “o equipamento que o consumidor de informação tem agora é inteligente; a televisão é burra” (GILDER, 1996).

A digitalização atinge todas as técnicas de comunicação e processamento de informações, conectando no centro de um mesmo tecido eletrônico o cinema, o rádio e a televisão, o jornalismo, a edição, a música, as telecomunicações e a informática. A interação homem-computador-homem se desenvolve com a facilidade de acesso ao computador. Lúcia Santaella (1993) salienta que o computador tem sido indiscriminadamente denominado de ferramenta, dispositivo, instrumento, máquina, equipamento, aparato e mídia e que todas essas designações descrevem, de fato, aspectos dos vários modos pelos quais podemos fazer uso do computador e indicam funções que o computador pode realmente desempenhar:

No seu sentido antigo, a palavra máquina referia-se a uma estrutura ou construção, material ou imaterial. Essa duplicidade semântica também aparece no seu sentido mais moderno, quando as máquinas designam corpos materiais ou fluidos, assim como a eletricidade (...) que transmitem força, movimento e energia de um modo predeterminado e para certas finalidades. Mas o sentido mais relevante que se associa à idéia de uma máquina é o de um dispositivo complexo para realizar um trabalho, capaz de ir além das nossas limitações físicas ou mentais, e, na maior parte das vezes, de maneira mais rápida e precisa do que a mão e a mente humanas. Nesse sentido que amplia nossos poderes físicos e mentais de modo conectado, o computador pode ser considerado como a mais poderosa de todas as máquinas, como, de fato, costuma ser considerado. (SANTAELLA, 1993, p. 210).

Negroponte (1995, p. 17-85) mostra que o digital traz implicações para a comunicação na *web*, tais como a diluição da divisão tradicional entre veículos de comunicação, conhecida até agora. O digital torna redutível a um denominador comum, integrando os diversos veículos. Salienta que a informação digital não se parece com aquela que vai afetar os sentidos humanos constituindo-se num valor numérico que quando traduzido corresponde à foto, à música, voz, texto, ilustração, etc. Com isso, o reflexo imediato é que as imagens fotográficas não perdem a cor com o tempo, assim como a reprodução não afeta a qualidade sonora da música e da voz e do texto em sua qualidade visual, não importando quantas vezes forem copiados. Conclui-se, portanto, que o digital se caracteriza pela possibilidade de repetição, de exatidão, sem perda da informação a partir da cópia, podendo chegar a um número incomensurável de pessoas, com um custo baixo e qualidade sempre igual.

Sendo o digital valor numérico, os computadores podem lidar com grande quantidade de dados, e esta potência só tende a crescer. Assim, trabalhar com informação digital significa poder manipular os dados, alterá-los, processá-los e distribuí-los de forma fácil e automática. Segundo Lévy (1999, p. 53), “os números estão sujeitos a cálculos e, computadores calculam rápido”.

A capacidade de um computador codificar digitalmente uma vasta variedade de informações o tem colocado em um lugar central dentro da cultura contemporânea, e todas as formas de sistemas de representação são chamadas de informação digital, que podem ser armazenadas, acessadas e controladas por uma mesma máquina. Essa é a base da revolução multimídia. A função do agente humano não é restrita ao controle e intervenções ocasionais. O sistema requer ações repetitivas e rápidas do usuário. Um sistema interativo baseado não na espera, mas na constante ação. Esse processo de sistemas interativos tem desenvolvido interfaces computacionais mais versáteis, processadores mais velozes e aumento da capacidade de memória. A codificação digital já é um princípio de interface tornando o

suporte da informação infinitamente leve, móvel, maleável e inquebrantável. O digital é uma matéria pronta a suportar metamorfoses, revestimentos e deformações.

É somente sobre a base digital que se estabelece o modelo de comunicação em rede, hipertextual, multimídia e interativa. Estas condições poderiam ser consideradas como características da comunicação *on line*. Aspectos básicos que podem ser tomados como características, já que a comunicação *on line* se dá em rede, é multimídia, hipertextual e interativa tendo como suporte a codificação digital. Analisemos, então, cada uma destas características.

1.1 Sobre a Rede

Pierre Musso (2004) entusiasmou-se com as rupturas oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação, a começar pela Internet, principalmente pelo fato dela se dar em rede, o que permitiria a circulação generalizada e liberadora de fluxos de informações e ondas econômicas. A configuração em rede permitira a realização da utopia da associação universal.

A rede indica um futuro libertador..., Esboço de uma democracia planetária, igualitária e auto-regulada, esse mito, cópia fiel da associação universal saint-simoniana, restabeleceu-se nos anos 1990. Com a 'sociedade de informação e suas 'auto-estradas da informação', a política desenha a sociedade mundial futura graças à mutação técnica das redes de comunicação. Internet, rede de redes planetárias, reativa os mitos recorrentes veiculados pela idéia de rede. Suas duas imagens originais são redescobertas: a que agita seus bajuladores, da livre circulação generalizada das informações, significando democracia e transparência da 'sociedade da informação', e a evocada por seus detratores, do controle e da vigilância generalizada. (MUSSO, 2004, p. 34).

O autor refere-se a Claude-Henri de Saint-Simon, (1760-1825) responsável pelo nascimento moderno do conceito de rede, concebida como uma estrutura artificial de gestão do espaço e do tempo. Ele vai trabalhar com a idéia de rede e sua filosofia propõe uma espécie de metaligação social (re-ligare), espécie de religião racional: a rede, enquanto vínculo geral é seu pivô. Elaborou uma epistemologia do organismo-rede, ressaltando que todos os fenômenos são efeitos da luta existente entre os sólidos e os fluídos. A lógica organística de Saint-Simon afirma a unidade dos contrários, ou dos fluídos e sólidos, concluindo pela superioridade dos primeiros sobre os segundos no organismo ou corpo organizado. Saint-Simon dispõe de uma ferramenta de análise para elaborar uma ciência política e fundar uma nova religião. No campo político, sua lógica do organismo-rede, que permite pensar toda forma de passagem, é transformada em teoria da transição social. Como,

ele se interroga, garantir a passagem pacífica e suave do sistema presente ao sistema do futuro? Trata-se, simplesmente, diz Saint-Simon, de favorecer a circulação do dinheiro na sociedade. Estabelecer a imediação da circulação do ‘sangue dinheiro’ redonda em organizar o corpo social como um corpo humano. A contribuição específica de Saint-Simon é definir a circulação na rede (sanguínea ou estatal) como condição da vida ou da boa administração, ou seja, como a condição da mudança social. Ele afirma que numa sociedade, quanto mais sua organização interna é feita de redes, mais ela as estabelece sobre o território. A construção de redes de comunicação torna-se um objetivo de utilidade pública e uma garantia da felicidade material. A rede não é apenas um conceito, mas um operador para a ação. A rede permite a passagem ao ato, a realização da rede é ‘um trabalho’, e um trabalho de ‘interesse público’. Pierre Musso explica o pensamento de Saint-Simon:

Em seus últimos textos, Saint-Simon vai refundar a moral e a religião, a partir de sua teoria da rede. A sociedade não pode se limitar a uma comunidade de interesse: a condição de seu sucesso é partilhar um objetivo comum. A sociedade precisa de uma meta-ligação que a unifique. A teoria que pode refundar o vínculo social sobre bases novas é de ordem moral e religiosa. Esse vínculo permanece da mesma natureza que o da religião cristã primitiva da comunicação, e deve ser adequado à associação econômica e à exploração das redes de comunicação. Com efeito, a verdade do político é a religião dos irmãos e a economia dos sócios. (MUSSO, 2004, p. 27).

Assim como Pierre Musso, muitos outros consideram a rede estabelecida a partir da Internet como uma verdadeira revolução social e política, capaz de, por si só, redimensionar o poder político, colaborando com o aprimoramento democrático, dando voz aos que não têm direitos a ela no sistema anterior de comunicação de massa. Em 1994, diante da comunidade internacional, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, declarava que “uma infra-estrutura global de informação circulará o globo com super autoestradas nas quais todos os povos poderão circular (...) Sua inteligência distribuída difundirá uma democracia participativa (...) Eu vejo uma nova Era Ateniense da democracia forjada nos fóruns que ali serão criados”.

Até mesmo o jornalista Fernando Morais, que sempre se alinhou politicamente à esquerda e como crítico do capitalismo, entusiasma-se com o que julga possibilidades democráticas da Internet. Em entrevista durante o Congresso Paulista de Municípios de 2007, afirmou:

Sou um homem de esquerda e durante toda minha vida acreditei que o povo só teria oportunidade de expressão através de uma revolução social. Pois nunca foram dados os mesmos direitos às classes trabalhadoras. Os movimentos sociais não têm direito

à concessão de rádios ou de televisão e nunca teriam condições de se manifestar no atual estado. Só que a revolução tecnológica veio antes da revolução política. Ela vai assegurar ao MST, por exemplo, a oportunidade de falar e ser ouvido, de expressar seus pontos de vista. Eu mesmo já registrei um canal de televisão via internet e com uma câmera na mão vou dizer abertamente o que penso, por exemplo, sobre a guerra do Iraque, sobre o Hugo Chaves, enfim, vou falar o que tenho vontade de falar. É um caminho sem retorno, isso vai acontecer e não tem quem possa segurar o avanço democrático a partir das novas tecnologias. (MORAIS, 2007).

O entusiasmo de Albert Gore, de Fernando Morais e outros que pensam como eles, obviamente encontram resistências e desconfiança dos que vêem várias dificuldades e empecilhos até a conquista deste ‘melhor dos mundos da comunicação’, como abordaremos posteriormente.

A idéia de rede existe desde a Antigüidade através do imaginário da tecelagem e do labirinto, passando pela medicina de Hipócrates, que a associa à metáfora do organismo em que todas as veias se comunicam e escoam de umas para outras; com efeito, umas entram em contato com elas mesmas, outras estão em comunicação pelas vênulas que partem das veias e que nutrem as carnes.

Qualquer conceituação nos permitiria uma visão técnica e burocrática que não fornece a dimensão de rede, menos ainda daquela que caracteriza a *web*. Melhor empenhar-se na compreensão do alcance da situação de rede. Trivinho (1998) sinaliza que as redes são estruturas ausentes que só podem ser conhecidas pelos seus efeitos. Ele alega que o telégrafo, o telefone e o rádio, em seus primórdios, compunham linhas de comunicação e que, por seu alcance ainda restrito, não se podia falar propriamente em redes. Da mesma maneira, a imprensa escrita, para ele, formava uma malha que a fazia deslizar pelo espaço físico. “A operacionalidade no universo da malha, sendo digamos material, apresenta-se totalmente no horizonte da percepção”. Para a existência de rede, defende, são necessários dispositivos eletrônicos:

Na comparação entre a malha da imprensa escrita do século XIX e as redes do jornalismo na segunda metade deste século, foram lançadas as cinco principais características das redes: por se embasarem em tecnologias comunicacionais, são aterritoriais, isto é, prescindem do território geográfico, desconhecendo, portanto, fronteiras nacionais; invisíveis, logo imateriais e impalpáveis (só podem ser conhecidas por seus efeitos); altamente velozes, permitindo uma circularidade absoluta de dados, notícias, imagens, modelos, publicidade, monólogos, diálogos, entretenimento, humorismo, etc; interativas, ensejando trocas simultâneas com qualquer parte do mundo; e hoje, plenamente saturadas. (TRIVINHO, 2000, p. 21).

Trivinho destaca o fato de as redes se apresentarem apenas por suas pontas, como a TV, por exemplo, e implicarem saturação decorrente da velocidade que o suporte tecnológico

permite e favorece. A desmaterialização do capitalismo é um reflexo das alterações que a cultura sofre, situando-se aí as ‘oblições’ sobre as quais trata o autor. Para Castells, o conceito de rede assume papel fundamental na análise da sociedade da informação. Ele conceitua rede como “um conjunto de nós interconectados, sendo nó o ponto no qual uma curva se entrecorta”.

Redes são estruturas abertas, capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação, (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho.) Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia de rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. As conexões que ligam as redes (por exemplo, fluxos financeiros assumindo o controle de impérios da mídia que influenciam os processos políticos,) representam os instrumentos privilegiados do poder. Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, conseqüentemente, dando forma à própria estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 498).

A Internet é, segundo Castells, conseqüência de um modelo técnico desenhado na concepção da rede que possui inteligência distribuída. Foi concebida, em seus primórdios, sem centro, num modelo horizontal global, em virtude da guerra fria. Os centros seriam móveis e temporários. Este modelo mexe com os modelos tradicionais de um emissor e diversos receptores, e, conseqüentemente, provoca certo afrouxamento das hierarquias instituídas a partir da lógica de que qualquer nó pode conter uma nova rede, pressupõe-se certa capacidade de auto-organização (LEÃO, 1999) e da quebra das barreiras territoriais, virtualmente, podendo chegar a todos os pontos do globo, ignorando as fronteiras espaciais. Como aponta Trivinho (2007, p. 92), a lógica das redes é “a lógica da velocidade e da circularidade incessante”.

Ainda segundo a perspectiva de Castells, a organização da sociedade em rede, baseada na informação, significa a transformação qualitativa da experiência humana. Diz ele:

Em razão da convergência da evolução histórica e da transformação tecnológica, entramos num modelo genuinamente cultural de interação e organização social. Por

isso é que a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 505).

Lévy (1999) denomina de ‘ciberespaço’ este ‘espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores’, estando aí incluídos o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos, as redes hertzianas e telefônicas clássicas, na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Com relação à informática ele diz que,

Todas as funções são distribuíveis cada vez mais. O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal calculante. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum. (LÉVY, 1999, p. 44).

1.2 Sobre a Multimídia

Vimos anteriormente que a comunicação na *web* apresenta quatro aspectos básicos que podem ser tomados como características: ela se dá em rede, é multimídia, hipertextual e interativa, tendo como suporte a codificação digital. Após breve análise sobre as implicações desta comunicação por se dar em rede, pensemos nos demais aspectos básicos que caracterizam a comunicação na *web*.

Com relação ao aspecto multimídia, entende-se como a possibilidade de reunir informações em diversos formatos: som, imagem, imagem em movimento e texto e a integração desses formatos em banco de dados, em um único ambiente. Lévy acha necessário reavaliar o sentido que a palavra multimídia assume hoje:

O termo multimídia significa, em princípio, aquilo que emprega diversos suportes ou diversos veículos de comunicação. Infelizmente, é raro que seja usado neste sentido. Hoje, a palavra refere-se a duas tendências principais dos sistemas de comunicação contemporâneos: a multimodalidade e a integração digital. (LÉVY, 1999, p. 63).

A integração cada vez maior entre textos, imagens e sons, nas mensagens que circulam no ambiente informático, pode ser definida por multimodal pois coloca em jogo diversas modalidades sensoriais. Já a integração das diversas mídias no ambiente da informática melhor adequada se fosse chamada de unimídia, uma vez que a tendência no futuro é de integração ou interconexão e não de variedades de suportes distintos, como pode ficar

entendido pelo termo multimídia. O termo seria mais bem empregado, segundo o autor, quando, por exemplo, de um lançamento simultâneo de um filme, de um videogame, camisetas, etc. “Unimídia multimodal” seria a forma adequada. (NEGROPONTE, 1995).

Para Baron (1995), multimídia está associada à interatividade. Multimídia, defende ele, é a comunicação mais perto da linguagem aberta, simplificada e não-linear da vivência cotidiana, enfim, um modo de expressão semanticamente aberto, que mais se aproxima do ser humano:

Com a multimídia deve ocorrer, comparando com os meios de comunicação unidirecionais, maior autonomia de interpretação resguardada pela própria forma de ser da linguagem, ou seja, do ser. O movimento reticular da compreensão poderá acontecer de maneira desconexa e subjetiva. (BAIRON, 1995, p. 85).

Esta visão engloba a conceituação de multimídia com a de hipertexto, de rede, de interatividade, aproximando-a indistintamente de aspectos da linguagem, como se estes se apresentassem de forma homogênea em manifestações da multimídia.

A palavra multimídia assume hoje o sentido da possibilidade de reunir informações em diversos formatos, som, imagem, imagem em movimento e texto, e para alguns, a integração desses formatos com bancos de dados em um único ambiente. (NEGROPONTE, 1995).

Castells posiciona a multimídia além do aspecto tecnológico numa forma política, social e cultural. A abordagem de entretenimento, no estágio inicial à recente tecnologia de comunicação, favoreceria a multimídia como um modelo de ‘infotimento’, mistura de informação e entretenimento. Também considera no panorama da multimídia a tendência de ‘centralidade na casa e individualismo’, que ele detecta como ‘um novo estilo de vida’. (CASTELLS, 1999).

Para Castells, esta tecnologia leva à aceleração da segmentação dos usuários-espectadores-leitores-ouvintes, nas estratégias do emissor de criar produtos segmentados e também no potencial interativo dos utilizadores de escolherem a informação que desejam e, num segundo momento, na ‘crescente estratificação social entre os usuários’. As diferenças culturais serão fundamentais para o uso de suas possibilidades: “assim, o mundo da multimídia será habitado por duas populações essencialmente distintas: a interagente e a receptora de interação” (CASTELLS, 1999). Duas populações que também poderiam ser classificadas como a que tira proveitos das possibilidades técnicas do meio e outra que recebe um número restrito de opções preestabelecidas. O mesmo autor, porém, fala do ‘padrão

cognitivo comum' criado pela multimídia, que é a construção da integração de mensagens num mesmo lugar:

O acesso às notícias, educação e espetáculos audiovisuais no mesmo meio, mesmo a partir de fontes diferentes, intensifica a mistura de conteúdos que já estava ocorrendo na televisão direcionada às massas. Do ponto de vista do meio, diferentes modos de comunicação tendem a trocar códigos entre si: programas educacionais interativos parecem videogames; noticiários são construídos como espetáculos audiovisuais; julgamentos são transmitidos como novelas; música pop é composta para MTV; jogos esportivos são coreografados para espectadores distantes de forma que suas mensagens se tornem cada vez menos diferentes de filmes de ação e assim por diante. Do ponto de vista do usuário (como receptor e emissor, em um sistema interativo), a escolha das várias mensagens no mesmo modo de comunicação, com facilidade de mudança de uma para outra, reduz a distância mental entre as várias fontes de envolvimento cognitivo e sensorial. A questão em jogo não é que o meio seja a mensagem: mensagens são mensagens. (CASTELLS, 1999, p. 394).

Para Castells, a característica mais marcante da multimídia talvez seja sua aptidão em captar as diferentes expressões culturais em toda a sua diversidade e colocá-las num mesmo ambiente:

Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, num supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa (CASTELLS, 1999, p. 394).

A multimídia coloca em jogo uma sofisticação dos processos de construção semântica a partir da junção de diversas semióticas-objeto num mesmo suporte, com possibilidades ampliadas de configuração significativa.

Sendo assim, embora a palavra multimídia seja usada para nomear a informação oferecida em vários formatos, num mesmo suporte, pode-se concluir, a partir de Castells, que ela traz fortes reflexos para a cultura.

1.3 Sobre o hipertexto

Passemos a outra característica da comunicação *on line*: a hipertextualidade. O termo hipertexto foi criado nos anos 60 por Theodre Nelson para definir um 'texto-elástico' (*stretch text*), aquele que se expande e se contrai de acordo com o pedido de maiores informações. "As idéias não precisam ser separadas nunca mais" (LEÃO, 1999 p. 21).

Lévy desenvolve o conceito de hipertexto fazendo relação do termo com os universos de sentido, criado na comunicação e nas relações humanas:

tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. (LÉVY, 1999, p. 25).

O conceito de hipertexto e rede se assemelha. Hipertexto é escrita não-sequencial, forma de organização que estrutura e apresenta as informações de maneira que elas possam ser 'lidas' (consumidas ou acessadas) sem seqüência obrigatória, linear. Esta tecnologia só se dá sobre o suporte informático. A acepção do termo texto, neste caso, remete a uma das concepções da semiótica: para designar tanto algo expresso em semiótica lingüística ou não-lingüística, como um ritual de dança, por exemplo.

Para Landow (*on line*, 2007), o termo hipertexto fala de um texto composto por blocos e links eletrônicos que fazem a junção entre estes blocos. Ele lembra que desde a Poética de Aristóteles há um modelo que prevalece nas narrativas lineares: histórias possuem início, meio e fim, isto é, abertura e fechamento. O hipertexto acaba por derrubar este conceito, pois o leitor pode começar a ler o texto a partir de qualquer ponto e deixá-lo igualmente a qualquer momento. Enquanto que na narrativa tradicional, não hipertextual, chega-se sempre a um fim: a última página do livro, o último fotograma do filme, no hipertexto, o término da leitura é o ponto que o leitor considera por acabado seu percurso na rede. O autor utiliza a terminologia que Barthes aplicava aos fragmentos de um texto para denominar os blocos de informação no hipertexto. Cada conexão leva uma lexia à outra. Link é a interligação de duas lexias.

Com relação ao termo selecionamos outra definição:

O hipertexto é um documento digital composto por diferentes blocos de informações interconectadas. Essas informações são amarradas por meio de elos associativos, os *links*. Os *links* permitem que o usuário avence em sua leitura na ordem que desejar... Através dessas estruturas interativas o leitor percorre a trama textual de forma única, pessoal. (LEÃO, 1999, p. 15-16).

Portanto, concluímos que o hipertexto é algo necessariamente ligado ao ambiente computacional e que não poderia ocorrer em sua plenitude sem o computador. Alguns autores, no entanto, falam de estrutura hipertextual, independente do ambiente computacional, para qualificar uma forma de apresentação da informação, organizada de modo não-sequencial,

usada como opção à linearidade de alguns meios. Como exemplos poderiam ser citados os textos acadêmicos e científicos, com suas diversas remissões a outras obras, citações, bibliografias, etc., quebra a linearidade, enviando o leitor a outras obras. Ou ainda dicionários e enciclopédias. Esta divisão do texto em fragmentos, sem seqüência lógica predefinida, altera a relação do leitor com o texto. A seqüência entre os fragmentos sendo definida pelo leitor faz com que sua participação na criação do sentido do texto seja maior. Em consequência, aquele que produziu o texto perderia em parte sua capacidade de direcionar o significado. Em tese, há uma maior abertura do texto, do universo de significados, numa relação distinta daquela estabelecida com o livro ou com mídias como a televisão, em que as opções seriam escolher entre assistir a um programa ou não.

Enquanto na narrativa tradicional chega-se sempre a um fim, como a última página do livro ou o último fotograma do filme, na leitura de um hipertexto o final é o ponto que o leitor decide. Portanto, passa a haver uma possibilidade de leitura à deriva ou de alternância no foco do interesse do leitor, que pode se deslocar à medida que caminha pelos nós da rede de maneira que, às vezes, após algum tempo, ele já não se lembre de como chegou ao ponto em que está.

O texto eletrônico desliga-se da estabilidade da imprensa, dada pelas características do suporte em papel, por dois motivos em especial: o texto eletrônico pode sofrer alterações, variações, mudanças. Nenhuma versão é acabada e, também, cada leitor pode tomar o rumo que desejar ao navegar. Com isso o texto ganha uma característica mais individual. A lincagem eletrônica dos blocos embaralha as marcas que delimitam a unidade do texto, como sendo parte de um mesmo trabalho, e o leitor pode navegar por caminhos que incluem textos de outros autores, imagens, sons. Assim, o hipertexto, pela alteração da noção de abertura e fechamento, torna-se uma obra incompleta, expansível. Leão (1999) ressalta que esta característica da hipermídia incitaria um olhar topológico, sendo que um portal ou aplicativo deve ser avaliado pelas saliências que o sistema oferece e que irão definir o potencial interativo e o nível de complexidade dos sistemas hipermidiáticos. O mesmo autor fala em ‘atomização’ do texto já que passa a ser composto a partir de fragmentos que não podem depender de algo anterior ou posterior para constituir sentido, o que resulta nos múltiplos caminhos oferecidos ao leitor.

Esta ‘atomização’ leva à ‘intertextualidade’ que é o processo de incorporação de um texto em outro, ‘seja para produzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo’, segundo contextualiza Fiorin (1994). O conceito de intertextualidade, introduzido a partir das idéias de Bakhtin, é aplicado ao hipertexto pela possibilidade de se utilizarem diversas conexões com

nós externos e internos ao texto, como amplificação do processo de construção de sentido: referências cruzadas, citações de autores e obras que podem ser acrescentadas ao texto e tornarem-se mais marcadas no discurso pelas facilidades dos meios eletrônicos. Quando o computador materializa, num clique, a passagem de um texto a outro, de uma mídia a outra, de um formato a outro, ele traria a manifestação mais radical da idéia do intertexto. A partir disso, soma-se a intertextualidade às concepções de polifonia e dialogismo, segundo as estratégias discursivas acionadas, resultando em textos polifônicos e monofônicos: textos que favoreçam o aparecimento das diversas vozes naturalmente presentes ao discurso, ou não. Portanto, as características da *web* favorecem a construção de textos dialógicos, com multiplicidade de vozes, pela possibilidade de a unidade discursiva ser conectada a outras, de forma praticamente ilimitada, tornando assim o traço dialógico mais exposto.

Trivinho agrega ao hipertexto o ciberícone, ou seja, as representações gráficas relacionadas a funções técnicas claras e distintas que definem os desejos operacionais específicos do usuário,

Implica-se aí toda a sinalética hipertextual dominante: não só figuras, desenhos e logogrifos, mas também relevos virtuais estampados por palavras e letras, grafismos e tracejados, diagramas e palhetas, setas e demais indicadores. O mosaico dessas unidades visuais (ativas ou inativas, por completo ou não), concebidas e elaboradas segundo uma perspectiva cartesiano-positivista, conforma e modula as possibilidades pragmático-utilitárias da interface do objeto infotecnológico. ... se até poucos anos atrás vigorava a lógica do hipertexto com parques requintes icônicos, na qual o ciberícone comparecia apenas como apenso do hipertexto, hoje em dia, em função do excesso de produção e visibilidade icônicos, vige a cibericonocracia hipertextual na qual o hipertexto comparece como anexo do ciberícone... servindo de pivô para o escoamento mercadológico intensivo dos interesses industriais e comerciais do ramo informático e virtual (e vice-versa), numa realimentação sem fim. ... é mais que um mero recurso técnico criado para otimizar a relação produtivista entre ente humano e máquina. Muito além desse aspecto funcionalista, ela é, no fundo, uma invenção histórica destinada a facilitar a assimilação de todos os elementos contemporâneos formativos da cibercultura... se presta a flexibilizar e verticalizar(o quanto possível massificar) a socialização das mentalidades e corpos no universo dos objetos, superfícies, processos, procedimentos e modelos de vivência necessários ao desdobramento civil e militar extensivo da cibercultura, bem assim à sua percepção histórica (TRIVINHO, 2007, p. 120-121).

O matemático e físico Vannevar Bush, em artigo publicado em 1945, intitulado *As we may think*, questiona a forma como os seres humanos organizam o pensamento. Lévy (1993) lembra-se deste artigo ressaltando que o pensamento humano é organizado a partir de informações que não ficam armazenadas no cérebro em áreas delimitadas e estanques, compartimentalizadas, com lógica universal. Elas são reunidas por associações de idéias que se tornam próximas, por algum motivo. Para o autor não se pode esperar conseguir duplicar

este processo mental artificialmente, mas pode-se aprender com ele. Esta mesma lógica foi usada por Theodore Nelson ao definir o hipertexto como uma estrutura multidimensional e não-sequencial do pensamento na organização das informações. A Internet, mais especificamente a *www*, estaria próxima a este modelo de organização. Assim seria a *web* o meio de comunicação que organiza as informações de forma intuitiva, próxima à do pensamento humano. Decorre daí parte de suas inúmeras vantagens em relação aos outros meios.

Estas características associadas à rapidez do suporte informático, a interligação em rede, das informações em formato digital e da forma de organizar informações, daria condições, pelo menos teóricas, de impulsionar uma transformação do conhecimento, da cultura e do pensamento no mundo, similar à invenção da escrita e à da imprensa. Esta nova cultura, para os mais entusiastas, com o hipertexto e a informática, tornaria a cultura organizada e linearizada do alfabeto e do livro mais flexível, intuitiva e conseqüentemente mais democrática. Da mente tipográfica, que caracterizava a “Galáxia de Gutenberg”, passou-se para a galáxia de MacLuhan. Com a cultura de massa marcada pela TV agora caminha para a cultura da virtualidade real, embalada pela comunicação essencialmente interativa, (CASTELLS, 1999).

1.4 Sobre a Interatividade

Para alguns autores a *web* é um meio naturalmente interativo pelo fato de que, ao contrário das mídias tradicionais, a comunicação na *web* só se realiza a partir da interferência e escolhas do leitor. Esta característica, aliada às capacidades de processamento da informação do computador, faz com que a Internet provoque debate ligando interação e interatividade.

Lemos (2007), em artigo *on line*, sugere que seja delimitada a interatividade como ação dialógica entre homem e técnica separando a da interação social, em que estariam as relações entre pessoa e pessoa. A partir de sua colocação pode-se dividir esta circunstância em três aspectos fundamentais: a interação entre usuário e máquina, usuário e publicação (conteúdo) e usuário e outras pessoas, sejam elas usuários ou autores.

Lévy, diferenciando o virtual e o atual, o possível e o realizado, argumenta que a interação pode ser reativa, fechada, programada, predeterminada, cujo parâmetro é mecânico,

tipo estímulo-resposta, ou mútuo-aberta, sujeita ao acaso, à interferência dos atores, construída durante relação de permanente negociação e troca:

A interatividade assinala muito mais um problema, a necessidade e um novo trabalho de observação, de concepção e de avaliação dos modos de comunicação, do que uma característica simples e unívoca atribuível a um sistema específico. (LÉVY, 1999, p. 82).

O autor realça a necessidade de uma teoria da comunicação que analise especificidades da comunicação interativa. Ele acaba por montar um quadro baseado em dois eixos centrais para a análise dos meios de comunicação e seu grau de interatividade, em perspectiva que inclui os dispositivos de comunicação e o grau de envolvimento que eles permitem com a mensagem.

Primo (*on line*, 1998) fala na predominância de processos multi-interativos e não de um modelo de interatividade único. Na construção de significados e práticas produtivas da informação, nas relações estabelecidas na comunicação pela *web*, no uso de mecanismos como o *e-mail* ou os fóruns de discussão, há traços do aspecto reativo e também mútuo, provocando o desenvolvimento de estratégias que incluem o consumo de informações personalizadas, ao contrário do tipo de relacionamento de caráter massivo dos meios tradicionais. Também a abertura de canais que estimulam o diálogo entre profissionais e leitores e entre os próprios leitores, como fóruns de discussão sobre as notícias, sugestões de pauta, debate sobre ética, serviços, entre muitas possibilidades.

Estes relacionamentos se materializam pelas interfaces. “A interface contribui para definir o modo de captura da informação oferecida aos atores da comunicação. Ela abre, fecha e orienta os domínios da significação, das utilizações possíveis de uma mídia”. (LÉVY, 1993, p. 181).

O *design*, na lógica hipertextual, na condição de organizador e ao mesmo tempo parte da informação, é básico na construção discursiva, da mesma maneira como as noções de páginas, capítulos, índices, sumários, cadernos e vinhetas são fundamentais em outros meios como o rádio, o jornal, a revista ou o livro.

Assim, nesta amplitude de instâncias que podem ser lidas como interface, algumas interessam mais por sua influência nos processos de comunicação, em especial no direcionamento destas ‘interações’ desenvolvidas na comunicação *on line*, particularmente na *web*. Pode-se concluir que a interface, que participa da construção de sentido, constitui-se

forte elemento político, como condicionante de um processo que pode aproximar ou afastar o usuário da informação desejada.

A Internet não apenas comunica, mas se transforma na experiência. Rifkin (2007) faz um paralelo entre a cultura desenvolvida pelo hipertexto com a da escrita, principalmente depois do advento da imprensa. Acredita que o ciberespaço funciona como um palco, pois não é apenas um meio que exhibe, mas se relaciona com o público de forma inclusiva, incorporando-o no ambiente para que possa atuar dentro dele. Idéia próxima às considerações de Marshall MacLuhan.

Isto apenas significa que as conseqüências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estado introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos (MACLUHAN, 1974, p. 21).

Para ele, cada meio constitui um ambiente cognitivo que se torna o próprio conteúdo da mensagem: “o meio é a mensagem”. Vale ressaltar que o pensamento de MacLuhan está longe de ter aceitação unânime. Cohn, por exemplo, critica a postura do teórico canadense ao não considerar adequadamente o conteúdo: “Assim, um jornal veicula mensagens de modo significativamente diverso daquele de um aparelho de rádio, e essas diferenças são independentes do conteúdo das mensagens emitidas” (COHN, 1977, p. 365).

Castells, por sua vez, considera a mensagem o ponto central que vai estruturar a relação do usuário com o meio, pois, entre as características apontadas por ele, existe a flexibilidade da Internet. Se ela constitui-se em um meio mais aberto, de linguagem híbrida e maleável, a ponto de se tornar a própria experiência a relação com o usuário, é construída no conjunto de dispositivos que aciona.

A análise das coerções exercidas na gestão das relações envolvidas nos processos comunicativos da Internet não pode deixar de lado os valores disseminados que a mensagem veiculada na rede sustenta. Seria pressupor que os processos cognitivos instaurados neste meio são essencialmente abertos, que ocorre indistintamente, ‘universalização sem fechamento’, usando os termos de Lévy (1999).

Por ora, analisando as características básicas da comunicação *on line*, chegamos à conclusão de que se constituiria em ambiente propício para ampliar a participação civil nos negócios públicos. Entendemos o entusiasmo dos primeiros que se debruçaram sobre esta questão, e análise da nova ordem cultural nascente. As perspectivas, de fato, eram alvissareiras. Era de pressupor que a participação civil nos negócios públicos iria se

intensificar até pela multiplicação da quantidade de informação já circulante na sociedade amplamente midiaticizada. Mais ainda agora, quando o processo segue em ritmo de aceleração contínua, como destaca Trivinho:

Até o final da década de 50, a velocidade interna das redes não havia atingido o máximo de seu potencial. Não havia, ainda, transmissões de TV ao vivo a longas distâncias internacionais, fato que só se tornou possível com o lançamento de satélites artificiais, a partir dos anos 60. Em 1965, com o advento do primeiro satélite estacionário de telecomunicação comercial, as redes encontraram a dimensão do instantâneo em nível mundial. Desde então, passam a se nutrir do potencial máximo da velocidade, desencadeando-se assim a sua progressiva saturação. O advento da informática, na década de 70, incrementa ainda mais essa situação: sucessivas versões de computadores, cada vez com recursos mais sofisticados, acoplados ou não ao funcionamento das mídias convencionais, sacramentam a velocidade como vetor da tecnocultura *fin-de-siècle*. (TRIVINHO, 1998, p. 22).

No entanto, nesta perspectiva da velocidade e da circularidade incessante, críticas como a de Jean Baudrillard ressoam: “Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido”. (BAUDRILLARD, 1991, p. 103).

Embora todas as perspectivas otimistas da influência da comunicação *on line*, da Internet, sobre a cultura e comunicação há de se ter cautela.

As novas tecnologias da mídia, da imprensa de Gutenberg à eletrônica de hoje, sempre foram demolidoras. Há, contudo, uma diferença na transição atual. Anteriormente, as inovações da mídia se desenvolviam lentamente, a intervalos de muitos anos: havia tempo para a adaptação das novas técnicas às realidades sociais existentes. Em contraste agora testemunhamos a convergência simultânea de vasta gama de tecnologias de mídia. O período concedido para selecionar suas implicações políticas e econômicas foi reduzido dramaticamente. (DIZARD, 1998, p. 110).

A comunicação *on line*, a Internet, como foco da comunicação, por fazer a convergência midiática – a verdadeira multimídia, devido às suas características, faz crer num espaço em que reina a interatividade, por obedecer à lógica hipertextual e, com isso, tornar-se meio mais intuitivo, capaz de respeitar a singularidade humana. Naturalmente, mais democrática, portanto. Naturalmente, um instrumento capaz de desenvolver uma cultura com esta característica, suficiente para diminuir o déficit democrático. Da teoria à realidade o caminho é um tanto quanto longo, porém. Barramos na primeira dificuldade que é a baixa participação democrática. O sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea se constituem num problema à medida que se constata a distância de um

padrão de democracia considerado ideal. E esta é apenas uma das inúmeras dificuldades, como veremos nos próximos capítulos.

Outra questão relevante é saber se estariam os poderes públicos preocupados em aproveitar todo o potencial oferecido por esta nova mídia para promover a participação popular e aprimorar a democracia. Ao optarmos por uma pesquisa empírica sobre alguns portais públicos tivemos em mente responder a esta dúvida. Imaginamos que um olhar sobre o que está sendo produzido possa sinalizar qual o caminho traçado em relação ao uso da Internet. Entender até que ponto esta nova tecnologia poderia representar um avanço no sistema democrático, se constituindo num vetor de emancipação. Mas e se estiver ocorrendo o contrário? Neste caso, entendemos oportuno uma análise que levante os principais entraves e as consequências que poderão advir. Seria ingênuo postular qualquer análise que não levasse em conta a questão ideológica. E, assim sendo, é ingênuo acreditar que uma tecnologia gerada sob a égide do capital e manipulada por agentes deste sistema, possa carregar em seu bojo um ideal libertário, de emancipação. Longe disso configura-se mais próximo a um instrumento de regulação. Nos últimos anos verifica-se um aumento drástico do acesso à produção científica e tecnológica, com os países de baixa industrialização ocupando, na divisão internacional do trabalho, o lugar de produtores de *commodities* agrícolas, de semiprocessadores industriais, expressando baixos valores agregados e submissão ao atraso e à onerosa dependência decorrente dessa posição. Crescem, também, as desigualdades de renda e de padrão de consumo no interior das sociedades afluentes.

Antes da análise sobre estas questões que preocupam e da nossa tentativa de provar que a Internet, ao contrário do que tem sido amplamente festejado por alguns autores e teóricos, está criando um abismo entre os cidadãos, ampliando a exclusão de uma grande maioria nas decisões e influências sobre o poder, entendemos oportuno, mesmo que de forma simplificada, abordar alguns aspectos sobre a democracia, e a questão da participação popular, sabendo, obviamente, que considerações sobre o tema, serão sempre genéricas, tendo em vista as inúmeras interpretações. No próximo capítulo fazemos estas considerações. Os modelos relacionados no próximo capítulo serão usados como referenciais para a pesquisa empírica e mediremos a participação popular e os vetores de emancipação através das indicações destes sistemas.

2. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

As conceituações que faremos, assim como a descrição das características de modelos políticos usadas para balizar a pesquisa empírica, podem parecer ingênuas, quando temos em mente que vivemos num sistema ‘capitalista ciberdromocrático global’ (TRIVINHO, 2007), como analisaremos nos capítulos finais e, sejam quais forem as conceituações ou parâmetros que se usem para traçar alguma linha de pensamento, não se pode ignorar a vasta e divergente interpretação que se dá a cada um dos termos, como democracia e participação popular, tornando grande o número de problemas conceituais, teórico-metodológicos relacionados à caracterização e problematização da democracia. Também, por estes motivos e por considerar que a condição transpolítica está intrinsecamente ligada à ‘dromocracia cibercultural’, como explicaremos depois, pode parecer irrelevante à pesquisa. No entanto, uma de nossas propostas é promover um olhar analítico sobre a comunicação pública *on line* que está sendo praticada naqueles que consideramos estar entre os principais portais públicos brasileiros. Através deste olhar queremos provar que ingênuas são, na realidade, as manifestações dos ciberufanistas, pois:

As vozes mais desavisadas e/ou ufanas – não raro jornalisticamente badaladas – sobre a significação social-histórica do *cyberspace* insistem em promover apenas os aspectos ultrafuncionais da rede. Todavia não se trata de algo tão exclusivamente inofensivo quanto à primeira vista parece. (...) O *cyberspace* é, no fundo, uma máquina de guerra imaterial, impessoal, simbólica (há décadas civilizada, isto é, tornada civil e, assim ‘domesticada’) contra o corpo próprio, o campo próprio e a alteridade). (TRIVINHO, 2007, p. 348-349).

Mesmo comungando desta linha de raciocínio, insistimos na análise dos portais pelos motivos expostos e, principalmente por entender que o que encontramos neles, a forma como a comunicação pública *on line* vem sendo executada, é um ressoar do que vários teóricos têm apontado em diversos outros campos da comunicação, com reflexos na articulação e modulação da vida social, cultura, política e econômica: uma descorporificação, uma falta de sentido, uma insustentável dissolução de tudo o que era sólido, consistente, dando lugar a uma comunicação sem comprometimentos, mais preocupada em parecer ser, em construir certas visibilidades: tudo muito *light*, de fácil absorção, porém, desprovida de sentido mais amplo. Para tal é necessário encontrar e estabelecer parâmetros para a pesquisa dentro dos modelos que aí estão. Antes da análise propriamente dita, é oportuno explicar e estabelecer estes parâmetros, que vão nortear a pesquisa. O primeiro a ser estabelecido é um parâmetro que

possa indicar um padrão ideal de democracia. Sabemos das dificuldades em encontrar ou apontar este padrão ideal, pois há concepções variadas de democracia. Porém, encontrar parâmetros efetivos é uma necessidade, já que a questão democrática interessa a todos indistintamente, independente das visões pessoais. Sabemos também que os conceitos mudam, aperfeiçoam-se, distanciam-se ou aproximam com o correr do tempo, até por ser assunto sempre em pauta, já que é inerente à condição de vida do ser humano e, por isso, assunto permanentemente em debate e insistentemente teorizado:

A democracia talvez por ser um enigma – e como não o seria se, através das mutações históricas, é um tema incessantemente retomado? Poderia tornar-se um campo de interrogação na qual até mesmo aquela rivalidade chegasse a ser compreendida. Não porque todos democraticamente desejamos a democracia. Nem porque todos ‘democraticamente’ a discutiremos. Mas porque a interrogação acerca da democracia é uma indagação em que estamos todos implicados como sujeitos, sem que possamos reivindicar o lugar imaginário do saber separado. (CHAUÍ, 2001, p. 137).

Independente da complexidade faz-se necessário estabelecer alguns parâmetros para efeito desta e de qualquer outra pesquisa semelhante. Para tal, há de se perguntar primeiro que características uma democracia efetiva deveria ter. Acompanhemos Bucy e Gregson (2000). Num nível socialmente relevante uma democracia deve ser considerada capaz de satisfazer requisitos básicos de participação quando atende às seguintes premissas:

- a) Um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não-distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão em níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político.
- b) Possibilidade dos cidadãos de acesso aos debates públicos já começados com a possibilidade de se iniciarem novos debates desta natureza, onde a cidadania deveria exercitar oportunidades de argumentações, possibilitando o desenvolvimento de argumentações próprias e do envolvimento em procedimentos deliberativos no interior dos quais se formariam as próprias opiniões e as decisões políticas.
- c) Meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão, mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais.

d) Habilitação que dê condições e oportunidades para uma eficiente comunicação da sociedade civil com seus representantes, para deles cobrar explicações e prestações de contas.

A partir destes parâmetros ou de outros semelhantes, é que estaria em crise o modelo de democracia representativa, ou de democracia liberal. Numa lista aleatória, podemos apontar como evidências desta crise a apatia dos eleitores, a ausência de efetividade da cidadania no que tange aos negócios públicos, o desinteresse público na vida política, uma informação política distorcida ou excessivamente dependente dos meios de massa, a desconexão entre sociedade política e esfera civil, a ausência do mais elementar sentido de soberania popular e a desconfiança generalizada com respeito à sociedade política.

Tanto na crítica marxista quanto na de McPherson, a ênfase é dada ao fato de que a democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica, é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia. Se, na tradição do pensamento democrático, democracia significa: a) igualdade, b) soberania popular, c) preenchimento das exigências constitucionais, d) reconhecimento da maioria e dos direitos da minoria, e) liberdade, torna-se óbvia a fragilidade democrática do capitalismo. (CHAUI, 2001, p. 141).

É por isso que a política contemporânea aparece como tema de grande parte da literatura que trata da relação entre os novos meios de comunicação e a política como incapaz de satisfazer os requisitos da democracia, nos seus sentidos básicos. O verbete ‘participação política’ é sempre apontado como o principal motivo para a realização de um modelo ideal de democracia. O público, a cidadania, a esfera civil é o sujeito dessa participação política, encetando a crise aqui referida. E onde deveria ocorrer esta participação? A resposta a esta indagação varia e numa lista também aleatória poderíamos enumerar: na vida pública, nas eleições, na vida institucional, nos negócios públicos, na decisão política. A resposta varia, obviamente, de acordo com o modelo de democracia de cada um. Também Boaventura de Souza Santos, falando da crítica de Marx à democracia liberal, enfatizou:

a separação entre a igualdade política e a desigualdade econômica operada pelo capitalismo é pouco mais que ilusório. Porque o ser social determina a consciência, a autonomia e a liberdade atribuídas à subjetividade individual no capitalismo são ilusões necessárias para a reprodução das relações capitalistas. Ao declarar não-políticas as distinções de nascimento, classe social, educação e ocupação, o Estado capitalista permite que elas operem livremente na sociedade, intocadas pelo princípio

da igualdade da cidadania política que, por essa razão, é meramente formal (SANTOS, 2001, p. 241).

A idéia de democracia, amplamente utilizada em relação às tecnologias da informação e comunicação, em geral, e à Internet, em particular, parece conter três níveis de análise, misturados nos discursos sobre o tema. A primeira classe engloba os discursos que tratam a democratização como igualdade de acesso e pertencem a este nível os discursos que versam principalmente sobre a inclusão digital. É o discurso mais comum nos diversos níveis de governo e em muitas entidades da sociedade civil, que tomam por democráticas as iniciativas de acesso coletivo, subsídio ao custo dos equipamentos e infra-estrutura, capacitação em massa de usuários, distribuição de *software* livre e outros temas afins, que podem ser interpretados como uma forma de democratização da Internet, ou seja, sua disseminação igualitária pelos diversos níveis socioeconômicos da sociedade.

Já os analistas europeus e norte-americanos, principalmente, trazem um outro nível de discurso. Geralmente sociólogos referem-se às mudanças estruturais e conjunturais que a forma de governo democrático, nos padrões contemporâneos, ocorre ou tende a ocorrer com a disseminação da Internet na sociedade. Este nível tem como tema principal a ciberdemocracia, tida por autores como Pierre Lévy como uma evolução do atual estado democrático da maioria das nações, principalmente em seus aspectos formais, provocado pelas possibilidades da ‘inteligência coletiva’, sendo esta impulsionada pelo advento da internet (LÉVY, 1998) De maneira geral, podemos imaginar este nível como o da ‘democratização pela Internet’.

O terceiro discurso é construído pela negação, uma espécie de alerta. Aponta as falhas da democracia nas sociedades contemporâneas e o risco de elas se aprofundarem com o uso das técnicas propiciadas pela Internet. Engloba-se aqui uma série, um tanto heterogênea, que abriga os discursos da sociedade de controle, da hegemonia cultural, do domínio privado-corporativo dos meios de comunicação e, por fim, da sobreposição da técnica em relação ao político. Podemos caracterizá-los como discursos da *Internet* contra a visão idílica da Internet como espaço liso de democratização. E é nesta linha de pensamento que nos identificamos e na qual vamos trabalhar. Vilches simplificou estes entendimentos contraditantes:

O desenvolvimento da Internet e das tecnologias digitais suscitaram uma quantidade relativamente grande de estudos e abordagens especializadas que proclamam o advento de uma nova ordem comunicacional. Esses escritos permitem distinguir tradições conceituais e culturais nitidamente dispostas em duas fileiras que correm paralelas ao desenvolvimento econômico-tecnológico de nossa sociedade contemporânea. De um lado, a versão otimista e utópica que prevê uma sociedade

mais igualitária, mais livre e com o pleno exercício do direito de expressão individual, que será obtido com o desenvolvimento das Teorias (sic) da Informação e da comunicação (TICs). Do outro lado, uma crítica radical a essas posições, uma vez que o desenvolvimento das tecnologias é uma fase de adaptação do capitalismo – cujos objetivos estão na base dos novos embates entre conflitos sociais e profundas desigualdades no acesso às oportunidades e melhoria da qualidade de vida – é uma virtual submissão da democracia ao poder das economias globais. (VILCHES, 2003, p. 12).

As divisões aqui apontadas são simplificadoras. Os discursos concretos muitas vezes se sobrepõem e se fundem, remetendo simultaneamente a níveis distintos. Estas categorizações têm como objetivo organizar as formações discursivas, de maneira que se possa estabelecer um campo de análise.

Democracia digital, democracia eletrônica, ciberdemocracia, democracia virtual, teledemocracia, são algumas das expressões mais extensivamente empregadas por políticos e militantes sociais, pesquisadores, enfim, pelo discurso público. A idéia de democracia digital serve como um campo magnético capaz de atrair para o seu centro temas relacionados à política ou à democracia em sua ligação com um considerável número de verbetes da cibercultura, tais como, dentre outros: *Internet, novas tecnologias, mundo digital*, etc. É um universo sem fronteiras ou fronteiras não muito precisas, situado no cruzamento entre duas dimensões que, por si só, já são imprecisas: democracia e as tecnologias digitais. Se isso ocorre com a expressão, com o conceito e com a referência da democracia digital, algum efeito haveria de ter sobre a pesquisa.

A investigação sobre democracia digital é hoje ampla, multifacetada e dotada de um foco não-sistemático. Ampla, principalmente em virtude da extensão atribuída à idéia de democracia. Democracia e democrático são designadores de alta rentabilidade simbólica empregados tanto para qualquer fenômeno político em sociedade de regime democrático, quanto para os fenômenos propriamente relacionados ao método democrático de governo e vida cívica. Portanto, de fácil uso, adaptável e útil em muitas circunstâncias.

Como algo novo, a *web* tende a crescer e sua consolidação como meio hegemônico é questão de tempo, segundo indicam analistas de mercado, especialistas e estudiosos da tecnologia. Bill Gates, símbolo do sucesso na era da microinformática, e condutor das estratégias da *Microsoft*, empresa que detém o domínio do mercado de sistemas operacionais para equipamentos do tipo PC com seus Windows, no livro *A empresa na velocidade do pensamento* propõe: “adote o estilo de vida *web*” (GATES, 1999). Este estilo consiste transformar a *web* num estilo de vida que inclui a centralização de diversas atividades por meio da Internet, incluindo trabalho, diversão, sociabilidade e, principalmente, consumo.

Dentro de uma década, a maioria dos americanos e muito mais gente em todo o mundo estará levando o estilo de vida *web*. Será um ato reflexo para essas pessoas entrar na *web* para saber notícias, aprender, divertir-se e comunicar-se. Será tão natural quanto pegar o telefone hoje para falar com alguém ou encomendar algo de um catálogo. Pela *web* você vai pagar suas contas, administrar suas finanças, comunicar-se com seu médico ou realizar qualquer negócio. Da mesma forma natural, levará consigo um ou mais dispositivos pequenos, para estar em contato constante e realizar negócios eletrônicos onde quer que esteja. (GATES, 1999, p. 122-123).

Bill Gates, dono de uma das maiores fortunas mundiais, deve ter motivos de sobra para estar feliz e otimista. Ironicamente estamos em 2009, a década prevista por Gates, e não se torna necessário provar que suas previsões não se concretizaram, nem nos Estados Unidos e muitos menos no restante do mundo. Basta olhar para os lados. Se bem que, assistimos, nas últimas três décadas a informatização e a virtualização generalizadas dos processos e relações sociais. Indivíduos, empresas, instituições e estados – são todos espécies de imigrantes. Imigrantes de uma nova economia criada pelas tecnologias do conhecimento, ‘que supõe o deslocamento para um planeta altamente tecnificado’.

a vida econômica e política, assim como as relações sociais, a educação e o entretenimento estão submetidos a um processo de migração que alguns já batizaram de nova ordem social. Essa nova ordem expressa-se numa sociedade digital que é, simultaneamente, território de desenvolvimento e centro de comunicações. (VILCHES, 2003, p. 13).

A virtualização, de modo compulsório, amplia este território para as experiências do cotidiano, numa ciberaculturação generalizada, com consequências em todos os aspectos e setores da vida humana. Nicolas Negroponte, no livro *A Vida Digital*, sintetiza este novo mundo comparando átomos com bits. Acredita que a melhor maneira de avaliar os ‘méritos e as consequências’ da vida digital é refletir sobre esta diferença. Após considerar que estamos vivendo na era da informação e que a maior parte das informações ainda chega até nós em forma de átomos, jornais revistas e livros, caminhamos para uma nova ordem social onde deve prevalecer uma economia baseada em bits e não mais em átomos. Para exemplificar esta nova ordem ele conta:

Não faz muito, estive presente a um encontro administrativo de altos executivos da PolyGram, em Vancouver, no Canadá. O propósito da reunião era intensificar as comunicações entre as gerências e oferecer a todos um panorama do ano vindouro, incluindo-se aí muitas amostras de discos, filmes, jogos e vídeos de rock a serem lançados em breve. Tais amostras seriam despachadas para o encontro por intermediários da Federal Express, e sob a forma de CDS, CD-ROMS e fitas vídeo-cassete – um material físico em embalagens de verdade, com peso e tamanho. Por

infelicidade, parte do material ficou retido na alfândega. Naquele mesmo dia, eu estivera despachando e recebendo bits pela internet em meu quarto de hotel, enviando-os e recebendo-os do MIT e de todas as partes do mundo. Ao contrário dos átomos da PolyGram, meus bits não ficaram retidos na alfândega. A superestrada da informação nada mais é do que o movimento global de bits sem peso à velocidade da luz. Todas as indústrias, uma após outra, olham-se no espelho e se perguntam sobre seu futuro; pois bem, esse futuro será determinado em 100% pela possibilidade de seus produtos e serviços adquirirem forma digital. (NEGROPONTE, 1995, p.17).

O mundo que conhecemos ainda é analógico, porém, as mudanças parecem inevitáveis e são percebidas dia-a-dia. Haverá, a partir disso, um novo arranjo tecnocultural. Incorporaremos as mudanças em nossas vidas cada vez com mais intensidade. Negroponte (1995, p. 141) previa em 1995 que, “no próximo milênio, vamos nos surpreender falando tanto ou mais com as máquinas do que com outros seres humanos”. Este novo arranjo tecnocultural, esta dependência dos meios à nova economia e às tecnologias do conhecimento podem ser considerados como fenômenos culturais cujas dimensões futuras ainda são imprevisíveis:

Na cibercultura, pela necessidade seja de mobilização de racionalidade técnica, seja de expressão lúdica, evidencia-se, pois, este processo: não há sujeito que doravante viva sem que tenha de se haver, em algum momento, com as tecnologias do virtual e com a sociossemiose que as abarca e as promove. É impossível ser nesta época sem que isso – quer dizer – o ser, aqui tomado, não como substância, mas como processo – se passe nessa e por essa via, modo social por excelência do agenciamento transpólitico operado pelos media interativos. (TRIVINHO, 2003, p. 107).

2.1 Alterações previstas nas questões políticas

As opiniões dos pesquisadores sobre quais alterações deverão ocorrer nas questões políticas a partir da influência gerada pela Internet, como vimos anteriormente, variam. As variações começam na discussão sobre se esta influência será positiva, negativa ou ambígua. A avaliação está ligada à escolha dos referenciais teóricos. Todavia, o que se observa no momento é um debate mais cauteloso do que aquele travado no primeiro instante, a respeito do alcance do novo meio e das possíveis transformações na relação entre Estado e cidadania. A possibilidade de ruptura radical do sistema político contemporâneo em direção a uma dinâmica que radicalize a participação da esfera civil nas coisas do Estado parece descartada até mesmo pelos mais otimistas. Nem mesmo os que consideram os efeitos da Internet sobre a esfera política como potencialidades de melhorias efetivas no ambiente democrático enxergam a possibilidade de um avanço radical. No momento, limitam-se a pregar a

possibilidade de maior fluxo da informação, reforço dos laços comunitários, revigoramento da participação política do cidadão e da capacidade do novo meio em provocar novas formas de relação entre o público e as instituições do Estado contemporâneo. Entre os que transitam por esta linha de pensamento podemos citar: Cleaver (1998); Deibert (1998), Bucy e Gregson (2001), Chadwick (2003), Ester e Vinken (2003).

Bimber (1998) acredita que a Internet possibilitará maior quantidade de informações governamentais e políticas, possibilitando que sejam colocados sobre escrutínio públicos temas de interesse geral, fomentando assim a transparência nos negócios públicos, gerando, conseqüentemente, maior envolvimento da população com as questões políticas. Acredita que o novo meio contribuirá para a descentralização dos antigos meios de comunicação, diminuindo a influência das organizações midiáticas sobre a formação da agenda política, fazendo com que diversos assuntos que não chegariam aos cidadãos sejam debatidos pela sociedade.

Outro otimista é Cimmler (2001), para quem a Internet abriria novas avenidas para a realização de uma democracia mais direta e deliberativa. Acredita que, por meio da interatividade, este veículo encorajaria a troca de serviços e informações e a realização de fóruns e conferências *on line*, vislumbrando aí a participação direta do cidadão no processo de tomada de decisão e influência sobre ele. Porém, este otimismo é visto como ingênuo por muitos. A realidade tem mostrado que a prática não tem sido esta. Mesmo para aquele com desejo de ser otimista, é difícil não estar com os olhos abertos para os graves problemas resultantes desta nova forma de comunicação:

Essa visão romântica da tecnologia esbarra numa dura crítica elaborada por um conjunto de teóricos, os quais, de uma perspectiva mais política do que teórica, afirmam que os meios distanciaram-se da realidade para se colocarem a serviço de uma sociedade virtual subordinada ao sistema capitalista. (VILCHES, 2003, p. 16).

Nas mais diversas visões, porém, é comum a inquietação sobre a mercantilização e comercialização da Internet, na falta de confiabilidade nos dados disponíveis na rede e da falta de diferenciação entre as demandas públicas e as privadas no ciberespaço.

A origem da Internet e a forma como ocorreu sua expansão, assim como alguns aspectos de como se deu a revolução da tecnologia da informação em diversas regiões do mundo, dão margem à desconfiança de que é impossível que sejam usados como instrumento de emancipação da sociedade. Não é este o objetivo original do sistema. Enganam-se os que acreditam no potencial democrático da Internet apostando na chamada anarquia do veículo,

baseada na inexistência de um centro emissor. A rede surgiu por iniciativa da *Advanced Research Projects Agency*, a *ARPA*, agência de pesquisa criada pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower, em 1957, em decorrência da chamada Guerra Fria, iniciada no pós-segunda guerra com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. A existência de mísseis nucleares na ilha de Cuba aumenta a tensão e a *ARPA* trabalha para o desenvolvimento de um sistema capaz de garantir as comunicações governamentais mesmo diante de um ataque nuclear. Em 1962, visando a expansão e ao aprimoramento da tecnologia, toda pesquisa que vinha sendo desenvolvida por estas agências de pesquisa avançada é disponibilizada para universidades, lançando bases para o que viria a ser a *ARPANET*. O objetivo de repassar este conhecimento às universidades e não à iniciativa privada era que elas investiriam nos estudos das tecnologias, independente de lucros. Também havia a visão de que deveria ser desenvolvida uma maneira de facilitar a comunicação entre os civis e não só entre os militares, capaz de transmitir informações como textos científicos, fotos e ilustrações gráficas ou anotações. Em 1969, a *Universidade da Califórnia de Los Angeles* (UCLA) propõe à *ARPA* que ela assumira e mantenha uma rede especial para o projeto *ARPANET*. Em 1972 a *ARPA* muda de nome. Passa a ser *DARPA*, *Defense Advanced Research Projects Agency*, e já conta com 23 servidores conectados na *ARPANET*. Em 1976 é adotado o protocolo *TCP/ IP*, *Transmission Control Protocol/ Internetworking Protocol*, para a comunicação entre as máquinas. Os computadores passam a ter um protocolo para conversarem entre si. Esse protocolo estabelece que cada computador tenha um número e esse número seja como um ‘telefone’ da *ARPANET*, que poderá identificar, assim, onde o computador está. Esta mudança permite uma comunicação de maior número de dados e maior controle sobre os pontos da rede, já que cada servidor passa a contar com seu próprio número IP para onde os dados são enviados. Também em 1976 é usado, pela primeira vez, o termo INTERNET pelos professores Vint Cerf e Bob Kahn. O termo é usado para descrever o futuro da *ARPANET*, que acabaria, na visão dos professores, englobando outras redes menores de fundo universitário e de pesquisa.

Em 1979, já se percebe o interesse comercial pelo potencial da rede que está sendo criada. A *IBM* funda a *BITNET* (*Because It's Time Network*), um serviço que permite aos usuários trocar e-mails e participar de grupos de discussão. Um passo fundamental para a época, sendo investida soma considerável de dinheiro em um negócio de que muitas pessoas descreditavam até então. Em 1983 é criado um comitê: *IAB* (*Internet Activities Board*) para regulamentar, manter e desenvolver a Internet.

Em 1984, o projeto é dividido em dois, ficando a *ARPANET*, agora *INTERNET*, aberta ao público, e a *MILNET*, para a rede já existente, de fins militares.

A vocação deste meio de comunicação como arma de guerra muda consideravelmente a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim. Com o fim da Guerra Fria, a partir de 1990 a rede entra em fase globalizante, começando a ocorrer progressivamente sua comercialização. Entra em operação o primeiro provedor de acesso comercial e intensifica-se o avanço internacional em direção ao mercado. Neste mesmo ano de 1990, o Brasil, ao lado da Argentina, Áustria, Bélgica, Chile, Grécia, Índia, Irlanda, Coréia do Sul, Espanha e Suíça, conecta-se formalmente a *NSFnet*. Em 1991 é criada a *Internet Society*, organismo não-governamental que assume o gerenciamento da rede. O estado norte-americano se afasta mais da administração formal e assume posições indiretas, ainda dominantes, como veremos mais à frente. Neste ano é adicionado à internet o serviço *World Wide Web* (WWW) consórcio que seria responsável pelas determinações técnicas de programação e linguagem da Internet. Através da linguagem *Hyper Text Markup Language* (HTML) o usuário poderá navegar por documentos que contêm múltiplas mídias, ou seja, fotos, sons, imagens e textos.

O afastamento do estado norte-americano da administração formal da Internet é descrito por Lévy como a apropriação pelos sujeitos de componentes criados em estrutura de poder e dominação, a potência de cálculo arrancada do Estado, do exército, dos monstros burocráticos que são as grandes empresas e restituídas, enfim, aos indivíduos.

a partir dos anos 70, o preço dos computadores estava ao alcance das pessoas físicas, e neófitos podiam aprender a usá-los sem especialização técnica. O significado social da informática foi completamente transformado. Não há dúvida de que a aspiração original do movimento foi recuperada e usada pela indústria. Mas é preciso reconhecer que a indústria também realizou, à sua maneira, os objetivos do movimento. Ressaltemos que a informática pessoal não foi decidida e muito menos previsto, por qualquer governo, ou multinacional poderosa. Seu inventor e principal motor foi um movimento social visando à reapropriação em favor dos indivíduos de uma potência técnica que até então havia sido monopolizada por grandes instituições burocráticas.
(LÉVY, 1999, p. 125).

Castells parece mais sóbrio ao lembrar que a revolução da informática é decorrência de condições sócio-históricas que, entre outras coisas, transformaram o Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos, em ambiente propício ao desenvolvimento da tecnologia e à interação das pessoas na criação de técnicas e usos inovadores,

concentração espacial de centros de pesquisa, instituições de educação superior, empresas de tecnologia avançada, uma rede auxiliar de fornecedores, provendo bens

e serviços e redes de empresas com capital de risco para financiar novos empreendimentos. Uma vez que este meio já esteja consolidado, como o Vale do Silício na década de 70, ele tende a gerar sua própria dinâmica e a atrair conhecimentos, investimentos e talentos de todas as partes do mundo. (CASTELLS, 1999, p. 73).

O autor lembra ainda que, conscientes do papel estratégico, e movidos pelo espírito de alta competição entre as nações, houve uma efetiva participação do Estado, em várias regiões do mundo, para a implantação da nova tecnologia. Japão, Coréia, China e Europa investiram grande soma de recursos para ter acesso à nova descoberta. Volumosas verbas governamentais também haviam sido usadas pelo governo norte-americano para o desenvolvimento da Internet. “Portanto, foi o Estado, e não o empreendedor de inovações em garagens que iniciou a revolução da tecnologia da informação tanto nos Estados Unidos como em todo o mundo”. (CASTELLS, 1999, p.73). Analisando diversos mecanismos de controle dos padrões e normas que regem a expansão e a adesão mundial à Internet e através do cruzamento destes diversos controles, Silveira aponta uma “hierarquização de redes”:

A coordenação do Estado norte-americano sobre a rede mundial não deixa dúvidas a respeito do caráter político de seu domínio. A lógica de decisões da rede busca beneficiar os interesses norte-americanos (do Estado, de suas empresas, de sua cultura). A Internet nasceu dentro do Estado norte-americano e foi se espalhando pelo mundo ainda num contexto de Guerra Fria. Ligar-se à rede era ligar-se aos provedores de *backbone* (espinha dorsal da Internet) norte-americanos e aceitar os seus padrões e protocolos. (SILVEIRA, 2000, p. 127).

Portanto, a tão propalada anarquia da Internet, resultado da inexistência de um centro emissor, não se configura a contento. Houve e há uma centralização de operações a partir dos Estados Unidos, definindo os rumos e distribuindo ao restante do mundo. A inexistência de um centro emissor não exclui a existência de uma hierarquia e de padrões. “Na economia da informação, uma economia tipicamente de rede, dominar padrões significa dominar o mercado”. (SILVEIRA, 2000, p. 127). Mesmo que a Internet não possua uma estrutura centralizada, os Estados Unidos mantêm uma posição privilegiada de influência nos rumos da apropriação social da rede. Entre outros argumentos usados por Silveira neste sentido ele lembra a IANA (*Internet Assigned Numbers Authority*), órgão que coordena a distribuição de domínios (sistema de endereçamento na rede e os parâmetros utilizados para protocolos de conexão à Internet, à época da constituição do *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)*). Este organismo foi criado a partir de 1998 e assumiu as políticas de distribuição de domínios em substituição à IANA. Foi formado por quatro representantes dos

Estados Unidos, três da Europa, dois da Ásia e Austrália, nenhum da África ou América Latina, impedidas, assim, de qualquer influência na definição das políticas que determinam o funcionamento da rede. Boaventura de Souza Santos diz que “em relação ao acesso ao espaço eletrônico, é já claro que as auto-estradas da informação não vão servir por igual todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global”. (SANTOS, 2006).

O mundo da comunicação está dividido em Norte e Sul. Os moradores do Norte (Estados Unidos e Europa) construíram a grande cidadela ciberespacial, unidos por amplas redes tecnológicas e comerciais que superam toda fronteira física e espaço geográfico. O Sul (Ásia, países árabes e América Latina) é um planeta com milhões de habitantes que se encontram fora da cidadela. Cerca de 65% da população não têm telefone e 40% não têm eletricidade. Como nos contos maravilhosos russos, a história começa com carência – falta alguma coisa nesse mundo; e seus habitantes têm de conseguir mudar a história. (VILCHES, 2003, p. 31).

O avanço da conexão à Internet no mundo passa a ser de fundamental importância, haja vista o papel da tecnologia na sociedade. Esta expansão obviamente está associada às questões estratégicas, tanto políticas quanto econômicas, definidas no seu modelo. Boaventura, em seu questionamento sobre o acesso dentro do espaço eletrônico, lembra que há diferenciações e estratificações iminentes:

A própria estrutura organizativa altamente concentrada de um espaço que seduz pelo seu caráter aberto, anárquico e infinitamente acessível, não pode deixar de levantar questões perturbadoras. Todos os endereços eletrônicos mundiais (IP – Internet Protocol) estão alojados em treze servidores, dez nos EUA, dois na Europa e um no Japão. Se estes servidores forem desligados desaparece toda a Internet. Por outro lado, é uma empresa privada sem fins lucrativos, norte-americana, com sede em Los Angeles, (*ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) que, em articulação com o Departamento de Comércio dos EUA, gere todos os domínios de internet atribuídos no mundo inteiro (ou seja, gere o cadastro da Internet mundial)” (SANTOS, 2006, p. 307-308).

Também por estes motivos, para alguns autores, o uso do meio traria mais oportunidade de participação apenas para as elites. Enquadra-se nesta lista de pensamento Buchstein (1997), Dean (1997), Barnett (1997), Chalaby (2000). Embora reconheça a potencialidade da Internet como vetor da participação popular nas coisas do Estado, Buchstein aponta diversos problemas oriundos do uso do meio para fins políticos e avalia que prevalecem efeitos negativos da Internet sobre a democracia,

A Internet leva a política para longe de seu habitat público. Preferências sobre assuntos públicos são expressas literalmente do centro da existência privada. A democracia divorcia-se dos espaços simbólicos de preocupação com o bem comum. A Internet provavelmente irá encorajar juízos privados sobre assuntos públicos e assim erodir a cidadania publicamente orientada. (BUCHESTEIN, 1997, p. 259).

Outros autores, como Coleman (1999), Barber (2000), DiMaggio (2001), Kinder (2002), Downey e Felton (2003), embora reconheçam que as tecnologias da comunicação e da informação tenham poder de incrementar a participação civil, afirmam que elas não são intrinsecamente democráticas, apontando a possibilidade de levar a uma maior centralização do poder. Para eles, os efeitos da Internet sobre a esfera política dependerão da organização social do seu uso. A mesma dúvida já havia sido apontada por Papacharissi,

É importante determinar se a Internet e suas tecnologias correlatas irão realmente revolucionar a esfera política ou se serão adaptadas ao *status quo* corrente, especialmente em um momento em que o público demonstra uma atividade política dormente e há um crescente cinismo político (PAPACHARISSI, 2002, p. 10).

A questão de ser a Internet vetor da participação popular nas coisas do Estado se atém, nesta linha de pensamento, à concepção de formas de uso. Lee Salter (2004) acompanha esta linha de raciocínio ao afirmar que a Internet disponibiliza inúmeras ferramentas que, em si mesmas, não a definem, mas propiciam aos agentes alternativas de como desenvolver e para que fins utilizar o meio. Para ele, seria inócuo avaliar apenas a potência técnica da Internet sem se levar em conta que diferentes usos podem ser feitos da tecnologia, a depender de uma série de escolhas a serem tomadas pelos atores políticos, no que se refere a este estudo. O autor, ao se referir à 'forma de uso', parte do entender de que as tecnologias são desenvolvidas para atender determinados usos, certas finalidades, sendo que a cada uso corresponderia uma necessidade e a cada necessidade um interesse particular. Observa ainda que muitas vezes as tecnologias são elaboradas de modo que podem ser usadas para outros fins que não os previstos. A Internet, ela em si, é um exemplo, já que sua motivação inicial foi a criação de um mecanismo de controle militar, o que distancia dos modos alternativos de sua utilização nos dias de hoje. A não ser que a consideremos ainda servindo como instrumento de guerra, mas de uma guerra mais subjetiva, sutil. Arma de guerra de um poder global para manter e ampliar seu ganho e influência. Visão plenamente possível, como veremos no decorrer deste trabalho. Por ora, voltemos ao pensamento de Lee Salter de que a Internet, a exemplo de outros meios, produz efeitos positivos ou negativos dependendo da forma com que for usada, provoca ou não mudanças em função do que as pessoas façam do seu uso. Com

relação à interatividade, o autor ressalta que não é apenas pelo fato de uma informação poder ser distribuída facilmente pela rede que interessa e sim como o meio possibilita uma nova forma de geração de informação, na qual o usuário não é mais um recipiente passivo, mas, sobretudo, um participante ativo.

Assim, concluímos, a princípio, que a comunicação pública *on line* poderia constituir-se em vetor da participação popular dependendo da forma com que venha a ser executada pelos agentes políticos. Mesmo que os governos tenham à disposição uma série de ferramentas que possibilitem melhor relação entre cidadão e Estado, diferente da atual relação com os meios de comunicação de massa, tais recursos nem sempre são adotados de modo a garantir maior soberania da sociedade civil. Na análise efetuada neste estudo, percebemos que os portais públicos são utilizados como os tradicionais veículos de comunicação, promovendo apenas informação unidirecional sem se preocupar com as contribuições que os cidadãos possam ou queiram oferecer. Também veremos da impossibilidade do veículo ser considerado como vetor democrático, por questões sociológicas que ultrapassam a forma de uso, constituindo-se em si mesmo, e por si mesmo, em vetor do abismo social que separa indivíduos e Estados, ampliando os privilégios daqueles que já usufruem todos os privilégios recorrentes de um acesso privilegiado de informação e de domínio tecnológico e cognitivo.

Também não podemos ignorar a crítica que se faz ao modelo de democracia liberal por ser modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica, constituindo-se, portanto, numa farsa. Nesta visão, a comunicação pública *on line*, dentro de um estado liberal, estaria impossibilitada de vir a ser instrumento de emancipação, por estar comprometida, assim como o capitalismo, com o mercado. A ligação seria intrínseca, indissociável. A modelação sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica, faria com que o modelo se apresentasse como uma farsa, explica Marilena Chauí:

A peculiaridade liberal está em tomar a democracia estritamente como um sistema político que repousa sobre os postulados institucionais que se seguem, tidos como condições sociais da democracia 1) A legitimidade do poder é assegurada pelo fato de os dirigentes terem obtido pela consulta popular periódica, onde a ênfase recai sobre a vontade majoritária. As condições aqui postuladas são, pois, a cidadania e a eleição 2) A eleição pressupõe a competição entre posições diversas, sejam elas de homens, grupos ou partidos. A condição aqui postulada é a existência de associações cuja forma privilegiada é o partido. 3) A competição pressupõe a publicidade das opiniões e liberdade de expressão. A condição aqui postulada é a existência da opinião pública como fator de criação da vontade geral. 4) A repetição da consulta em intervalos regulares visa a proteger a minoria garantindo sua participação em assembléias onde se decidem as questões de interesse público, e visa a proteger a maioria contra o risco de perpetuação de um grupo no poder. As condições aqui postuladas são a existência de divisões sociais (maioria/minoria) e de parlamentos. 5) A potência política é limitada pelo judiciário, que não só garante a integridade do cidadão face aos

governantes, como ainda garante a integridade do sistema contra a tirania, submetendo o próprio poder à lei, isto é, à Constituição. As condições aqui postuladas são a existência do direito público e privado, a lei como defesa contra a tirania e, por conseguinte, a defesa da liberdade dos cidadãos. (CHAUI, 1989, p. 141).

Na análise que faremos sobre os portais selecionados o objetivo foi perceber qual tipo de comunicação vem sendo desenvolvido pelos poderes públicos, através de seus portais, pesquisando os portais do Governo Federal, da Câmara dos Deputados, dos Governos do Rio de Janeiro e São Paulo e respectivas Assembléias Legislativas destes Estados. Tentaremos responder, no próximo capítulo a dúvida sobre como os Poderes Públicos vêm utilizando esta nova mídia. Existe, de fato, uma preocupação de acelerar o processo de participação popular nas questões do Estado? Estão sendo abertos caminhos que permitam interatividade do cidadão com o governo? A comunicação pública *on line* que está sendo praticada no Brasil tem algum perfil ideológico perceptível? Embora nosso entender de que as novas tecnologias, a Internet especificamente, ao contrário do que vem sendo amplamente festejado por alguns teóricos seria, pela forma como foi e vem sendo concebida, mais um instrumento de exclusão social, entendemos que analisar a produção pública na Internet poderá sinalizar o tipo de comunicação que vem sendo praticada. Julgamos importante esta leitura, pois:

O embuste dos dominantes consiste em fazer com que a crença na transcendência da soberania coletiva venha depositar-se na confiança dada ao aparelho do Estado, quando sabemos que este não pode ser o espaço da soberania política. É com essa contradição entre o lugar da soberania e o de sua representação que os oprimidos têm que se debater e é nesse debate que a história da libertação torna-se tão possível quanto à da sujeição. (CHAUI, 2001, p.55).

Portanto, queremos provocar o debate através da leitura dos portais citados; entendendo que esta leitura sinalize alguns aspectos da época e da ideologia política predominante e, assim, visualizar as possibilidades de emancipação que o avanço da tecnologia permitiria e que, pensamos, estão sendo desperdiçadas. É o que tentaremos entender a seguir.

2.2 Participação popular e democracia

Optamos, para início desta pesquisa, pela análise de como os agentes governamentais têm disponibilizado em seus portais institucionais espaços que viabilizem a participação popular. A questão de fundo, neste primeiro momento, diz respeito ao uso de uma nova forma

de comunicação para a efetivação de novas práticas políticas ou ao menos de antigas práticas políticas, mas de uma nova maneira. “Novas práticas políticas demandam e se realizam através de novas formas comunicativas; novas formas comunicativas sugerem/estimulam novas práticas e novos usos para a política”. (França, 2008).

As ferramentas disponibilizadas na Internet possibilitam nova forma comunicativa. Porém, a questão é saber se, nesse caso em especial, haveria disposição dos agentes para a efetivação de novas práticas políticas. No que se refere, principalmente, às práticas participativas, o que a Internet pode propiciar de diferente das demais mídias?

Antes da análise, porém, é oportuno alertar que, quando nos referimos à participação popular, à democracia, e à democracia digital, não temos a ingenuidade de supor que atingimos a contextualização plena destes termos. Eles são usados, de maneira generalizada, referindo-se a uma grande variedade de interpretações e indicando, assim, uma falta de precisão teórica. Isto está relacionado aos diversos modelos teóricos de democracia, já que cada modelo tem critérios distintos para definir o que é participação popular e em que intensidade ela é desejada e salutar para a democracia. Encontramos um quadro em que o conceito de participação pode ser praticamente qualquer coisa, desde o simples acesso a conteúdos descritivos e informativos até a tomada de decisão. Para Bobbio, (2006, p. 9) “a democracia converteu-se nestes anos no denominador comum de todas as questões politicamente relevantes, teóricas e práticas”. Conceito vago, generalista, que agrega valor e é de fácil uso.

A noção de participação política por sua vez é tida de modo geral como positiva e desejável e sua utilização não gera nenhuma objeção, pelo menos no discurso. Poucos são os que se opõem abertamente à idéia de democracia ou de participação popular, tanto nos discursos e práticas da política cotidiana e muito menos nas reflexões e análises acadêmicas.

Por conta de compreensões tão distintas estarem presentes na literatura, faz-se necessário um refinamento de forma a balizar a pesquisa. É preciso responder antes questões como o tipo de participação prevista: se deve ser direta ou representativa, neste caso quais seriam os indivíduos aptos a serem representados, em que condições e número, se todos os cidadãos podem ser sujeitos dessa participação, em quais instâncias pode-se interferir. Isso nos remete à discussão acerca dos modelos de democracia (HELD, 1987).

As respostas a estas questões levantadas variam de acordo com as diferentes correntes teóricas, de acordo com os principais déficits democráticos arrolados por seus autores. Liberais enfatizam a necessidade de uma maior visibilidade, entre outros motivos, para controle do cidadão sobre os atos e gastos do governo visando evitar má gestão. Adeptos da

democracia participativa defendem a formação de espaços em que os cidadãos possam expressar diretamente sua vontade. Deliberacionistas enfatizam a importância da troca de argumentações, do debate público. Cada modelo teórico aponta um problema como o principal e para cada problema apontado, coloca-se uma solução distinta.

Para esta análise, consideramos que todos os portais pesquisados são produzidos por gestores públicos brasileiros, onde predomina o estado democrático liberal.

Estado liberal e estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que o Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, 2006, p. 32-33).

O autor sustenta esta afirmativa a partir de uma reflexão sobre o que seria uma definição mínima de democracia – o que diz só ser possível se a considerarmos como “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (Ibid., p.30). Assim, o autor estipula que tanto para definir quem toma as decisões coletivas quanto para estabelecer a modalidade da decisão, no primeiro caso, em regimes democráticos seria necessário um número muito elevado de membros e quanto à modalidade a regra fundamental da democracia seria a decisão pela maioria. É necessário ainda que haja liberdade de escolha. “É preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condições de poder escolher entre uma e outra”. (Ibid., p. 32). Para Bobbio, não restariam dúvidas de que os direitos à sombra dos quais nasceu o Estado liberal são condição para o sistema democrático. Liberdades de expressão, opinião, associação são fundamentais para o correto funcionamento dos mecanismos procedimentais que caracterizam a democracia. Held (1987, p. 38-39) mesmo reconhecendo que o conceito é controverso e que seu significado tenha mudado historicamente, tenta definir claramente a concepção, afirmando que ela indica a defesa de ‘valores de liberdade de escolha, razão e tolerância diante da tirania e do sistema absolutista’. O surgimento da corrente, na visão do autor, estaria fortemente conectado com a batalha contra as monarquias despóticas. No centro

deste projeto estava a tentativa de restringir os poderes do Estado e delimitar uma esfera unicamente privada, libertando a sociedade civil da autoridade do Estado.

É bastante complexo pensarmos na conformação dos estados políticos contemporâneos sem os valores que o liberalismo ergueu ou consolidou, como reconhece Boaventura de Souza Santos:

o período do capitalismo liberal é aquele em que se manifesta de forma brutal a liquidação do potencial emancipatório da modernidade pela via dupla da hegemonização da racionalidade tecno-científica.... Mas a verdade é que é também neste período que se forjam as mais brilhantes construções emancipatórias da modernidade, sejam elas os movimentos socialistas, os movimentos anarquistas, o mutualismo e o cooperativismo operários ou, enfim, o marxismo. É, pois, um período de contradições explosivas entre regulação e emancipação, e a expressão mais lídima de tais contradições é sem dúvida o marxismo, pelo que ele foi na obra e no tempo de Marx (Ibid., p 240).

As liberdades de religião, políticas e econômicas, as eleições livres e plurais e o sufrágio universal, por exemplo, têm, certamente, uma intensa ligação com os combates travados durante a origem da corrente liberal. Valores e práticas que não são, muitas vezes, reconhecidos e, em tantas outras, são tomados como pressupostos da vida em sociedade. Nesse sentido, não há dúvidas sobre a influência deste modelo sobre a atual conformação dos estados contemporâneos, não sendo possível ignorá-los. O que não significa que esta conformação liberal não tenha problemas, que seja a melhor forma de governo ou que não possa vir a ser superada por outros modelos mais aprimorados democraticamente.

Ora, esse conjunto de critérios políticos e sociais configura a democracia como uma forma de vida social (cidadania, direito, eleições, partidos e associações, circulação das informações, divisão de grupos majoritários e minoritários, diversidade de reivindicações, etc) que se manifesta apenas no processo eleitoral, na mobilidade do poder e, sobretudo, em seu caráter representativo. Nessa medida, compreende-se porque a crítica marxista sempre esteve voltada contra o formalismo dessa concepção da democracia, assim como um liberal como McPherson se volta contra o modelo de equilíbrio pluralista elitista. Tanto na crítica marxista quanto na de McPherson, a ênfase é dada ao fato de que a democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica, é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia. (CHAUI, 1989, p. 141).

Tomando esta concepção como fundamental, assume-se que o corpus empírico deste trabalho está contextualizado dentro de um sistema que é liberal e que também eles, como veremos mais à frente, por serem frutos do avanço tecnológico, da Internet especificamente, foram concebidos e modelados sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica. Não

há, portanto, como ignorar estes aspectos na presente pesquisa. Também é importante lembrar que uma das características comuns dos estados liberais é o conjunto de seus déficits, distintos nas suas origens e natureza, no engate entre Estados e sociedade, na relação entre esfera civil e esfera pública, o que resulta numa certa crise na legitimidade da democracia.

Antes de evidenciarmos em que medida o uso das ferramentas da Internet poderia atenuar os déficits democráticos e por quais motivos esta possibilidade está sendo inviabilizada, é necessário tentar identificar o que precisa ser melhorado em termos de participação política na democracia, de acordo com diferentes correntes.

Optou-se por três modelos de democracia tendo como parâmetro a presença considerável destes modelos na literatura especializada. Também foi levada em consideração a escolha de modelos que mais objetividade pudessem dar a este trabalho e as discussões que ele pretende promover.

Escolhemos os modelos: liberal, deliberativo e o de democracia participativa, por conta de suas presenças consideráveis na literatura especializada. O fundamento desta escolha está no fato de que estamos num estado norteado pelos princípios liberais, como já mencionado, mas queremos um olhar sobre outros modelos com o objetivo claro de identificar em que aspectos a comunicação pública *on line* poderia colaborar para um aprimoramento de nossa condição política. O objetivo ligado a nossa pesquisa é confrontar os princípios do sistema liberal observados na comunicação pública *on line*, reconhecendo a necessidade de aprimoramento do sistema e de como isso poderia refletir em outros modelos mais avançados.

2.3 Estado-nação e os interesses globais

Outra preocupação relativa aos nossos estudos é a questão da associação entre o Estado e a nação. Obviamente sendo a comunicação pública *on line* levada a efeito por agentes do Estado e dirigida à nação, esta relação tem a ver com a formatação, conteúdo, uso das técnicas, enfim, a essência da comunicação pública *on line* está diretamente ligada ao relacionamento do Estado, que a produz, com a nação, a quem é destinada. Em *Modernidade Líquida* (BAUMAN, 2001), o autor expõe a crise atual que está distanciando o Estado da nação. A associação tem sido desfeita a partir do século XXI, já não se configurando mais, como nos séculos anteriores, como sendo o Estado e a nação faces da mesma moeda, uma vez que:

Sob as novas condições, a nação tem pouco a ganhar com sua proximidade do Estado. O Estado pode não esperar muito do potencial mobilizador da nação de que ele precisa cada vez menos, à medida que os massivos exércitos de conscritos, reunidos pelo frenesi patriótico febrilmente estimulado, são substituídos pelas unidades *high-tech* elitistas, secas e profissionais, enquanto a riqueza do país é medida, não tanto pela qualidade, quantidade e moral de sua força de trabalho, quanto pela atração que o país exerce sobre as forças friamente mercenárias do capital global (Ibid., 2001).

Na percepção de Zygmunt Bauman, houve um rompimento da associação histórica entre Estado e Nação, que está resultando em significativas modificações até mesmo do ponto de vista institucional. O poder do Estado estaria sendo sucessivamente enfraquecido pelos novos poderes globais. O Estado, nas condições atuais, não responde às demandas da nação, mas sim às demandas desse poder global que não admite, de modo algum, que a ação do Estado privilegie a nação ao invés dele. Há uma relação conjunta dos poderes globais em direção ao enquadramento dos Estados que se encontram por ora dissociados da nação. Esta constante fragilização da associação entre Estado-nação seria uma estratégia de dominação do poder global, pois, por esta lógica, quanto mais distanciados Estado-nação, mais facilmente impera o poder arbitrário das elites globais. Eric Hobsbawm, segundo Baumann (2001, p. 219), já havia observado que para as multinacionais, isto é, “empresas globais com interesses e compromissos locais dispersos e cambiantes, o ‘mundo ideal’ é um mundo sem Estados, ou pelo menos com pequenos e não grandes Estados”.

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como ‘estado natural da humanidade’ as ‘forças livres do mercado’ e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na mensagem de deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política entre outras, mas um ditame da razão e uma necessidade. Com efeito Pierre Bourdieu definiu recentemente as teorias e práticas neoliberais essencialmente como um programa para destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do ‘mercado puro’ (BAUMAN, 2001, p. 36).

Os poderes globais têm logrado tanto êxito neste propósito de minar o princípio de soberania nacional, que não se sentem de forma alguma ameaçados pela possibilidade de que venha a ser organizada uma ordem supranacional capaz de detê-los, algo como “um sistema político global de freios e contrapesos para limitar e regular as forças econômicas globais” (Ibid., p. 220). Estão sendo desintegradas muitas redes sociais, desmanteladas as ações coletivas e de capacidade de pressão dos agentes que tenham algum tipo de ação na esfera pública; nesse sentido, quais seriam os interesses, na condição atual, de os governantes

abrirem espaços, sejam eles quais forem, para uma real participação popular? Estariam dispostos a utilizar o potencial das novas tecnologias de comunicação para emancipação da nação? Neste cenário, e mais relacionado à nossa pesquisa empírica, o que podemos esperar que esteja ocorrendo com a comunicação pública *on line*? Para Bauman, a probabilidade de os governantes estarem focados em solucionar os problemas que martirizam parte expressiva da população do planeta, tais como a fome, a miséria, a pobreza e a exclusão, assim como a probabilidade de abrir espaços para o debate público sobre estas e quaisquer outras questões, é cada vez mais remota por ser a desintegração social a principal tática da nova técnica do poder global que tenta lançar seus tentáculos sobre todas aquelas partes do planeta que lhe interessam por algum motivo. Ainda, seguindo a linha de raciocínio de Bauman, uma característica da chamada modernidade líquida é o desaparecimento de espaços sociais por onde fluam buscas em prol dos interesses coletivos. O espaço público está cada vez mais vazio:

esvazia-se rapidamente devido à deserção de ambos os lados: a retirada do ‘cidadão interessado’ e a fuga do poder real para um território que, por tudo que as instituições democráticas existentes são capazes de realizar, só pode ser descrito como ‘um espaço cósmico’ (BAUMAN, 2001, p. 49).

A deserção por parte do cidadão é inerente ao processo de individualização também desencadeado dentro deste cenário da globalização e, igualmente, com fins específicos para atender a nova ordem. A modernidade líquida potencializa mais e mais a ilusão de que os indivíduos possuem em suas mãos as soluções para os seus problemas. É uma ilusão, segundo Bauman, porque não há soluções biográficas para problemas sistêmicos. Esta individualização agrava o que Tocqueville já havia detectado, ou seja, que o “indivíduo é o pior inimigo do cidadão” (Ibid., p.45). O bem-estar individual é colocado sempre à frente de todo e qualquer bem-estar coletivo. Criam-se barreiras para o envolvimento em causas coletivas, em causas comuns. Abre-se cada vez mais um fosso entre as necessidades individuais e as necessidades coletivas. Como ocorreu na modernidade líquida, o enfraquecimento do sentimento de pertencimento de classe, a busca por uma sociedade mais justa torna-se algo sem sentido para a maioria dos indivíduos, até mesmo para os mais empobrecidos. A ação coletiva orientada pela classe vai perdendo cada vez mais terreno. As classes são também espaços sociais e como tal vão perdendo cada vez mais terreno. Resta então cada um por si buscar soluções para os problemas produzidos socialmente.

Sem a crença num destino e propósitos coletivos do todo social são os indivíduos que devem, cada um por si, dar sentido à vida. Tarefa que já não era fácil nos melhores tempos, torna-se verdadeiramente desanimadora quando nenhum sentido pode contar com o apoio seguro – pelo menos não o bastante para sobreviver ao esforço da própria adoção. (Ibid., p. 76).

Para Bauman, o indivíduo e o cidadão enxergam o espaço público de forma diferenciada. Para o indivíduo, o espaço público é o *locus* em que suas aflições e desesperos são, de alguma maneira, projetados e refletidos. Nada, além disso, uma vez que os indivíduos não veem esse espaço como um local onde seja possível vencer o seu isolamento, seu desligamento de projetos coletivos. Se, por um lado, o indivíduo não consegue formar qualidades coletivas, por sua vez, o espaço público cada vez menos o capacita para tal. Já o cidadão vê o espaço público como o *locus* em que os interesses coletivos são continuamente redefinidos, reconstruídos em razão dos embates e dos diálogos que os vão dotando cada vez mais com capacidade para ocupar-se do bem comum. O cidadão vê o espaço público como um lugar onde lhe é oferecida a condição de aprendizado, aquisição da capacidade de entender que a ordem social é mutável graças ao engajamento em projetos coletivos.

Obviamente, esta situação vai influenciar diretamente no conteúdo e forma da comunicação pública *on line*. Os portais oficiais se constituiriam em importantes espaços públicos onde seria possível a realização de todas as aspirações do cidadão: do adquirir conhecimentos para os debates, do se informar sobre as coisas do Estado, do se aperfeiçoar e de debater. Mas como tornar isso possível visto que “o espaço público deixou de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas?” (BAUMAN, 2001, p. 50). A dificuldade de constituição de um espaço público, de fato, e a existência de uma cidadania mutilada pela exclusão social e política, de pronto nos remete à possibilidade de que a comunicação pública *on line* esteja desprovida de qualquer sentido neste momento. Então, por quais motivos estudá-la? A indagação nos remete a outro pensador, este brasileiro: Celso Furtado. No início da década de 2000, uma de suas indagações mais relevantes era saber quais eram os caminhos para o enfrentamento deste quadro, para que as forças sociais ocupassem os espaços na arena política, para que participassem de fato da luta política. Até seus últimos escritos, Furtado mantém-se convencido de que a história é um processo aberto e que os poderes globais, assim denominados por Bauman, tinham de ser enfrentados. Se há no momento impossibilidade de enfrentamento, é preciso preparar o terreno para que as novas gerações sejam capazes de enfrentar politicamente os dilemas da fragilização do Estado-nação. Necessário se faz abrir os olhos daqueles que, ainda maravilhados com a potencialidade das novas tecnologias, não

enxergam o abismo social que está sendo dilatado, potencializado ao máximo. E, por último, usamos o argumento de Trivinho para justificar nossos estudos. Pretende-se colaborar para contextualizar a,

falácia dos discursos e linguagens doravante vinculados a essa emergente cantilena sociotecnológica e proselitista planetária, o ciberufanismo neo-iluminista (sem mais atmosfera senão o de sua própria subjetivação do mundo), neo-humanista (idem, quando não trans-humanista, inconsciente da inocência estratégica e política de seu próprio discurso), funcionalista tardio e pragmático-utilitário, não raro de tipo místico, a um só tempo neo positivista (tão teleológico e universalista quanto qualquer religião, insuflada pelo desejo de totalidade (sempre pateticamente perigoso), acadêmico ou não, cantilena que, em osmose com as necessidades de reprodução social-histórica do multicapitalismo cibernético e tendo eleito a rede como fonte principal de sua sobrevivência simbólica e imaginária, tem, há tempos, prestado enorme desserviço intelectual à história do pensamento, em detrimento, obviamente, da afirmação de um modelo consistente de universidade - inegavelmente ainda o principal lócus da produção social de conhecimento - em tensão produtiva com as estruturas e tendências tecnoculturais hodiernas. (TRIVINHO, 2007, p. 28).

Diante deste quadro, entendemos importante estudar em que aspectos os problemas expostos refletem na comunicação pública. O corte para a comunicação pública *on line* justifica-se por ser este o tipo de comunicação que se encontra em melhores condições de proporcionar avanços no relacionamento do Estado com a nação, pelas características já enumeradas, principalmente por ser o único meio de comunicação massivo com possibilidade de interatividade em tempo real. Também, é bom lembrar que o governo consome uma soma de recursos consideráveis visando à eficiência da comunicação e em específico da comunicação *on line*. Sendo assim, é de imaginar que otimize seus recursos, o que saberemos se está ocorrendo após análise dos resultados.

Para sistematizar a pesquisa empírica, no entanto, é necessário limitar alguns parâmetros desta observação. Como foi dito, analisaremos este material a partir da visão de participação nos modelos teóricos de democracia: liberal, participativa e deliberativa, pelas razões já expostas. Para melhor compreensão da análise, é oportuno recordar a origem de cada modelo e seus principais pressupostos, e também alguns de seus teóricos, mesmo que façamos de uma forma sucinta, resumida, facilitando o entendimento dos parâmetros adotados. É o que faremos nos próximos itens. Vamos enumerar princípios e noções acerca da participação política que seriam fundamentais para cada uma das correntes. O objetivo ao traçar um quadro sucinto dos requisitos de cada modelo é o de criar, em seguida, uma espécie de índice de participação política que guiará a execução da análise empírica, isto é, da pesquisa acerca das possibilidades de participação propiciadas pelos portais institucionais estudados.

2.4 Modelo liberal

Cada um dos modelos a ser estudado abarca uma série de outras vertentes, contendo diferenças significativas entre si. E isso é importante ser esclarecido desde já. No entanto, nos atemos nos elementos essenciais acerca das principais demandas de participação em cada modelo por entender que estes elementos são suficientes para o que se propõe esta análise.

Para Held (1987, p. 39) o dilema central enfrentado pelos teóricos durante o desenvolvimento do liberalismo foi o de encontrar um equilíbrio na relação entre Estado e povo.

Embora o Estado deva ter o monopólio do poder coercitivo para proporcionar uma base segura sobre a qual o 'livre comércio', os negócios e a vida familiar possam prosperar, seu poder coercitivo e regulador devem ser contidos, de forma tal, que seus agentes não interfiram com a liberdade política e social dos cidadãos individuais, com suas ações para atingir seus interesses particulares em relações competitivas uns com outros. (HELD, 1987, p. 39).

São muitas as visões sobre o papel da participação política no Estado democrático liberal. Também são vários os teóricos que se aproximaram e influenciaram este modelo: Montesquieu, Maquiavel, Hobbes, e Locke, os federalistas: James Mill, Bentham e John Stuart Mill, chegando a Weber, Schumpeter e Dahl, entre outros. De modo geral, os autores acreditavam na necessidade de um Estado forte e estável, que desse as bases necessárias para um desenvolvimento social e econômico, porém com a imposição de limites ao poder político de forma a restringir a ação do Estado e possibilitar o máximo de liberdade a cada cidadão. A participação política era restrita a pequenos grupos, especialmente àqueles capazes de garantir a sua sobrevivência autônoma, via de regra, homens ricos e nobres.

Madison insere fortemente no debate a questão do voto, entendendo-o ao mesmo tempo, como mecanismo institucional de participação da cidadania e como forma de restrição dessa participação, já que por meio da representação possibilitada pelo pleito a esfera política estaria protegida dos interesses e juízos parciais dos indivíduos. Sendo assim, o governo será dirigido por um grupo pequeno e selecionado de indivíduos, que:

Poderá melhor discernir os verdadeiros interesses de seus pais e cujo patriotismo e amor à justiça dificilmente serão sacrificados por considerações temporárias e parciais. Sob tais normas, bem pode acontecer que a opinião pública, externada pelos representantes do povo, seja mais condizente com o bem geral do que a expressa pelo próprio povo, convocado para esse fim (LIMONG, 1991, p. 277-267).

O surgimento do liberalismo é bom lembrar, está diretamente relacionado com a luta pela libertação das interferências políticas dos governos monárquicos despóticos em vários aspectos. Já as reflexões sobre o voto secreto, a competição entre os representantes políticos, a separação dos poderes e as liberdades de expressão intensificam-se com Bentham e James Mill. Também eles, da mesma forma que seus antecessores, compreendiam que eram dignos de participar da vida pública como cidadãos apenas os homens de posse:

a concepção de Bentham e Mill do que seria uma participação legítima na política democrática e do âmbito dela mesma tem muito em comum com a visão tipicamente restritiva da tradição liberal em geral: a 'política', a 'esfera pública' e os 'assuntos públicos' continuavam a ser sinônimos do reino dos homens, especialmente dos homens de posse. De Machiavelli e Hobbes até Bentham e James Mill a estrutura patriarcal da vida pública (e privada) e sua relação com a distribuição da propriedade têm persistentemente sido consideradas um ponto passivo. (LIMONGI, 1991, p. 62).

Stuart Mill mantém alguns desses elementos em suas obras, apresentando uma série de mudanças. Propõe uma participação popular mais ampla, entendendo-a como forma de aprendizado acerca dos negócios públicos ao defender a instalação de um governo representativo por meio do sufrágio universal,

ainda mais salutar é o lado moral da instrução propiciada pela participação do cidadão individual em funções públicas, por mais rara que essa seja. Quando assim engajado, ele é chamado a pesar interesses que não são os seus; a guiar-se, no caso de pleitos conflitantes, por outra regra que não as suas parcialidades pessoais; a aplicar, em todos os casos, princípios e máximas que têm como razão de ser o bem comum e ele geralmente terá ao seu lado pessoas mais familiarizadas com essas idéias e operações, cujo convívio lhe proporcionará razões para seu entendimento e estímulo para o seu senso de bem público. Ele aprende a sentir como parte do público e a fazer do interesse público o seu interesse. (MILL, apud BALBACHEVSKI, 1991. p. 223).

Max Weber e Joseph Schumpeter estão numa variante contemporânea deste modelo. Seriam os autores principais deste modelo, porém elaborado de forma bastante diversa. Ambos partilham “uma concepção de vida política na qual havia pouco espaço para a participação democrática e o desenvolvimento coletivo e onde qualquer espaço existente estava sujeito à ameaça constante de erosão por poderosas forças sociais” (HELD, 1987, p. 31). Afirmam que para o correto funcionamento da democracia, entendida como um método de seleção de uma elite política hábil, é fundamental tanto a competição entre as elites e partidos políticos quanto a existência de uma burocracia independente e bem treinada, chamada de elitismo competitivo:

Democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido mais óbvio dos termos ‘povo’ e ‘governe’. Democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, temos de estreitar nossa definição, acrescentando mais um critério que defina o método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado. Ora, pode-se exprimir um aspecto dessa questão dizendo que a democracia é o controle sobre o político. (SCHUMPETER, 1984, p. 355).

A teoria foi reformulada posteriormente por Robert Dahl ao postular que o poder não estaria inevitavelmente nas mãos das elites, mas sim mais difuso e disperso, existindo uma diversidade de pontos de pressão e formulações concorrentes. Referindo-se aos grupos de interesse, entendeu que a organização política é resultante da combinação dos esforços de pessoas que se unem para competir e barganhar pelo poder político e reconhece as desigualdades sociais e econômicas implicadas nesse processo. Desse modo, para a efetivação da democracia, previu três condições necessárias. Todos os cidadãos deveriam ter oportunidades plenas: 1) de formular suas preferências; (2) de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva; (3) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação do conteúdo ou da fonte da preferência.

Ao menos de modo geral, pode-se afirmar que a participação popular neste modelo constitui na escolha daqueles que tomam as decisões políticas. A função da participação do cidadão durante o governo é, especialmente, a de proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos, a de seus próprios interesses privados e a da própria prática política dos juízos parciais dos indivíduos. Assim, como consequência, os cidadãos informados acerca dos negócios públicos têm melhores condições de evitar ingerências do Estado na vida privada, de garantir que aqueles que governam adotem práticas condizentes com o interesse público, de avaliar o desempenho dos políticos profissionais e de, portanto, votar com mais consistência. De modo geral, outra característica deste modelo é a preocupação com a garantia das liberdades individuais, sobretudo as ligadas à liberdade de expressão, associação, voto e credo.

O modelo liberal de democracia pode ser dividido em diversas e distintas vertentes. Algumas dão maior destaque à participação e outras procuram minimizá-las. Como exemplo das que valorizam a participação, pode-se citar a democracia desenvolvimentista de Stuart Mill, que afirma ser ela, a participação, necessária para a criação de uma esfera civil informada e comprometida. O envolvimento político seria uma forma de garantir a ‘mais

elevada e harmoniosa' expansão das capacidades individuais. O elitismo competitivo parte da constatação de que o eleitorado é mal informado ou emocional, sendo que a tomada de decisões necessárias para a condição do Estado democrático deve dar-se por meio de uma política hábil, que sofra o menos de interferência possível da esfera civil.

O modelo liberal encontra forte oposição de teóricos como Boaventura de Souza Santos para quem:

Esta teoria representa a total marginalização do princípio de comunidade tal como é definido por Rousseau. Ao contrário do liberalismo clássico, Rousseau não vê solução para a antinomia entre liberdade e autonomia dos cidadãos e o poder de comando do Estado e, por isso, a sua versão do contrato social é muito diferente da do contrato social liberal. Para Rousseau, a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre 'soberania' e 'governo'. Por esta razão, o contrato social assenta, não numa obrigação política vertical cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. (SANTOS, 2003, p. 239).

É possível compreender alguns parâmetros do que seria salutar para a democracia em termos de participação política da esfera civil na teoria liberal, através da leitura destes seus teóricos. Nesta visão, um estado liberal 'médio' deve buscar: a) a disponibilização de informações acerca dos negócios públicos, b) a prestação de contas dos governantes e a transparência governamental, c) ferramentas de controle e acesso aos responsáveis e às ações governamentais, d) a prestação de serviços, já que o cidadão é mais um consumidor individual que um agente da vida pública. Diante desta perspectiva é que fizemos a leitura dos portais públicos. Procuramos entender se o que foi lido destes portais poderia ser reflexo da ideologia predominante e se poderia ser potencializado para servir o ideal de emancipação, anunciado em outros modelos, como o participativo e deliberativo, sobre os quais falaremos a seguir.

2.5 Modelo participativo

O modelo participativo teve sua origem relacionada aos movimentos contestatórios dos anos 1960 e 1970, tendo como base que a política não deveria ser reduzida a uma série de procedimentos constitucionais, nem a uma dimensão puramente mercadológica. Na sua essência, o modelo é inspirado em Rousseau e na democracia clássica da Grécia antiga, e foi fortemente influenciado pelas idéias marxistas. Tem como motivação responder a possibilidade de se colocar em prática uma participação máxima da cidadania em um mundo

cada vez mais industrializado, racional e burocrático. A indagação principal é sobre os motivos que fazem com que um grande número de indivíduos não participe ativamente da vida pública e quais os meios para que essa participação ocorra, evidenciando-se assim não apenas a necessidade de igualdade política e jurídica, já firmadas pelos liberais, mas também e fundamentalmente de igualdade social.

Pateman (1992, p. 9) questiona o lugar da ‘participação’ numa teoria de democracia moderna e viável, em seu livro *Participação e Teoria Democrática*. Para conduzir seu pensamento a autora incorpora questões presentes no pensamento de Rousseau, como a noção de que a ‘participação ocorre na tomada de decisão, que se constitui em um modo de proteger os interesses privados e garantir um bom governo e ainda que aumenta a liberdade do indivíduo, já que ele percebe ter controle sobre a sua vida e o meio em que vive. Também que o modelo fortalece a coesão social e o senso de pertencimento a uma comunidade, propiciando ação responsável por parte do indivíduo. Por meio da participação, o cidadão “deve levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados” (PATEMAN, 1992, p.38). Deste ponto vem o apoio de Pateman às idéias de Stuart Mill que ressaltam o caráter educativo da participação e da necessidade de preparar o indivíduo para a participação:

Na teoria participativa, a ‘participação’ refere-se à participação (igual) na tomada de decisões, e ‘igualdade política’ refere-se à igualdade de poder na determinação das conseqüências das decisões inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um *feedback* do *output* para o *input* (PATEMAN, 1992, p. 61-62)

Buscando lidar com a herança marxista e apresentando uma abordagem alternativa à social-democracia e também ao socialismo concreto, Nicos Poulantzas, partindo, principalmente, das idéias de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci, propõe o socialismo democrático, aprofundando as liberdades políticas e as instituições da democracia representativa combinada com formas de democracia direta. Aponta a necessidade de fortalecer os movimentos de massa:

Na estrada democrática para o socialismo, o longo processo de tomada de poder consiste em espalhar, desenvolver, reforçar, coordenar e dirigir aqueles centros difusos de resistências que as massas sempre possuíram nas redes do Estado, de modo que eles se tornem os reais centros de poder no terreno estratégico do Estado (Ibid., p. 258).

Benjamim Barber apresenta outra importante contribuição a ser destacada que é a democracia forte que, de acordo com ele, é uma forma moderna distinta de democracia participativa. Baseia-se na idéia de autogoverno por meio da educação cívica dos cidadãos e de instituições participativas. De acordo com o autor, esta vertente teria algo em comum com a democracia clássica grega e com a liberal, diferenciando-se, porém, na forma de elaborar os problemas e soluções centrais do método democrático e buscando sua força na idéia de autotransformação:

Procura criar uma linguagem pública que irá ajudar a reformular interesses privados em termos suscetíveis para a acomodação pública, e busca entender os indivíduos não como pessoas abstratas, mas como cidadãos, já que a semelhança e a igualdade, mais que o distanciamento, são os traços definidores da sociedade humana (BARABER, 2003, p. 119).

Esta vertente requer uma cidadania engajada e instituições que envolvam os indivíduos tanto em nível local quanto nacional. Além disso, o debate, a tomada de decisão, a ação e os juízos políticos devem dar-se de forma coletiva, o que não implica consenso necessariamente, mas na capacidade de as pessoas, de forma autônoma e livre, avaliarem e reformularem seus interesses à luz das suas preferências e das dos demais. Percebe-se aí o principal confronto dos autores deste modelo com as idéias dos liberais, no que se refere à esfera política e esfera civil. Ao considerar o Estado como apartado da sociedade, afirmam que é evidente que o cidadão o compreenderá como algo a se respeitar e obedecer e que, principalmente, os indivíduos desprovidos de um conjunto de recursos e oportunidades tenderão a permanecer nesta condição, já que tal Estado estaria preso à manutenção e reprodução das desigualdades da vida diária (PATEMAN, 1992). Já que indivíduos e instituições não podem ser considerados isoladamente, pressupõe-se, deste modo, que o Estado deva ser democratizado, tornando-se mais aberto às vontades civis, e mais responsável: “A participação promove e desenvolve qualidade que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo”.(PATEMAN, 1992, p. 61). A participação teria um efeito cumulativo, integrativo, geraria coesão social e auxiliaria na aceitação das decisões coletivas.

De modo geral e se nos ativermos ao objetivo deste trabalho, podemos então destacar alguns princípios neste modelo, relativo à participação: a) disponibilidade de todo tipo de informações, mas, sobretudo, aquelas que expliquem como o processo de governança ocorre, de modo a elucidar e educar os cidadãos; b) publicidade e transparências dos atos

governamentais: c) alta porosidade da esfera política às contribuições do cidadão, isto é, a existência de espaços em que seja possível registrar e debater as posições individuais, contribuindo, portanto, efetivamente na tomada de decisão política e no estabelecimento da agenda pública.

A curiosidade suscitada de imediato é se encontramos na comunicação pública *on line* indícios que atendam a este modelo. Entendemos que pelas características apontadas pela comunicação via *web*, os princípios básicos deste modelo de democracia seriam possíveis e mais facilmente concretizados, se usado o potencial técnico da Internet na comunicação. As características já enumeradas, como a rapidez do suporte informático, a interligação em rede das informações em formato digital, e da forma de organizar informações, dariam condições, pelo menos na teoria, de impulsionar uma transformação do conhecimento, da cultura e do pensamento no mundo, embalada por uma comunicação essencialmente interativa. Boaventura de Souza Santos defende que a renovação da teoria política passe pela adoção de um sistema que caminhe para uma participação mais efetiva dos cidadãos. No entender do teórico, o modelo liberal, por só privilegiar a participação do cidadão no momento do voto, não significa uma democracia real, consistente, com os cidadãos tendo instrumentos para opinar, falar e serem ouvidos. Só com a reforma deste modelo é que esta utopia teria possibilidade de um dia ser concreta, ou pelo menos de atingirmos patamares mais próximos, melhorando as condições sociais e democráticas da população. Atingir patamares mais próximos e não sua realização plena, pois o próprio Boaventura de Souza Santos entende que este ideal é utópico, e, como tal, inatingível. Serve como parâmetro ou rumo para orientar aqueles que querem e acreditam numa sociedade mais justa e de uma vida melhor. Mesmo que utópica, valeria a pena, no entender do autor, análises visando ao aperfeiçoamento democrático, para libertar o cidadão do confinamento do Estado:

A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo da política seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão sectorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-se ao Estado. (SANTOS, 2003, p. 271)

2.6 Modelo deliberativo

A convergência de algumas idéias de John Rawls e Jürgen Habermas revigora o modelo deliberativo de democracia. As origens desta concepção não são novas, indo de Aristóteles a Rousseau, de Kant a Arendt. O que a torna atual é sua tentativa de criar uma opção ao paradigma liberal dominante e aos problemas associados a ele. Nesse sentido, a democracia deliberativa busca alternativas e instrumentos que deem ao regime democrático uma nova direção, sem negar, contanto, as contribuições dos modelos teóricos anteriores.

Segundo Silva, “privilegia, enquanto essência do ideal democrático, a capacidade detida por todos os cidadãos de deliberar racionalmente sobre as decisões coletivas que lhes dizem respeito”. (SILVA, 2004, p. 2). Para os teóricos deste modelo, o sistema democrático não deveria ser definido pela simples agregação de interesses particulares e que a democracia é justificada somente na medida em que torna possível o uso público da razão.

De acordo com a maioria dos proponentes da democracia deliberativa, a tomada de decisão política é legitimada desde que a política seja produzida em um processo de discussão pública e debate no qual os cidadãos e seus representantes, indo além do mero interesse próprio e de pontos de vista limitados, refletem sobre o interesse geral ou o bem comum. (BOHMAN, 1996, p. 4-5).

Habermas, dentro dessa corrente, foi o responsável pela formulação de um conceito alternativo de democracia política, extraindo elementos tanto da tradição liberal quanto da republicana. Reconhece os direitos e liberdades individuais, por um lado, e por outro, não abre mão da participação dos cidadãos no processo de formação da opinião e da decisão política. Sua concepção de democracia deliberativa coloca-se, portanto, no ponto de convergência entre as duas tradições e incorpora tais elementos numa moldura comunicativa:

A política deliberativa obtém sua força legitimadora da estrutura discursiva de uma formação da opinião e da vontade, a qual preenche sua função social e integradora graças à expectativa de uma qualidade racional de seus resultados. Por isso, o nível do discurso do debate público constitui a variável mais importante (HABERMAS, 2003, p. 27-28)

Para Habermas, o discurso público deve dar-se com base na argumentação racional, possibilitando uma troca de justificativas que torne os participantes informados da visão dos demais, que possibilite a contra-argumentação e que seja submetido às críticas gerais. Além disso, afirma que para a deliberação ser legitimada é fundamental que os procedimentos

adotados assegurem a publicidade do discurso e a igualdade de participação entre os membros. “O discurso racional deve ser público e inclusivo, garantir direitos iguais de comunicação para participantes, requerer sinceridade e tornar difuso qualquer outro tipo de força que não tenha o poder de convencimento do melhor argumento”. (HABERMAS, 1999, p. 332).

A concepção de comunicação pública de Habermas deriva deste foco central. Para ele, os aspectos estruturais da comunicação política seriam mais importantes do que as propriedades individuais, fazendo com que a comunicação pública fosse inclusiva e seletiva, isto é, pautada de forma que os assuntos importantes tivessem espaço, que as informações e contribuições relevantes pudessem ser aproveitadas e que os efeitos fossem resultados de um processo justo e racional (Ibid., p. 199).

Outro teórico que argumenta a favor de uma ordem política mais racional, na qual a tomada de decisão envolva o uso público da razão, é Bohman. Para ele, antes das decisões políticas, os cidadãos e seus representantes devem testar suas razões e interesses em fórum público, com o objetivo de justificar tais razões visando aos interesses públicos. E, em função deste interesse público, o processo de deliberação tornar-se-ia, em consequência, mais racional e justo, pois se desenvolveria por meio da participação e convencimento dos participantes:

A deliberação no sentido examinado aqui é interpessoal, diz respeito ao processo de formação da razão pública – isto é, a razão a que todos no processo deliberativo acham aceitável. Uma análise refinada desse processo é necessária para mostrar que as razões elaboradas para as decisões não são apenas mais convincentes que as razões que não foram submetidas ao teste do escrutínio público em um diálogo livre e aberto de todos os cidadãos, mas também são, provavelmente, epistemologicamente superiores. (BOHAMAN, 1996, p. 25).

A troca de argumentos e contra-argumentos racionais permitiria um processo de aprendizado possibilitando a democracia. Na troca de argumento e contra-argumentos os participantes ficam informados da visão um do outro. A busca pelos interesses comuns, públicos, em um processo em que a necessidade de consenso faz com que as razões sejam colocadas sob a avaliação de todos, passando a se constituir na política. Os autores deste modelo reconhecem a importância da garantia de direitos, acreditando que as condições desiguais devam ser contornadas de modo a assegurar a emergência de um debate racional que garanta as liberdades e oportunidades básicas de todos. Marilena Chauí, lembrando Aristóteles, ressalta que o problema da fundação política é um problema de justiça. A forma

com que a justiça é praticada é o que distingue ‘uma cidade de outra’ e não a natureza. Nesta concepção a lei seria instrumento para amenizar as desigualdades, que variam desde as desigualdades físicas, profissionais e de classe e social. O papel da justiça seria o de procurar o equilíbrio entre os desiguais:

Seu papel é permitir a relação equitativa entre os desiguais. Ora, Aristóteles distingue entre o partilhável e o participável. O partilhável diz respeito aos bens materiais necessários à sobrevivência individual e coletiva. O participável concerne ao que não pode ser repartido nem partilhado mas apenas participado - trata-se do poder. A justiça que concerne ao partilhável é aquela nascida de um cálculo de equivalência, isto é, da proporção geométrica entre as necessidades de cada um e os bens que deve receber da Cidade. A Justiça equitativa é distributiva segundo um princípio geométrico de proporcionalidade, havendo injustiça se o cálculo for apenas aritmético. A igualdade (econômica) não visa, portanto, a igualar os desiguais, mas igualar seus direitos à partilha dos bens materiais. Ao contrário, no que diz respeito à justiça do participável, problema por excelência da política, o ponto de partida não é a desigualdade, mas a igualdade: somente os iguais participam do poder. Toda a questão que se coloca neste plano, portanto, é a de saber qual o valor que permite estabelecer o próprio valor da justiça, isto é, qual o valor que cria o politicamente justo? Em outras palavras, qual o valor pelo qual há iguais na participação do poder? É na resposta a esta questão que Aristóteles define os diferentes tipos de Cidade: numa aristocracia, o valor será a nobreza, numa oligarquia, a riqueza, numa democracia a liberdade. (CHAUI, 2003, p. 151-152).

A questão, neste caso, seria saber quando uma forma política é mais livre do que a outra, o que “faz da democracia a pedra de toque das diferenças políticas” (Ibid., p. 153). A sociedade mais livre será aquela que potencializar a soberania de seus cidadãos. O inverso seria a preocupação em proteger a todos da possibilidade de um cidadão, ou um grupo, ou uma classe, se apossar da soberania. “A cidade é tanto mais potente e tanto mais livre quanto mais o poder, sendo de todos, não possa ser de ninguém” (Ibid., p. 154). Daí resulta que a distribuição do poder no interior da sociedade é questão fundamental. E o poder é distribuído a começar pela capacidade de cada um influenciar nos destinos do todo. E influir significa opinar, falar e ser ouvido e não apenas votar ou ser votado. Principalmente neste aspecto a comunicação *on line* proporcionaria condições técnicas de uma efetiva participação. Os mecanismos técnicos dos novos veículos de comunicação possibilitam, em tese, o ressurgimento da nova *Ágora*: ponto de encontro para tomada de discussão, debates de idéias, realização da democracia plena. Mais plena do que a *Ágora* original, pois, também em tese, estaria disponibilizada à participação de todos, ou de um número significativo de cidadãos. Utopia, apenas. Reiteramos que o oposto possa estar ocorrendo com as novas tecnologias e seu uso pelo sistema capitalista, e que é obrigação dos que sonham com uma sociedade mais justa apontá-lo, denunciá-lo.

Boaventura de Souza Santos (2001) reconhece que a democracia representativa “constitui até agora o máximo de consciência política possível do capitalismo”, e que, por este motivo, não deva ser dispensada, mas apropriada pelo campo social da emancipação:

A nova teoria de democracia – que também poderíamos designar por teoria democrática pós-moderna para significar a sua ruptura com a teoria democrática liberal, tem, pois, por objetivo alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da inteiração social. No processo, o próprio espaço político liberal, o espaço da cidadania, sofre uma transformação profunda. A diferenciação das lutas democráticas pressupõe a imaginação social de novos exercícios de democracia e de novos critérios democráticos para avaliar as diferentes formas de participação política. E as transformações prolongam-se no conceito de cidadania, de combinar formas individuais com formas coletivas de cidadania e, finalmente, no sentido de ampliar este conceito para além do princípio da reciprocidade e simetria entre direitos e deveres. (SANTOS, 2001, p. 276).

Sobre o modelo deliberativo cinco pressupostos básicos nos interessam na observação dos portais públicos:

- a) a existência de informações a respeito das ações governamentais;
- b) informações das razões que justificam as ações governamentais;
- c) a constituição de espaços de discussão e deliberação pública;
- d) a prestação de contas e esclarecimentos;
- e) o controle acerca das ações políticas.

É importante observar que para um aumento do conhecimento a respeito dos temas discutidos e para a construção da opinião dos cidadãos em consequência da troca de informações e de argumentos, é necessário que os indivíduos entrem em contato uns com os outros, que se informem e possam rever suas posições. Nesse sentido, a constituição de fóruns públicos, onde os cidadãos possam discutir assuntos que consideram relevantes e resolver as disputas de maneira livre e igualitária, é um requisito fundamental. Dificilmente estes fóruns poderiam ter um caráter além do local sem a existência da Internet e dos avanços das novas tecnologias. A exemplo do modelo participativo, também no modelo deliberativo a comunicação pública *on line* poderia desempenhar papel fundamental.

2.7 As ferramentas disponíveis na Internet

Visibilidade, publicidade, imputabilidade ou responsabilização, transparência, controle público, discutibilidade, prestação de contas, provimento de informação política qualificada e

reconhecimento da importância da participação, seriam, de modo geral, os valores e princípios articulados pelos modelos vistos anteriormente.

Pode-se afirmar que estes modelos procuram lidar, de algum modo, com as deficiências dos estados contemporâneos que, entre outras, resumimos aqui como principais: dificuldade de representação dos interesses públicos, baixa participação e engajamento cívico, incapacidade da separação da esfera política da esfera civil; distanciamento das instituições.

Adeptos do liberalismo imaginam um aperfeiçoamento do sistema, mantendo fixas as instituições representativas e o procedimento eleitoral e, no máximo, potencializando a influência da sociedade civil sobre os negócios públicos.

Já os teóricos participativos chegam a propor rupturas, sugerindo o fim da representação ou o fortalecimento de práticas mais permeáveis à voz da cidadania, como os referendos e os plebiscitos. Os estudiosos da deliberação, por sua vez, indicam a recuperação da soberania popular, aprofundando os aspectos ‘racionais’ da democracia e as práticas discursivas e prevendo espaços para a troca de argumentos e consequente formação da vontade pública. Não acreditam, no entanto, que a recuperação da soberania popular possa vir do Estado, o qual, na verdade, trabalha em sentido oposto, desde o momento em que houve um desenvolvimento hipertrofiado do princípio de mercado em detrimento ao princípio do Estado, o que teria provocado o detrimento do princípio de comunidade (SANTOS, 2003).

O Estado, sendo embora um sujeito monumental, visa tão só a garantir a segurança da vida (Hobbes) e da propriedade (Locke) dos indivíduos na persecução privada dos seus interesses particulares segundo as regras próprias e naturais da propriedade e do mercado, isto é, da sociedade civil Transformada por múltiplas metamorfoses – do anarco-liberalismo de Nozick (1974) à quase social –democracia de Rawls (1972) – a teoria política liberal tem vindo a vigorar até aos nossos dias e pode mesmo dizer-se que, no período do capitalismo desorganizado em que nos encontramos, conhece um novo alento, sustentado pela reemergência do liberalismo econômico. Daí a importância de desocultar alguns de seus pressupostos (Ibid., p. 238).

Em tese, as ferramentas disponíveis na Internet poderiam dar conta das exigências dos modelos apontados, referentes à participação. Parece factível que o meio seja considerado o melhor sistema disponível. Através do hipertexto, é possível disponibilizar as informações sem restrições de espaço existente nos meios de comunicações tradicionais e de forma a garantir uma ‘leitura sem fim’, já que uma informação leva a outra, através dos *links*, ou ligação. Desse modo, pode-se contar com conteúdos diversos, como os referentes a leis, decretos e estatutos, notícias sobre fatos consumados ou relativos a questões que ainda serão

definidas, informações sobre programas institucionais e mecanismos que facilitem a acessibilidade aos órgãos e gestores públicos.

Por meio da interatividade, a Internet teria, ou tem, condições de além das informações acerca dos serviços públicos, efetivar uma série de serviços como pagamentos de tributos, declaração do imposto de renda, por exemplo. Por meio dos *chats*, os cidadãos teriam a oportunidade de tirar suas dúvidas via *on line*. Seria possível ainda disponibilizar documentos relativos ao uso do erário público e à aplicação financeira dos recursos e, através de fóruns, promover debates sobre legislações que ainda serão votadas e programas sociais que estão em discussão.

A rede possui instrumentos que permitem tirar dúvidas ou fazer denúncias *on line* através de formulários eletrônicos. Sondagens de opinião, votação eletrônica, definição da agenda decisória e fóruns de discussão são outras possibilidades que se apresentam através da Internet.

Diante do exposto, ressalto duas questões que norteiam este trabalho: os portais públicos estariam aproveitando este potencial em sua comunicação pública *on line*? E, se mesmo que estivessem aproveitando o máximo destes recursos, ainda assim a Internet, pelas condições que está sendo gerida e foi concebida, constitui-se num vetor capaz de aprimorar a democracia, ou seria apenas um simulacro dos meios tradicionais, ou, pior ainda, por sua maior eficiência estaria servindo de instrumento para distanciar ainda mais os homens, trabalhando para aumentar a exclusão social e o direito de todos participarem igualmente dos destinos da nação? Questões que tentaremos responder nos próximos capítulos.

3. ANÁLISE DOS PORTAIS SELECIONADOS

No primeiro capítulo, abordamos as características da comunicação *on line*, que se dá em rede: é multimídia, hipertextual e interativa, tendo como suporte a codificação digital. As características da Internet e da *web* abrem a possibilidade de a rede tornar-se a síntese das qualidades de todos os outros meios: a imediatividade do rádio, a maior profundidade e contextualização do impresso, o poder informativo/referencial do vídeo, a factualidade das imagens entre outras tantas, aliadas ao fim de limites como o espaço para o impresso, tempo e região de cobertura para TV e rádio.

No segundo capítulo, procuramos delinear parâmetros para entender como se dá a participação popular, estudando modelos teóricos de democracia, já que cada modelo tem critérios distintos para definir o que é participação popular e com que intensidade ela é desejável e salutar para a democracia. Concluimos que o modelo participativo é o que possibilita experiências mais profundas, rupturas nos modelos tradicionais, privilegiando a participação popular nas decisões, utilizando a capacidade de interatividade da Internet e outras de suas potencialidades, como a comunicação cidadão-cidadão, sondagem de opinião pública e até referendos, se esta fosse a vontade dos agentes políticos.

Porém, o conceito de participação popular pode ser praticamente qualquer coisa, desde o simples acesso a conteúdos descritivos e informativos até a efetiva tomada de decisão. É preciso, pois, mensurar em que nível vem ocorrendo a participação popular nas decisões do Estado e que tipo de informações, serviços e experiências o Estado vem desenvolvendo na utilização desta nova tecnologia. Diante do estudado, apontamos duas questões a serem respondidas: a comunicação pública *on line* estaria aproveitando todo o aparente potencial da Internet? E, mesmo que estivesse aproveitando o máximo destes recursos, ainda assim a Internet, pelas condições que está sendo gerida, constitui-se num vetor capaz de aprimorar a democracia? Tentaremos responder a essas dúvidas nos próximos capítulos.

A primeira das dúvidas só é possível ser respondida através de uma leitura dos portais públicos. Os portais públicos escolhidos já foram enumerados anteriormente e explicaremos posteriormente, com mais detalhes, os critérios da escolha. Iniciamos esse terceiro capítulo, procurando definições para melhor compreensão do objeto de nossa pesquisa.

3.1 Definição de portal

A *Wikipédia* define portal como “um *site* que oferece vínculos organizados por temas para outros *sites* e serviços”. Bruno Rodrigues, autor do livro *Webwrinting*, faz uma diferenciação mais completa, informando que portal não é um ‘*site* grande’. Diz ele: “A diferença é que portal tem 100% do foco nos seus públicos e cria conteúdos específicos para eles, os chamados ‘conteúdos verticais’. Além disso, um portal possui ferramentas que constroem um real relacionamento entre quem produz e quem consome a informação, como fóruns bem conduzidos e compilados, pesquisas *on line* sérias que vão muito além das *enquetes* rasteiras e mal aproveitadas, e chats que promovem a construção de um conhecimento, e não apenas salas de bate-papo. Muitos *sites* de grandes empresas não incluem nem conteúdos verticais, nem ferramentas de relacionamento, mas ainda assim se dizem portais. Com relação a *site*, o consultor define: “Espaço básico da informação, o *website* tem como principal objetivo organizar, estruturando uma hierarquia para que todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade. A alma de um *site* é sua arquitetura de informação, ciência que tem séculos de vida e nasceu da primeira grande experiência do ser humano em organizar seu conhecimento adquirido – a biblioteca. Um *website* nada mais é que um grande arquivo. Se estiver bem organizado, encontra-se facilmente a informação, e o objetivo foi finalmente alcançado”.

Portal é, enfim, a denominação corrente de endereços de entrada na *WWW* que concentram informações em quantidade, de caráter diverso, além de serviços, comércio eletrônico e variadas formas de “sociabilidades” na Internet. O termo adquiriu grande elasticidade, o que dificulta o debate. A dificuldade de conceituar portal não é só pela maleabilidade do termo, mas também por se tratar de algo pouco debatido no círculo acadêmico, e geralmente abordado sob perspectiva técnica, funcional e de mercado. Procuraremos verificar o que é e quais são as implicações do conceito de portal, o que ele representa na comunicação atual e discutir aspectos de sua semântica. A *Pcwbopedia* define portal *web* como *portal* ou serviço que oferece extenso leque de recursos e serviços como *e-mail*, fóruns, máquinas de busca e áreas de compras *on line*: “ Os primeiros portais foram os provedores de acesso, mas agora a maioria dos tradicionais *portais* de busca transformou-se em portais para atrair e manter grandes audiências” (PCWEBOPEDIA). Kleinschmidt e Goodman (2009, on line) fazem a diferenciação entre portal e portal *web*. O primeiro termo refere-se à página carregada quando o *software* de navegação é iniciado no computador. O segundo tornou-se corrente como descrição de ‘*megaportais*’ utilizados como ponto inicial do

percurso na rede. Neste trabalho, o termo portal será utilizado como sinônimo de portal *web*, isto é, *megaportais*, propondo a diferenciação feita pelos autores citados com o termo “página inicial” ou ainda “página de entrada” (*homepage*).

Os portais sugeriram como alternativa para colocar ordem, oferecer guia para o usuário se localizar e ter acesso a informações relevantes. Portal é palavra de origem latina com certa equivalência a porta, portada e pórtico, que, segundo o dicionário Aurélio, corresponde à porta ou conjunto de portas principais de um edifício. Em latim, *porta* possui sentido próprio de passagem, próximo ao primitivo de *portus*, passagem, entrada de um porto, com marca de movimento, leva posteriormente a conduzir a algo mais estático, palpável. “*Porto*, do verbo *portar*, por sua vez, também possui acepção acentuada de movimento, força e, por enfraquecimento de sentido, torna-se equivalente a levar e trazer.” (FARIA, 1956, p. 743).

Os portais foram e ainda são os principais responsáveis no processo de popularização do uso da Internet e, portanto, da comunicação *on line*. Funcionam como ponte entre usuário e rede. A figura da página inicial foi criada com a versão 2.0 do *Netscap Navigator*. Carregava-se a *homepage* da *Netscape* ao se disparar o *software*. Em função disso, alguns autores apontam a *AOL* como precursor dos portais por ser o primeiro provedor que explorou a sua condição de *gateway* ou *doorway* e passou a tentar manter o usuário em seus domínios. Reportagem da *PC Magazine* de 1998 atribuiu a *AOL* a organização do conteúdo em áreas temáticas, criando a divisão que depois ficou conhecida como estações e canais e se tornou um dos princípios do portal. No entanto, os portais de busca foram considerados desde o início os verdadeiros portais, porque encarnavam o conceito de ponto inicial da jornada *on line*, possuíam audiência massiva e passaram a expandir seus serviços, em direção a tornarem-se centros de conveniência para os visitantes. Os portais seriam, neste caso, como evolução dos chamados mecanismos de busca e diretórios. Os mecanismos de busca (*search engines*) e os diretórios são modalidades associadas aos serviços que localizam e sugerem *links* e portais aos usuários na *web*. Simplificando a lógica destas modalidades podemos dizer que os primeiros são constituídos por sistemas automatizados que varrem permanentemente a *web* e recolhem informações, produzindo grandes arquivos indexados sobre o conteúdo encontrado. Ao se pesquisar uma palavra-chave nestes mecanismos, o *software* que gerencia o processo busca endereços relativos aos termos solicitados em seus índices e apresenta ao usuário a lista com os resultados, ordenada segundo critérios que variam em cada um dos serviços disponíveis. Um destes mecanismos mais populares, nos primórdios da *web*, era o *Altavista*, hoje o *Google*, que também consta dos portais mais visitados para este fim. Outra

modalidade de serviço era sistemas que possuíam grandes categorias temáticas, divididas em subcategorias e que armazenavam endereços de portais: espécie de gigantesco catálogo de *URLs*. Estes diretórios eram formados e alimentados por pessoas que trabalhavam para catalogar os endereços que figuravam como interessantes. O mais conhecido destes diretórios, e também considerado como o pai dos portais, é o *Yahoo*, criado por Jerry Yang e David Filho, em fevereiro de 1994.

3.2 Semiótica dos portais

Portal é ponto de ligação. Dois espaços que estão ou foram interligados. Há um valor estratégico em relação ao espaço que produz esta possibilidade de união: seja porque permite o contato, seja porque separa e impede. Assim, a necessidade da ligação advém de certa oposição entre os espaços cuja mediação promove e que por algum motivo não se equivalem.

A literatura e o cinema utilizaram o conceito semiótico de portal inúmeras vezes: de *Alice no País das Maravilhas* (Lewis Carrol), que passa através do espelho, a Neo, o escolhido do filme *Matrix*, onde existem pontos de passagem que permitem o trânsito em ‘universos paralelos’ ou ‘dimensões’ distintas e que, de alguma maneira, fornecem uma forma diferente de se compreender este mundo. Os ‘mundos paralelos’ prosperam principalmente no gênero ficção científica e situam-se normalmente em ‘quarta’ ou outras dimensões, onde se situa, aliás, também o hiperespaço. As constantes notícias que fazem referências à ‘superestrada da informação’, ou mesmo a obras como *A Vida Digital*, de Nicholas Negroponte, *O Que Será*, de Michael Dertouzos ou *A Estrada do Futuro* de Bill Gates, são típicos exercícios de futurologia utopista, ajudam a compor senso geral de que há um caminho para o futuro, um lugar a se chegar, um ponto a ser atingido. O portal integra-se, também, nas alusões a esta perspectiva utopista de que um outro lugar está sendo construído.

A palavra portal pressupõe não ser local de destino, mas ponto de passagem, de interligação entre dois mundos, dois espaços diferentes. A utilização semântica como modalidade de comunicação na *web* mostra-se eficiente. A página de entrada, em princípio, tem a finalidade de levar o internauta ao mundo da *web*. A princípio a utilização do termo parece colocá-lo sob condição de certa neutralidade, fazendo referência direta à função de mero intermediário. Entretanto, a idéia de porta é bastante marcada em termo de valor. A porta é, na prática, a ordenação, o controle de passagem, da ligação que produz entre dois lados que estão contrapostos. Indica que há um outro lugar e que é possível conhecê-lo. No caso da Internet, da forma como vem sendo usada e como resultado do ‘ufanismo’ dos

primeiros anos, traz embutido um conceito de conhecimento, saber. ‘Tudo o que você precisa de informação está na *web*: do mundo, das empresas, do conhecimento, da informação e dos Poderes Públicos. Faz crer que tudo está aberto, disponível, levando ao engano para a idéia de transparência, noção de acesso e de democracia, com todas as portas abertas, e a todos’.

Portal é metáfora que tem como um de seus objetivos tornar a novidade acessível ao público amplo, afinal a *web* é decorrência de fenômeno técnico restrito, que precisa ser aproximado do conhecimento mediano da população para vir a ser um fenômeno massivo. A antropóloga Marylin Strathern lembra que “as metáforas proporcionam formas culturais que permitem tornar as idéias comunicáveis. Estas metáforas comumente utilizadas para ‘trocar em miúdos’ a tecnologia para os leigos acabam por cristalizar maneiras de pensá-la” (STRATHERN, 1992, p. 1-12).

A apropriação do termo portal pela Internet torna visível o aspecto místico que traz consigo. Conforme Barthes (1993), “o mito é uma fala, mas não uma qualquer”. O autor considera o portal como um mito, não porque traz em si referência direta às mitologias cristã, grega e romana – acepção mítica da ligação entre universos paralelos, ponto de contato e de expansão para outras realidades. O portal é fala mítica, pois serve de suporte para uma mensagem:

A fala mítica é formada por uma matéria já trabalhada em vista de uma comunicação apropriada: todas as matérias-primas do mito quer sejam representativas, quer gráficas, pressupõem uma consciência significativa, e é por isso que se pode raciocinar sobre ele independente de sua matéria. (BARTHES, 1993, p. 132).

O autor utiliza a definição de signo de Saussure – significado e significante – para postular que o mito se apropria deste signo e o torna significante num sistema semiológico. Assim, o significante do mito apresenta-se de maneira ambígua, pois é ao mesmo tempo, ‘sentido e forma’. Esta forma não suprime o sentido primeiro, mas empobrece e deforma-o:

O sentido passa a ser para a forma como uma reserva instantânea de história, como uma riqueza submissa, que é possível aproximar e afastar numa espécie de alternância rápida: é necessário que a cada momento a forma possa reencontrar raízes no sentido, e aí se alimentar, e, sobretudo, é necessário que ela possa esconder-se nele. É este interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito. (BARTHES, 1993, p. 140).

Para o autor, o mito funciona como *álibi*: basta que o seu significante tenha duas faces para dispor sempre de um 'outro lado': o sentido existe sempre para apresentar a forma; a forma existe sempre para distanciar o sentido. O mito é uma fala ao mesmo tempo roubada e restituída. Com característica de significação 'motivada', necessária à própria duplicidade do mito. Desta estrutura, explica Barthes, surge a naturalização do conceito: "o mito é uma fala excessivamente justificada. (BARTHES, 1993 p. 162).

É possível considerar que o termo carrega esta estrutura que camufla sua condição de construção, atribuindo-lhe caráter natural: um portal é o ponto de passagem para o ciberespaço. Neste aspecto as análises feitas a seguir procuram avaliar como a funcionalidade do portal, principalmente no que tange à necessidade de provimento de acesso como à de localização de endereço na *web*, ou seja, os mecanismos de busca são colocados à frente para dissimular sua posição estratégica e, principalmente, sua condição de regulador da apreensão da Internet pelo usuário. A mensagem mítica apaga a dialética do portal de abrir o espaço na Internet e, assim, esconde sua atuação para conter tal abertura. É importante observar a relação básica que surge da observação do mito: trata-se de fala unidirecional; o mito não abre diálogo, não dá espaço ao questionamento, mas oferece explicação ou resposta. E, por ser despolitizada, é política:

Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias (BARTHES, 1993 p. 164).

Portal é metáfora. Por ora, fica a reflexão que traz consigo a dialética da porta: tanto pode estar aberta como fechada, impossibilitando o acesso. Pode servir para permitir o acesso de alguns e impedir o de outros. Instrumento de cerceamento, seleção, favorecimento e exclusão.

3.3. Análises dos portais

As análises feitas a seguir procuram avaliar a funcionalidade dos portais escolhidos, tendo como base os dados gerais de navegabilidade dos portais e outras referências. A ênfase dos itens pesquisados foi colocada para determinar aspectos da relação entre cidadania e

Estado. Foram avaliados os itens: informações governamentais; serviços; controle público e participação.

No que tange ao recorte do objeto de estudo, é importante evidenciar algumas escolhas; a primeira se refere à opção pelos portais governamentais. Dentre as várias experiências democráticas possíveis por meio do emprego das Tecnologias da Informação e Comunicação, os portais públicos constituem atualmente as alternativas mais frequentes de projetos de ciberdemocracia.

A análise se debruça sobre portais dos Poderes Executivo e Legislativo por serem as principais instâncias de decisão política. São os que possibilitam perceber melhor a relação entre cidadania e Estado, ressaltando que não é do conhecimento deste pesquisador a existência de outra investigação semelhante que tenha tratado conjuntamente e comparativamente do *corpus* dessa pesquisa. A crença é que o exame de oportunidades de participação oferecidas na Internet pelos governos dos Estados selecionados, assim como seus respectivos legislativos, possibilitam através de uma pesquisa comparativa, enriquecer a análise, criar referências e um quadro mais elucidativo.

Para a escolha dos portais analisados foram usados como parâmetro: PIB estadual, PIB per capita, densidade demográfica, índice de alfabetização, IDH, uso de Internet e população com acesso a computador. A partir destes dados, foram selecionados os dois Estados com índices mais expressivos (São Paulo e Rio de Janeiro) e o Governo Federal, que teoricamente deveria ter o melhor portal. Trata-se dos portais públicos brasileiros mais visitados. Nos portais de São Paulo e Rio de Janeiro, por serem os Estados brasileiros que apresentam os melhores índices e por disporem de mais recursos financeiros e humanos, imaginamos encontrar situação propícia para uma comunicação pública *on line* mais apurada. A pesquisa foi realizada ao longo de três meses: de 7 de fevereiro a 7 de maio de 2008.

Abaixo, tabela com o cruzamento dos dados por Estados que justificam a escolha:

Classificação do Estado	PIB	PIB per capita	Densidade Demográfica	Índice de Alfabetização	IDH	Uso de Internet	População c/ acesso a computador
01	SP	DF	DF	DF	DF	DF	DF
02	RJ	SP	RJ	RJ	SC	RJ	SP
03	MG	RJ	SP	SC	SP	AC	RJ
04	RS	SC	AL	SP	RS	PE	SC
05	PR	ES	SE	RS	RJ	RN	PR
06	BA	MT	PE	PR	PR	PA	RS
07	SC	RS	ES	AP	MS	BA	MG
08	DF	PR	PB	AM	GO	SP	ES
09	GO	AM	SC	ES	MT	PR	MS
10	PE	MG	RN	MS	MG	SE	MA
11	ES	MS	CE	MG	ES	RS	GO
12	CE	GO	PR	MT	AP	MT	MT
13	PA	RO	RS	RR	RR	MA	AM
14	MT	RR	MG	RO	RO	MG	PE
15	AM	AP	BA	GO	PA	GO	RN
16	MA	TO	MA	PA	AM	CE	RR
17	MS	SE	GO	TO	TO	ES	SE
18	RN	AC	PI	AC	PE	PA	AP
19	PB	BA	RO	SE	RN	AP	BA
20	AL	RN	MS	BA	CE	AL	CE
21	SE	PE	PA	PE	AC	MS	PB
22	RO	PA	TO	CE	BA	SC	RO
23	PI	CE	AC	RN	SE	TO	PA
24	TO	PB	AP	MA	PB	AM	AL
25	AC	AL	MT	PB	PI	PI	AC
26	AP	MA	AM	PI	AL	RR	PI
27	RR	PI	RR	AL	MA	RO	TO

Em anexo, os dados sobre os quais foi elaborada a tabela acima.

Optou-se por elaborar uma planilha única a ser aplicada mediante navegação *on line* orientada em cada um dos portais. Os critérios para o estabelecimento dos campos foram guiados pelas exigências elencadas no capítulo anterior referentes aos modelos de democracia. Portanto, as questões presentes na ferramenta de coleta de dados refletem a preocupação com cada uma das demandas de participação do modelo liberal, participativo e deliberativo. Critério semelhante já foi utilizado outras vezes em pesquisas sobre tema relacionado a portais públicos não se constituindo em metodologia inédita, adaptada para esta pesquisa específica, direcionando-se alguns itens aos assuntos aqui tratados.

Os itens foram organizados de modo a medir, quantificar e qualificar o tipo de participação política possibilitada pelos portais em voga, detectando assim, a presença ou ausência desses elementos considerados importantes no sentido de determinar aspectos da relação entre cidadania e Estado. Os itens pesquisados: informações governamentais; serviços; controle público e participação foram novamente subdivididos em quesitos, apontando-se a função política que deveriam exercer procurando apreender tanto o conteúdo quanto a visibilidade e interfaces. Isto se deu com o objetivo de avaliar o tipo e grau de interação possibilitada entre esfera civil e pública. Por exemplo, não basta verificar se há acesso aos projetos de lei em discussão, o que é referente ao conteúdo, é preciso ter em mente o que isso significa em termos de democracia, o que é referente à função política. Ao verificar se há destaque para este item na primeira página a preocupação é com a visibilidade. Se for um fórum de discussão ou postagem de informação são questões relacionadas à interface interativa. São exemplos da metodologia usada a seguir.

Os tópicos foram compostos por quesitos que tentaram apreender estes aspectos evidenciados. Por exemplo: o tópico relativo à presença de informações sobre programas governamentais, do ponto de vista de sua função política, demonstra a preocupação do governo em clarear objetivos e alcance de seus programas sociais, ao mesmo tempo em que propicia informações a possíveis interessados em obter os benefícios. Além da disposição do conteúdo, durante a análise julgou-se importante verificar a visibilidade da informação no portal, se organizada ou dispersa e se está na página principal ou em páginas secundárias.

Com relação às questões referentes à navegabilidade dos portais, busca-se detectar questões básicas importantes para garantir uma navegação mais amigável e maior facilidade de os cidadãos efetivarem com êxito as ações que pretendem executar no portal. Observa-se que, caso a navegabilidade do portal seja baixa, o acesso às informações, serviços, ferramentas de controle público e de participação política ficam comprometidos.

Por fim, procurou-se dedicar à análise dos aspectos designados como importantes para o exame da participação pública por meio da Internet.

Na análise foram considerados para a elaboração de tabelas e gráficos os seguintes valores:

0	o portal não tem o recurso
1	o portal tem o recurso, mas não funciona a contento
2	o portal tem o recurso e funciona adequadamente

A análise dos portais do Legislativo, representada pelos portais da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) seguiu a mesma metodologia adotada para os portais do Executivo, optando-se por promover o menor número possível de modificações para facilitar o entendimento da pesquisa e também, posteriormente, permitir comparações aos que se interessarem. Obviamente por se tratar de instituições legislativas, representantes diretas dos cidadãos, têm um caráter diferenciado do Executivo. É compreensível o desnível em algumas questões apontadas, fáceis, no entanto, de serem percebidas e avaliadas. Nas modificações quanto aos itens avaliados, levou-se em conta a questão das funções pertinentes ao Poder.

Os itens avaliados apresentaram os seguintes resultados:

3.3.1 Navegabilidade

No que se refere aos campos analíticos propriamente ditos, em Navegabilidade, procurou-se analisar em que medida os portais atendiam as premissas básicas como: a) existência de mecanismo de busca, b) ajuda, mapa do portal, c) páginas em outro idioma, d) link de volta para a página principal, e) dicas de acessibilidade, f) impressão amigável, g) envio da informação por *e-mail* e disponibilidade de *links* relacionados ao governo. h) Disponibilidade de *link*, i) Recursos Multimídia áudio-vídeo. Embora tais ferramentas não sejam muito significativas para o fundamento do trabalho proposto, são importantes para garantir uma navegação tranquila e amigável, que estimule a permanência do cidadão na página e que permita que ele encontre o que deseja.

Como critérios de avaliação foram considerados satisfatórios (2) os mecanismos de busca que funcionaram rapidamente, que estavam disponíveis em todas ou na maioria das

seções e que, além dos resultados relacionados ao tema pesquisado, ofereciam opção de busca avançada ou de formulário para receber retorno posterior.

3.3.2 Mecanismo de busca

Com relação ao mecanismo de busca, observou-se que todos os portais possuem este recurso. Para efeito de análise de funcionamento deste mecanismo escolheram-se três termos para busca: dengue, segurança e escolas técnicas, ou seja, assuntos de competência tanto da esfera estadual como federal, tanto do Legislativo como do Executivo. Obtivemos os seguintes resultados:

Resultados dos portais do Executivo: No portal do Governo de São Paulo, o mecanismo de busca retornou um documento relacionando o número de resultados encontrados, mas sem opção de acesso a outros além de quatro oferecidos com fotos. Os resultados são exclusivamente relacionados a notícias divulgadas. Na caixa de diálogo que se abre, há a opção de uma nova busca, mas sem a opção de escolha de um banco de dados. Além disso, são oferecidas até quatro notícias recentes, com fotos e opção de *link* para leitura da matéria completa. Não são oferecidos *links* para o órgão responsável pelo assunto pesquisado. O recurso “busca avançada” abre uma página com a opção de pesquisar no portal (o que se pretendia na primeira busca e retorna ao resultado inicial), busca em notícias (que já foi a resposta à primeira opção de busca, porém acrescida de uma longa lista de notícias, nem todas sobre o tema pesquisado) e busca em fotos. Isso equivale a dizer que o internauta, depois de perder uns bons minutos e tentar várias alternativas, continua sem nenhuma informação objetiva sobre o assunto pesquisado. O portal de São Paulo também oferece na página de resposta uma longa lista de notícias não relacionadas ao tema pesquisado e, no pé da página, um *link* para quem não encontrou o que procurava. Esta opção abre a caixa de diálogo *Fale conosco*, onde o usuário pode digitar as informações que busca para posterior retorno do governo. Para efeito desta pesquisa, preenchemos o formulário oferecido perguntando quais as formas possíveis de se opinar sobre leis em discussão sobre educação e depois de 90 dias ainda não havia sido obtida uma resposta. O portal também oferece um menu de busca na área inferior esquerda da página inicial, com opções de pesquisa nas seguintes áreas: Governador Secretarias, Empresas, Autarquias, Fundações, Poder Público e Prefeituras paulistas.

No portal do governo do Rio de Janeiro, a busca pelo termo “dengue” retornou uma página com a informação “nenhum resultado foi encontrado na busca” (no Rio, é só no portal do governo que não há ocorrência de dengue...), embora a página inicial possua um *banner* da campanha contra a dengue. Já com relação ao termo “segurança”, a página de resposta apresenta uma série de *links* para órgãos que cuidam do assunto e para entidades que prestam serviços na área. A busca por “escola técnica” retorna um *link* de uma instituição estadual para informações.

No portal do Governo Federal, o resultado da busca demora aproximadamente dois minutos. Na consulta “dengue”, retornou uma página indicando setenta e cinco ocorrências do termo no portal e com *link* para as respectivas notícias, sendo que a abertura destas também é bastante lenta – em alguns casos, cerca de dois minutos e outras notícias não abriram num tempo de espera de 5 minutos.

A busca por “segurança” retornou uma página com 1.181 ocorrências, mas nenhum dos 10 itens exibidos fazia referência a segurança – abordavam os mais variados assuntos. A página 2, que demorou 2 minutos para abrir, tinha resultado semelhante e com a mesma demora para abrir qualquer *link*. A busca por “escola técnica” 127 resultados de notícias relacionados ao assunto.

Resultado dos portais do Legislativo: Todos os portais analisados oferecem mecanismos visíveis e de fácil localização na parte superior do portal. No portal da Alerj, o mecanismo de busca pode ser considerado inoperante, pois qualquer palavra digitada retorna uma página (em formato de texto simples) com um mesmo resultado repetido 15 vezes. Esse resultado se refere indiretamente ao assunto pesquisado ou sem nenhuma relação a este. A página de retorno oferece um *link* para maiores informações, mas o *link* é inoperante. Assim, o internauta, depois de esperar por três minutos pela resposta à sua busca, vê-se totalmente frustrado. Além disso, como agravante, a página de resposta à busca não oferece *link* de retorno à *home*, nem opção de acesso a qualquer outra área do portal, obrigando o usuário a se valer do botão de retorno do *Windows* ou fechar o navegador e reiniciar todo o processo.

No caso, com relação à pesquisa pelo termo “dengue” e a resposta foi “*Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e*

a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento populacional, o aumento de doenças e a falta de estrutura”.

Já no caso da busca sobre “segurança”, o resultado obtido apresentou o seguinte texto: *“As conseqüências e os reflexos negativos, para a população fluminense, das medidas de racionamento de energia anunciadas pelo Governo Federal foram tema de audiência pública, realizada hoje, 23/05, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A segurança pública, a locomoção da população e a manutenção dos postos de trabalho foram as principais preocupações levantadas durante a audiência, presidida pelo deputado Arthur Messias, do PT. Estiveram presentes representantes da Cedae”.*

A busca por “escola técnica” retornou: *“Recebeu dez emendas e volta às comissões para nova análise o projeto de lei, do deputado José Richard (PTB), que proíbe o fumo em creches e em escolas públicas e particulares de primeiro e segundo graus. Depois de analisado pelas comissões, o projeto retorna à sessão plenária para ser novamente apreciado pelos deputados dessa Casa Legislativa”.*

O Portal da Alesp é o único a oferecer a opção de busca em suas bases de dados em menu suspenso no mecanismo de busca: em *Legislação estadual*; em *Atas de Comissões*; em *documentação*; em *Notícias*; em *proposições*, em *Palavra do Deputado*; em *Sessões Plenárias* e pesquisa em todas as bases de dados. Todas as páginas abriram rapidamente, oferecendo respostas adequadas nos diversos itens pesquisados. Alguns campos, como documentação, pedem que o usuário insira mais informações, tais como, data, para uma busca avançada.

O portal da Câmara Federal oferece um mecanismo de busca simples e bastante eficiente. Quando inserido o termo de busca, retorna uma página com o número de ocorrências em cada uma de suas bases de dados, dando *link* para que o usuário entre na base de dados desejada. Suas bases de dados são: *Portal*; *Projetos de lei e outras proposições*; *Deputados em exercício*; *Agência Câmara de Notícias*; *Jornal da Câmara*, *Rádio Câmara* e *TV Câmara*. As ocorrências do termo buscado, oferecidas como resposta, são compatíveis ao que se espera de um bom mecanismo de busca.

No caso dos portais que se limitam a fornecer a relação das notícias publicadas que contém a palavra ou palavras digitadas no título, ou seja, espera-se que o usuário saiba exatamente qual a secretaria ou departamento responsável e o acesse diretamente. Os governos oficiais – exceção da Alesp - parecem partir do princípio de que todos conhecem a estrutura do governo ou da Câmara, a função de cada um de seus órgãos e departamentos.

3.3.3 Mecanismo de ajuda

Resultado dos portais do Executivo: O portal do Governo do Rio de Janeiro possui mecanismo de ajuda no portal, e nele o internauta é aconselhado a consultar o mapa do portal. O portal do Governo Federal tem esse mecanismo, mas se apresenta lento. O portal do Governo de São Paulo, apesar de não oferecer dicas de navegação, disponibiliza na sua página inicial um menu de *links* para todos os órgãos e entidades do governo estadual: governador, secretarias, empresas, autarquias, fundações, poder público e prefeituras paulistas. Este menu se mostrou bastante eficiente, facilitando o acesso aos mais variados órgãos – recurso não disponível ou de difícil localização em outros portais.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais da Alesp, Alerj e Câmara dos Deputados não possuem este recurso.

3.3.4 Mapa do portal

Resultado dos portais do Executivo: Com relação ao mapa do *portal*, todos os portais pesquisados oferecem este recurso, o que difere é a visibilidade do *link* e a qualidade do mapa. O portal governo de São Paulo possui um bom mapa do *portal*, mas indicado apenas nas páginas internas e não na *home*, onde é substituído pelo menu de opção de idiomas. Os demais portais oferecem esta opção em local visível, na página inicial.

Resultado dos portais do Legislativo: Todos os portais pesquisados oferecem este recurso, o que difere é a visibilidade do *link* e a qualidade do mapa. O portal da Alerj possui este recurso, mas em condições de difícil localização e indicado pelo ícone, que não é conhecido principalmente pelos internautas com pouca prática de navegação. Os portais da Alesp e da Câmara dos Deputados possuem mapas de qualidade superior ao da Alerj.

3.3.5 Página em outro idioma

Resultado dos portais do Executivo: Os portais dos governos de São Paulo e Federal possuem as opções de acesso em outros idiomas: Inglês e Espanhol. Entretanto, o conteúdo traduzido para outro idioma é bastante restrito, limitando-se a informações turísticas, culturais

e dados históricos. O portal do governo do Rio de Janeiro, apesar da vocação turística do Estado, não oferece páginas em outros idiomas.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados oferece a opção em inglês e espanhol, com informações sobre: *Funcionamento da Câmara*, *Número de deputados*, *Visite a Câmara* - com telefones e horários de funcionamento - e *Participação popular*. Esta última apresenta *Comissão de Participação Legislativa. Um novo modo de exercer sua cidadania*, com um texto explicando como os cidadãos brasileiros podem fazer sugestões ao Legislativo e outros detalhes como os documentos necessários para isso. Os portais da Assembléia Legislativa de São Paulo e também a do Rio de Janeiro não oferecem páginas em outros idiomas.

3.3.6 *Link* de volta à página inicial

Resultado dos portais do Executivo: A utilização da imagem na cabeça da página ou no logotipo no alto da página (em geral à esquerda) como *link* para voltar à página inicial já é praticamente padrão nos portais, portanto, pode-se considerar que este recurso seja de conhecimento da maioria dos internautas. Nos portais do governo do Rio de Janeiro e do Governo Federal o *link* é feito no brasão e logotipo, no cabeçalho do portal. O portal do governo de São Paulo oferece *link* no logotipo e na opção *home* também no alto de todas as páginas.

Resultado dos portais do Legislativo: A utilização da imagem na cabeça da página ou no logotipo no alto da página (em geral à esquerda) como *link* para voltar à página inicial já é praticamente padrão nos portais, portanto, pode-se considerar que este recurso seja de conhecimento da maioria dos internautas. No portal da Câmara dos Deputados o *link* é feito no brasão e logotipo, no cabeçalho do portal. No portal da Alerj o *link* é feito no logotipo, mas não está presente em várias páginas, dificultando a navegação. No portal da Alesp, ao contrário dos demais, o *link* não é feito no logotipo, mas está presente em todas as páginas, sendo o primeiro item do menu principal, à esquerda, com boa visibilidade.

3.3.7 Dicas de acessibilidade

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais oferece essa opção.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados é o único que esta opção, com *link* para textos eletrônicos, guia via legal para portadores de deficiência visual, legislação em áudio, etc. Oferece também *links* para outros portais de acessibilidade e informações sobre a Comissão Geral para o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com conteúdos em áudio, vídeo.

3.3.8 Impressão amigável

Resultado dos portais do Executivo: O portal do governo do Rio de Janeiro não oferece este recurso que está presente nos demais.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Alerj não oferece este recurso que está presente nos demais.

3.3.9 Envio por *e-mail*

Resultado dos portais do Executivo: Apenas o portal do governo do Rio de Janeiro não oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Alerj não oferece este recurso, presente nos demais.

3.3.10 Disponibilidade de *links*

Resultado dos portais do Executivo: Todos eles oferecem opções de conexão com os portais de secretarias, de órgãos de prestação de serviço, para outros poderes e para outras esferas de poder. A dificuldade fica por conta do fato de o usuário saber ou não a qual órgão se dirigir – informação que dificilmente um cidadão comum possui, pois a estrutura dos governos das câmaras é bastante ampla e, em geral, nem mesmo os próprios funcionários sabem com precisão e rapidez como obter determinada informação. Seria bastante prático e útil se a pessoa ao digitar o que ela busca recebesse de volta uma série de *links*: notícias a respeito (que em geral é a única coisa oferecida); legislação sobre o assunto; qual o departamento encarregado – se é estadual, municipal ou federal. Neste sentido, o portal de

São Paulo se destaca por uma área bastante visível que oferece uma grande variedade de *links* para autarquias, fundações e prefeituras do Estado.

Resultado dos portais do Legislativo: Todos eles também oferecem opções de conexão com os portais de órgãos de prestação de serviço, de secretarias de estado, de instituições de outras esferas de poder, enfim, a exemplo dos portais do Poder Executivo também é fornecido o acesso a uma série de *links*. Também a exemplo do que ocorre com os portais do Executivo constatamos a dificuldade de o usuário saber ou não a qual órgão se dirigir, que, como explicado anteriormente, dificulta a navegação de um cidadão que não tenha habilidade desenvolvida com relação ao uso da Internet.

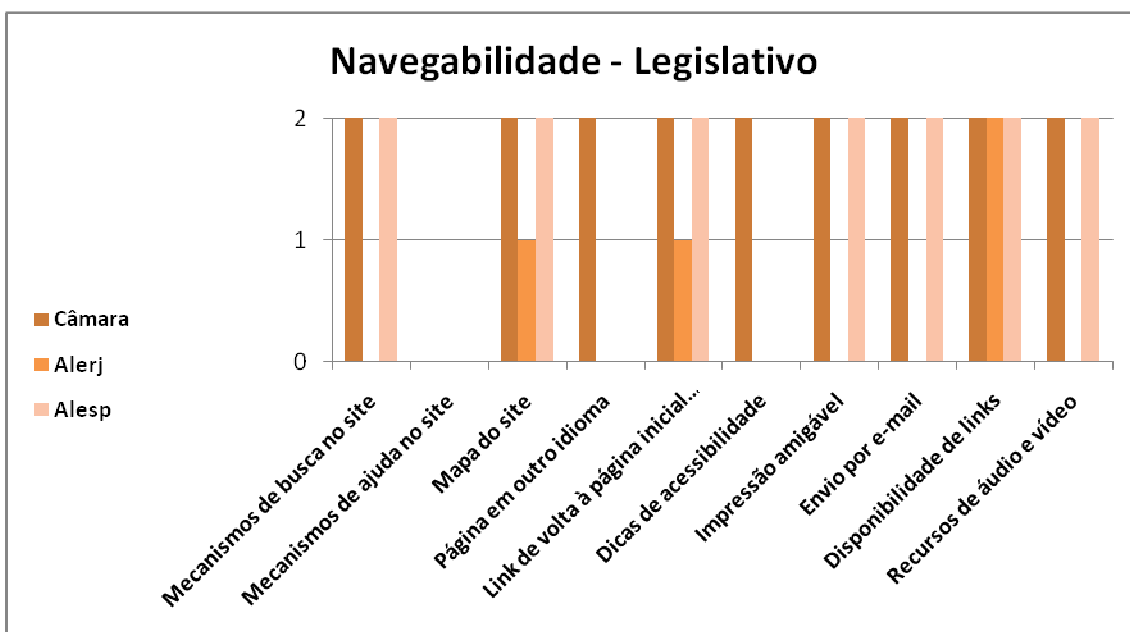
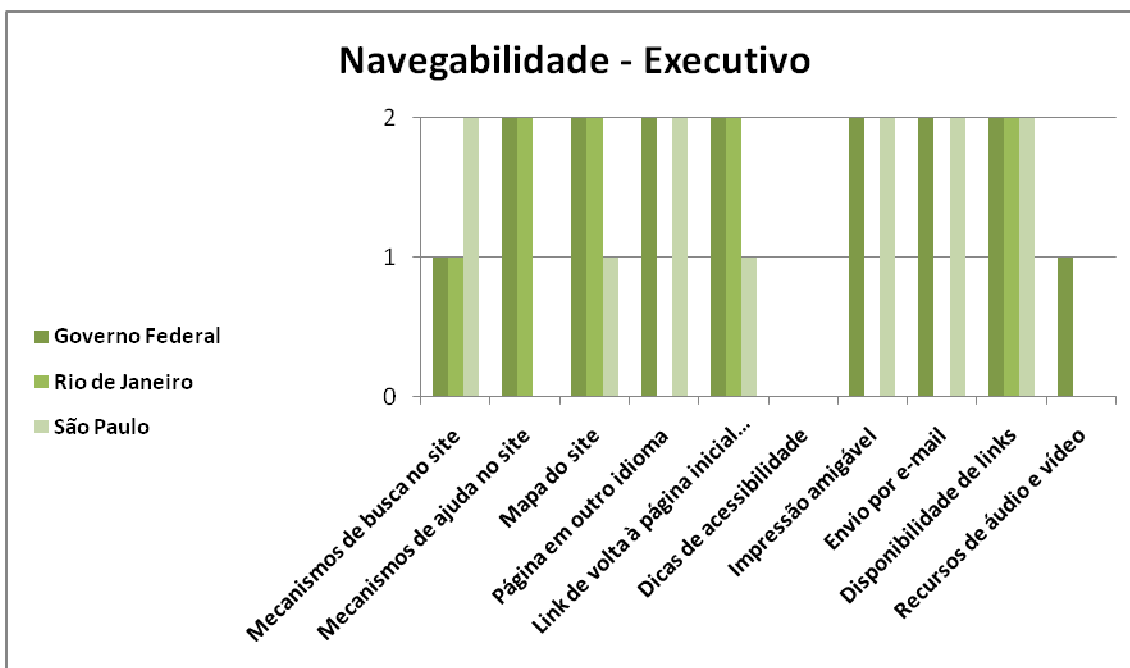
3.3.11 Recursos multimídia - áudio e vídeo

Resultado dos portais do Executivo: Os portais do Governo Federal e de São Paulo dispõem apenas de recursos de áudio, limitados, no caso de São Paulo, a *Conversa com o governador*, e no caso do Governo Federal aos *Discursos do Presidente da República* e ao programa *Café com o Presidente*, que apresentou *link* rompido por ocasião dos acessos para esta pesquisa. O portal do governo do Rio de Janeiro não utiliza os recursos de áudio e vídeo.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados possui a TV e a Rádio da Câmara com boa programação e de fácil acesso. O portal da Alesp dá acesso à TV Alesp, com programação 24 horas no ar. A TV transmite também dos quatro plenários e dois auditórios. O portal dá visibilidade para a TV em um *banner* na área superior direita, com o emprego de recursos de flash e em local privilegiado no menu à direita da página, abrindo uma página com a programação do dia da emissora. Na página de programação há a opção para assistir a um vídeo institucional. O portal da Alerj apresenta um *banner* da “TV Alerj”, mas o link leva apenas a lista dos municípios que recebem as transmissões da TV Alerj.

Tecnicamente os portais não apresentam grandes diferenças entre si e percebemos que, de um modo geral, possuem mecanismos eficientes.

A partir destas informações foram elaborados os gráficos a seguir:



3.4 Informações governamentais

Com relação a Informações governamentais, todos os modelos de democracia abordados reconhecem a importância da ampla divulgação dos dados relativos à gestão dos negócios públicos. A teoria liberal frisa sua relevância para subsidiar o controle das ações governamentais e, com o objetivo principal de prevenir a inimizabilidade; o modelo participativo a compreende como base para a formação política e participação qualificada na

tomada de decisão e o modelo deliberacionista como fundamental para garantir um bom debate público. Quando o *corpus* da pesquisa é composto por *portais* de Poderes Legislativos, as informações procuradas deveriam estar voltadas ao campo de ação das Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados. Diferente das informações governamentais, que podem ser aferidas quando a pesquisa se refere ao Poder Executivo. Porém, há uma gama de informações institucionais que podem ser oferecidas pelo poder Legislativo, ser úteis aos cidadãos e ajudá-los a formar opinião. Entre as informações que poderiam favorecer os modelos participativo e deliberativo, poderíamos enumerar aquelas apontadas como informações explicativas sobre o processo de tomada de decisão. Como características apontadas pelos modelos deliberativo e participativo poderia constar espaço que permitisse a discussão e a deliberação para formulação de política e elaboração da agenda pública. O ideal seria encontrar espaços para que o cidadão pudesse interferir diretamente na tomada de decisões, como, por exemplo, fornecendo opiniões, ou em referendos e plebiscitos.

3.4.1 Informações econômicas, culturais, turísticas, históricas, étnicas

Resultado dos portais do Executivo: Os portais do governo do Rio de Janeiro, São Paulo e Governo Federal, possuem um conteúdo muito bom neste item.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais do Legislativo não oferecem esta opção. A princípio seria possível argumentar que estas questões são inerentes ao Poder Executivo, justificando assim a ausência. No entanto, é de supor que o Poder Legislativo deva ter um amplo arquivo sobre proposições, legislações, moções, enfim, documentações e trâmites inerentes ao Poder. Certamente muitos cidadãos que, por um motivo ou outro, interessam-se por alguns destes itens com a finalidade de pesquisa, devem procurar nos portais e decepcionar-se com a ausência.

3.4.2 Legislação

Ao pesquisar a presença de informações acerca de leis, estatutos e decretos, no conteúdo sobre legislação, diário oficial ou similar, o objetivo foi o de perceber a existência do cuidado do governo em fornecer dados de teor político oficial, clareando direitos e deveres do cidadão. Por meio desse repasse de informações, é possível analisar o exercício da participação e do controle social.

Resultado dos portais do Executivo: O portal do governo do Rio de Janeiro oferece conteúdo somente sobre legislação e incentivo fiscal. Os demais portais ofereceram conteúdo satisfatório.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais oferecem conteúdo satisfatório. Tratando-se do Poder Legislativo, seria estranho se assim não ocorresse. Talvez seja este o item que melhor deveria ser explorado pelos portais pesquisados, com amplo acesso ao cidadão.

3.4.3 Programas governamentais/Ordem do dia

O objetivo de pesquisar este item foi evidenciar a preocupação dos Estados e seus Legislativos em disponibilizar informações que facilitem o contato do cidadão com os órgãos públicos, possibilitando assim maior proximidade entre esfera civil e política.

Resultado dos portais do Executivo: Programas governamentais - o portal do governo do Rio de Janeiro não tem *link* específico para os programas governamentais, estes são citados de modo esparso, na lista de serviços mais acessados, sem nenhum destaque. Isso significa que o internauta que queira informações de um determinado programa precisa saber qual a secretaria que o executa e então realizar sua busca. O portal do Governo Federal dá destaque a vários programas, mas não oferece um menu com todos. Isso significa que o governo induz o internauta a conhecer somente os programas que são do interesse do governo, deixando outros – independentemente de sua importância para os usuários – na dependência de busca pessoal no *portal*. O portal do Governo de São Paulo oferece no menu superior o *link* “ações do governo”, *link* que abre uma página com a lista dos programas governamentais e *link* para o conteúdo de cada um.

Resultado dos portais do Legislativo: Ordem do dia - O portal da Câmara dos Deputados oferece uma agenda bastante completa, incluindo: *plenário, agenda do presidente, seminários, comissões, agenda cultural, e programação de rádio e TV da Câmara*. O portal da Alerj oferece *Ordem do Dia*, no item Plenário, no menu principal, que abre uma página com as últimas 15 sessões legislativas. O *link* ordem do dia abre um histórico da sessão e o horário de cada projeto em discussão e um breve resumo do assunto e a fase em que se encontra a discussão. O portal da Alesp tem o item *Agenda* em seu menu principal, dando

acesso à *Agenda Diária do Plenário, do presidente da Alesp, das Comissões, Programação Cultural*, etc. Todo esse material é bastante detalhado, permitindo ao internauta saber exatamente o que estará sendo discutido e votado na *Alesp* e em suas comissões permanentes e temporárias.

Ao avaliar a presença de informações institucionais de acessibilidade aos governantes e órgãos públicos, avaliaram-se informações institucionais relativas à acessibilidade comunicacional como Órgãos, Secretarias e Ministérios dos Poderes Executivos examinados, Órgãos, Comissões e outras instâncias nos Poderes Legislativos.

3.4.4 Notícias sobre fato decidido

Ao pesquisar a presença de informações noticiosas sobre fato já decidido, avaliando o conteúdo, as notícias que relatam ações já concluídas pelo poder público e a presença de arquivo dessas notícias, o objetivo foi verificar a função política de prover a população de relatos acerca das ações sustentadas pelo Executivo, subsidiando o debate a respeito das ações do governo e permitindo maior controle público.

Resultado dos portais do Executivo: Todos os portais analisados oferecem vasto noticiário sobre fatos decididos.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais analisados oferecem um bom noticiário sobre fatos decididos. Porém, chamamos atenção que ao noticiar fatos decididos, *via on line*, o que percebemos é um simulacro dos veículos tradicionais e o objetivo pode não ser só o de atender o direito do cidadão de estar informado, mas de se fazer publicidade dos atos em si. No caso do Poder Legislativo seria muito oportuna a divulgação de fatos a serem decididos, pois, se assim fosse, poderia facilitar a mobilização popular pró ou contra a aprovação de uma lei, por exemplo.

3.4.5 Notícias de ações governamentais que ainda serão tomadas

O objetivo de pesquisar este item foi o de analisar o interesse de informar a população sobre atos que estão em andamento, possibilitando a participação e influência dos cidadãos antes de o ato ser concretizado.

Resultado dos portais do Executivo: ações governamentais que ainda serão tomadas - todos os portais oferecem esse tipo de notícia, mas sem opção para que o internauta possa manifestar-se a respeito. São notícias do tipo: livros escolares poderão trazer o Hino Nacional – informando que foi proposta uma lei para obrigar as editoras a imprimir a letra do Hino na capa dos livros escolares.

Resultado dos portais do Legislativo: Projetos em discussão - o portal da Câmara dos Deputados oferece *link* para *Comissões* no menu principal, abrindo uma página com uma lista de todas as comissões permanentes, mistas, temporárias, grupos de trabalho e comissões temporárias encerradas. O item *Comissões Permanentes*, por exemplo, oferece lista completa com *link* de todas as comissões. O *link* de cada comissão abre uma página que apresenta a comissão, seus membros, reuniões, projetos e proposições em discussão, audiências públicas, seminários e exposições, relatores, subcomissões, relatórios, endereços, imprensa e fale conosco. A página contém ainda notícias em destaque, blog, e detalhes das reuniões em pauta das próximas reuniões. As próximas reuniões agendadas oferecem *link* para detalhes, com a pauta da reunião, convidados, data e horário, o que permite aos interessados se manifestarem. Uma página bastante completa. O portal da Alerj oferece *link* no menu principal para as comissões permanentes e comissões temporárias. Para cada comissão existem *links* para atas, editais, pareceres e composição. O portal da Alesp tem *link* para comissões no menu principal, abrindo na página com explicações resumidas sobre comissão parlamentar e o que é uma comissão. Há também *link* para cada tipo de comissão, dando acesso a uma página com menu completo de cada comissão, CPIs, ementário, membros, relatórios, atas, etc. A comissão de Segurança Pública, por exemplo, tem todas as informações de 1995 ao dia 7 de maio (dia anterior à consulta).

3.4.6 Programas de inclusão digital

Resultado dos portais do Executivo: O portal do governo do Rio de Janeiro não oferece esta opção. O portal do Governo Federal também não oferece esta opção em *home page*, embora seja um programa bastante divulgado pelo governo. O portal do governo de São Paulo tem na primeira página o *Acessa São Paulo*, cujo *link* abre um *portal* bastante completo com notícias, blog, dicas de navegação segura, *links* úteis, rede de projetos, cadernos eletrônicos, cursos, conexões científicas, informação continuada, central de serviços, e uma opção para o internauta enviar sua notícia.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados oferece *link* para um texto de cunho que discorre sobre a importância da inclusão digital e, a seguir, uma série de *links* para notícias da *Agência do Senado*, com abertura extremamente lenta. Os portais da Alerj, Alesp e do governo do Rio de Janeiro não oferecem esta opção.

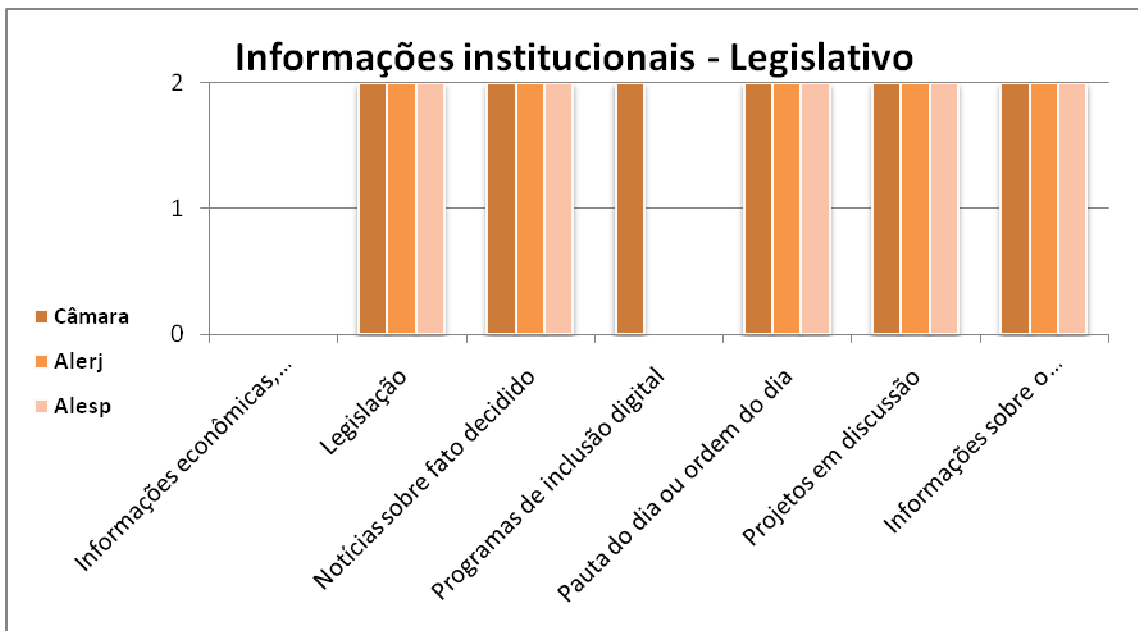
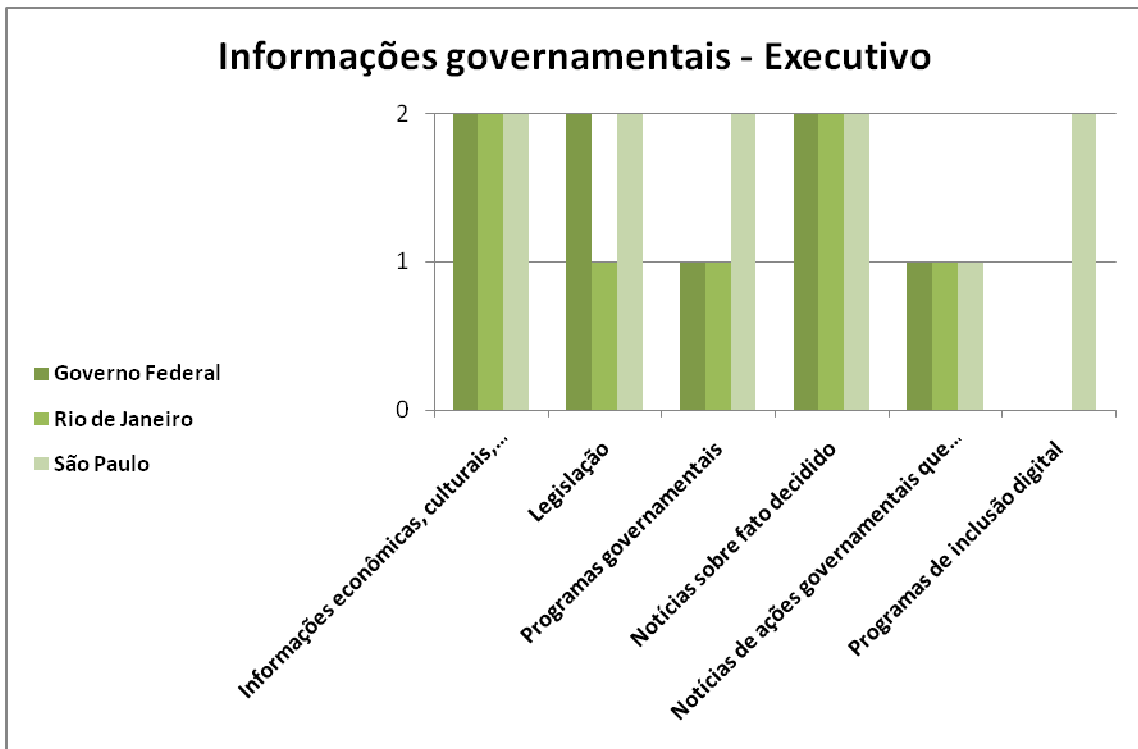
Neste item, analisamos informações referentes aos programas governamentais de inclusão digital, como a existência de programas de educação tecnológica, que ensinem a fazer uso da Internet e como obter as informações públicas na rede, a criação de espaços públicos de acesso e a previsão de financiamentos para aquisição de computadores pessoais, analisando se os Governos e Legislativos em estudo estão demonstrando cuidado em combater ou, ao menos, não incentivar as desigualdades de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação.

3.4.7 Informações sobre o processo legislativo

Resultado dos portais do Executivo: tema não pesquisado.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados oferece o *link* *Conheça o Processo Legislativo* no menu principal, que abre uma página com *links* para: *Glossário, Atuação Parlamentar, Consultoria e Assessoramento Legislativo no Brasil, Manual de Redação Oficial e Parlamentar, e Regimento Interno da Câmara*. A página traz também *link* para um gráfico com o fluxo do Processo Legislativo, mas o gráfico não abre, permitindo acesso somente a um texto e um vídeo explicativo. O portal da Alerj para *Processo Legislativo* oferece *link* no menu principal e traz *Atos do Poder Executivo, Constituição Estadual e Federal, O que é processo legislativo*, entre outros. A página inicial traz também um *banner* do processo legislativo, acessando a cartilha *Como um projeto se torna lei na Alerj*, um documento em PDF, com 51 páginas. No portal da Alesp Processo Legislativo é oferecido em *link* no menu principal, levando a uma página com as regras para fazer leis, proposições, sessões plenárias, votações, ordem do dia, pauta, Legislação Paulista, fluxograma do processo legislativo e tramitação das proposições.

A partir destas informações foram elaborados os gráficos a seguir:



Com relação às informações institucionais podemos considerar que os portais pesquisados atendem bem esta função. Todos os modelos de democracia aqui observados fazem referência à importância da ampla divulgação dos dados governamentais. O modelo participativo entende estas informações como base para a formação política e a participação

qualificada na tomada de decisões e os deliberacionistas como fundamental para garantir um bom debate público. A teoria liberal frisa sua relevância para subsidiar o controle das ações governamentais.

3.5 Serviços

O modelo de democracia liberal é o que mais faz referências à prestação de serviços públicos como um dever do Estado democrático. Os outros dois modelos estudados neste trabalho também fazem referências à prestação de serviços, porém com uma ênfase menor. Entretanto, mesmo que com peso menor, as outras duas correntes também reconhecem esta finalidade, já que caberia aos governos, entre outras funções, gerir os recursos públicos e empregá-los de forma competente para garantir o atendimento da população. Para melhor análise de como está o desempenho dos serviços oferecidos pelos portais do Executivos e Legislativos em estudos, esta seção foi subdividida em três tópicos. A) *Delivery* informativo - B) *Delivery* imediato de informações C) *Delivery* burocrático. O resultado obtido foi o seguinte:

3.5.1 *Delivery* informativo: inserção de dados pelo usuário

Quanto a este item: inserção de dados pelo usuário e obtenção de informação, verificamos a disponibilidade de informações essenciais de saúde, educação, sobre onde e como obter demais serviços e sobre questões administrativas e processuais, verificando se há preocupação governamental em facilitar o acesso aos serviços públicos e qualificar, portanto, se os dados disponíveis abrangem vários tipos de serviços ou se são restritos.

Resultado dos portais do Executivo: O portal do Governo Federal oferece serviços com opções para *Cidadão, Empresas e Sua Vida*. Na página inicial, o portal oferece um menu, na área central, com *link* para os onze serviços mais procurados. No menu principal, na área de serviços para o cidadão existem *links* para *Educação, Mulher, Portadores de deficiência, Desaparecidos, Terceira idade, Saúde, Pagamentos de contas, Emprego, e Documentos*. Embora bastante completo, este menu revela algumas falhas, como, por exemplo, no Ministério do Desenvolvimento Social a pesquisa sobre ‘Combate à Fome’ é respondida com um pedido de desculpas, informando que o item requisitado não existe no servidor.

O portal do governo do Rio de Janeiro oferece *links* para serviços no menu principal, com as opções: para o cidadão e para o servidor público. Para o cidadão são oferecidas 23 áreas de serviços *on line*, nos quais disponibiliza consulta a bancos de dados e emissão de guias de pagamento, informações sobre legislação, funcionamento de serviços presenciais como pronto-socorro, etc. O portal do governo de São Paulo oferece serviços para o cidadão em menu específico no alto à direita da página inicial, com 11 serviços diferentes e a opção *outros*, que abre uma página com inúmeros serviços em diversas áreas de atendimento. São serviços como consultar multas e número de pontos na carteira, antecedentes criminais, acesso ao Diário Oficial, etc.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais oferecem a opção de inserção de dados para consulta somente sobre legislação e documentação.

3.5.2 Delivery imediato de informações: atendimento *on line* instantâneo

O objetivo deste item foi verificar a competência para o atendimento *on line* instantâneo, na tentativa de demonstrar a preocupação do governo com a agilidade da informação, dando resposta imediata a questões específicas colocadas pela cidadania, avaliando se este item encontra-se delimitado e se está visível na *home* ou em páginas secundárias. Era de supor que este tipo de serviço fosse oferecido ao cidadão já que a comunicação *on line* tem como uma das características a interação em tempo real.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais oferece este serviço

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais oferece este serviço.

3.5.3 Delivery burocrático: emissão de documentos oficiais

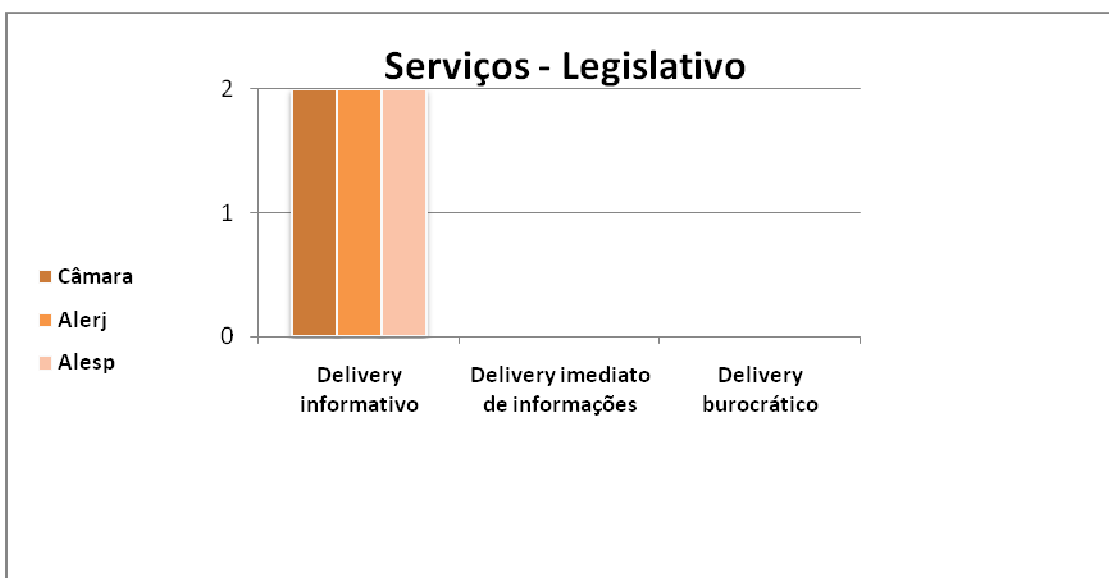
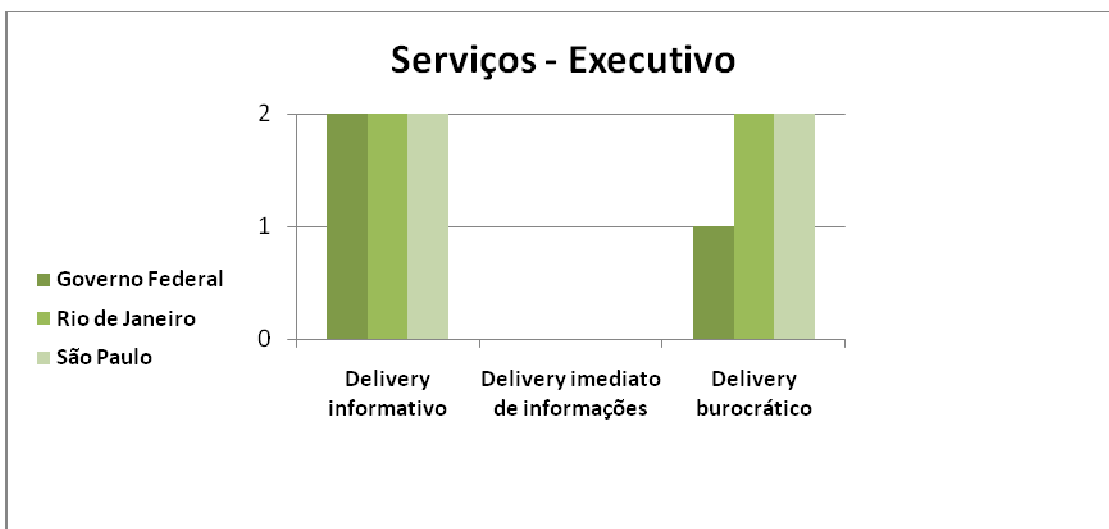
O objetivo de pesquisar este item foi saber se está evidente o cuidado em propiciar ao cidadão a possibilidade de proceder a emissão de documentos públicos, facilitando e agilizando procedimentos burocráticos.

Resultado dos portais do Executivo: Os portais dos governos estaduais e federal oferecem diversos serviços com emissão de documentos oficiais, como certidões, emissão de

segunda via de contas, etc. Nestes casos, o internauta é direcionado para o portal do órgão encarregado do serviço.

Resultado dos portais do Legislativo: Os portais do Legislativo não oferecem esta opção.

A partir destas informações foram elaborados os seguintes gráficos:



Como é possível perceber, todos os portais pesquisados privilegiam a prestação de serviços aos cidadãos. O modelo liberal é o mais enfático nas referências à prestação de serviços públicos como um dever do Estado democrático. Com peso menor, as outras duas correntes também reconhecem esta finalidade, já que caberia aos governos, entre outras

funções, gerir os recursos públicos e empregá-los de forma competente para garantir o atendimento da população. Porém, é interessante perceber que um serviço qualificado e pessoal, como atendimento *on line* instantâneo, não foi encontrado em nenhum portal. Pode-se argumentar em defesa da pouca prestação de serviço oferecida pelos portais dos Poderes Legislativos que a gama de serviços proporcionada pelo Executivo é consideravelmente superior. Porém, a ausência de recursos mínimos, como um *delivery* imediato de informações com atendimento *on line* instantâneo faz crer que esta não é uma das principais preocupações deste Poder.

3.6 Controle público

O controle público e a transparência das ações governamentais são apontados pelos modelos políticos abordados como práticas saudáveis para a democracia. Através deste controle, garante-se maior visibilidade e publicidade dos atos públicos, possibilitando que a população não apenas fiscalize o uso das verbas como também influencie e opine a respeito dos programas e projetos governamentais. Além disso, os modelos participativo e deliberativo, em especial, avaliam como importante a apresentação de informações que expliquem as ações governamentais, munindo a cidadania de elementos para a participação na tomada de decisão e no debate público.

Foram avaliadas as questões: como os Poderes Executivo e Legislativo cuidam da questão do acompanhamento financeiro e a pré-legislação que possibilitaria debate prévio, analisando o seguinte conteúdo: documentos governamentais, projetos de aplicação orçamentária e projetos de lei que ainda serão votados pelo legislativo; se estão presente apenas os documentos ou os documentos seguidos de informações que os expliquem. Esta análise possibilita demonstrar a permeabilidade do governo à opinião da cidadania em questões que ainda serão definidas. E caso haja informações que expliquem os documentos, demonstrando assim preocupação em esclarecer a população, possibilitando uma participação mais qualificada. Neste aspecto, o quadro encontrado nos meses de pesquisa foi desalentador.

3.6.1 Acompanhamento financeiro

Neste item avaliam-se os documentos governamentais de arrecadação, movimentação do erário e balancetes que demonstrem a aplicação financeira dos recursos públicos e verifica-se se estão presentes apenas os documentos ou os documentos seguidos de informações que

os expliquem. O objetivo é detectar se está evidente o cuidado da administração pública com a transparência nos gastos e a prestação de contas do cidadão. E caso haja informações que expliquem os documentos, demonstra também a preocupação em esclarecer a população, possibilitando uma participação mais equilibrada.

Resultado dos portais do Executivo: No portal do Governo Federal o acompanhamento financeiro é feito através do *link* *Transparência*, no menu superior, oferecendo acesso para: *O que é; Orçamentos; Fiscalização e Controle* (que apenas indica os órgãos fiscalizadores do governo federal); *Prevenção e Combate à Corrupção* (que abre uma página sobre o procedimento administrativo disciplinar com *link* para “*processos em andamento*”, mas que apenas abre uma página do portal da *Controladoria Geral da União* com a legislação a respeito do tema); *Prestação de Contas* fala sobre o controle do patrimônio público e oferece o balanço geral da união de 2006 e no *link* *Denúncias*, oferece acesso a um banco de denúncias e o formulário de denúncia que exige a identificação completa do denunciante (o que pode inibir a formulação de possíveis denúncias). No item *Plano Plurianual* há *link* para o portal *Plano Brasil para todos*, da Secretaria da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, onde existe *link* para um fórum de participação social, mas abre uma página sem conteúdo. O portal do governo do Rio de Janeiro não oferece opção de acompanhamento. O portal do governo de São Paulo oferece menu na parte inferior direita do portal, com *links* para *Orçamento 2008* (arquivo em PDF); *Contas Públicas*, que abre o portal da Secretaria da Fazenda com 17 itens para pesquisa (como: *Balanço Geral do Estado, Relatório de Execução Orçamentária, cartão de pagamentos de despesas, repasse para universidades* (referente a 2007) e *Folha de pagamentos*, para atendimento dos servidores públicos.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados oferece no menu principal a opção *Transparência*, que dá acesso a uma página com a prestação de contas dos deputados, prestação de contas de viagens oficiais, orçamento da câmara, licitações, concursos, cargos de natureza especial, etc. O portal da Alerj não oferece este serviço. O portal da Alesp oferece no menu superior o *link* *Contas*, que abre uma página de prestação de contas dos parlamentares da Alesp, desde janeiro de 2006, mês a mês, com dados atualizados até o dia anterior.

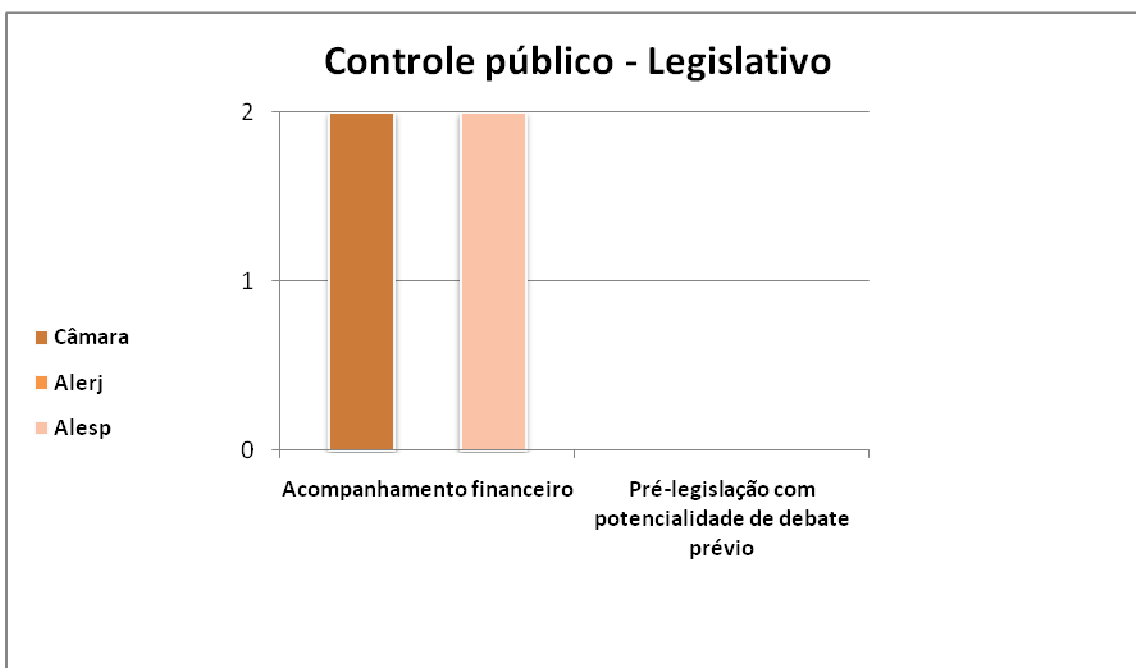
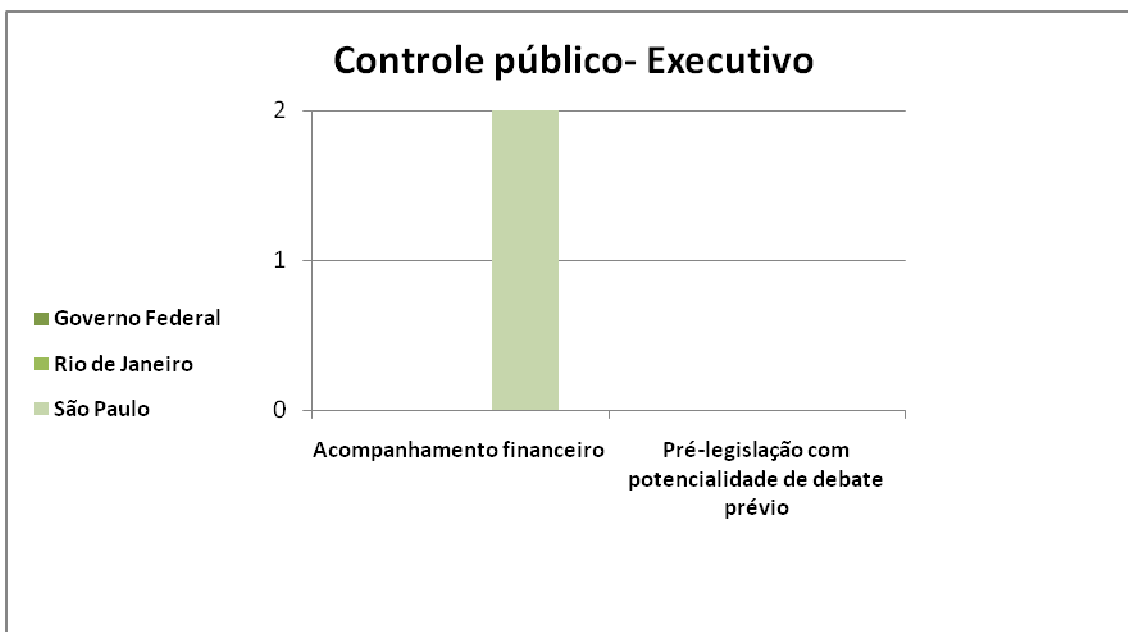
3.6.2 Pré-legislação com potencialidade de debate prévio

Neste item, analisam-se documentos governamentais, projetos de aplicação orçamentária e projetos de lei que ainda serão votados pelo legislativo ou que estão em trâmite nas Casas de Leis estudadas. A função desta análise é avaliar o cuidado da administração pública com a transparência nos gastos e a prestação de contas ao cidadão e se as informações encontradas estão simplificadas de modo a esclarecer a população, possibilitando uma participação mais qualificada.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum portal analisado oferece este material, pelo menos não com o caráter de que se trata de um assunto sobre o qual o internauta possa opinar. Tudo o que existe são matérias sobre os assuntos que estão sendo decididos. Mais uma vez percebemos que um importante potencial técnico oferecido pela Internet está sendo desperdiçado. A ausência de mecanismos que possibilitam o debate prévio conduz a comunicação pública *on line* ao mesmo patamar dos demais veículos de comunicação tradicionais. Uma comunicação unidirecional, diálogo de uma só voz, onde não interessa a interlocução do outro, no caso, do cidadão, que paga os impostos e mantém a estrutura em funcionamento. A impressão que se tem é que estes itens constam nos *portais* apenas pela finalidade de constar, não tem o objetivo sincero de informar e envolver o cidadão nas questões do Estado.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum portal analisado oferece este material, pelo menos não com o caráter de que se trata de um assunto sobre o qual o internauta pode opinar. Tudo o que existe são matérias sobre os assuntos que estão sendo decididos. Somente o portal da Câmara dos Deputados oferece essa opção, dentro do menu participação - fóruns, e é, bastante limitado. Embora seja possível saber quais os projetos estão em discussão nas comissões e quais os legisladores que estão discutindo o assunto e enviar *e-mail* para eles com sugestões, falta um item visível na página inicial indicando quais projetos ainda estão em discussão.

A partir destas informações foram elaborados os seguintes gráficos:



Os portais poderiam disponibilizar aos cidadãos a pré-legislação com potencialidade de debate prévio, constando documentos governamentais, projetos de aplicações orçamentárias, projetos de lei ainda em processo de votação do legislativo. Se fizessem, possibilitariam a estes cidadãos uma participação qualificada.

3.7 Participação

Todos os modelos políticos abordados fazem exigências distintas quanto à questão específica da participação política. O modelo liberal pressupõe uma influência do cidadão

sobre as ações e atos do Estado, mas sem que isso signifique participação efetiva na tomada de decisão. Nesta tradição, o momento nobre de participação da esfera civil é o pleito eleitoral, sendo que por meio de eleições frequentes e regulares estaria assegurada, em certa medida, a possibilidade de a população referendar, por meio da reeleição ou da eleição de um grupo próximo, as ações governamentais. Do contrário, em caso de desaprovação, caberia manifestar também nas urnas tal sentimento. Já no período entre as eleições, o cidadão deve estar informado e consciente dos atos públicos, mas não há previsão de mecanismos de intervenção mais diretos. Os teóricos participativos compreendem como adequada e necessária a participação assídua da população na esfera política, não se restringindo, portanto, aos períodos eleitorais.

O próprio conceito de representação é questionado, sendo cogitado, por alguns estudiosos, a efetivação da democracia direta. Entende-se, portanto, que é necessário resgatar a soberania civil, criando instrumentos que viabilizem a manifestação da vontade pública. Assim, defende-se a implantação de ferramentas de participação mais diretas, como referendos e plebiscitos.

Já os deliberacionistas enfatizam a necessidade de espaços em que seja possível a troca de argumentos e ampla discutibilidade dos atos públicos, através de debates que possibilitem alcançar o consenso ou a maioria. Se, por um lado não negam a instrumentalidade da representação, por outro, não pretendem que os cidadãos sejam atuantes politicamente o tempo todo. A ênfase não cai, portanto, na intervenção direta.

Este item foi subdividido em 11 outros itens. São eles: A) Informações acerca dos espaços de participação popular existentes no Executivo e Legislativo, B) Existência de sondagem não-publicada, C) Existência de sondagem publicada, D) Locus crítico não publicado, E) Locus crítico publicado, F) Sistema de votação eletrônica para sondagem de opinião, G) Sistema de votação eletrônica para desfecho deliberativo, H) Constituição de agenda decisória, I) Espaço para denúncias, J) Oferecimento de *news letter*, k) Fale conosco. Encontramos o seguinte resultado:

3.7.1 Informações acerca dos espaços de participação popular

A pesquisa deste item buscou verificar as informações acerca dos espaços de participação popular existentes, como conferências, consultas públicas e fóruns e debate. Explicações sobre procedimentos e como participar. Através desta análise é possível detectar

a preocupação com a ampliação da participação popular por meio de mecanismos já existentes, sem utilizar o potencial interativo da Internet.

Resultado dos portais do Executivo: O portal do Governo Federal oferece um menu na página inicial com: *Espaços de Participação*, onde há opções para: conferências, conselhos, ouvidorias e secretarias; para *Consultas Públicas*, que abre uma página sem conteúdo; *Plano Plurianual* (já citado no item 1 de *Controle público*); Fóruns- Oferece *link* para 12 fóruns em andamento. O acesso a esses *links*, entretanto, é decepcionante: os dois primeiros fóruns relacionados apresentam *link* rompido, os dois seguintes dão acesso a *portais* ministeriais onde não há nenhum fórum anunciado. Os portais do governo do Rio de Janeiro e de São Paulo não oferecem essa informação

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados na área inferior direita oferece em menu próprio as alternativas: *fale com o deputado*, *fale com a ouvidoria* e *fale conosco*. Em *fale com a ouvidoria*, o internauta tem a opção de enviar *e-mail*, com alternativas para: *solicitação*, *denúncia*, *reclamação*, *sugestão* e *expressão livre*. No menu à esquerda, no item participação popular, o internauta tem as opções: *fale com o deputado*, *ouvidoria*, *sua proposta pode virar lei*, *comissão de legislação participativa* e *bate-papo*. Na área central da página, são oferecidos *links* para bate-papo (com o arquivo dos últimos *bate-papos*, sendo o mais recente datado de 22/04/08), fórum (que oferece o Fórum de Reforma Tributária, em andamento) e *fale com o deputado*.

A opção *Comissão de Legislação Participativa* abre a página da CLP, onde há espaço para participação por meio do Banco de Idéias, onde o internauta envia por formulário suas sugestões. O portal da Alerj se limita a informar em *banners* os telefones 0800 à disposição da população. O portal da Alesp oferece *link* para a Comunidade, no menu principal, à esquerda do portal, abrindo página com lista de programas como *Cultura da Paz*, *Orçamento 2008* e *parlamento jovem*. Neste espaço oferece informações sobre essas atividades de participação popular, mas não há opção de participação *on line*, exceto para envio de *e-mail*.

3.7.2 Existência de sondagem não-publicada

Neste item, o objetivo da pesquisa era analisar o quanto o Executivo e o Legislativo dos portais pesquisados estão usando a Internet para captar a opinião da população, mesmo se

reservando o direito de que o resultado não seja divulgado e a sondagem apenas consultiva, sem poder decisório.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.3 Existência dos portais do Executivo

Nenhum dos portais analisados oferece este recurso. Caso existissem e as sondagens fossem publicadas poder-se-ia identificar uma preocupação de que as opiniões pudessem servir de base para as tomadas de decisão e esclarecimento dos demais cidadãos, que assim seriam motivados a participar mais da discussão. O objetivo era perceber a preocupação do governo em usar a nova mídia para criar ambientes de discussão onde seja possível trocar argumentos e debater acerca de temas de interesse geral. A análise do sistema de votação sem desfecho deliberativo, o objetivo foi de verificar o cuidado governamental em empregar a Internet para incrementar a participação popular, assim como a efetividade dessa participação no momento da decisão.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.4 *Locus* crítico não publicado

Em *locus* crítico não publicado, a finalidade da pesquisa foi a de demonstrar a vontade política dos Poderes Executivo e Legislativo em colocar à disposição da população um canal de comunicação para a recepção de críticas emitidas pelos cidadãos, mesmo que estas opiniões não fossem publicadas, a título de orientação apenas, para tomadas de decisões.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.5 *Locus* crítico publicado

Caso este item constasse nos portais e fosse abrangente, com a publicação das críticas emitidas pelos cidadãos, os Poderes Públicos estariam mostrando uma real intenção de diálogo. Em *locus* crítico publicado, verifica-se a vontade política do governo em colocar à disposição da população um canal de comunicação para a recepção de críticas emitidas pelos cidadãos e a publicação das críticas sugeriria maior abertura ao diálogo.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos outros portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Alerj tem *link* para *Orçamento Participativo* para onde o usuário pode enviar sugestões, com garantia de sigilo absoluto e com o conteúdo publicado. O portal da Alerj também oferece *link* para o Parlamento Juvenil, Fórum de debates sobre vários temas como a obrigatoriedade do Serviço Militar, com comentário publicado. A primeira participação neste fórum é de 14/07/2005 e a última é do dia 28/02/2008, período em que o fórum teve apenas oito participações. O Parlamento Juvenil oferece também a opção de *chat*, com quatro salas disponíveis, mas só uma indicando a presença de participantes: bate-papo com os parlamentares. A página indicava a presença de 21 pessoas conversando no momento, mas o *link* para a sala de bate-papo não abria. Nenhum dos outros portais analisados oferece este recurso.

3.7.6 Sistema de votação eletrônica para sondagem de opinião

Este item atenderia os modelos democrático participativo e deliberativo, e poderia servir aos Poderes para avaliar as decisões a serem tomadas.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.7 Sistema de votação eletrônica para desfecho deliberativo

Este item também atenderia principalmente os modelos democrático participativo e deliberativo e poderia proporcionar ao cidadão uma efetiva participação nas decisões políticas.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.8 Constituição de agenda decisória

Este recurso possibilitaria os Poderes Executivo e Legislativo o uso da Internet para a definição de temas que fariam parte da agenda deliberativa do Estado, privilegiando, assim, a participação da sociedade não apenas nos assuntos definidos anteriormente pelo governo, mas também na elaboração da agenda que viria posteriormente. A agenda decisória teria a função política de demonstrar um maior refinamento do governo ao empregar a Internet para a definição dos temas que farão parte da agenda deliberativa do Estado, objetivando, assim, a participação da sociedade.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais analisados oferece este recurso.

3.7.9 Espaço para denúncias

Resultado dos portais do Executivo: O portal do governo do Rio de Janeiro oferece no menu *Serviços mais acessados*, na área central da página: *Fazer uma denúncia anônima*. Este *link* abre a página da *Delegacia Virtual*, com formulário para inserção de informações

que possam orientar a ação policial e um formulário completo de descrição do fato denunciado, além da opção de denúncia anônima. Os portais do Governo Federal e de São Paulo não oferecem espaço para denúncias de maneira visível no portal. Estas, para serem feitas, dependem de acesso a outros portais, abertos através de *links*, como no caso do Governo Federal, onde o usuário precisa seguir o caminho: *Transparência > Prestação de contas > denúncia > banco de denúncias*, localizado no portal da *Controladoria Geral da União*, ou seja, um caminho bastante difícil, principalmente para as pessoas que têm pouca intimidade com a Internet ou pouco tempo para consultar o portal.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Câmara dos Deputados oferece espaço para denúncias na página inicial no link ouvidoria. Os portais da Alerj e da Alesp não oferecem este espaço.

3.7.10 Oferecimento de *news letter*

Embora todos os modelos de democracia estudados apontem para a valorização de o cidadão estar informado sobre os atos governamentais, não encontramos este serviço, que poderia ser interessante para o cidadão estar sempre atualizado dos atos de seus governantes e representantes e, ao mesmo tempo, uma forma de os agentes públicos manterem um contato direto com os cidadãos.

Resultado dos portais do Executivo: Nenhum dos portais analisados oferece *news letter* para os internautas.

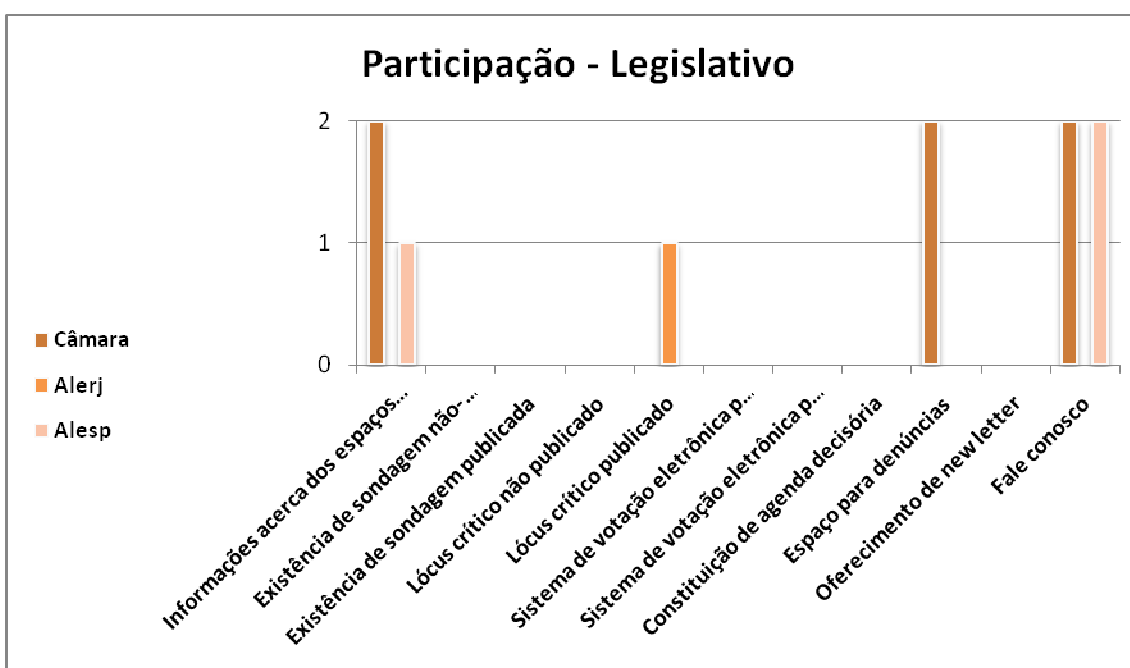
Resultado dos portais do Legislativo: Nenhum dos portais oferece *news letter* para os internautas.

3.7.11 Fale conosco

Resultado dos portais do Executivo: O portal do Governo do Rio de Janeiro não oferece esta opção, exceto em algumas páginas como em um subitem da opção *governo*, no menu principal, ou seja, o caminho para entrar em contato com o governo estadual existe, mas demanda busca para sua localização. Esta opção está presente nos demais portais em local de fácil acesso.

Resultado dos portais do Legislativo: O portal da Alerj não oferece esse recurso, mas apresenta o número de um telefone para que o internauta possa ligar gratuitamente para a Assembléia carioca. Esta opção está presente nos demais portais com fácil localização.

A análise acima resultou nos seguintes gráficos:



O resultado encontrado na pesquisa em relação à participação popular nos portais do Poder Executivo aponta para o total desperdício das condições técnicas oferecidas pela Internet e que poderiam ser executadas através da comunicação pública *on line*. As informações coletadas e o gráfico mostram a fragilidade deste item. O Estado abre mão até de sondagens de opinião, mesmo que não publicadas, simplesmente dispensando-as. A Internet teria recursos suficientes para uma permanente sondagem, se esta fosse a intenção. As condições técnicas da *web* para incentivar a participação popular são imensas. Através da Internet poderiam acontecer consultas públicas, fóruns, debates, explicações sobre procedimentos, até como participar. O governo poderia aproveitar estas condições técnicas para captar a opinião da população, ajudando a tomar as decisões. Também poderia ser colocado à disposição dos cidadãos um espaço para que pudessem emitir suas críticas, fazer denúncias, enfim, seriam muitas as possibilidades. O gráfico acima, assim como os dados anteriormente apontados, sinalizam que, mais uma vez, as condições técnicas não estão sendo devidamente aproveitadas.

Teóricos participativos entendem como necessária a participação assídua da população na esfera política, não se restringindo, portanto, aos períodos eleitorais. Alguns estudiosos chegam a questionar o próprio conceito de representação, pregando a efetivação da democracia direta. Já o modelo liberal mostra-se aberto à influência do cidadão sobre as ações e atos do Estado, sem que isso signifique participação efetiva na tomada de decisão. Como foi dito anteriormente, no modelo liberal a participação popular estaria restrita, basicamente, pelo sistema de votação. Assim, os itens escolhidos nesta fase da pesquisa poderiam ser considerados, em tese, os que mais privilegiaram os modelos participativo e deliberativo, caso fossem adotados. Também poderiam ser aqueles que melhor potencializariam as condições técnicas da Internet, pois simplificariam e viabilizariam constantes consultas populares e, se necessário, permitiriam votações e plebiscitos *on line*. No entanto, dos itens pesquisados, foram os mais relegados. A única possibilidade de diálogo entre o cidadão e o Estado, através de seus portais, é um frio *fale conosco*, que consta em todos os portais. Obviamente que a resposta não é imediata e nem se pode considerar que esta iniciativa seja, de fato, um diálogo, por ser a resposta posterior, após um longo período, como constatamos em outro momento da pesquisa pela Internet para aperfeiçoamento do sistema democrático vigente.

Um boletim com frequência diária ou semanal poderia ser enviado, mantendo informados sobre assuntos importantes todos os internautas interessados. Esse boletim evitaria a necessidade de acesso para se saber o que de novo ocorre no âmbito do portal pesquisado, pois essas notícias chegariam ao correio eletrônico de quem assinasse o boletim.

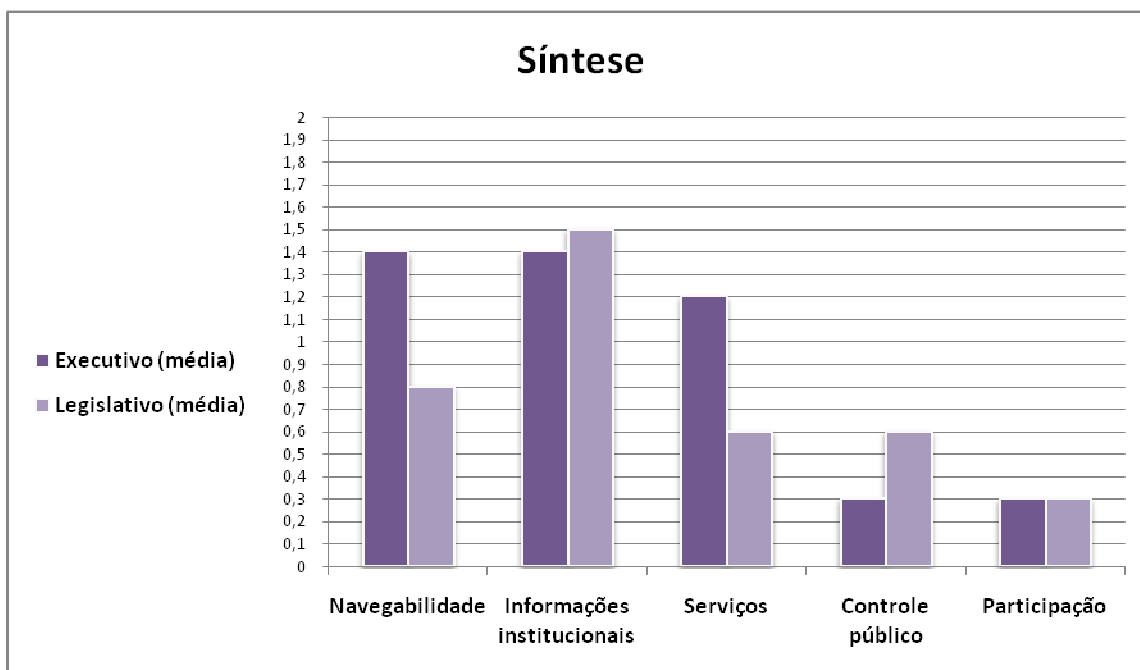
Isso também permitiria ao cidadão internauta saber os assuntos em discussão para acessar o portal quando quisesse participar.

As diferenças entre um portal ou outro não são relevantes. Na verdade, as diferenças até aqui se restringem mais ao campo técnico e, por serem irrelevantes, não nos autorizam afirmar qual estaria mais tecnicamente completo. Até mesmo por não ser este o interesse desta pesquisa. Em nenhum momento tivemos a preocupação de avaliar as qualidades técnicas dos portais pesquisados, mas a qualidade das informações, serviços e principalmente da abertura para a participação popular.

3.8 Onde está a ‘falha’?

O material coletado foi sintetizado, resultando no seguinte gráfico final, que demonstra que os portais oficiais pesquisados têm um funcionamento satisfatório no que diz respeito à navegabilidade, conteúdo informacional e prestação de serviços, mas que fica muito aquém do desejado e do possível quando se trata de controle público e participação popular.

Aspecto analisado	Executivo (média)	Legislativo (média)
Navegabilidade	1,4	0,8
Informações institucionais	1,4	1,5
Serviços	1,2	0,6
Controle público	0,3	0,6
Participação	0,3	0,3



Observa-se que todos os portais públicos pesquisados têm se apropriado da Internet especialmente com vista à divulgação de dados institucionais e à prestação de serviços, ficando o controle público e a participação popular num segundo plano.

No que tange às informações governamentais, ainda que se verifique a presença de grande parte dos quesitos, elas poderiam ser aprimoradas, dando maior ênfase às ações governamentais a serem tomadas, criando espaço exclusivo para isso e com fácil acesso. Chama atenção principalmente a análise sobre os Poderes Legislativos, que em tese representam o povo e que, por isso, deveriam ampliar principalmente o quesito participação. São justamente estes portais que apresentam maior dificuldade para o item navegabilidade. Também, na comparação, o item serviço do Poder Legislativo está bem abaixo do Poder Executivo. Isso pode ser explicado pela gama de serviços que o Executivo pode oferecer, como pagamentos de tributos, imposto de renda, etc. No entanto, o Poder Legislativo poderia criar uma gama de outros serviços, como acesso a todas as leis aprovadas e em tramitação, acesso e informações a direitos adquiridos através da legislação, etc.

Quanto à questão Controle Público, deveria ser mais completo, para permitir ao cidadão o acompanhamento das coisas dos Estados e seus Poderes. Embora algumas informações estejam disponíveis, há pouco conteúdo. Mesmo quando encontramos informações sobre as finanças, por exemplo, não encontramos explicações que facilitem o entendimento do cidadão comum.

Quanto à possibilidade de participação popular e à interatividade, a situação em todos os portais pesquisados é decepcionante. A possibilidade de participação do cidadão de deliberar sobre as questões do Estado, através de votação eletrônica, não existe. Quando existe qualquer possibilidade mínima de se emitirem opiniões é mal divulgada e de difícil localização. As diferenças entre os portais, tanto do Legislativo como Executivo, no que se refere à possibilidade de participação popular e aprimoramento da democracia, são inexpressivas. Os portais do Governo Federal e do Estado de São Paulo atendem maior número dos quesitos pesquisados, assim como o da Assembléia Legislativa de São Paulo. Já o portal do Rio de Janeiro, tanto Executivo como Assembléia Legislativa são os mais falhos. Todos os portais pesquisados falham no campo *Controle Público*, uma vez que o conjunto desses quesitos é prioritariamente informativo, não prevendo a coleta de contribuições da cidadania. Isso comprova nossa visão de que a Internet vem sendo usada pelos Poderes Públicos, no tocante à comunicação, como simulacro dos meios tradicionais. Melhora a eficiência governamental e aprimora a comunicação em mão única partindo do Estado para a sociedade, sem nenhum experimento de transformações que apontem também o sentido inverso: cidadão – Estado, aproveitando a capacidade de interatividade do veículo. Observa-se aqui que o cidadão é tratado como contribuinte, já que o exercício da cidadania não é posto em prática.

Cruzando as avaliações com as exigências de cada um dos modelos de democracia estudados, verifica-se que os requisitos do modelo liberal são os mais prontamente atendidos. Todos os Executivos e Legislativos pesquisados esforçam-se por mostrar vastas informações acerca dos negócios públicos, ferramentas de acesso aos governantes, prestação de contas e serviços públicos e demonstrar transparência na gestão. Os grandes volumes de informações que são publicados referem-se a fatos consumados. Nenhum dos portais apresentou de maneira satisfatória informações sobre questões que ainda seriam decididas, nem espaços adequados para a intervenção popular e a elaboração de demandas públicas.

Dessa forma, como em nenhum dos portais há espaços que viabilizem a discussão e o debate acerca das questões ainda não definidas pelos governos, as exigências dos modelos participativo e deliberativo ficam comprometidas. Não há possibilidade de debate e discussão da pré-legislação e, portanto, o cidadão está privado de contribuir, por via eletrônica, para o processo de construção das políticas públicas e tampouco amadurecem, por meio do debate, seus pontos de vistas e opiniões. O mesmo ocorre em relação aos espaços de votação *on line* e de constituição da agenda decisória. Não se verifica porosidade alguma às contribuições dos

cidadãos. O que existe, geralmente, é um convite à participação presencial e por meios tradicionais: via conferências, fóruns, conselhos e ouvidorias.

É interessante perceber ainda a ausência de sistema de votação eletrônica para sondagem de opinião e sistema de votação eletrônica para desfecho deliberativo. Havendo qualquer um destes instrumentos poderíamos alimentar certa esperança no interesse de diálogo com os cidadãos. Para o Poder Legislativo, principalmente, seria a oportunidade de auscultar a opinião de seus representados, mesmo que não tomasse esta sondagem como decisória, mas como balizamento para as decisões oficiais. Porém, nem isso existe. Em todas as Casas de Lei não se encontra a constituição de agenda decisória. Só no portal da Câmara Federal e da Assembléia do Rio de Janeiro existem espaços para denúncias. A Câmara dos deputados traz algumas informações sobre espaços onde é possível a participação popular no governo. A Assembléia do Rio de Janeiro ignora esta possibilidade enquanto que a de São Paulo traz informações tímidas neste sentido. A Alerj não oferece a possibilidade de o cidadão manter contato com seus representantes ou com a instituição que o representa.

Outra ausência sentida, principalmente tratando-se do legislativo, é *delivery* imediato de informações, com atendimento *on line* instantâneo. Se houvesse este tipo de serviço, o cidadão poderia acompanhar a agenda e os fatos que estariam ocorrendo na Casa dos seus representantes, assim como esclarecendo suas dúvidas e, enfim, obtendo no ato uma série de informações que lhe fossem convenientes. A interatividade proporcionada pelo veículo é desprezada pelos agentes públicos. Portanto, concluímos que a comunicação pública *on line* é falha quando se pensa em termos de aprimoramento democrático. Tão falha que faz concluir não seja este um de seus objetivos, embora todos os discursos políticos apontem para a importância de um aprimoramento democrático através das novas tecnologias de informação e é grande o número de ‘ciberufanistas’ que apregoam até a democracia digital como uma conquista para o futuro. Podemos salientar a importância destas novas tecnologias em sua potencialidade de arquivar informações, de rapidez na divulgação de notícias, na prestação de serviços, principalmente por parte do Poder Executivo, na comodidade para os usuários efetuarem pagamentos, emissão de boletos, etc. Tudo isso, porém, nada tem a ver com o aprimoramento do sistema democrático. Mesmo a ampla divulgação dos fatos já ocorridos, nada mais é que complementação dos tradicionais meios de comunicação. A Internet, a comunicação pública *on line* constitui-se, na verdade, num simulacro das mídias tradicionais, com nova linguagem sim, porém, com velhas práticas. Os privilegiados, que já desfrutam de outros sistemas de informações, ganham mais um potente instrumento de informações e serviços que os tornará ainda mais privilegiados e distantes da grande massa sem acesso

nenhum. A questão é que falta vontade política para aperfeiçoar pelo menos o que está aí, à disposição. Sem a intervenção do Estado, sem esta vontade política a comunicação pública *on line*, por si só, em nada poderá contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e incentivo à participação popular nas questões públicas.

O mínimo desejável na comunicação pública *on line* é que o Estado, além de disponibilizar informações isentas, oferecesse conteúdo mais extenso aos cidadãos como todos os processos, arquivos e bancos de dados relativos às decisões que afetam a coisa pública, além de usar as novas tecnologias para provocar debates, sondagens de opiniões, fóruns de discussão, enfim, meios para uma efetiva participação popular. Também seria oportuno que todos os atos do governo estivessem abertos ao olhar do cidadão através da rede, possibilitando um olhar público para as coisas do Estado. Esta transparência contribuiria para a formação do cidadão e, conseqüentemente, a possibilidade de aumento da participação política nas sociedades democráticas. Assim, a comunicação pública *on line* teria uma função social bem mais relevante do que a simples produção de informações destinadas a provocar, unidirecionalmente, opinião pública favorável.

O Estado brasileiro já dispõe de condições de produzir informações políticas qualificadas e extensas, uma vez que conta com um público interessado, tendo em vista conclusões das pesquisas do *Ibope/NetRatings* que afirmam ser grande a procura dos internautas pelos portais governamentais no Brasil.

Diante destas constatações, resta-nos entender o que impede que um veículo, com tanta potencialidade para ser instrumento de aperfeiçoamento democrático, não venha sendo aproveitado nesta sua capacidade. Antes de uma reflexão mais aprofundada usamos argumentação da Raoul Vaneigem:

O projeto cibernético afirma já estar suficientemente desenvolvido para ser capaz de resolver o conjunto dos problemas surgidos pela aparição de uma nova técnica. Nada é menos seguro, por várias razões: A organização tecnocrática eleva a mediação técnica a seu mais alto ponto de coerência. Sabe-se já há muito tempo que o senhor utiliza os escravos como meio de se apropriar do mundo objetivo; que o instrumento só aliena o trabalhador a partir do momento que é o senhor que o possui. Do mesmo modo no domínio do consumo, não são os bens que são intrinsecamente alienantes, mas a escolha condicionada e a ideologia que os envolvem. O instrumento na produção e a escolha condicionada no consumo tornam-se os suportes da mentira: eles são as mediações que incitam o homem produtor e o homem consumidor a agirem ilusoriamente em sua passividade real, e os transformam em seres essencialmente dependentes. As mediações controladas separam o indivíduo de si mesmo, dos seus desejos, dos seus sonhos, da sua vontade de servir; e assim as pessoas passam a acreditar na lenda segundo a qual ninguém pode ficar sem elas nem sem o poder que as governa. Quando o poder fracassa em paralisar pela coação, o faz pela sugestão: impondo a todos muletas que ele controla e é dono. O poder como soma de mediações alienantes aguarda apenas a água benta

dos cibernéticos para batizá-lo como estado de totalidade. Mas não existe poder total, existem apenas poderes totalitários. E os cibernéticos são sacerdotes tão medíocres que a organização sacralizada por eles é apenas fonte de risos. (VANEIGEM, 2002, p. 94).

O resultado do que constatamos nos portais públicos pesquisados, apontam para uma inutilidade, se pensados como instrumentos para aprimorar a democracia. As razões desta constatação estão além das aparências e têm origem na própria essência da nova mídia.

A reescritura cibercultural da civilização contemporânea apresenta-se, pois, especificamente, como reescritura sociossemiótica cibericonocrática hipertextual, um redesenho estético pragmático-utilitário internacional, de caráter estrutural, que, operacionalizando a virtualização da palavra, do som e da imagem, do dinheiro e do capital, do lazer e do prazer, e assim por diante, costura todas as dimensões da vida humana (social, econômica, política, cultural, ética, religiosa, etc) (TRIVINHO, 2007, p. 123).

Tentaremos entender nos próximos capítulos, quais circunstâncias e condições dificultam ou impossibilitam a prática do aprimoramento democrático na Cibercultura, constituindo-se, na verdade, em vetor de uma nova fase de exclusão, segundo Trivinho (2007). Pensamento também compartilhado por Bauman, que vem apontando em seus trabalhos a falência do espaço público. Outros teóricos como Boaventura de Souza Santos e Marilena Chauí também apontam nesta direção sobre o uso das novas tecnologias, indicando, entre outros desvirtuamentos, a questão da exclusão. Estes autores e outros que serão citados fazem reflexões e citam o avanço de um poder global sobre os meios de comunicação de massa, da Internet especificamente, denunciando a hegemonia do grande capital corporativo em geral e norte-americano em particular. Fatores que geram as características da cibercultura e que são deveras preocupantes, como veremos nos próximos capítulos.

4. O CONTROLE DA INTERNET E O AGRAVAMENTO DA EXCLUSÃO

Tentaremos, a partir deste capítulo, discutir os motivos pelos quais os portais públicos analisados no *corpus* da pesquisa empírica distanciam-se dos ideais democráticos. A análise e até mesmo uma simples leitura dos portais deixam claro a tendência de não aprofundamento das questões mais relevantes e lembram as reflexões entre outros de Bauman, apontado o rompimento de lealdade, construído historicamente entre o Estado e a nação. Só que aquilo que está evidente e fica provado após nossa análise e comparações dos portais não está reconhecido no discurso político dos governantes. Todos os agentes e gestores falam em participação popular como prioridade de governo, em efetivo avanço da democracia, e se mostram respeitosos quanto a ouvir a opinião pública. Ora, se assim pensam por quais motivos assim não agem? Usando definição de Boaventura de Souza Santos, os portais se constituem em agente de regulação e não de emancipação, daí a primeira explicação para entender o desprezo pela sondagem da opinião pública, possibilidades de referendos e até plebiscitos *on line*, e de outros instrumentos semelhantes que poderiam, por sua natureza, servir como aperfeiçoamento do sistema democrático, uma aproximação à utopia do sistema deliberativo. O termo utopia usado aqui certamente tem a licença do próprio Boaventura de Souza Santos para quem o próprio socialismo deve-se manter neste patamar, inatingível. Para o autor, a idéia do socialismo foi “libertada da caricatura grotesca do ‘socialismo real’ e está, assim, disponível para voltar a ser o que sempre foi: a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor”. (Ibid., 2003, p. 277).

Mas, enquanto futuro, o socialismo não será nunca mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe, sem, contudo nunca se transformar em algo existente. Dada a acumulação de riscos insocializáveis e inseguráveis, da catástrofe nuclear à catástrofe ecológica, a transformação emancipatória será cada vez mais investida de negatividade. Sabemos melhor o que não queremos do que o que queremos. Nesta condição a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social. (Ibid., p. 277).

A democracia digital, tão fortemente presente em vários trabalhos acadêmicos anunciada, e defendida por muitos teóricos e muitas vezes apontada como fato a ser brevemente consumado também deve permanecer no patamar das utopias. A Internet não é, e nunca foi, um instrumento anárquico, sem um controle definido e livremente a disposição da

comunidade, como muitos querem acreditar. Nasceu e está vinculado aos Estados Unidos primeiramente e, posteriormente, às empresas transnacionais. Avança com o processo de desregulamentação e de modificações no setor de telecomunicações e vem embalada em contexto de concentração econômica e formação de oligopólios, confirmando que “o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo” (SANTOS, 2003, p. 243).

A apropriação dos portais pelos grandes conglomerados começou a partir do final de 1997 e início de 1998. Neste período, aconteceu a chamada ‘febre dos portais’. (FILIPO, 1997). Os portais acabaram por se constituírem no “epicentro da experiência dos usuários da *web*” segundo artigo *on line* de 2001 da revista *PC magazine*, quando em 1995 a *Netscape* lançou a versão 2.0 de seu navegador a Microsoft passou a olhar seriamente para a *web*. A história dos portais está necessariamente vinculada, por um lado, aos provedores de acesso, por outro, aos mecanismos de busca.

Os provedores de acesso à rede surgiram com a liberação da Internet para a exploração comercial, que se deu nos EUA no começo dos anos 1990, e no Brasil em 1995. A lógica inicial do processo era alugar um ponto de conexão com a espinha dorsal da rede (os *backbones*), canal de alta velocidade responsável pelo tráfego principal de dados no mundo. Este aluguel, de alto valor, era repartido entre milhares de usuários – domésticos ou comerciais. Quando se propagou a idéia de ‘porta’, a *América On line (AOL)* era o maior provedor de acesso dos EUA e do mundo, com 11 milhões de assinantes em 1998.

No início do acesso comercial, os provedores forneciam o sistema completo – um kit para conexão à Internet – e um endereço de correio eletrônico (*e-mail*). Por meio de interfaces distintas, os usuários acessavam cada uma das partes da rede separadamente.

Com o navegador gráfico em 1993, as diversas faces da Internet seguiram movimento de integração à *web*, pela interface do navegador (*browser*). Hoje, praticamente todas estas partes podem ser acessadas de alguma forma pela *web*. Embora existam *softwares* específicos para a leitura de correio eletrônico, os provedores de acesso costumam oferecer aos seus assinantes a possibilidade de acessar sua caixa postal pela *www*, o chamado *webmail*. Além disso, os serviços de *e-mail* gratuito são utilizados via navegador. Da mesma maneira, transferência de arquivo, listas de distribuição, fóruns, canais de bate-papo e mesmo algumas modalidades de acesso remoto estão integrados à interface *web* e, portanto, disponíveis por meio de navegador.

4.1 A Internet e os oligopólios

No início do jornalismo *on line*, o conteúdo jornalístico era transportado de outro meio, em especial do jornalismo impresso, só com os ajustes necessários do ponto de vista técnico. A partir de 1988, observou-se constante evolução das formas de apresentação *on line* de conteúdos, elaborada desde o planejamento à produção. Ao que parece esta fórmula ideal ainda não está concluída e as práticas de produção ainda buscam caminho próprio. O que está sendo desenvolvido é algo que mistura a herança da comunicação em meios dominados até então, com os componentes novos e próprios da *web*. O jornalismo na rede se dá não mais em termos comparativos, mas um produto que lida com as características das mídias tradicionais, mas acaba por transcendê-la: não como soma de possibilidades, mas como integração de recursos e enriquecimento de linguagem. Hoje, a convergência não é apenas dos meios, mas de linguagem, de práticas e de formatos. A divisão entre jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo deu lugar para um jornalismo híbrido, multimídia. Mudam-se os conceitos cristalizados tais como o canal para as TVs, a cobertura para as emissoras, a distribuição para as revistas e jornais ou a periodicidade. As informações são colocadas à disposição em tempo real. A idéia de edição agora é permanente, com acesso a qualquer momento, em todos os lugares conectados à rede mundial de computadores. Obviamente que esta queda de barreiras mistura recursos, práticas e possibilidades da informação noticiosa, refletindo-se também em aspectos relacionados à prática da comunicação, à linguagem e à construção do sentido.

Esta nova linguagem ainda está em processo de construção de sentido. Porém, o jornalismo que vem sendo praticado hoje na *web*, no Brasil, é irreconhecível quando comparado, por exemplo, com a primeira versão em meio digital, que aconteceu em dezembro de 1994 e foi promovido pelo *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, o primeiro veículo nacional a desenvolver esta experiência, que circulou através de *BBS*: do inglês *Bulletin Board System*, *software* de comunicação executado em PC que capacita seus usuários a iniciar a conexão nele através de um *modem*, verificar mensagens, comunicar-se em grupos de assuntos, participar de bate-papos em tempo real e acessar a Internet. O *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, foi o pioneiro na *web*, entrando na rede a partir de maio de 1995. Estas duas experiências pioneiras, como as que se seguiram, tratavam-se, na verdade, de simples transferência. Não havia transcodificação das mensagens, como demonstra estudo elaborado por Silva Jr. (Intercom, 1999).

Steve Outing, consultor de publicações na Internet e colunista da *Editor & Publisher Interactive*, um dos principais estudiosos do jornalismo *on line* atualmente, aponta com

frequência em seus textos a crescente necessidade de produção de um conteúdo suficiente para atender à demanda dos internautas, que tende a ser cada vez maior. O conteúdo seria a chave para o sucesso nos empreendimentos de comunicação na *web* e para Outing é ponto fundamental para atrair e manter consumidores. Outing (2007, *on line*) considera o jornalismo como o carro-chefe na expansão e construção do modelo de atividades comunicacionais *on line*. Conteúdo, explica ele, é o que possa interessar aos visitantes de um portal: publicação de notícias, relatórios especializados, materiais produzidos por usuários – em sala de bate-papo, fóruns de discussão, enquete, material reaproveitado de produções para mídias *off line*, enfim, o máximo possível que puder ser disponibilizado e se constituir em atrativo para o internauta. A diversidade e quantidade de conteúdo vão estar relacionadas ao sucesso ou não do portal em relação a frequência, assiduidade, e fidelidade dos internautas. Pela lógica de Steve Outing as empresas jornalísticas são especializadas na produção de conteúdo e devem aproveitar esta vantagem competitiva para assumir a liderança na *web*, transformando seus portais em verdadeiros portais e não se configurando como meros difusores de notícias. Outing e outros se referem a esta estratégia apontando-a como ‘conteúdo matador’ – referência a aplicativo matador, *software* capaz de mudar hábitos e transformar o uso dos computadores, com o poder de tornar os visitantes ocasionais em usuários regulares de um portal. Conteúdo original e convincente que não possa ser obtido em qualquer outro lugar é, portanto, o ponto focal do esforço para atrair a lealdade dos usuários *on line*. Um dos objetivos de um portal de conteúdo é transformar internautas em consumidores – oferecendo conteúdo de alto valor que os ajude a tomar decisões de compra quando estiverem em posição de comprar, e facilitando a compra em si por meio das relações de comércio eletrônico que mantêm com os varejistas eletrônicos.

As observações de Outing (2007, *on line*) estão relacionadas às empresas particulares. Seus artigos e livros são dirigidos aos empreendedores particulares orientando os modos de garantir renda e lucro para os empreendimentos *on line*, financiados por publicidade, comércio eletrônico ou o que chama de monetização do conteúdo. Não se refere, portanto, à comunicação pública *on line*. Embora a finalidade do Estado não seja, a rigor, a de obter lucros, podemos usar as estratégias apontadas com esta finalidade, para entender o que desperta o interesse do internauta e o que o Estado pode aprender com o mercado, utilizando seus métodos para atrair o público e despertar o interesse do cidadão para as coisas do Estado. Se o Estado não tem por objetivo a geração de rendas e lucros com a comunicação pública, é inegável que consome considerável soma de recursos neste sentido. Se não é uma empresa de comunicação tradicional, a que se dirige Outing, é notório que possui ou mantém veículos que se aproximam, e cada vez mais, dos meios de comunicação tradicionais. É o caso das

televisões públicas. E esta proximidade e investimentos em veículos de comunicação tendem a, cada vez mais, merecer atenção do governo, assim como destinação de recursos. O Governo Federal, por exemplo, além de sua participação na TV Educativa, está investindo na criação de uma Rede de Televisão Pública, lançada na administração do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2006, tendo como responsável o jornalista Franklin Martins. Mesmo os poderes legislativos têm uma gama de veículos de comunicação, como canais de televisão, emissoras de rádio e uma infinidade de impressos. Portanto, igual ao mercado, o governo também detém o controle de uma infinidade de veículos que se assemelham a qualquer outro veículo tradicional de comunicação, em posse da iniciativa privada. Assim, o conteúdo matador, sugerido por Outing, e que seria possível através do uso de diversos conteúdos oriundos igualmente de diversos meios, poderia perfeitamente ser adotado pelo Estado, já que ele possui o controle sobre diversos destes meios. As estratégias poderiam ser as mesmas diferenciando os objetivos. Enquanto a iniciativa privada trabalharia neste ‘conteúdo matador’ com a finalidade de atrair e fidelizar cada vez mais internautas com o objetivo de viabilizar economicamente seus portais, ao Estado caberia a mesma estratégia para atrair um público formado por cidadãos, cada vez maior e fiel, porém, não com o objetivo empresarial, mas o ideológico, de aprimoramento da democracia, de vetor da participação popular nas questões do Estado, construtor da Ciberdemocracia, se esse fosse o verdadeiro objetivo do Estado, se não houvesse o distanciamento entre o Estado e a nação, em prejuízo à cidadania, como apontou Bauman e já explicado anteriormente.

Assim como as empresas jornalísticas e o jornalismo, na visão de Outing, estariam vocacionadas para a comunicação *on line* por já trabalhar e contar com uma gama considerável de informações, também o Estado é portador deste potencial. Nos seus artigos sobre estratégias de atuação lucrativas na *web*, há um ponto que Outing insiste com frequência: os jornais devem expandir sua atuação quando vão para a *web*. Argumenta com constância que os jornais precisam atender outras necessidades dos usuários da Internet que se enquadram principalmente em informações de caráter mais prático e imediato, como cotações, dados de mercado e investimentos, serviços, roteiros gastronômicos e culturais, além de salas de bate-papo, fóruns de discussão, enquetes, material reaproveitado de produções para mídias *off line*, críticas de eventos esportivos e impressões sobre restaurantes, enfim, esta gama de opções deve ser ampliada cada vez mais como estratégias para garantir público.

O Estado, além de suas empresas e instituições de comunicação, que poderiam ser aproveitadas na construção do conteúdo *on line*, teria a possibilidade de oferecer uma quantidade de serviços aos usuários a que nenhuma grande empresa privada se igualaria, sem

contar com a possibilidade dos pagamentos e taxas via Internet, que já tem atraído um grande número de usuários, segundo pesquisa mencionada anteriormente.

A necessidade de uma grande demanda de conteúdo e diversificações de serviços como garantia de público e viabilidade de funcionamento, geradas na internetInternet, explicaria a busca de acordos, parcerias e aproximações, assim como as fusões de várias empresas de comunicação, que têm sido características destes últimos anos. A prática tem levado à conclusão de que a necessidade de conteúdos cada vez mais diversificados e amplos não será atendida por uma única companhia, justificando assim as movimentações das grandes empresas. Esta movimentação teve início nos Estados Unidos. A necessidade de um jornalismo multimídia motivou parcerias entre tradicionais empresas do impresso, como o *Washington Post*, e empresas de TV, como a *MSNBC*, para compartilhar conteúdo por *links* do parceiro em seus respectivos portais, ampliando a visibilidade. Também originou a parceria entre *CNN*, com seus 30 jornais, levando a compartilhar conteúdo com a *CNN On line Newspaper Affiliate Program*, ou ainda do *New York Times* com a rede *ABC*. Além da já citada necessidade de conteúdo em quantidade para manter a audiência e dividir o bolo publicitário, estaria o interesse de associar marcas tradicionais do jornalismo para dar peso e credibilidade ao conteúdo. No Brasil, esta tendência também vem se repetindo. Os conglomerados da mídia convencional apostam na estratégia dos portais e investem no jornalismo. Entre os principais representantes desta categoria está o *UOL*, *Universo On line*, ligado ao grupo empresarial *Folha da Manhã*, que edita o jornal *Folha de S. Paulo*, e a *Editora Abril*, que publica a revista *Veja*. O *UOL* se autointitula o maior *portal* de conteúdo em língua portuguesa e reúne desde portais de entretenimento, salas de bate-papo, portais de personalidades do meio artístico e esportivo e portais de sexo, além de vários canais de notícias, representados por versões *on line* de revistas de caráter geral e segmentadas, jornais nacionais, regionais, internacionais e especializados.

Em 1996, começou a vigorar nos Estados Unidos uma nova legislação que substituiu a Lei de Telecomunicações de 1934 e que provocou a desregulamentação do setor de comunicações naquele país. A consequência desta lei foi o fim das barreiras que restringiam a área de atuação das companhias permitindo que empresas de infraestrutura pudessem também vender serviços e informações. Dizard Jr. (2000, p. 113) aponta que os grandes negócios da área de comunicação norte-americana, que ele intitula de a farra das fusões, começaram na década anterior, especificamente nos anos de 1984 e 1985 e ganharam novo fôlego nos anos 90. Sua obra analisa o cenário político e econômico do setor afetado pelas alterações tecnológicas dos últimos anos. Ele preocupa-se principalmente com possíveis abalos que a

noção de liberdade de expressão e o acesso democrático à informação possam sofrer com alterações provocadas pelo fator tecnológico no processo de convergência e, principalmente, pela concentração econômica na propriedade dos meios de comunicação. Certas negociações ficaram célebres, como a compra da rede *ABC* pela *Capital Cities Communications* (década de 80) e depois sua incorporação pela *Walt Disney Company*, a criação da *Time Warner* em 1989 e a posterior aquisição da *CNN* em 1995, a aliança entre a rede de *TV NBC* e a *Microsoft* em 1995, gerando a *MSNBC*, com atuação em cabo e Internet..

A febre dos portais está relacionada não só com o cenário particular dos Estados Unidos, mas com o processo de desregulamentação e de modificações no setor de telecomunicações e mídia, que ocorreu de modo geral no mundo, com reflexo das alterações tecnológicas e da convergência. E vem embalada em contexto de concentração econômica e formação de oligopólios. Dertouzos cita as alterações da Comissão Européia para a “*Sociedade Global da Informação*” e transformações infra-estruturais na Ásia. (DERTOUZOS, 1997, pp. 42-45). Rifkin aponta o acordo entre 60 países, assinado em 1997 na *Organização Mundial do Comércio*, para acabar com o monopólio estatal e abrir o mercado global de telecomunicações (RIFKIN, 2001, pg 181). No Brasil, entre os reflexos, este processo resultou na privatização do sistema telefônico com a venda da *Telebrás* e das teles.

Na comunicação *on line*, a corrida pelos portais foi marcada por esta movimentação, que sinaliza haver ainda interesse das grandes companhias pela *web* e na sua utilização futura, embora os números divulgados demonstrem que poucas têm conseguido lucro. Mesmo assim, continuam injetando dinheiro e demonstrando interesse pela rede. Também demonstra que a viabilidade dos negócios *on line* ainda é incerta, gerando a concentração de companhias por fusões, aquisições e parcerias. Estratégia vista também como necessária para oferecer conteúdo e serviços suficientes, em variedade temática, com atualização e utilidades de toda espécie, já que a norma é agradar o maior número possível de usuários. A lógica para estas alianças é vista como alternativa para sobreviver e garantir audiência. A audiência, por sua vez, exige quantidade e rotatividade de conteúdo, o que não é possível para pequenas estruturas: é a lógica dos portais. Mas a tentativa é entender em que circunstâncias e por quais motivos a Internet, a comunicação pública não vêm constituindo-se em vetor democrático? Onde estaria a origem do desvirtuamento ou onde se perdeu esta oportunidade? Talvez iniciando a análise de como ocorreu a formação desta nova mídia, possamos entender o processo.

A seguir, recapitularemos este processo de formação, com o objetivo de compreender a partir de quando teve início o desvirtuamento de um processo que poderia ser vetor de um avanço democrático dos mais significativos da história.

4.2 A revolução da tecnologia da informação no mundo

Vimos que a Internet frustrou aqueles que esperam dela um veículo que pudesse servir a democracia. Reconhecendo o potencial técnico do veículo, é necessário tentar localizar o momento em que houve o desvirtuamento de um processo que poderia, em tese, ser revolucionário do ponto de vista da comunicação e integração do Estado e cidadãos.

Boaventura de Souza Santos lembra que, embora neste espaço eletrônico os centros do poder já se desenham, ainda é grande a capacidade de subversão das margens.

A internet, ao permitir a comunicação de muitos para muitos, contém um potencial revolucionário, na medida em que, através dela, os cidadãos e os movimentos sociais de todo o mundo podem pôr-se em contacto e comunicar-se com autonomia em relação às mensagens oficiais dos governos, das organizações políticas tradicionais e das grandes mídias globais. (SANTOS, 2006, p. 308).

No entanto, mesmo diante das possibilidades democráticas do espaço eletrônico, o mesmo autor questiona: “em face disto, pode perguntar-se por que considerar o espaço eletrônico como o avatar de uma nova metamorfose do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão” (SANTOS, 2006, p. 307). E responde: “Contudo, talvez isto não seja tudo”. O melhor do mundo da comunicação pública *on line* seria, de fato, possível, não fossem os desvirtuamentos que comprometem, de forma irreversível a potencialidade democrática da Internet, transformando o espaço num simulacro das mídias tradicionais, a serviço de um *status quo* desenhado desde muito:

Nessa perspectiva, a historiografia contemporânea, se calcada em princípios heterodoxos de reconstituição teórica e factual da aventura humana, haverá certamente de reconhecer quem sabe em futuro próximo – que a história real do capitalismo foi e é menos a da consolidação da democracia a duras penas, à base de confrontos pungentes e perduráveis, do que a realização não-programada, tortuosa mas progressiva, indiscriminada e sem resistência da dromocracia. Nesse contexto sobreleva-se, por motivos óbvios e não sem requintes de racionalidade tecnocientífica, o braço industrial do capitalismo e, mais ainda, o seu estirão cumulativamente subsequente e hegemônico, pós-industrial ou tardio, de base financeira e doravante hipermediática, articulada por satélites digitais e fincadas em redes virtuais, de alcance regional, nacional e/ou internacional (TRIVINHO, 2003, p. 12).

Para Eugênio Trivinho, as redes apontam para um processo de colonização caracteristicamente pós-moderno, que sucede as antigas colonizações territoriais, marcadas por guerras e batalhas. O domínio é agora viabilizado pela tecnologia. Não mais uma colonização como de outrora, mas uma colonização que o autor denomina de ‘branca’, por produzirem ‘resultados assépticos’, isso é, sem derramamento de sangue dos vencidos. “Não é necessário nenhuma imposição de força pelas armas, nenhuma escravização, nenhum morto em campos e praças”: (TRIVINHO, 1998).

A colonização ‘pura’ sempre esteve vinculada a métodos mais requintados de domínio, como, por exemplo, as espionagens industriais, as chantagens, os subornos. Deixa trilhas, porque todo investimento nas redes tende a resultar produtos. Enquanto as colonizações pré-moderna e moderna dos territórios se traduziam em crimes bárbaros e escravização de corpos e mentes, a colonização pós-moderna da esfera da espectralidade se registra em discos fonográficos, fitas magnéticas, disquetes e CD’s, que compõem os atuais arquivos e bancos de dados e imagens. Estética da exorcização de mazelas: nada de manchas, tudo se apresenta “alvo”. (TRIVINHO, 1998, p. 26-27).

Boaventura de Souza Santos, falando sobre o colonialismo do norte, afirma que neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação. (SANTOS, 2006, p.37). O autor aponta que a desigualdade e a exclusão têm na modernidade ocidental significados diferente. Como pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios emancipatórios da vida social, a igualdade e a exclusão são justificadas como exceções ou incidentes. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra. Só que na prática, nas sociedades sujeitas ao capitalismo europeu, vigoram a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação “e cuja validade não implicou qualquer relação dialética com a emancipação”. (SANTOS, 2006, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. A diferença entre desigualdade e exclusão consiste no fato de que na desigualdade a pertença é caracterizada pela subordinação. O sujeito não está fora da sociedade. “Quem está baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio de segregação.... Quem está em baixo, está fora”. (Ibid., p. 280).

4.3 A utopia ciberdemocrática

Vistas algumas características de como vem ocorrendo o avanço da conexão à Internet no mundo e de como as redes apontam para um processo de ‘colonização pós-moderna’ de domínio, viabilizada pela tecnologia, vejamos a seguir algumas características do conteúdo que está sendo desenvolvido na rede, em relação à comunicação pública *on line*. A expectativa inicial em relação ao campo político e social, expectativa ainda presente na visão de muitos teóricos, é que a sociedade política só teria a ganhar à medida que:

Primeiro, o comunicador tem pleno controle sobre a mensagem. Normalmente ele não é censurado ou filtrado por outros, isto é, a mensagem que é enviada ao destinatário supera o processo de edição jornalística. Segundo, a internet é potencialmente interativa, isto é, torna-se possível um diálogo de mão dupla entre quem envia e quem recebe. Terceiro, o novo meio prove aquele que envia um recurso relativamente barato para transmitir grandes volumes de informação. Finalmente, a técnica sofisticada da comunicação via web dá ao comunicador uma ampla gama de possibilidades donde escolher a forma da comunicação (texto, imagens, som e vídeo) considerada mais apropriada para uma mensagem particular. Em conclusão, a *web* provê os agentes políticos com a oportunidade pela qual ansiava, isto é, a de ter controle total sobre a produção da mensagem e comunicar diretamente com os potenciais eleitores sem ter os meios de massa filtrando-lhe a informação. (CARLSON e DJUPSUND, 2001, p.69).

Já vimos que na prática que não é isso o que está ocorrendo. Não existe interatividade, o diálogo de mão dupla é uma falácia, o grande volume de informação pouco significa e, com relação a comunicação pública *on line*, sequer a ampla gama de possibilidades, texto, imagem, som e vídeo, está sendo utilizada. Porém, estaria aí a possibilidade de tirar a condição do público de meramente apreciador do jogo político. A sociedade civil teria uma visão mais direta da sociedade política e das suas mensagens, dispensando-se de algum modo o sistema de intermediação considerado orquestrado, profissionalizado. A favor da comunicação pública *on line* considere-se que a informação política nas redes de computadores poderia ser mais completa do que a informação industrial, pelo armazenamento da informação, impossível de ocorrer nos demais veículos. No espaço público seria possível estar não apenas a atualidade jornalística selecionada e editada pelo campo do jornalismo, mas também toda a sorte de registro de fatos e atos políticos do passado. Informação integral e rica, uma gigantesca e completa enciclopédia política e cultural, onde se têm desde dados de atualidade jornalística até os resultados da investigação científica e da produção artística. Tudo poderia estar disponível num acesso mais rápido, barato e mais cômodo do que a informação política industrial:

Todo debate privado ou público sobre tendências econômicas, desemprego, o estado dos serviços de saúde ou sobre a melhoria nas escolas pode ser imediatamente informado com riqueza de dados factuais e estatísticos. Pode ser posta *on line* informação de departamentos governamentais, escritórios de atendimento ao público, bibliotecas, câmaras ou qualquer outra instituição pública. Todo documento que é parte de procedimentos legislativos normais ou processos de consulta (...) tudo pode ser disponível instantaneamente. Não há necessidade de qualquer desculpa para um debate conduzido em ignorância (BARNETT, 1997, p. 205).

De fato, não há dúvida da quantidade de informação disponível pela Internet. Mas a primeira pergunta a se fazer é que tipos de informação política são disponibilizados hoje na rede? ‘Grosso modo’ podemos apontar: as informações produzidas por instituições e organismos da sociedade civil, em geral qualificadas, compostas por dados e análises, mas naturalmente restritas ao interesse, viés e focos de cada instituição. Temos ainda informações produzidas por agentes do campo político, em geral peças de política de imagem, intervenções que funcionam como lances na tentativa de imposição da imagem pública predominante do grupo político ou de seus adversários. Trata-se de um tipo de informação que, por isso mesmo, é de baixa qualidade para uma formação adequada da opinião pública. Assim, a maior parte da informação política tem como fonte indivíduos, partidos ou grupos privados com interesse político. Aí, o que Barnett apontou como característica positiva pode ser vista por outro ângulo a partir da indagação: como o cidadão comum pode distinguir num volume absurdo de informação política, aquela que é confiável, da dirigida, distorcida e falsa? Só um restrito e organizado grupo de pessoas estaria aparelhado o suficiente para fazer esta distinção. Mas é justamente este restrito grupo que não necessita destas informações, pois tem à sua disposição outras fontes e recursos para formar o próprio quadro de conhecimento sobre política.

Convém aqui lembrar Jean Baudrillard em *As estratégias fatais* (1996). Ele faz uma interessante analogia sobre obesidade que tem caracterizado a civilização moderna, principalmente a norte-americana com o excesso de informação que circula hoje em todo o mundo. Sobre a obesidade dos norte-americanos o assunto tem sido constantemente vinculado pela imprensa. A cada ano, é comum depararmos com reportagens em jornais, revistas, rádio e TV e também na Internet, apontando que cresce o número de obesos. Cresce também o número dos que procuram, desesperadamente, socorro para sanar o problema e os riscos para a saúde e são apontados paralelamente às notícias do aumento da obesidade. Além de diminuir consideravelmente a qualidade de vida diminui também o tempo de vida. O obeso morre mais cedo, pelos motivos mais diversos.

O corpo se revolta contra a própria definição 'objetiva'. Seria um ato patológico (como, aliás, no desregulamento dos anticorpos?)... Enquanto no câncer trata-se de uma agressão esotérica: o corpo se revolta contra a própria organização interna, ele desarma seu equilíbrio estrutural" (BAUDRILLARD, 1996. p.30).

Comparando este quadro com a comunicação Baudrillard também fala do excesso de informação que circula hoje. Tanta informação que está desfigurando o corpo original que se torna, assim, cada vez mais obeso. Mas não uma obesidade qualquer. Trata-se de algo mais sério, de uma obesidade mórbida, que está, aos poucos, acabando com o corpo,

O obeso também está em pleno delírio. Pois ele não é apenas gordo, com a gordura que se opõe à morfologia normal: *ele é mais gordo do que gordo*. Ele não tem mais sentido numa oposição distinta e sim em seu excesso, sua redundância, em sua hiper-realidade. Assim, a obesidade seria um belo exemplo dessa peripécia que nos espera, dessa revolução nas coisas, que não está mais em superação dialética (*aufhebung*), e sim em sua potencialização (*Steigerung*), em sua elevação à potência dois, à potência n, dessa elevação aos extremos na ausência de uma regra do jogo. (BAUDRILLARD, 1996, p. 3-31).

O excesso de informação atual seria o fim da própria informação. José Arbex Junior, em *Showrnlismo* (2001) também aborda o assunto ao lembrar que a velocidade é cada vez mais importante para a atividade jornalística. A notícia, segundo o autor, é por sua própria natureza uma mercadoria altamente perecível, torna-se antiga no mesmo instante de sua divulgação, “especialmente em um mundo interconectado por satélites e bombardeado, a cada segundo, por uma imensa montanha de novos dados”.

Daí a importância que o furo, a prerrogativa de ter sido o primeiro veículo a informar, adquire para as empresas de comunicação. Paradoxalmente, não importa se o furo será mesmo visto ou lido, ou muito menos compreendido pelos telespectadores e leitores, mas sim o fato de que uma empresa possa afirmar que ela foi mais rápida e eficaz do que a outra. Mas a “exaltação da novidade” cria outro paradoxo: a produção de uma quantidade brutal e incessante de informação também produz a “amnésia permanente”. É claro: se o que interessa é a ‘novidade’, e essa é produzida industrialmente – a cada dia, hora ou minuto-, o telespectador/leitor é convidado a abandonar qualquer reflexão sobre determinado evento, para sempre se entregar ao ‘novo. (ARBEX, 2001, p 89).

Para o autor esta tendência está tendo consequências nada saudáveis. No seu entender a idéia de que com este excesso de informação a sociedade poderia ser beneficiada de alguma forma, como por exemplo, por ter a sua disposição uma pluralidade de pontos de vistas distintos, ou pela disputa entre as empresas da mídia pela originalidade da notícia, isso não ocorre. O que se verifica é que a falta de tempo para entender a fundo uma notícia estimula o

“recurso do clichê, ao preconceito, à reiteração de concepções já formadas”. (Ibid., p. 89). É a obesidade mórbida de Baudrillard; o corpo em delírio. “Não existe mais nenhuma regra no jogo de sua vida e de sua morte. É por isso que ele está além da alienação, além dos termos da alienação e da troca. Ele está em estado de exceção radical, de extermínio virtual” (BAUDRILLARD, 1996. p. 31).

Mas, em se tratando de informação pública *on line*, haveria um excesso de informação que poderia ser útil ao cidadão, pelo menos ao cidadão privilegiado, que tivesse condições de entender as informações primárias e interesse em utilizar as informações públicas para análises e pesquisas. Informações que pudessem servir para acompanhamento das coisas do Estado e fiscalização de seus atos, assim como análise de seus bancos de dados. Sobre este tipo de informação, nos arquivos que poderiam estar disponibilizados, se depositou a esperança do potencial de transparência da rede. Alguns otimistas imaginavam que seriam disponibilizados processos, arquivos e bancos de dados relativos às decisões que afetam a coisa pública, tudo aberto ao olhar do cidadão através da rede. Sobre este tipo de informação disponibilizado pelo Estado, representado pelos poderes Legislativo e Executivo, vimos pela análise do *corpus* empírico destes estudos que prevalece uma lógica de reserva de informação. A comunicação pública *on line* com seus diversos públicos é ainda majoritariamente a produção de materiais destinados a produzir, unidirecionalmente, opinião pública favorável ou, no melhor dos casos, a prestação de informações básicas sobre o funcionamento deste Estado e, essencialmente, prestação de serviço tais como a declaração do Imposto de renda, o pagamento de impostos e tributos via Internet, que, reconhecemos, facilita a vida do contribuinte, mas está longe de podermos afirmar que atende só ao interesse do cidadão e que contribui para a democracia. Antes, atende aos interesses do Estado arrecadador. Não sobra tempo para nada mais profundo, para algo que produza a reflexão, as informações cognitivas suficientes para provocar o bom debate. É a “exaltação da novidade” provocando a “amnésia permanente”.

Por fim, sobra-nos comentar entre os dados políticos disponíveis na Internet, as informações da atualidade, inseridas na rede pela indústria da informação. Como este tipo de informação é o mais influente na formação da opinião pública, uma vez que teoricamente seria o mais confiável e o melhor disponibilizado, também o mais acessado por razões de mercado, cabe uma análise de como vem ocorrendo e quais as características dominantes deste provedor de informações.

O avanço da *web* vem se caracterizando por uma transposição das características dos tradicionais meios de massa para os digitais. Não se confirmou a expectativa de que a Internet

modificasse o panorama da comunicação, superando os déficits democráticos da comunicação de massa e a influência destes veículos. Até aqui, são estes mesmos veículos de massa, que predominavam antes do advento da Internet, que continuam como controladores da esfera da visibilidade pública. Continuam os mesmos meios os fornecedores prioritários da informação política relevante sem qualquer indício de que tenham seu lugar ameaçado pela Internet, que não apenas não diminuiu o impacto dos meios de massa como, ao contrário, acrescentou-lhe um outro público consumidor e uma outra zona de influência. Houve uma adaptação da linguagem, de práticas e formatos para as versões *on line* dos jornais, rádio e TV, adquirindo características da rede, sem, no entanto, mudar a lógica dos meios de massas originários, replicando o fluxo unidirecional considerado, em geral, pouco democrático. É necessário tentar entender como isso ocorreu, como está havendo esta transposição de poder e manipulação da informação, denunciado nos tradicionais veículos de comunicação, para a comunicação *on line*, impossibilitando qualquer perspectiva de ciberdemocracia, cantada em prosa e verso.

Com a Internet, aumentou-se consideravelmente a demanda por conteúdo. O chamado jornalismo *on line*, até o momento, ainda procura um caminho próprio e, no início, o que ocorria era uma simples transferência do conteúdo, notoriamente do jornalismo impresso, para a nova mídia. Os ajustes eram tão só do ponto de vista técnico, sem transcodificação das mensagens. A partir de 1998 teve início uma evolução nas formas de apresentação *on line* dos conteúdos. A nova mídia passa a construir uma linguagem própria, elaborada desde o planejamento à produção, num processo que ainda está em desenvolvimento.

As características da Internet e da *web* abrem o panorama para uma complexidade crescente na comunicação, caracterizada como a virtualização da informação. (LÉVY, 1999). As possibilidades da rede ampliam e, portanto, tornam mais complexas as qualidades dos meios tradicionais: a imediatividade do rádio, a maior profundidade e contextualização do impresso, o poder informativo do vídeo, a factualidade das imagens entre outras tantas, aliadas ao fim de limites como o espaço para o impresso, tempo e região de cobertura para a TV e rádio.

A necessidade de conteúdo para atender a demanda dos internautas torna-se cada vez maior e complexa, como vimos no capítulo anterior. Define-se por conteúdo tudo aquilo que possa interessar aos visitantes de um portal tais como, publicação de notícias, relatórios especializados, materiais produzido por usuários, em sala de bate-papo, fóruns de discussão, enquete, enfim, uma gama interminável de opções. Para dar conta de tão variado cardápio as grandes empresas jornalísticas, especializadas ou ‘vocacionadas’ na produção de conteúdo,

passam a ter grande vantagem competitiva. Assumem, assim, a liderança da *web*. Seus portais se transformam em megaportais e, num segundo momento, já não se configuram como meros difusores de notícias. Para tornar o visitante ocasional de um portal em visitante regular, procura-se produzir o chamado ‘conteúdo matador’, aquele onde o usuário deve encontrar o maior número possível do que necessita, ou acredita necessitar.

Esta demanda de conteúdo gerado na Internet faz prevalecer a idéia de que a necessidade do usuário não será satisfeita por uma única companhia de mídia e surgindo assim a necessidade de acordos, parcerias e aproximações, como já vimos no capítulo anterior. Nos Estados Unidos, a parceria começa com a fusão da *Time/Warner* e *América On line*. Vários outros acordos entre empresas tradicionais de comunicação se configuram neste período. No Brasil, também os conglomerados da mídia convencional apostam na estratégia dos portais e investem em jornalismo. Também aqui ocorrem as parcerias ou fusões. Surge o *Universo On line*, a *UOL*, ligada ao grupo empresarial *Folha da Manhã*, que edita o jornal *Folha de S. Paulo* e a *Editora Abril*, que publica a revista *Veja*. Considerado o maior *síte* de conteúdo em língua portuguesa, o UOL reúne desde portais de entretenimento, salas de bate-papo, portais de personalidades dos meios artístico e esportivo, até portais de sexo e ampla gama de canais de notícias, representados por versões *on line* de revistas de caráter geral e segmentadas, jornais nacionais, regionais, internacionais e especializados.

O portal *Terra*, que antes era *ZAZ* e pertencia ao grupo *RBS – Rede Brasil Sul de Comunicações* – inicia seu conteúdo noticioso por meio de parceria com a *Agência Estado*, para fornecimento de informações dos jornais *Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Rádio Eldorado* e da própria agência, fechada pela *Terra Networks*, subsidiária da Telefônica, atual controladora do portal.

O *IG*, portal da *Internet Gratuita*, também investiu em informação noticiosa para se consolidar na briga dos portais, criando o primeiro jornal brasileiro de cobertura ampla que só existia na Internet. O *Último Segundo* fornece parte do conteúdo exibido com destaque pelo portal na sua página de entrada, além de possuir parcerias também com a *BBC* e o canal de notícias financeiras *Bloomberg*, entre várias outras fontes. E são muitos os exemplos que poderiam ser citados de parcerias e fusões que surgem em função, principalmente, da necessidade de conteúdo, ou do chamado ‘conteúdo matador’. Todas estas publicações compõem um quadro diversificado de perfis, desde periodicidade, grau de especialização na sua temática, região de cobertura do noticiário e estratégia adotada para a *web*, e todas formam um cardápio mais extenso possível, na tentativa de agradar a todos os tipos de interesses. Formam-se, na verdade, não mais portais, mas megaportais de informação e

entretenimento. Grosso modo, a prática é reunir conteúdo e serviços em quantidade suficiente para tentar agradar aos diversos tipos de usuários ou consumidores da rede, a partir de um único endereço, sob a cobertura de uma mesma companhia, procurando criar um ambiente de conveniência para o usuário, fornecendo a impressão de que tudo o que ele precisa em relação à *web* está à sua disposição neste espaço. Estes megaportais introduzem na *web* a abordagem massiva.

A Internet, retomemos de sua origem ligada às questões militares, passou a ser vinculada à educação. Esta segunda vinculação alimentou a idéia do seu poder de mudar a realidade e servir como instrumento de educação e a favor da cidadania e liberdades democráticas. A história parece se repetir com relação ao que aconteceu, antes com o rádio e mais recentemente com a televisão. Quando estes veículos surgiram, a expectativa era de veículos com grande potencial para o fortalecimento da educação e cidadania. No entanto, a estrutura centralizada e o uso comercial levaram, tanto o rádio como a televisão, pela via do entretenimento que coaduna com consumo, ao contrário da educação formativa. Por isso, a relação do rádio e da televisão com a sociedade, constituiu-se mediante a figura do ouvinte e do espectador e não mediante a figura de um usuário do conhecimento. Nem mesmo as chamadas ‘rádios e TVs educativas’ cumpriram esta missão. O mesmo parece estar se repetindo agora com a Internet:

Se, como se afirma, a Internet é um meio intrinsecamente interativo e não tem sentido como máquina passiva de ver, o que acontecerá com a emigração para a internet? Teremos um novo meio híbrido dominado pela interatividade. Mas, se a expansão da Internet é e será comercial, como apontam muitos analistas, a educação, como produto dessa convergência ficará relegada a um serviço de segunda categoria como aconteceu com a televisão educativa? Ou será também um produto comercial? (VILCHES, 2003, p. 171).

Esta expectativa frustra, principalmente, aos que acreditam ser o papel fundamental dos meios de comunicação de massa instrumento de regulação do poder público pela sociedade civil, informando-a sobre os atos de seus governantes, assim como instrumento de emancipação ao constituir-se como espaço de expressão das entidades representativas dos vários setores que compõem a sociedade civil. Com a visão privilegiada dos acontecimentos, os meios de comunicação seriam, assim, a principal, para não dizer a única, tribuna democrática na qual o debate público entre estado e sociedade civil poderia se realizar. Este ideal, o de fazer da Internet instrumento de emancipação, jamais se concretizou. A maioria dos grupos sociais, em sua diversidade, não consegue se fazer representar nos meios de

comunicação de massa. Quando encontra algum lugar de expressão, surgem tais grupos semiotizados conforme os interesses dos grupos de poder dominantes no espaço social que, numa variação relativamente restrita, se compõem e se articulam aos interesses do poder público. A esses interesses se sobrepõem os de mercado, com seus sedutores mecanismos de promoção e de agenciamento do cidadão como consumidor de produtos, notícias ou de idéias. A cena política, com seus atores, também obedece a agenciamentos desse teor. Assim, o candidato deve ocupar o campo da visibilidade midiática como, em primeiro lugar, produto consumível pelo eleitor-consumidor, adaptando-se às regras e procedimentos que configuram os dispositivos comunicacionais como extensões do mercado. Principalmente quando o foco dos debates é posto sobre a televisão e seu poder de designação, prevalece o privilégio dado por ela ao entretenimento e à produção de recortes bastante redutivos da realidade conforme as representações dominantes, havendo recuo em relação aos temas mais problemáticos que fariam dela um veículo democrático de educação e conscientização das massas. Em seu noticiário, cuja função deveria ser predominantemente informativa e promotora da formação do cidadão, o recurso à espetacularização do acontecimento de modo a torná-lo atraente ao telespectador, acaba por sobrepor ao próprio acontecimento, reduzindo-o ao formato de entretenimento que, segundo a justificativa dada, corresponderia ao gosto do público. Seja no tratamento de um fato político ou de cotidiano, seja nos produtos voltados exclusivamente para o entretenimento, um mesmo estilo e um mesmo formato se repete, fazendo da televisão uma superfície sobre a qual tudo deve ser filtrado conforme alguns princípios que sujeitam sua linguagem a uma equivalência generalizada. Tornar espetacular, impressionante, arrebatador o que quer que seja, é sua regra, assim como sustentar cada telespectador em um estado de atenção, na demanda de mais e mais signos para a construção das suas próprias referências de identidade. A estratégia preferida é a captura pelo emocional, visando a manter no mais alto patamar possível o índice de audiência. À atividade do agente televisivo deve corresponder, ponto por ponto, a reação do telespectador. Daí que, na concorrência pelos índices de audiência, a informação seja tratada como um produto efêmero que deve se apresentar tão atraente e variado como aqueles que, no mercado, disputam pelo desejo do consumidor. Neste contexto a regra é pela espetacularização do que quer que seja, mesmo nos informativos de interesse público ou político. Até mesmo em campanhas político eleitorais, a exposição minimamente compreensível de planos e programas de governo é limitada por esta visão. Este poder limitante das possíveis aspirações democráticas da sociedade civil exercido pelos meios de comunicação de massa, não é exclusivo da televisão. Há também uma poderosa indústria de jornais, revistas e livros voltada para a produção 'daquilo que o público

deseja'. As rádios livres, a imprensa alternativa, produções independentes e outras iniciativas do gênero, sempre foram consideradas como esforços legítimos de resistência à apropriação monopolista do discurso social pelas grandes corporações de comunicação e pelos grupos que elas representam no espaço público midiático. Apropriação que, no Brasil, a televisão, de todas as mídias, foi a que melhor conseguiu realizar, o que justifica que a consideremos, em seu atual formato como imagem de uma concepção bastante problemática, restrita e não raro cínica de liberdade de expressão que, no modelo neoliberal de estado democrático, afigura-se, o mais das vezes, como fiel reprodutora dos interesses particulares dos grupos dominantes. Esses interesses raramente encontram expressão em nossa frágil sociedade civil, que ainda mal ensaia, neste início de novo século, a compreensão do que implica ser um indivíduo em seu exercício de cidadania, com seus direitos e deveres e, muito menos, com a força da própria voz e da própria ação.

Em resumo, antes de se constituir numa ameaça aos veículos tradicionais, a *web* passa a ser uma nova oportunidade de acelerado crescimento da indústria da informação com todos os seus defeitos e mazelas. A Internet não só não diminuiu o impacto dos meios de massa como, ao contrário, acrescentou-lhe um outro público consumidor e uma outra zona de influência.

As versões *on line* dos grandes veículos de massa trazem à Internet a lógica dos meios de massa comuns, quando replicam o fluxo unidirecional de comunicação, da indústria para o público, constituindo-se em geral, em instrumento que pouco contribui para o aprimoramento democrático. A comunicação política com capacidade de atingir públicos de massa e produzir efeitos sobre o domínio público e sobre a esfera política continua sendo aquela produzida e distribuída pelos meios de massa, com todos os limites que isso, em princípio, comporta. Isso decorre também em função do fato de que o Estado não conseguiu se firmar como um grande fornecedor de informação política *on line* qualificada, como se esperava, e também pelo fato de que a grande expansão verificada na Internet pública obedeceu principalmente a critérios comerciais, inclusive a critérios e interesses das indústrias da informação, da cultura e do entretenimento. A Internet não se caracterizou como uma alternativa em comparação aos outros meios de massa, sobre grandes extratos de público, e não se constitui, ainda, como um vetor capaz de revitalizar o processo democrático.

4.4 Sobre os mecanismos de controle

Depois de vistas algumas características de como vem ocorrendo o avanço da conexão à Internet no mundo e o processo de ‘colonização pós-moderna’ viabilizado pela tecnologia, e posteriormente analisado o conteúdo que está sendo desenvolvido na rede em relação à comunicação pública preferencialmente, porém não só, é oportuno analisar como vem ocorrendo o mecanismo de controle sobre este conteúdo.

A ausência mais efetiva do Estado facilitou a expansão das grandes corporações de tecnologia, entretenimento e telecomunicações, explicando assim as grandes fusões.

Esta ausência estatal é defendida por alguns autores como Lévy (2002). Ele propõe que o estado deva mesmo ser excluído da gestão de comunidades virtuais de vocação política para evitar que se torne ferramenta de manipulação partidária. Ele diz: “O papel do governo é o de fazer respeitar a lei e de prestar aos cidadãos os serviços a que têm direito, e não o de fornecer os meios para a deliberação e a ação política” (LÉVY, 2002).

Ora, este afastamento do Estado é justamente o que mais interessa ao poder global. Quanto mais o estado se esquivava de suas responsabilidades, mais favorece as elites globais. Para as multinacionais (isto é, empresas globais com interesses e compromissos locais dispersos cambiantes), o ‘mundo ideal é um mundo sem Estados, ou pelo menos com pequenos e não grandes Estados’. Bauman (2000), conforme abordado anteriormente, vem sistematicamente criticando esta ausência e a ‘fragilização do Estado-nação’. Quanto mais insignificantes forem, mais facilmente impera o poder arbitrário das elites globais:

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como ‘estado natural da humanidade’ as ‘forças livres do mercado’ e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na mensagem de que deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política entre outras, mas um ditame da razão e uma necessidade. Com efeito Pierre Bourdieu definiu recentemente as teorias e práticas neoliberais essencialmente como um programa para destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do ‘mercado puro’ (BAUMAN, 2000, p. 36).

Esta visão de um Estado mínimo, focado mais na prestação de serviços públicos, é combatida também por outros autores. Entendem que mesmo fomentada pela ação da iniciativa privada, caberia ao Estado um papel fundamental na formação de uma opinião pública democrática, ao garantir, pelo aparato jurídico-institucional, as condições reais para o

trânsito livre e igualitário das opiniões, equilibrando a tendência ao monopólio do discurso exercido pelos meios de comunicação privados e pelo poder político.

McChesney, por exemplo, chega a denunciar que há uma espécie de ‘corrida do ouro’, na qual as empresas têm pressionado o poder público a não interferir sobre a Internet. No seu entender essa corrida estaria infligindo um dano grave às possibilidades de democratização da rede, eliminando qualquer possibilidade de um debate público sobre o tema:

O objetivo do setor corporativo é inequívoco; Ele quer “entrincheirar” um sistema comercial antes que haja qualquer possibilidade de participação pública. Uma vez que um sistema assim esteja entrincheirado, códigos regulatórios podem ser habilitados para travá-los para sempre. Isto é inteiramente contrário à noção democrática de determinação pública de políticas (...) (McCHESNEY, 1999, p. 128).

Para Arbex, as megacorporações da mídia, a defesas da ordem econômica globalizada ultrapassa a questão ideológica para se constituir em questão de sobrevivência, já que foi o sistema internacional que permitiu a desregulamentação e a privatização dos veículos de comunicação na maior parte dos países foi que garantiu a própria existência das grandes corporações transnacionais.

É óbvio que a hegemonia do grande capital corporativo em geral, e americano em particular, tem sérias e profundas implicações sobre a seleção, distribuição e interpretação das notícias. Centros formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram e disseminam discursos e interpretações que reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao ‘mercado’ a resolução dos problemas e demandas de toda ordem – públicas e privadas, individuais e coletivas. Esses discursos e essas interpretações exercem um profundo e amplo efeito de contaminação em todos os setores de produção cultural e ideológico. (ARBEX, 2001, p. 180).

É interessante observar que este quadro apontado por Arbex prevalece até o final de 2008 e início de 2009. No mesmo instante em que o mundo toma conhecimento da forte crise desencadeada a partir dos Estados Unidos e com reflexo mundial, os liberais afetados pela crise, mudam de opinião com relação à necessidade de um Estado mínimo em favor da liberdade de mercado. Quando o mercado dá sinais de saturação e os prejuízos se acumulam, os liberais são os primeiros a cobrar a volta do Estado forte, que antes desdenharam, para cobrir-lhe os prejuízos e evitar a bancarrota. Enfim, enquanto a especulação financeira proporcionava ganhos fenomenais, a questão deveria ficar confinada ao mercado, que repartia o lucro. Agora, quando os prejuízos se avizinham para alguns, a questão volta à esfera do

Estado de quem, com a maior naturalidade, estes mesmos liberais reclamam o ressarcimento dos prejuízos.

Antes de prosseguir sobre os meios de controle e a conveniência ou não da participação mais efetiva do Estado, seria interessante tentar entender quais os interesses que teriam provocado a nova ‘corrida do ouro’, além, das razões de ordem econômica e financeira. Faremos esta tentativa a partir das reflexões de Jeremy Rifkin (2001) sobre a lógica crescente no cenário político, econômico e cultural da sociedade contemporânea, contida no livro *A era do acesso – a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. Ele fala sobre as forças que atuam no cenário da ‘nova economia’. Lembra que a era do acesso caminha progressivamente não por relações de troca entre vendedores e compradores, mas pela economia de rede em que as relações migram cada vez mais para o modelo de acesso a bens e serviços entre fornecedores e usuários, servidores e clientes:

Lembre-se de que, em uma economia de rede, propriedades de todos os tipos continuam a existir, mas é menos provável que haja troca. Vendedores e compradores cedem lugar a fornecedores e usuários (...) Embora seja mais provável acessar todas as formas de propriedade que comprá-la em uma economia de rede, vale a pena repetir que a propriedade tangível está se tornando cada vez mais marginal ao exercício do poder econômico, e a propriedade intangível está se tornando rapidamente à força definidora em uma era baseada no acesso. Idéias na forma de patentes, direitos autorais, marcas registradas, segredos comerciais e relacionamentos, estão sendo usados para forjar um novo tipo de poder econômico composto de mega-fornecedores no controle de redes expandidas de usuários. (RIFKIN, 2001, p. 47).

Na era do acesso, as pessoas pagarão para usufruir, para utilizar temporariamente e não para possuir. O tempo torna-se a medida fundamental das relações, nesta lógica. O capitalismo é agora cultural, não mais industrial. Todas espécies de manifestações culturais são passíveis de apropriação pelas empresas para alimentar as relações de acesso: o entretenimento, as formas de lazer, o turismo, os ambientes simulados, estilos de vida, bens simbólicos:

A Era do Acesso é definida, acima de tudo, pela crescente transformação em *commodity* de toda a experiência humana. Redes comerciais de todos os tipos e formas navegam pela *Web* em torno da totalidade da vida humana, reduzindo todo o momento de experiência vivida em *status*. Na era do capitalismo, caracterizada pela propriedade, a ênfase era vender bens e serviços. Na economia ciberspacial, a transformação de bens e serviços em *commodities* torna-se secundária à transformação das relações humanas. Manter a atenção de vendedores e clientes na nova economia de rede em ritmo acelerado, em mudança constante significa controlar o máximo de tempo possível. Ao passar das transações distintas de

mercado que são realizadas dentro de limites de tempo e espaço para a transformação de relações em *commodity* que se estendem infinitamente pelo tempo, a nova esfera comercial assegura que parte cada vez mais da vida diária passa a ser refém de resultados financeiros. (RIFKIN, 2001, pp 70-80).

Neste contexto apontado por Rifkin, surge a tendência de marketing para transformar as relações humanas em *commodities*. O centro de atenção dos marqueteiros não é, como antes, o produto, mas o consumidor: você não tentará vender um único produto ao máximo possível de clientes. Em vez disso, tentará vender a um único cliente o máximo de produtos possíveis, em um longo período de tempo, incluindo diferentes linhas de produtos. O que se procura é um relacionamento vitalício entre fornecedor e usuário, possível por meio das tecnologias informáticas e dos *softwares* que permitem ricas redes de interconexões entre as partes e possibilitam “transformar em *commodity* todo aspecto da experiência vivida de uma pessoa, na forma de um relacionamento comercial” (RIFKIN, 2001, p. 82).

A produção cultural será o principal campo de atuação do comércio no século XXI. Na Era do Acesso, a produção cultural ascende ao primeiro nível da vida econômica, enquanto as informações e serviços passam para o segundo, a fabricação para o terceiro e a agricultura para o quarto. Todos os quatro níveis continuam o processo de metamorfose de um sistema baseado em relações de propriedade para aquele baseado no acesso. E todos os quatro níveis farão uma parte maior de negócios embutida em relacionamentos de rede operando entre os mundos da superfície terrestre o ciberespaço”. (RIFKIN, 2001, p. 135).

Por esta lógica, torna-se fundamental a posição ocupada por aqueles que respondem pelo controle do ingresso neste ambiente. Deixa implícita a idéia de que o poder na era do acesso será exercido pelos intermediários e pelas instâncias de mediação:

Como as relações de propriedade, as relações de acesso devem criar distinções. Com a propriedade, a distinção é entre aqueles que têm e aqueles que não têm posses. Com o acesso, a distinção é entre aqueles que estão ligados e aqueles que estão desconectados. Tanto as relações de propriedade quanto as de acesso, então, são relacionadas à inclusão e à exclusão (...) No último caso, a separação é entre aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora. É medida em termos qualitativos pela incorporação das relações de alguém e pelas conexões com os outros. Em uma sociedade construída em torno da propriedade privada, quem tem o capital físico e controla os meios de produção está em posição de determinar quem tem sucesso. Em uma sociedade construída em torno das relações de acesso, quem tem os canais de comunicação e controla as entradas para as redes determina quem joga e quem fica no banco de reservas. (RIFKIN, 2001, p. 145).

Assim estariam justificados o interesse das grandes corporações de tecnologia, entretenimento e telecomunicações em comprar provedores de acesso, de conteúdo e de

mecanismos de busca. Uma espécie de se posicionar nos pontos estratégicos, pontos de entrada para o novo mundo. Eles perceberam que quem controlar o acesso exercerá vasto controle sobre a vida das pessoas no século XXI. “Ser capaz de controlar tanto a infraestrutura de comunicação quanto o acesso aos portais que centenas de milhões de pessoas usarão para se comunicar dá às empresas de mídia globais um poder sem paralelo (Ibid., 2001, p.183).

As idéias de Rifkin, sobre o controle dos fluxos informacionais retoma uma antiga discussão travada no jornalismo desde 1950. Este controle lembra a figura do *gatekeeper*: o então responsável pelo controle do fluxo na informação na imprensa. Dentro dos jornais competia ao *gatekeeper* decidir o que deveria ou não ser noticiado. O que seria, enfim, incluído ou retirado da edição de um jornal. O termo foi apropriado para desenvolver a idéia de que há diversos pontos na rede de decisões do jornal que sucessivamente interferem no fluxo informacional e que funcionam como espécie de *gatekeepers*. Agora, com a Internet, com a apropriação da rede pelas grandes corporações de tecnologia, entretenimento e telecomunicações, e com a visibilidade proporcionada pelo conteúdo jornalístico por eles apresentado em seus mega-portais, a figura do *gatekeeper* volta a suscitar a discussão pela capacidade de controle e interferência no fluxo informacional. A ausência de filtros ou controles, que davam à internet certo charme libertário, proporcionando um livre fluxo de informação, e que fazia crer ‘ que em contraste com o autoritarismo, não há censura na *net*, nem política nem criminal nem moral’ (BUCHSTEIN, 1977, p. 252) cai por terra, junto com a esperança de que a rede, em virtude da sua descentralização e do seu espraiamento transnacional, não só não deveria como não poderia ser controlada por corporações ou por governos nacionais e locais. O problema se agrava se analisarmos o tipo de informação política que temos hoje na rede. Predomina a informação de atualidade aí inserida pelas indústrias da informação que, como já ressaltamos e a figura do *gatekeepers* exemplifica, transferiram para a Internet a sua oferta ao mercado de notícias, padecendo dos limites que vêm sendo denunciado desde muito.

Então, o que temos assistido nos últimos anos, é uma verdadeira guerra pelo controle do poder. O controle da infraestrutura de comunicação quanto ao acesso dos portais, é o objetivo das grandes empresas globais, que passam a ter um poder sem paralelo. Sobre a questão, o jornalista José Arbex Junior, em seu livro *Shornalismo: a notícia como espetáculo*, o explica:

Não é simples explicar essa ‘capitulação universal’. Ela é o resultado de um longo e relativamente ‘suave’ processo de sedimentação de valores que acabam constituindo uma determinada percepção de como as coisas devem ser no mundo. Ela é parte constitutiva do processo de construção e domesticação do imaginário coletivo levado a cabo pelas corporações da mídia. O imaginário construído pela mídia é composto por uma vasta rede de símbolos e signos, de referências culturais, sociais, políticas e artísticas que prefiguram a constituição de uma espécie de memória coletiva (ARBEX, 2002, p. 102).

Assim entendemos melhor o interesse o interesse dos novos poderes globais em fragilizar o poder do Estado, distanciar cada vez mais o Estado do cidadão, romper este laço histórico. Os Estados passam a ser agentes do poder global. Esta fragilização contínua do Estado-nação seria uma estratégia de dominação do poder global, provocando uma cidadania mutilada pela exclusão social e política. Assim, ao contrário da colocação de Pierre Lévy, a verdadeira “libertação, requer hoje mais, e não menos da esfera pública e do poder público” (BAUMAN, 2001, p. 62).

Também agora vai se tornando mais fácil a compreensão da fragilidade dos portais públicos examinados: constitui-se, como não poderia deixar de ser, reflexo deste momento em que a ordem institucional parece caminhar em direção aos interesses globais e onde a presença do cidadão é dispensável.

Resta-nos saber até que ponto esta situação de guerra afetará nossas vidas, uma vez que a cibercultura vem se desenvolvendo neste cenário e a *web* tende a crescer e se consolidar como meio hegemônico. A virtualização amplia este território para as experiências do cotidiano, provocando uma ciberaculturação generalizada e quais as consequências que irão provocar no cotidiano. É o que veremos no próximo capítulo, analisando a exclusão que as novas tecnologias da informação vem provocando e o predomínio da dromocracia, denunciada por Eugênio Trivinho.

5. DROMOCRACIA E NOVAS FORMAS DE EXCLUSÃO

Após termos analisados o conteúdo que está sendo desenvolvido na rede em relação à informação, e os mecanismos de controle desta informação que se repetem na nova mídia a exemplo do que ocorria em outros veículos, é oportuno examinar como a cibercultura afeta nossas vidas, haja vista o papel que a tecnologia passa a desenvolver na sociedade.

Embora incertas as características desta nova ordem estabelecida, é preocupante quando se detectam tendências que apontam para o agravamento da situação de exclusão. Sabe-se, desde muito, que as autoestradas da informação não vão servir por igual todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global. Estratificações já estariam acontecendo, produzindo mais desigualdades e exclusões num espaço que se desenhava anárquico e democrático. E isso num ritmo alucinante, tendo em vista o predomínio da dromocracia, também como um estilo de vida moderno. Seria a dromocracia cibercultural, apontada por Trivinho (2001): um fenômeno implicitamente ligado às mídias e às redes digitais com a velocidade acelerada de forma estonteante, na velocidade tecnológica e com os reflexos sociais e culturais que lhe dizem respeito.

Na cibercultura, dromos, prefixo grego que simboliza rapidez, celeridade, agilidade, e aptidão, que como o signo pressupõe, remete tanto à propensão espontânea, quanto à vocação adquirida e a capacidade ou competência treinada, designam, basicamente, em sua aglutinação estratégica o ser veloz, em relação ao domínio das senhas infotécnicas de acesso e de suas reciclagens estruturais (TRIVINHO, 2003, p. 113-114).

O conceito de dromocracia foi trazido para as ciências humanas e sociais por Paul Virilio em *Velocidade e política* (1996), e sinaliza fundamentos teóricos para a compreensão da história e dos processos políticos e sociais pelo prisma do vetor dromológico. Na época, Virilio estava interessado em mostrar os elos de ligação entre os vetores da velocidade, da política e da guerra. Trivinho traz o conceito de dromocracia para o contexto da cibercultura, como lógica exponencial da cibercultura (TRIVINHO, 2002). Em ensaio à crítica do que denomina de *modus operandi da cibercultura* vai trabalhar a questão neste campo apontando a dromocracia dos tempos atuais como um vetor para intensificar a exclusão e a distância entre aqueles que dominam as senhas infotécnicas de acesso às novas tecnologias de informação, sejam eles indivíduos, instituições, empresas ou estados. As grandes corporações e demais controladores das novas tecnologias, nos obrigam a reciclagens estruturais

constantes, permanentes e velozes, que em seu bojo vão excluindo do acesso os que, por motivos diversos, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo. Para o autor, a cibercultura criou uma lógica de reciclagem estrutural própria do capitalismo que dificulta a sobrevivência porque segrega. O autor chega a tratar a questão como “uma atmosfera simbolicamente fúnebre” por sua tendência “extrema da regra de exclusão”. Em *Cibercultura, sociossemiose e morte*, o morrer é visto no sentido de desaparecer. Equivaleria ao não existir, a “uma imposição de inexistência ou impotência operacional, sazonal ou permanente”.

Força de condução à periferia, segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital dromocrático cibercultural. Nesta perspectiva, o indivíduo, a instituição, a empresa ou mesmo o país que não dispõe (ou dispõe de maneira insatisfatória) do capital dromocrático cibercultural, está fadado a amargar a morte simbólica própria da cibercultura, vale dizer, sem trocadilho, a castração de direitos no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época. (TRIVINHO, 2003, p. 116).

Zygmunt Bauman, abordando a questão da velocidade como fator de dominação, sinaliza sobre as novas características deste jogo lembrando que na modernidade líquida o jogo da dominação não é mais jogado entre o maior e o menor, mas entre o mais rápido e o mais lento. “Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores. Quando a velocidade significa dominação, a ‘apropriação, utilização e povoamento’ do território se torna uma desvantagem – um risco e não um recurso”. (BAUMAN, 2000, p. 115).

Com sinalizações teóricas para compreender a história e os processos políticos e sociais a partir do prisma do vetor dromológico, Paul Virilio lembra a influência da velocidade ao longo da história, garantindo a sobrevivência e a vitória nos combates de então aos que desenvolvessem técnicas que permitissem mais rapidez. Questões de estratégia e logística usadas no campo bélico, velocidade e guerra estariam ligadas, desde os primórdios da civilização, em dois aspectos simultâneos: o mapeamento cognitivo e o domínio prático do espaço e de suas possibilidades. Antes se tratava de uma questão de ações de assalto ou de proteção, de avanço ou recuo, de abastecimento e de retaguarda no menor espaço de tempo possível. A questão dromológica estava ligada a vetores de movimentação geográfica de corpos, objetos e valores, materiais e simbólicos. Segundo Paul Virilio (1998) teria sido o dorso feminino, o primeiro vetor desta velocidade. Na sociedade primitiva nômade é o dorso feminino que carrega os pertences domésticos e demais apetrechos, liberando o homem para a

caça e para a guerra. Um sustentáculo logístico, portanto, fazendo com que a mulher tenha exercido papel fundamental no eventual adentramento e ocupação do território inimigo e para a posse de seus bens. Daí foram surgindo vetores cada vez mais eficazes, que foram vencendo e superando barreiras que impediam a movimentação humana, como o mar, por exemplo. As mais diversas invenções foram se sucedendo para vencer os obstáculos à movimentação humana. E vencido o mar, o homem se volta para outro obstáculo a ser superado: o ar. Novamente sucedem-se técnicas que resultam em equipamentos cada vez mais eficientes. Vencidos os obstáculos que se apresentavam, após a dominância trans-histórica da terra, do mar, e do ar e para além deles, surge um novo oceano agora invisível, inserido na cultura, de fluxos simbólicos e imaginários:

O permanente intento de vitória cinética sobre o território geográfico alcança, assim, paradoxalmente, na intermitente linha do tempo histórico, o seu ponto-limite, a sua condição insuperável, de não-retorno, com a proliferação comercial dos meios eletrônicos de comunicação, especificamente no que dizem respeito ao tempo real. A gestação dessa linhagem heterodoxa de vetores remonta, basicamente, ao telégrafo elétrico e a sua respectiva cadeia pontilhada de desenvolvimento se assenta no telefone, no rádio e na televisão ancorados no tempo livre enquanto a extremidade mais sofisticada de teletecnologias segue, até o presente momento, povoada pelo microcomputador (de base ou portátil) e pelas redes interativas (intranets, Internet, *Web*), próprias do tempo (...) Os vetores de produção de movimento convencional cedem espaço aos de transmissão e circulação de produtos simbólicos (informações e imagens), representativos ou não de referentes concretos. Sobre determinando o secular império dos veículos de transporte, sucede, nos termos de Virilio (1995, 2002, p. 39-74) o ‘último veículo’, fadado à mais alta velocidade praticável e à sua luz – luz da velocidade da luz. A relação antropológica com a dimensão dromológica da existência atinge, assim, o seu ponto ômega, na forma intransponível do ‘muro’ invisível da velocidade pura. (TRIVINHO, 2006, p. 5).

A teoria de Paul Virilio se volta à crítica, à organização sociotécnica dinâmica que, a cada época, define a vida humana. Dromocracia e guerra sempre estiveram relacionadas, segundo o pensamento de Paul Virilio. A busca pela velocidade, dos tempos primórdios até hoje, tem uma relação direta com a busca pelo domínio e pela posse. Também, desde então, sempre esteve marcada pela violência com que as ações se procedem. Violência concreta ou simbólica, de conquistas territoriais e de vantagens logísticas em relação ao inimigo “em nome de Deus, do Rei, do Estado, da Nação, da Razão, do Homem, da Utopia, do Proletariado e ou da Paz, e assim por diante” (TRIVINHO, 2006, p. 7). O uso dos vetores para atingir maior velocidade quer em solo, mar, ar ou das ondas eletromagnéticas se liga, fundamentalmente, na procura de eficiência para atingir necessidades de estratégia e de tática “não raro para otimizar o exercício da tirania (ostensiva ou velada)” (TRIVINHO, 2006).

Virilio relaciona os meios de comunicação como meio de transporte em várias de suas obras (1980, 1984a, 1984b, 1996a, 2002) fundamentando que ambos são ‘elementos estruturais de vetorização sociodromológica da existência humana’. Se o veículo de transporte é um meio específico de comunicação (entre dois pontos geográficos), o meio de comunicação propriamente dito é, de modo congruente, um veículo de transporte (de coisas espectrais, afetas ao plano simbólico da cultura). Nesta condição, em se tratando das novas tecnologias relacionadas aos meios de comunicação, houve uma superação em favor da lógica do tempo. Neste novo caminho a ser superado, já não importam mais as condições de partida e chegada, já que são imediatas. O destino é atingido sem movimento físico propriamente dito.

Guillaume (1989) considera que este novo modelo de civilização, desencadeado sob o vetor dromocrático, ‘é propriamente mediático’ (mais que meramente mediatizado), com muitas práticas sociais se processando exclusivamente nas redes de comunicações. A lógica da velocidade, que antes havia atingido apenas a esfera da produção e do trabalho com a fabricação em série, configurada pelo taylorismo e o fordismo, atinge, a partir da segunda guerra mundial, o universo do tempo livre e de lazer.

O que o *taylorismo* e o *fordismo* representaram dentro do espaço fabril, a comunicação eletrônica em tempo real – sobretudo se depreendida a partir das duas macroconfigurações social-históricas por elas conformadas, a sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1991), ancorada na massificação cultural, e a cibercultura (TRIVINHO, 1999; 2001), representa, a rigor, na vida geral, do ponto de vista do processo civilizatório e, em especial, da transmissão cultural, a exploração do filão eletromagnético, um vetor processual que encerra um princípio operacional de dromocratização generalizada da existência.

Mas ainda o processo modelar de produção e de transmissão cultural levada a cabo pelo conjunto dos media de massa (sobretudo quando capitaneados pela TV, em meados do século passado), com contrapartida da instantaneização da recepção aos respectivos produtos, acabou por assimilar, de maneira fatal, a lógica da esfera da produção e do trabalho à lógica da esfera do tempo livre e de lazer, com o conseqüente e progressivo apagamento das diferenças estruturais (incluindo a velocidade das práticas sociais) verificadas entre elas. No que essa mistura homogênea implica especialmente a celeridade de signos da estrutura conteudística dos produtos e da própria oferta mediática diária – ambas subordinadas ao imperativo da reciclagem indefinida -, o frenesi cultural da comunicação eletrônica significa, *mutatis mutandis*, inoculação do espírito da produtividade (industrial) no espaço cultura e perceptivo doméstico (TRIVINHO, 1999, p. 9).

O momento mais contundente desse processo na comunicação ocorre a partir da proliferação social de computadores pessoais e redes interativas com a informatização

progressiva de várias esferas da vida social e na ‘virtualização e ciberespacialização do mundo’.

Se a lógica da velocidade tutelou a vida humana desde o início, como teorizou Paul Virilio, é bom lembrar que nem sempre se configurou com legitimidade social-histórica e jamais atingiu a maioria. Para que essa grande maioria tenha acesso a alguns possíveis benefícios trazidos pelos processos dromocráticos, é necessário um grande período. Até porque a dromocracia só se dava em processos locais. A capacidade de atingir o ‘sistema’ global só se evidencia em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. E só beneficia estratos sociais privilegiados. A partir desta constatação, conclui-se que ‘uma nova lógica de desigualdade se estrutura à sombra da condição ‘dromocrática-cibercultural’ da existência.’. Esta nova lógica de desigualdade gira em torno do imperativo que Trivinho denominou de dromoaptidão propriamente cibercultural (TRIVINHO, 2003) como capital simbólico necessário para a ‘manifestação’ individual, grupal, empresarial e institucional no social em rede. Para ser veloz, ou pelo menos para se obter a velocidade, que faz com que os indivíduos, instituições e estados tenham condições de competitividade iguais ou semelhantes, são necessárias algumas competências como as de ordem econômicas e cognitivas, para acompanhar a lógica da reciclagem estrutural, implantada pelas grandes organizações do setor. Esta ordem é praticamente impossível de ser acompanhada pela grande maioria, seja de indivíduos, instituições ou Estados, já que a reciclagem é constante e feita, cada vez mais, num período mais curto de tempo. As grandes corporações do ramo criam exigências digitais cada vez mais sofisticadas, com impressionante intensidade, e que são submetidas ao mercado. Exigem-se *hardwares*, *softwares*, novos programas operacionais e modos de processamento de dados (*DOS*, *Windows*, *HTML*, *DHTML*, *Java*, *JavaScript*, *PHP*, *VRML* etc.) e demais fatores informáticos cada vez mais potentes, sempre cada um apresentando-se como melhor. Para dominá-los, primeiro é preciso ter a condição econômica para efetuar as novas mudanças e depois é necessário adquirir um novo saber, um novo poder cognitivo, que é de tal ordem que basta um curto período longe das novidades para que o indivíduo, instituição ou estado estejam fora do mercado, sem condições de igualdade com aqueles que estão no pleno domínio destas senhas infotécnicas de acesso. Formou-se algo como uma espécie de pirâmide social de domínio. No topo está a elite cibercultural dromoapta, que opera com a máxima capacidade e condições fornecidas pelas novas tecnologias de informação. No centro desta pirâmide, aqueles que têm acesso a estas novas tecnologias *en passant*, através do uso de um computador pessoal, freqüentadores de *lan house*, cibercafés, de quiosques públicos, geralmente alunos daqueles milhares de cursinhos, oferecidos gratuitamente ou por

mensalidades módicas, por escolas particulares, instituições religiosas ou públicas, órgãos governamentais, ongs, sindicatos, etc. Enfim, são aqueles que têm contato com as novas tecnologias, e pensam, muitas vezes, poder dominar alguns de seus aspectos; mas trata-se de um acesso limitado, muito distante da elite virtual. Aqui é bom lembrar que a lógica destes novos meios é completamente diferente da lógica dos ‘antigos’ meios de comunicação. Antes, para ter domínio das senhas infotécnicas de acesso, bastava um aproximar-se, adquirir os saberes para manusear aquele meio e, assim, assegurar seu domínio. Agora é necessário atualizar-se constantemente, cada vez mais. Não bastam, portanto, os citados cursinhos, os mais bem-intencionados programas que recebem os mais diversos nomes, como alfabetização digital, inclusão digital. Apesar da boa vontade de milhares de ongs e sindicatos, quem hoje consegue o acesso, basta um período distante das novas tecnologias para não ter mais condição de acompanhá-las.

Voltando à pirâmide da desigualdade, na sua base está a grande maioria: os desprovidos de qualquer recurso, seja de ordem econômica ou cognitiva, para acompanhar a velocidade das transformações. Esta lógica de desigualdade é a mesma que separa os Estados que dominam os novos mecanismos, estão na ponta dos saberes tecnológicos e, via de regra, ditam as ordens, em relação ao restante do mundo que se coloca nesta pirâmide da desigualdade de acordo com suas capacidades e limitações. Numa analogia com os conceitos de dromocracia de Virilio (1984b), a diferença da velocidade nesta pirâmide da desigualdade pode ser comparada com a velocidade daqueles que usam, para sua movimentação, helicóptero ou jato particular, automóvel e a grande maioria que ainda se serve apenas dos pés como vetor de deslocamento.

Esta capacidade de velocidade, na cibercultura, possibilita que quem for mais veloz tenha acesso a uma posição tecnicamente qualificada no mercado de trabalho, acesso a um rendimento anual médio satisfatório, acesso ao universo interativo da informação, acesso às novas formas de atividades de lazer virtual, acesso, enfim, às tendências majoritárias da era em curso.

Uma nova hierarquia foi estabelecida, perversa, que não garante estabilidade aos que atingem determinado ponto. Hoje incluído, amanhã, longe do meio, estará fadado a não calcar mais aquele patamar.

Na hierarquia cibercultural dos acessos, o usuário que, conectando-se a partir de base externa ao domo, sendo ela, ainda de propriedade alheia (e tanto mais defasada, se for o caso), se encontra inapelavelmente em posição inferior à daqueles que contemplam totalmente o *modus operandi* da cibercultura a partir do domo (...) Não

obstante, convém lembrar, com ênfase, que o acesso primário e derivado, uma vez conquistado, não se subordina a nenhuma cláusula de estabilidade ou garantia de preservação de direitos: dissipa-se com relativa brevidade, como o ar puro quando atacado por dióxido de carbono. O tempo de vida do domínio de um objeto intotecnológico completo e atualizado vê-se tão periodicamente comprometido quanto o acesso a determinados rincões do *cyberspace*, quando as corporações do ramo, consagradas pelo mercado, materializam, a cada ciclo de pouco mais de dois semestres, a lógica da reciclagem estrutural do parque informático instituído, ao liquidar a versão anterior (daquele objeto) (na numerológica de praxe: 4.0, 5.0, 5.1, 5.2 etc) por meio do lançamento de versão de maior potência (7.0, 8.0 etc), em termos de velocidade operacional, processamento e armazenamento de dados e facilitação ampliada da interatividade. (TRIVINHO, 2003, p. 111).

5.1 A dromoaptidão

A cada nova mudança, a cada aumento de potência, praticados pelo interesse de mercado das corporações do ramo e de forma ditatorial, que agem como que sempre à procura obsessiva de mais velocidade operacional, da maior possibilidade de dados, da mais-memória, enfim subordinam-se os usuários infotecnológicos à necessidade artificial, na maioria das vezes, à reciclagem compulsória, parcial ou total, para garantir condições de sobrevivência no *cyberspace*. A cada um destes ciclos criados elimina-se parcial ou totalmente a capacidade cognitiva de um grande número de usuários, assim como a capacidade econômica de outro tanto, de poder acompanhar as mudanças.

Estabelece-se, portanto, uma modalidade renovada de segregação social “tão implacável quanto invisível e doce em sua maneira de ser, seja no espaço interno de um país, seja no cenário das relações internacionais” (TRIVINHO, 2003, p. 112). Os que tiverem condições de poder dominar as senhas infotécnicas de acesso, e, posteriormente, acompanhar suas reciclagens estruturais constantes se distanciarão cada vez mais dos que não tiverem esta condição, criando aí uma “forma renovada e historicamente específica dos modos sociais de aprisionamento em situações de miséria”. Em escala internacional, repete-se o cenário da desigualdade social histórica do capitalismo, diferenciando os países do Norte e do Sul. Em escala individual, a privação do indivíduo às senhas infotécnicas de acesso leva, com o passar do tempo, a um círculo vicioso do subemprego ou desemprego. Milhões já estão à margem desta nova sociedade cibercultural, por estarem desqualificados já que não tiveram o domínio do capital dromocrático cibercultural.

A nova lógica da desigualdade gira em torno do imperativo da dromoaptidão propriamente cibercultural como capital simbólico necessário para a manifestação individual, grupal, empresarial e institucional no social em rede. A capacidade de

ser veloz abrange a competência econômica orientada *para posse privada plena* (isto é, a partir do domos) *das senhas infotécnicas de acesso à época* (objetivo infotecnológico e a rede digital à frente), a competência cognitiva e pragmática no trato da *sociossemiose plena da interatividade* (isto é, domínio das linguagens informáticas sempre em mutação), e a capacidade (econômica e cognitiva) de acompanhamento da *lógica da reciclagem estrutural* daquelas senhas... Na medida em que a distribuição social das senhas infotécnicas, da dromoaptidão conforme e, portanto dos acessos, realizada via mercado, é aleatoriamente desigual – e se, por um par de anos, fosse equitativa, não resistiria à lógica da reciclagem estrutural – arranjam-se, como princípio seja de causação, seja de reverberação encadeada, as condições propícias da produção de uma *estratificação sociodromocrática flexível* em cujo topo figura a nova casta dos privilegiados, a *elite cibercultural dromoapta*. (TRIVINHO, 2003, p. 13).

Marilena Chauí também considera como um “fantástico projeto de intimidação das massas” a elite se apresentar como detentores do saber. Assim como Trivinho ela vê neste apossar dos conhecimentos um elemento de exclusão. A ‘dromoaptidão’ denunciada por Trivinho produz um quadro de exclusão ainda mais acentuado a partir da Cibercultura. Chauí já considerava a publicação de revistas de divulgação cultural, a televisão ‘educativa’, os livros de ‘ciências’ ao alcance de todos, como elementos que reforçam a idéia de competência e intimidam ‘violentamente’ ‘as massas de incompetentes:

pois ser não-competente é mais do que ser ‘menor’ – é ser a-social, detrito, incapaz. É ser lançado fora do circuito da socialização, ficando à beira da “Natureza” (o “louco”, o “infantil”). A competência acrescenta, pois, à regra de interdição que pesa sobre o saber, a regra da exclusão. A estas duas regras, uma terceira vem acrescentar-se: o monopólio da informação e, conseqüentemente, do saber e de sua manipulação. Esta terceira regra parece-me ser a mais grave não porque nela se concentre a impossibilidade democrática (da economia à política), mas porque nela se anuncia a possibilidade de uma caricatura democrática no plano da cultura: a chamada “cultura popular”. Não me refiro aqui aos aspectos mais óbvios da manipulação da cultura popular pela classe dominante (desde as feiras de artesanato até os festivais de música e danças folclóricas) para exhibir, simultaneamente a criatividade ‘das ordens inferiores’ e fazer delas o repositório das ‘tradições nacionais’. Refiro-me à manipulação demagógica da cultura como coisa pública e fazer coletivo, como algo a que todos têm acesso e como promessa ilusória de uma sociedade transparente na qual todos se comunicam com todos.’ (CHAUÍ, 1989, p. 148).

Boaventura de Souza Santos, falando sobre o colonialismo do norte, afirma que neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação. (SANTOS, 2006, p. 37). O autor aponta que a desigualdade e a exclusão têm na modernidade ocidental significados diferente. Como pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios emancipatórios da vida social, a igualdade e a exclusão são justificadas como exceções ou incidentes. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra. Só que na prática, nas

sociedades sujeitas ao capitalismo europeu, vigoram a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação “e cuja validade não implicou qualquer relação dialética com a emancipação” (SANTOS, 2006, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. A diferença entre desigualdade e exclusão consiste no fato de na desigualdade a pertença é caracterizada pela subordinação. O sujeito não está fora da sociedade. “Quem está baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio de segregação. Quem está em baixo, está fora” (Ibid., p. 280).

Também aqui, no aspecto individual, não podemos responsabilizar a cibercultura por esta segregação. A exemplo das diferenças entre os países do Norte e Sul, elas já existiam anteriormente. A sobrevivência não é agora mais difícil do que foi antes. Cada época tem sua característica e inventa e impõe novas formas de dificuldades para o viver. Repetem-se, portanto. Só que, agora, numa velocidade infinitamente mais acelerada. Ao ritmo dos *bits*.

5.2 A exclusão pela velocidade

Milhões de seres humanos estão à margem da nova sociedade cibercultural por estarem desqualificados já que não tiveram o domínio do capital dromocrático cibercultural e estão cada vez mais longe dessa possibilidade pelas contingências dromocráticas do processo, como explicado por Trivinho (2007) e visto no item anterior.

Em escala internacional, repete-se o cenário da desigualdade social histórica do capitalismo, diferenciando os países do Norte e do Sul. As desigualdades já existiam anteriormente. Agora, no entanto, estas diferenças estão se ampliando e numa velocidade infinitamente mais acelerada.

As reciclagens estruturais constantes, permanentes e velozes, que excluem do acesso os que, por motivos diversos, porém, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo, é um dos entraves para maior democratização da informação na sociedade. A despeito da contribuição que a Internet poderia dar para uma maior democratização da informação, a ordem econômica e social que se configura no capitalismo informacional não possibilita previsões otimistas. A própria disseminação dos computadores é algo que levará ainda muito tempo para alcançar o grau de massificação da TV, por exemplo. Só quando atingisse este patamar poderia pensar numa contribuição mais efetiva para o aprimoramento da democracia. Porém, nem quando isso ocorrer, e se ocorrer podemos confiar

na concretização desta finalidade. Isso em função de que parece estar se repetindo agora com a Internet o que já ocorreu anteriormente com o rádio e a televisão. Quando estes veículos surgiram, também havia a expectativa de que seriam de grande potencial para o fortalecimento da educação e cidadania, servindo, conseqüentemente, como veículos que proporcionariam significativo aprimoramento democrático. No entanto, a estrutura centralizada e o uso comercial levaram, tanto o rádio como a televisão, pela via do entretenimento, voltados ao consumo, em vez da educação formativa, frustrando, principalmente, os que acreditam ser o papel fundamental dos meios de comunicação de massa o de instrumento de regulação do poder público pela sociedade civil, se constituindo em tribuna democrática na qual o debate público entre estado e sociedade civil poderia se realizar. Assim como os interesses de mercado se sobrepõem aos interesses do exercício da cidadania no rádio e na televisão, o mesmo vem ocorrendo na comunicação *on line*, dificultando ou impossibilitando seu uso como vetor do aprimoramento democrático.

Com relação à comunicação pública *on line*, poucos estão em condições de usufruir os seus benefícios. E são justamente estes os que não necessitariam destes possíveis benefícios, por serem dotados de outras condições de informação e formação. Estabelece-se, portanto, uma nova modalidade renovada de segregação social.

Por enquanto prevalece uma distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais.

A dominação permanece oculta sob o império da Organização e torna-se fácil encarar os dominantes como elite, isto é, como simples detentores do saber e não mais como proprietários dos meios de produção e do aparelho do Estado. A idéia de Organização serve para criar a crença na existência de estruturas (infra ou supra, não importa) que existem em si e que funcionam por si, sob o comando de imperativos puramente racionais, independente do homem Um fantástico projeto de intimidação sustenta esse discurso do conhecimento que constrange a maioria a submeter-se às representações dos especialistas, ou melhor, a interiorizá-la sob pena de não ser ninguém, de perceber-se a si mesmo a social, desviante ou lixo. Nesse contexto, compreende-se que a industrial cultural, a cultura de massa, os meios de comunicação e o desvario da informação não são as formas limites de um mundo alucinado e destrutivo, mas a realização cabal da cultura dominante, pois como dissera Benjamim, a barbárie também afeta o processo de sua transmissão (CHAUI, 1989, p. 51).

Esta realidade provoca uma nova desigualdade de oportunidades políticas, que, antes de resolver as desigualdades anteriores, agrava a estratificação social. As oportunidades que surgem através da comunicação *on line* não estão ao alcance de uma considerável parcela da população e por isso aumenta a distância que separa os ricos e os pobres em informação e

consequente oportunidade de participação no processo democrático, acrescentando aos mais abastados um rol de vantagens sobre os demais. É certo que, principalmente em países industrializados, as oportunidades de acesso à Internet vêm aumentando em velocidade considerável. Nos países mais pobres a tendência de aumento de acesso é menor. Porém, tanto num como em outro, esta evolução se estabilizará nos limites das classes sociais, isto é, conduzirá no máximo a que os integrantes das classes altas e médias tenham um acesso homogêneo ao mundo digital.

Também é certo que os membros das classes baixas que, com muito esforço, sacrifício e sorte, vierem a possuir capital cognitivo semelhante àquele das classes superiores terão suas oportunidades, principalmente se integrados através dos serviços públicos. São avanços consideráveis, mas que em nada atenuarão o padrão de injustiça social vigente.

Boaventura de Souza Santos tem como certo que “as autoestradas da informação não vão servir por igual a todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global”. (SANTOS, 2006, p. 307). As estratificações já estariam acontecendo, a exemplo do ocorrido em outras áreas das telecomunicações, produzindo desigualdade e exclusão num espaço que se desenhava anárquico e democrático.

Também aqui, e tal como sucedeu com a sociedade civil nacional, começa a desenhar-se uma distinção entre sociedade civil íntima, que será abundantemente servida pelas auto-estradas da informação, e uma sociedade civil incivil, que ficará fora delas. Esta sociedade civil incivil será constituída por uma subclasse tecnológica excluída do acesso e de tudo o que ele torna possível. Socialmente essa subclasse é constituída por muitos dos grupos sociais que hoje ocupam posições subordinadas no sistema de desigualdade, quer a nível nacional quer a nível transnacional (o eixo Norte-Sul). A emergência do ciberespaço fará com que, para algumas das dimensões da sua reprodução social, esses grupos sociais subordinados transportam do sistema de desigualdade para o sistema de exclusão. (SANTOS, 2006, p. 307).

Mesmo que em longo prazo as novas tecnologias possam e certamente vão atingir e beneficiar cada vez mais um número maior de indivíduos, é bom lembrar a lógica da velocidade teorizada por Paul Virilio. É necessário um longo período para que a maioria tenha acesso a alguns benefícios trazidos pelos processos democráticos e só em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. Até que isso ocorra, e se ocorrer, está estabelecida a nova hierarquia: perversa e sufocante, que não garante estabilidade nem aos que superarem as barreiras iniciais e atingirem um ponto privilegiado. Esta nova condição vai provocar desconforto, preocupações e afetar a vida de todos, direta e indiretamente.

5.3 A nova condição social e política

Como vimos, mesmo que em longo prazo as novas tecnologias possam e certamente vão atingir e beneficiar cada vez mais um número maior de indivíduos, até que isso ocorra, e se ocorrer, está estabelecida uma nova condição de viver: perversa e sufocante. Poucos são aqueles que estão em condições de sentirem-se seguros. Até mesmo aquele que hoje está incluído, amanhã, sem condições de acompanhar as condições democráticas do processo, estará fadado a não calcar mais aquele patamar. Sem possibilidade de retorno. Seriam os ‘redundantes’, como qualificou Zygmunt Bauman no livro *Vidas Desperdiçadas*. Ser redundante é diferente de ser desempregado. Redundante significa ser desnecessário. “Os outros não precisam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão autoevidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência”. (BAUMAN, 2004).

Desempregado costumava indicar uma situação temporária, que poderia ser revertida a qualquer instante. O prefixo ‘des’ sinalizava um afastamento da norma, diferente de ser ‘redundante’. Enquanto o primeiro nos leva à noção de uma situação não normal, modificável, o ser redundante sugere permanência, sugere uma nova forma de normalidade geral. As coisas que são imanentes tendem a permanecer como são:

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘restos’, ‘lixo’ – com refugo. O destino dos desempregados, do ‘exército de reserva de mão-de-obra’, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, 2004, p. 20).

Não ter o domínio das senhas infotécnicas de acesso à vida cotidiana na cibercultura é estar condenado a uma forma de aprisionamento de situação de miséria. E tê-la não é condição definitiva já que a reciclagem imposta exige que estas senhas devam ser, mais que aprendidas, dominadas, possuídas por todos os seres, empresas, entidades e governos, sob pena de exclusão sumária. “É esse mosaico de fatores que a época tem impingido a tudo e a todos como bem total e necessário à garantia mínima de sobrevivência individual, corporativa e institucional” (TRIVINHO, 2003, p. 105).

A condição de ser ‘redundante’ apontada por Bauman leva à idéia do ‘espectro de morte’, da ‘atmosfera simbolicamente fúnebre’ citada por Trivinho, como consequência para

os que não conseguem acompanhar o ritmo acelerado dos ciclos de reciclagens impostos pelas grandes corporações e pelos que detêm o domínio do sistema.

Se morrer é, por sua vez, em muitos sentidos, desaparecer, segregação, como qualificativo de coação difusa das circunstâncias ou de ato arbitrário de poder, configura imposição de inexistência ou, em hipótese mais promissora, de impotência operacional (sazonal ou permanente). Força de conclusão à periferia, segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital dromocrático cibercultural. Nessa perspectiva, o indivíduo, a instituição, a empresa ou mesmo o país que não dispõe (ou dispõe de maneira insatisfatória) do capital dromocrático cibercultural está fadado a amargar a morte simbólica própria da cibercultura, vale dizer, sem trocadilho, a castração de direitos no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época (TRIVINHO, 2003, p. 116).

O mesmo autor vai usar o termo ‘terror’ para explicar a condição social criada à sobrevivência humana em consequência do processo dromocrático e da impossibilidade de acompanhar a ‘complexização tecnológica da segregação’, em função da dromoaptidão da grande maioria e da eminência de se tornar dromoinabil mesmo aqueles privilegiados que, em algum momento, tenham atingido esta patamar. O risco de não poder acompanhar a velocidade exigida é eminente e, de fato, aterrorizadora. Marilena Chauí vai usar o termo ‘pavor’ para explicar esta situação, que ela chama de ‘autoritarismo invisível’, “que faz do povo uma massa atemorizada pelo pavor do a-social e do detrito, isto é, de ser excluído do mundo humano por falta de competência” (CHAUI, 1989. p. 51). Não saber é não estar integrado, não fazer parte do mundo, não ter direito a compartilhar é estar na sociedade, mas ser um a-social, estar, ao mesmo tempo, fora dela.

Imagem semelhante foi criada por Giorgio Agamben, em *Estado de Exceção*, o *homo sacer*: categoria do antigo direito romano de gente que poderia ser morta mas não sacrificável, sem direito ao ritual da morte. Não pode ser considerado excluído, já que existe no contexto social. Está presente. Incluído para, posteriormente, ser excluído. A vida de um *homo sacer* é desprovida de valor, seja na perspectiva humana ou divina. Matar um *homo sacer* não é um delito passível de punição, mas sua vida não pode ser tirada num sacrifício religioso. “Privada da significação humana e divina que só a lei pode conferir a vida do *homo sacer* é inútil”. (AGAMBEN, 2003, p. 44).

Ainda hoje, nas sociedades contemporâneas perambulam figuras assemelhadas ao *homo sacer*. São aceitos, estão incluídos, na condição de permanecerem alheios ao processo sistêmico e possam ser execrados pelos que mais podem. Semelhantes aqueles que Zigmunt

Bauman denominou de redundantes, lixo, dispensáveis, condenados a permanecer nesta condição de miséria, a ocupar um segundo plano na ordem estabelecida das coisas.

Lixo, também é o termo usado por Marilena Chauí, na tentativa de expressar como se sentem os “a-sociais”, desprovidos das oportunidades econômicas ou cognitivas. Com um agravante, ressalta a autora, agora o autoritarismo é invisível. Um inimigo que se deve combater, mas que se camufla dentro da nova ordem social, que não tem um corpo definido, está aqui e lá, muito mais difícil, portanto de ser combatido.

Num primeiro nível, é possível dizer que os oprimidos lutam contra a opressão imediatamente visível, mas não chegam a ter consciência das raízes ou gênese dessa opressão que se localiza em um ponto que permanece invisível para elas. Todavia, num segundo nível, é possível perceber que não confundem o opressor de classe, portanto o inimigo, como o ponto onde o imaginário localiza a justiça, isto é, no poder político enquanto coisa pública. Sem dúvidas é plausível dizer que a invisibilidade do inimigo mais distante (e tão ou mais real do que o inimigo próximo e visível) permite a ambigüidade dos dominados que lutam contra o opressor imediato, mas querem uma existência tal qual a ideologia dominante promete para todos, ambigüidade que os faria negar e afirmar o sistema ao mesmo tempo. Porém, é preciso não perder de vista a outro registro e significado da luta, pois não se trata de uma luta qualquer, mas de uma luta contra a opressão. (CHAUÍ, 1989, p, 54).

Esta nova ordem acaba provocando insegurança, pois é grande a volatilidade da posição social: hoje incluído amanhã redundante. Essa volatilidade, associada a outros fatores, como a redução de perspectivas, o viver ao deus dará, sem uma chance de assentamento duradouro, ou pelo menos de longo prazo, a imprecisão das regras que se deve aprender e dominar para ir em frente, vem resultando em assombro, gerando ansiedade, abalando a autoconfiança e a autoestima de toda uma geração, pega no contra-pé destas mudanças. Bauman, assim como Virilio e Trivinho, relacionam a nova ordem social com a questão da dromocracia, a sufocante velocidade destes tempos.

O mundo, ao que parece, deu outro giro, e um número ainda maior de seus habitantes, incapazes de agüentar a velocidade caiu do veículo em aceleração – enquanto um contingente maior dos que ainda não embarcaram não conseguiu nem mesmo correr, segurar no veículo e pular para dentro. (BAUMAN, 2004, p. 23).

É impossível saber o número dos que não conseguiram se segurar no veículo e pular para dentro. Algumas pesquisas servem para sinalizar o tamanho do problema. O jornal *Folha de S.Paulo*, na edição de 26 de julho de 2007, publicou reportagem com a seguinte manchete: “País só ganha da Colômbia em uso da internet na AL”. A notícia informa que só 11% dos

brasileiros acessam *web*, contra 45% no Chile e 24% na Argentina. Os dados são da empresa norte-americana *ComScore*, uma das mais conhecidas do setor de pesquisas do mundo digital. Foi a primeira vez que se fez um levantamento sobre o uso da internet na América Latina. A pesquisa apontou que no mês de junho de 2007, 15,8 milhões de brasileiros visitaram pelo menos uma página da Internet. Um número expressivo, bem acima do México, com 10,7 milhões. Só que o número representa apenas 11% da população, com pelo menos 15 anos de idade, como anunciava a manchete. Segundo pesquisa do *Ibope/Net Ratings*, o Brasil tinha em junho deste mesmo ano 18 milhões de usuários ativos da Internet (acessaram a *web* nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa) que usaram a rede de computadores durante pouco mais de 22 horas em média. Os dados, no entanto, não podem ser comparados aos do levantamento da *ComScore*, já que levam em conta população que tem mais de dois anos de idade, diferente da norte-americana que só analisa a partir dos 15 anos.

Trivinho, para quem a ‘dromocracia cibercultural, como não poderia deixar de ser, é, em essência, terror’, assim como Marilene Chauí também vai falar da invisibilidade deste processo de exclusão:

A condição dromocrática da cibercultura exige que a violência *high tech* seja introjetada e ‘atuada’: a dromoaptidão em relação às senhas infotécnicas de acesso (ao mercado de trabalho, ao *cyberspace*, ao lazer digital, à alteridade virtual etc.) deve ser converter em *habitus* (cf Bourdieu, 1982; 1983; 2002), modo de ser, de estar e de agir diuturnamente reconfirmado até a simbiose imaginária e acoplamento corporal como vetor implicado consolidarem o automatismo subjetivo e prático requerido. O ideal cínico da cibercultura é *homo velox* com a consciência feliz e despreocupada do *homo ludens*. Dessa maneira, a violência da técnica avançada adquire, de tão invisível, o ar que lhe talha a sofisticação e a imunidade que também a redime de todo questionamento... A invisibilidade do *modus operandi* dromocrático cibercultural – invisibilidade, fenomenologicamente paradoxal, como transparência marcadamente imperceptível. (TRIVINHO, 2007, p. 75).

A ‘reciclagem estrutural’, própria do ‘capitalismo ciberdromocrático global’, que exige de cada um, estados ou indivíduos, o constante reciclar cognitivo, econômico e impinge um grande esforço para se manter ‘dentro do veículo’ cada vez mais veloz e cada vez mais inacessível para aquele contingente que ainda não embarcou, ou não consegue se manter dentro tem provocado um sentimento peculiar. “Sentimento de confusão, desorientação e perplexidade” (BAUMAN, 2004, p. 24). “A condição moderna é estar em movimento. A opção é modernizar-se ou perecer”. (BAUMAN, 2004, p. 34). Assim o autor explica o “mal-estar que assalta a nova geração nascida no admirável e líquido mundo moderno”, e que tem elevado o número de jovens que sofrem de depressão.

Os estudos de Bauman partem da constatação dos dados colhidos através do relatório da *Fundação Joseph Rowntree*. O relatório conclui que o número de jovens que sofrem de depressão dobrou em 12 anos. Em 1981, a Fundação fez um levantamento com pessoas nascidas em 1958, que preencheram um questionário sobre sua saúde mental. Constatou-se que 7% apresentaram tendência à depressão, ou angústia emocional. O mesmo relatório foi preenchido em 1996, por um grupo nascido em 1970, este número chegou ao percentual de 14%. O grupo mais jovem cresceu com a perspectiva do desemprego e, segundo análise da Fundação, o fenômeno se dá pelo fato de grande parte destes jovens se veem excluídos da possibilidade de elevar seus níveis de educação e prosperidade. Esta pesquisa e outras semelhantes apontaram o mesmo resultado e a conclusão de que a geração mais jovem experimenta sofrimentos que eram desconhecidos das gerações anteriores:

Não necessariamente mais sofrimentos, nem sofrimentos mais agudos, dolorosos e mortificantes, mas sofrimentos bem diferentes, de um novo tipo – mal-estares e aflições, poderíamos dizer, ‘especificamente líquido-modernos’. E há novas razões (algumas substitutas, outras acrescentadas às tradicionais) para que alguém se sinta irritado, perturbado, aflito. (...) Um dos diagnósticos mais comuns é o desemprego, e em particular as baixas expectativas de trabalho para os recém-saídos da escola que ingressam sem experiência num mercado preocupado em aumentar os lucros cortando os custos com mão-de-obra e se desfazendo dos ativos, em vez de criar novos empregos e construir novos ativos. (BAUMAN, 2004, p. 18).

Bauman (2000) já havia apontado as características desta nova ordem social em *Modernidade Líquida*. Uma ordem social nova e contraditória: quando tudo o que antes parecia sólido agora parece se dissolver, se liquidificar. Uma ordem social contraditória, pois no mesmo instante que aponta o fim das utopias e dos megarelatos, eles estão aí, presentes e ainda influentes. Ou alguém pode afirmar com convicção que o sonho socialista acabou? Ou ainda que as religiões, como o cristianismo, não exercem significativa influência na sociedade pós-moderna? Tudo o que antes parecia tão sólido, agora se desfaz e em grande velocidade. Poucos estão seguros de que consigam a garantia de uma vida próspera, do estar integrado, não ser um ‘redundante’, mesmo após atingir uma condição social privilegiada. Se antes o diploma de um curso universitário era a garantia da sobrevivência no mundo moderno, hoje a realidade é outra. As gerações, anteriores aos nascidos em 1970, viveram com a expectativa de que um diploma universitário era a certeza de uma vida próspera. Após alguns anos cursando uma faculdade, o profissional, de posse de seu diploma, se estabelecia e iria viver, e em boas condições, à custa dos conhecimentos adquiridos naquele período. Para os que não se interessavam em prosseguir nos estudos, havia a máxima de que bastava esforço e disciplina

para atingir um bom padrão de vida. A receita apresentava-se infalível e, a não ser algum acidente de percurso, garantia um bom padrão de vida: um diploma embaixo dos braços, esforço, disciplina e dedicação bastavam. Agora, porém, para a geração nascida a partir dos anos 70, usada como referencial estas certezas também estão se liquidificando. Os ingredientes são mais complexos e desconhecidos da grande maioria. Não basta só o diploma: ele é insuficiente para garantir uma vida próspera, ou a permanência dentro do veículo em velocidade. É preciso estar se reciclando constantemente; se especializando e procurando atualizar-se, a qualquer custo e sempre. Também não bastam esforços e disciplinas, que, por si só, não garantem o embarque no veículo e sua permanência posterior. É preciso muito mais, como aponta Daniele Linhart, (Abud Bauman), coautora de *Perte d'emploi perte de soi*,

“esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas: também se vêem despidos da sua dignidade como trabalhadores, da auto-estima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio.” Assim, por que os empregados subitamente desqualificados deveriam respeitar as regras do jogo político democrático, se as normas do mundo do trabalho são solenemente ignoradas? (BAUMAN, 2004, p. 22).

Os desempregados das gerações anteriores, as que viveram na sociedade de produtores, reconhece Bauman, quando afastados da linha de produção, podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável. Havia a expectativa de serem reaproveitados. Agora não. Na sociedade de consumidores, esta certeza já não existe. Eis a diferença entre desempregados e redundantes. Estes “só podem estar certos de uma coisa: excluídos do único jogo disponível, não são mais jogadores – e, portanto não são mais necessários”. (BAUMAN, 2004, p. 22). A maioria dos jovens não sabe especificar ou enumerar estes fatores. Mas tem a percepção. Sente no ar a insegurança deste admirável mundo pós-moderno. O controle do futuro já não está mais em suas mãos, como outrora tinham a ilusão de tê-lo. Perdeu-se o domínio da situação e nem sabemos para quem. Atropelados que foram pelo ‘veículo em velocidade’ e sem a oportunidade sequer de anotar a placa. Daí a irritação, a perturbação, a aflição da geração dos anos 70.

5.4 A Exclusão dos Estados Periféricos

A figura do *homo sacer* também pode ser identificada analogicamente, nas relações dos Estados Unidos e países do Norte com países da América do Sul e outros considerados

periféricos por eles. São estados desprovidos de valor. Igual ao *homo sacer*, aceitos, incluídos, na condição de permanecerem alheios ao processo sistêmico e possam ser usados pelos que mais podem.

A relação do Império com os estados periféricos é fraternal desde que sejam aceitas a liderança e imposições que interessam a ele. Parceiros naquilo que for de interesse do Império e ameaça, quando discordarem de seus interesses. E os que colaboram e aceitam a condição de coadjuvantes dos processos internacionais têm como reciprocidade o apoio para conquistar e explorar o poder local, a garantia de estabilidade para permanecer nesta condição, enquanto úteis. Os que não concordam dificilmente chegam a um patamar que possa significar alguma influência e, se isso ocorrer e representar ameaça aos interesses do Império, correm o risco de serem bombardeados por campanhas ostensivas, visando a extirpá-los do poder. Para estas campanhas são acionados todos os colaboradores do Império, espalhados pelas grandes corporações de comunicação e pelos grupos que representam no espaço midiático, presente em todas as partes do mundo.

O horizonte de decisões empresariais e as estratégias de cobertura jornalística têm de levar em conta os interesses corporativos em escala transnacional, particularmente os interesses da mídia americana. Com muita lucidez, Jeremy Tunstall, professor na *City University* de Londres, observa que a mídia, em qualquer país, é americana, 'da mesma forma que o espaguete é italiano e o críquete é britânico'. (ARBEX, 2002, p. 99).

As corporações que, com raras exceções, monopolizam o discurso social, tantos e tão eficientes que, em pouco tempo, conseguem destruir qualquer reputação, acabar com prestígio público de governantes que não atendem aos interesses da Matriz, através de campanhas bem articuladas, um discurso repetido inúmeras vezes e por diversos meios, sempre ridicularizando aquele que contesta ou discorda, apresentando-o, na melhor das hipóteses, como atrasado, fora do seu tempo, tirânico ou despótico, exemplo a ser combatido, um inconveniente no caminho do desenvolvimento e do progresso por todos almejados. Não faltam os que repetem o discurso da Matriz, sem se dar conta de que é orquestrado, produzido cuidadosamente e induzido com eficiência. Aos que colaboram 'a paz romana'; aos que contestam a 'crucificação'.

A exemplo do que sempre ocorreu com os tradicionais meios de comunicação, as novas tecnologias estão sendo usadas também como arma de sedução. Instrumento de propagação da ideologia do Império e provoca novas reflexões sobre o atual estado comunicacional, assim como muitas outras indagações. Arbex afirma 'que para as

megacorporações da mídia, a defesa da ordem econômica globalizada ultrapassa a questão ideológica.’ Tornou-se uma medida de sobrevivência, já que apenas um sistema internacional que permitiu a desregulamentação e a privatização dos veículos de comunicação na maior parte dos países pode garantir a própria existência das grandes corporações transnacionais. A impressão que se tem é que não há ‘nada de novo no front’. Esta impressão se acentua quando deparamos com as explicações oficiais do governo norte-americano para justificar a intervenção militar no Iraque, justificar o ataque maciço de mísseis em áreas urbanas, o atropelamento das orientações do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a ONU, o cerco de Bagdá e as baixas entre civis e militares, como exemplos de ações. A retórica para aliciar a opinião pública é a mesma. Termos como ‘missão civilizadora’ ou ‘liberdade’ são usados como licença poética para interferir na autodeterminação dos governos e dos povos. As armas de sedução e convencimento usadas no passado para a política de boa vizinhança são agora usadas para justificar a invasão.

Apesar do palavreiro bem-intencionado, a idéia de povo nada mais é hoje que o esteio vazio de uma identidade de Estado, e como tal é reconhecida. Para os que talvez ainda possam nutrir alguma dúvida sobre o assunto, seria instrutivo dar uma olhada no que está acontecendo à nossa volta sob esse ponto de vista: por um lado, as potências mundiais pegam em armas para defender um Estado sem povo (Kuwait); e, por outro, um povo sem estado (curdos, armênios, palestinos, bascos, judeus da diáspora) pode ser oprimido e exterminado com impunidade, de modo a deixar claro que o destino de um povo só pode ser uma identidade de Estado, e que o conceito de povo só faz sentido se recodificado dentro do conceito de cidadania. (AGAMBEN, apud BAUMAN, 2004, p. 44).

Outra indagação: por que os Estados Unidos mudariam sua diplomacia cultural tão eficientemente levada a efeito? O sucesso dos esforços anteriores leva à conclusão de que a lógica do domínio, da utilização do poder de sedução dos ‘meios e das mensagens’, ganham nova roupagem nestes novos tempos, porém continuam, na essência, iguais. Se o poder de sedução do cinema foi usado para implantação de um projeto político, por que não haveria de ser, agora, o poder de sedução das novas tecnologias, notoriamente da Internet, da comunicação *on line*? Arbex cita a tese do professor Jermy Tunstall para provar que, o que está ocorrendo é o inverso. O poder do Império avança através da comunicação. E ele cita alguns dados impressionantes: “Entre 1984 e 1988, o volume de filmes, programas televisivos e videoteipes exportados dos Estados Unidos para a Europa cresceu 22%, com receita média anual de US\$ 561 milhões. Das 130 mil horas de programas vinculados na Europa, somente 25 mil eram de produções européias. Mais da metade da programação provinha dos Estados Unidos. De 1987 a 1991, Hollywood dobrou a venda de filmes e seriados de TV para o

exterior, evoluindo o faturamento de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 2,2 bilhões. No mesmo período as gravadoras norte-americanas duplicaram as suas exportações, num total de US\$ 419 milhões em 1991. Em 1991, os EUA respondiam por 77% da programação das TVs latino-americanas, exportando 150 mil horas de filmes, seriados, desenhos animados, esportes e variedades”. De lá para cá, os números só aumentaram. Se isso ocorre com outras mídias, por quais motivos seria diferente com a Internet? O que levaria os governantes do norte a renunciar o seu poder de influência sobre os povos do sul, espontaneamente, tendo total controle do sistema? O caráter político do domínio do Estado norte-americano sobre a rede mundial já foi anteriormente apontado. “A lógica de decisões da rede busca beneficiar os interesses norte-americanos (do Estado, de suas empresas, de sua cultura)” (SILVEIRA, 2000, p. 127).

Lembramos novamente, na tentativa de exemplificar como ocorre este controle, que todos os endereços eletrônicos mundiais, (*IP – Internet Protocol*) estão alojados em treze servidores, dez nos Estados Unidos, dois na Europa e um no Japão. Basta desligar estes servidores para desaparecer a Internet. Também é oportuno lembrar que o cadastro mundial assim como todos os domínios de Internet atribuídos no mundo inteiro são gerados por uma única empresa norte-americana, a *ICANN – Internet Corporation For Assigned Names and Numbers*. Não restam dúvidas, portanto, desta supremacia dos povos do norte. É até lógico que este domínio aconteça, quando lembramos que a Internet nasceu dentro dos Estados Unidos e foi se espalhando pelo mundo ainda num contexto da Guerra Fria. Ligar-se à rede está condicionado a ligar-se aos padrões e protocolos dos Estados Unidos. Desta forma, portanto, a nova cultura, a Cibercultura, nasce sob este domínio, como extensão de sua cultura. Assim, a principal exportação cultural dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, não foi o cinema nem a televisão, mas a *American On line (Aol)*. Países e empresas se integraram à rede da Internet, e, para que esta integração fosse possível, tiveram de, entre outras exigências, falar inglês. É certo que o cinema e a televisão desde muito foram dominados pelos Estados Unidos, mas agora, com a Internet, não existem mais barreiras, como as fronteiras, as quotas de exibição, os mercados protecionistas e as defesas linguísticas. A internet é uma via mais rápida e com capacidade de envolver um contingente muito maior, criando novos valores culturais. O primeiro efeito desta nova cultura é sobre a linguagem, “requisito civilizatório compulsório de garantia de inclusão, de pertinência e de contextualização” (TRIVINHO, 2003, p. 102). Inclui-se nesta linguagem o jargão técnico da informática, tais como os programas operacionais e modos de processamento de dados – *DOS, Windows, HTML, DHTML, Java, JavaScript, PHP*, etc. Os indicadores de natureza de

arquivo (*doc, rtf, ans, wbk, tmp, mcw, htm, mht, eml, pdf, cdr, jpeg, etc*), os comandos de teclados ou de voz, os protocolos de transferências (*FTP, gopher, telnet, http, etc*), as várias modalidades de link, a sequência significante dos endereços eletrônicos (*URLs e e-mails*), e assim por diante.

São essas senhas que a era contemporânea diz, por discursos pantópicos, sobretudo publicitários, que precisam ser, mais que aprendidas, dominadas, possuídas por todos os seres, empresas, entidades e governos, sob pena de exclusão sumária. É esse mosaico de fatores que a época tem impingido a tudo e a todos como bem total e necessário à garantia mínima de sobrevivência individual, corporativa e institucional (TRIVINHO, 2003, p. 105).

O fim da diversidade linguística poderia ser o pior efeito cultural da Cibercultura, uma vez que a cultura dos meios começa e termina no mito da língua. O fato é que está surgindo na rede uma nova língua, que se fortalece a cada dia, cuja base é o inglês. Um processo inverso da metáfora da Torre de Babel, relato bíblico que consta no livro do Gênesis (11,9) e que fala do esforço dos habitantes do vale de Senaar, na Babilônia, em construir uma torre para chegar até o céu. A obra não foi concluída, pois como castigo Deus confundiu-lhes a língua e os obrigou a se dispersarem.

5.5 Alternativas democráticas

Marshall MacLuhan, em *Os meios de comunicação como Extensões do Homem*, diz que qualquer nova tecnologia, principalmente a de comunicação, inevitavelmente cria seu respectivo meio ambiente humano e social. “Ambientes tecnológicos não são recipientes puramente passivos de pessoas, mas processos ativos que remodelam não só pessoas, mas também outras tecnologias”. (SANTAELLA, 1993, p. 135). A tecnologia: esse fazer ou executar algo, atuar, trabalhar de forma relacional, permite aos homens o aprendizado e o aperfeiçoamento dos instrumentos. As técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados. Sua presença e uso em lugar e época cristalizam relações de forças sempre diferentes entre seres humanos,

As máquinas a vapor escravizaram os operários das indústrias têxteis do século XIX, enquanto os computadores pessoais aumentaram a capacidade de agir e de comunicar dos indivíduos durante os anos 80 de nosso século (...) Por outro lado, a eletrônica, muito mais versátil, serve tão bem a organizações piramidais quanto à distribuição mais ampla do poder, obedece a ciclos tecno-econômicos muito menores (LÉVY, 1999, p. 23).

Com alta tecnologia, temos hoje uma nova cultura e o surgimento de uma nova oralidade, alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão e outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. Uma espécie de oralidade secundária.

A Internet é um conjunto de tecnologias, mas também representa uma nova mentalidade e uma nova cultura no mundo dos sistemas de informação. A exemplo de outras revoluções a dos meios de comunicação provocará impactos e transformações.

Nesta nova cultura o poder humano começa a ficar cada vez mais ineficaz em controlar a forma pela qual a tecnologia da informação muda nosso modo de vida econômico e político. Há duas gerações, os analistas políticos mediam as relações econômicas globais através do fluxo de comércio entre países. Hoje medem através do tráfego de transmissão na rede (*networks*) de telecomunicações. Os baixos custos da transmissão criaram essa economia internacional. Até recentemente transmissões internacionais eram feitas apenas pelas elites econômicas e políticas. Ao mesmo tempo a grande quantidade de informação transforma a própria democracia. Positiva é a constatação de que o controle sobre o meio parece impossível ser total, ou eficiente neste aspecto quando o desejar:

O que é fascinante, neste momento, a respeito do espaço eletrônico, é que é um espaço contestado, um espaço onde os centros de poder já se começam a desenhar, mas onde ainda é muito grande a capacidade de subversão das margens. Nesta medida, o espaço eletrônico tanto pode vir a originar um novo sistema de desigualdade e de exclusão, como pode vir a originar um novo sistema de oposição. Duas manifestações deste espaço público oposicional são hoje visíveis. A primeira diz respeito ao espaço eletrônico como bem de consumo e está bem ilustrada pelo recurso à internet por parte do Exército Zapatista de Libertação Nacional de Chiapas a partir de 1994 e, na última década, por parte dos movimentos e organizações que participam no fórum Social Mundial. A Internet, ao permitir a comunicação de muitos para muitos, contém um potencial revolucionário, na medida em que, através dela, os cidadãos e os movimentos sociais de todo o mundo podem pôr-se em contacto e comunicar-se com autonomia em relação às mensagens oficiais dos governos, das organizações políticas tradicionais e dos grandes media globais. (SANTOS, 2006, p. 308).

Outra possibilidade aventada por Boaventura de Souza Santos (2006; 2002) é a reação através das práticas sociais e políticas que têm despontado na atualidade. Segundo Santos, “são visíveis algumas alternativas à globalização, produzidas pelos ‘movimentos sociais e pelas organizações não-governamentais, na luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países’”. (SANTOS, 2006). Ativo participante do Fórum Social Mundial, Boaventura de Souza Santos considera este movimento como um

campo 'de exuberante experimentação política e organizativa'. Em sua participação no Fórum de 2005, escreveu:

Está em gestação uma nova cultura política e uma nova forma de fazer política assente nas seguintes idéias: o mundo está em processo acelerado de transformação, e o pensamento e práticas progressistas têm de evoluir a um ritmo correspondente; as lutas pela justiça social das próximas décadas vão exigir uma articulação mais intensa entre as diferenças forças de esquerda e de centro-esquerda, e essa articulação tem de combinar com escalas de acção locais, nacionais e globais; esta articulação tem de ser feita com o respeito das diferenças políticas e culturais das organizações, maximizando o que é possível realizar em conjunto, sem perder a autonomia própria..... é necessária uma nova relação entre partidos progressistas e movimentos sociais e ONGS progressistas para que, com a base de respeito mútuo, possam construir formas democráticas de alta intensidade, assentes na complementaridade entre democracia participativa e democracia representativa; finalmente, está em curso a substituição da monocultura de pensamento de esquerda por uma ecologia de pensamentos, saberes e práticas de esquerda. (SANTOS, 2005, *on line*).

Santos acredita que na base desta nova política de esquerda começam a frutificar propostas concretas de ação coletivas. Ressalta que não é seguro que tenham êxito, mas que se trata de um discurso poderoso que está sendo apropriado pelo Fórum Econômico de Davos. Na força deste discurso poderiam estar alternativas para corrigir ou amenizar o uso da Internet da forma excludente atual.

A Internet caminha para ser um meio de difusão como a TV e o rádio, e ninguém sabe ainda como afetará no futuro a acessibilidade e o conteúdo da informação. Ainda hoje ter ou não informações é uma questão de economia. Em muitas nações em desenvolvimento, a grande maioria das pessoas não possui telefone ou computador. Mesmo que possuíssem, as suas máquinas dependeriam da capacidade de os governos investirem em estrutura de telecomunicação. Pierre Lévy defende que um movimento democrático para o futuro está baseado em: saberes, habilidades e competências, e que nossos esforços deveriam se concentrar nas trocas e partilhas dos conhecimentos. (LÉVY, 2002).

Troca de saberes, habilidades ou competências faz imaginar condições de igualdade entre as partes envolvidas, para que esta troca seja eficiente ou justa. Só pode partilhar quem tem algo a partilhar. A Internet deverá ter papel relevante na construção da democracia do futuro se agora forem encontrados meios para deter o abismo que está sendo criado com as novas tecnologias entre indivíduos e Estados. É impossível falar em democracia enquanto o que se percebe é um aumento de formas de misérias.

A sociedade de comunicação, a sociedade tecnológica em que vivemos tem ajudado uma emergência planetária. Mas tem criado também novas exclusões sociais, mantendo largas camadas sociais à margem dos benefícios científicos e culturais. Talvez, como diz Pierre Bourdieu, a grande miséria do mundo tenha retrocedido (menos, no entanto, do que se costuma apregoar), mas é importante compreender que temos assistido a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria” (NÓVOA, 1998, p. 36).

O valor efetivo da informação depende da capacidade dos usuários de interpretá-la. Informação só existe em forma de conhecimento e conhecimento depende de um longo processo de socialização e de práticas que criam a capacidade analítica. As políticas de universalização do acesso à Internet nos países em desenvolvimento serão infrutíferas se não estiverem associadas a outras políticas sociais. Não haverá universalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação sem a universalização de outros bens sociais. Em países onde as taxas de analfabetismo funcional são altíssimas a luta contra as diversas carências de acesso a serviços públicos, como educação, saneamento, segurança, saúde e serviços jurídicos, por exemplo, exige uma visão complexa a respeito da luta contra a exclusão digital. As novas tecnologias da informação aumentam a desigualdade social, de forma que a universalização do acesso não é mais do que a luta por um novo nivelamento das condições de acesso ao mercado de trabalho. Até aqui o desnível é acentuado e a tendência é que aumente ainda mais, pelos fatores já expostos anteriormente. O mundo da comunicação está dividido em Norte e Sul, usando a contextualização de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2006). “Os moradores do Norte (Estados Unidos e Europa) construíram a grande cidadela ciberespacial, unidos por amplas redes tecnológicas e comerciais...” (VILCHES, 2003, p. 31). Países do Sul, como o Brasil e os demais da América Latina, Ásia e Estados Árabes, são países em que milhões de habitantes se encontram fora da cidadela ciberespacial”. Nestes países:

Cerca de 65% da população não têm telefone e 40% não têm eletricidade. Como nos contos maravilhosos russos, a história começa com a carência – falta alguma coisa nesse mundo; e seus habitantes têm de conseguir mudar a história. Os heróis que empreenderam a viagem em botes, nos porões de barcos clandestinos ou em caminhões frigoríficos escreverão a história da emigração do século XXI, mais um capítulo do livro sobre o progresso humano, em que a imigração do campo para a cidade, na era moderna da Revolução Industrial, deu continuidade à migração de ida e de volta, durante os impérios europeus na Ásia, África e América (...) As tecnologias da globalização pós-industrial mudam o sentido da nova migração. O mundo não se divide entre ricos e pobres, mas entre os informados e aqueles que ficaram fora da era das conexões. Neste exato momento, alguns bilhões de pobres vivem na era do apagão digital – são os desconectados do mundo. Se é verdade que fazer parte do ciberespaço é condição indispensável para desenvolver a capacidade

de viver numa sociedade democrática, o acesso às redes globais converte-se em questão que concerne à nova Roma do Império digital. (VILCHES, 2003, p. 32).

A partir da idéia de Boaventura de Souza Santos de que “o espaço eletrônico tanto pode vir a originar um novo sistema de desigualdade e de exclusão, como pode vir a originar um novo sistema de oposição”, e de Nóvoa de que “sociedade de comunicação, a sociedade tecnológica em que vivemos tem ajudado a uma emergência planetária” entendemos os conceitos de Michael Hardt e Antonio Negri expressos em *Império* (2004) e *Multidão* (2000) e a tentativa de nomear e compreender as condições que envolvem a dinâmica social do século XXI. Assim como Boaventura de Souza Santos, eles acreditam que esteja surgindo um novo agente de oposição ao poder global. Enquanto o teórico português acredita na organização social como possibilidade de contradito, Hardt e Negri apontam a multidão como o novo agente político dentro do sistema globalizado. Este novo agente seria o responsável por uma revolução em curso. A multidão seria a síntese da potência criativa dos indivíduos. Os autores trabalham a visão utópica da “multidão contra o Império”; o poder constituinte das massas desejanter contra a nova forma de soberania global. Existiria a possibilidade de uma democracia de escala global para se opor ao poder excludente do Império (NEGRI, HARDT, 2006). Entre as inúmeras alterações sociais e políticas que estão sendo provocadas pelas novas tecnologias estaria surgindo um novo proletariado dentro deste novo sistema imperialista globalizado: a multidão, que Negri saúda como o ‘universal concreto’, um movimento espacial que se constitui num sujeito ativo e ocupa o lugar que havia pouco cabia no discurso enfático ao proletariado. “Cada luta, ainda que firmemente assente em condições locais, salta de imediato para o nível global e ataca a constituição imperial na sua generalidade” (NEGRI; HARDT, 2006). Estes autores aludem à crescente mobilidade do proletariado global sustentando assim que já nasceu um proletariado global, cuja crescente mobilidade o tornaria cada vez mais globalizado, tal como o capital.

Duas características de multidão tornam particularmente clara a contribuição da rede à possibilidade de democracia hoje. A primeira poderia ser apresentada como seu aspecto ‘econômico’, a não ser pelo fato de que a separação entre as realidades econômicas e os outros terrenos sociais rapidamente se esfacela aqui. Na medida em que a multidão não é uma identidade (como o povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (*the common*) que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto”. (NEGRI, HARDT, 2005, p. 14).

Ao colonizar e interligar de maneira cada vez mais profunda um número maior de aspectos da vida, o Império estaria na realidade criando a possibilidade de um novo tipo de

democracia. Convergindo numa comunidade globalmente interligadas em redes, diferentes grupos e indivíduos podem associar-se em fluídas matrizes de resistência; deixando de constituir massas silenciosas e oprimidas, formando uma multidão, com o poder de forjar uma alternativa democrática à atual ordem mundial. A globalização, que gerou o Império, ao abrir as fronteiras nacionais para melhor controlar a produção e o fluxo econômico, mundializou, paralelamente, as relações pessoais, gerando a multidão: a nova revolução das pessoas que se comunicam fora do controle de qualquer Estado, sem o estímulo das velhas ideologias e sem as limitações das fronteiras nacionais, que caminham para a extinção. Estaria de bojo, sendo criada uma nova ética mundial.

Fala-se de uma cidadania planetária, supranacional, global; enfim, desenvolvida a partir de antigos e novos direitos, da universalização de situações e de potenciais convergências. Constata-se a existência de uma sociedade civil globalizada conformada na dinâmica da globalização, com a proliferação de entidades, dentre elas as organizações não-governamentais que, como contraposição possível à gigantesca concentração imanente à sociedade global, buscam realizar políticas públicas, subtraídas muitas vezes aos Estados Nacionais. Portanto, novos atores e temáticas adentram a esfera política na era global”. (RUBIM, 1997, p. 8).

A multidão se uniria em torno e na defesa de causas comuns e não permaneceria, necessariamente, unida em relação a todas as questões. Seriam alianças temporárias, que surgiriam espontaneamente e, da mesma forma, seriam dissolvidas. Centralização e dispersão parecem ser suas dinâmicas. Tais questões e atores abarcam uma multiplicidade de registros e podem inventar e recorrer a uma infinidade de estratégias prováveis. A multidão não poderia ser reduzida a uma unidade. Está engajada na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Uma explosão de singularidades, conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado e aberto. A multidão não seria uma ‘sociedade civil’, nem um partido ou organização com estrutura fixa. Constituir-se-ia numa forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento. É na confluência desse tipo de pensamento de misturas de corpos potencialmente produtivos, que a noção do comum retorna nas discussões sobre as redes sociais nos dias de hoje, na obra de Negri e Hardt. As condições de reconhecimento coletivo de questões que afetam a vida das pessoas envolvidas seriam o espaço comum. Nesse sentido, como afirmam os autores, o comum que compartilhamos não é algo que descobrimos, mas algo que é produzido. Indo além, esses autores dizem que a humanidade se transforma a si mesma, sua história e sua natureza nessa nova forma de produção. Para eles, então, o problema não consiste mais em decidir se essas técnicas

humanas de transformação devem ser aceitas, mas em aprender o que fazer com elas e saber se funcionarão em nosso benefício ou em nosso detrimento.

Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Esta produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes do trabalho hoje. (HARDT, NEGRI, 2004. p 14).

Também a multidão não estaria localizada geograficamente em pontos distintos do planeta. Estaria em todas as partes, até nos Estados Unidos. Lá também haveria terreno propício para prosperar a revolução em curso. A existência de bolsões como New Orleans faz crer que a idéia de terceiro mundo não está mais nos estados do sul, mas também em qualquer parte do mundo. Pode ser encontrado em Los Angeles, na periferia de Paris como, enfim, em todos os países desenvolvidos. O furacão que assolou *New Orleans* mostrou este quadro ao mundo ao expor a pobreza e as dificuldades daquela gente, em nada diferente dos Estados do Sul. Neste cenário é que a multidão vai prosperar em torno daquilo que deve ser comum a todos, de uma nova ética das singularidades. Para Negri e Hardt a nova ordem política mostra no século 21 um mundo globalizado, mas movido por dois vetores que se confrontam e se complementam; de um lado o Império e, de outro, a multidão (2005).

Seriam estes novos atores políticos e a emergência de questões sociais o contradito do caráter marcadamente antidemocrático do capitalismo tardio. Usariam para este fim várias estratégias prováveis, necessariamente político-mediáticas.

A idéia de Negri e Hard é polêmica. Muitos apostam que a ‘multidão’ jamais será, por si só, um novo ator político em condições de ser o contradito do capitalismo. Afinal a multidão é disforme, admite qualquer tipo de pessoas, de ideologia, de caráter, qualquer um de nós, todos nós, bons ou não, desta ou daquela linha política, até marginais ou traficantes de drogas, podemos ser integrante da multidão. Multidão é formada por indivíduos, sejam eles quais forem. Repete e agrava o que Tocqueville já havia detectado, ou seja, que o “indivíduo é o pior inimigo do cidadão”, (BAUMAN, 2001, p. 45). O indivíduo de fato é aquele que possui realmente e não ilusoriamente o controle do seu destino. A modernidade líquida potencializa cada vez mais a ilusão de que os indivíduos possuem as soluções para os seus problemas. É uma ilusão porque não há soluções biográficas para problemas sistêmicos. De onde viria, então, o poder de resistência, se até os agentes das grandes corporações também são integrantes da multidão?

Há nas ciências sociais hoje inúmeros outros caminhos por onde os denominados poderes globais têm sido criticados. Bauman tem em mente que as mudanças políticas expressivas passam pela restauração do sentimento de pertencimento à classe social, ao grupo portador de um interesse comum. Para ele, o que há na atualidade é uma dificuldade de construir projetos coletivos que tenham como foco a questão das injustiças sociais. Por esse caminho os escritos de Bauman se cruzam com os Boaventura de Souza Santos (2006), para o qual são visíveis algumas alternativas à globalização, “produzidas pelos movimentos sociais e pelas organizações não-governamentais na sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países”. (SANTOS, 2006, p. 1).

Um dos mais acesos debates sobre os NMSs (Novos Movimentos Sociais) incide no impacto dantes na relação subjectividade- cidadania. Segundo uns, os NMSs representam a afirmação da subjectividade perante a cidadania. A emancipação porque lutam não é política mas antes pessoal, social e cultural. As lutas em que se traduzem pautam-se por formas organizativas (democracia participativa) diferentes das que presidiram às lutas pela cidadania (democracia representativa). (SANTOS, 2006, p. 261).

É interessante voltar as atenções para o pensamento de Boaventura de Souza Santos e seu otimismo em considerar visíveis as alternativas à globalização, que estão sendo produzidas “pelos movimentos sociais e pelas organizações não-governamentais na sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países.” (SANTOS, 2006, p. 1). Então, teríamos aí a esperança de que o quadro de exclusão social, acelerado em função do uso das novas tecnologias, possa ser amenizado no futuro. Ou, pelo menos, que os mecanismos proporcionados pela Internet possam ser utilizados como instrumentos de emancipação em outro sistema político e não de regulação, como parece caracterizar-se nos dias de hoje.

O autor contrapõe a idéia de regulação e emancipação no mesmo patamar em que faz contrapontos entre liberalismo e marxismo, modernismo e vanguarda, reforma e revolução, corporativismo e luta de classes, doutrina social da igreja e teologia da libertação, capitalismo e socialismo, fascismo e democracia participativa. A regulação se sobrepôs à emancipação na modernidade a partir do avanço do capitalismo, nos mais diversos campos da vida coletiva e sob diferentes formas. As diferenciações entre regulação e emancipação estariam presentes em todos os contrapontos assinalados pelo autor. Enquanto o capitalismo girou no sentido da regulamentação para se sustentar, as alternativas a este sistema procuraram e devem continuar

procurando a emancipação, como forma de luta. Emancipação seria, portanto, uma síntese do próprio socialismo, da democracia participativa.

Estará ocorrendo hoje um excesso de regulação em detrimento da emancipação. O equilíbrio está sendo desfeito globalmente em função do “desenvolvimento hipertrofiado do princípio de mercado em prejuízo do princípio do Estado e de ambos no enfraquecimento do princípio de comunidade”.

Que este equilíbrio, que aparece ainda como aspiração decaída, na máxima positiva da ‘ordem e progresso’, não foi nunca conseguido. À medida que a trajetória da modernidade se identificou com a trajetória do capitalismo, o pilar da regulação veio a fortalecer-se à custa do pilar da emancipação num processo histórico não linear e contraditório, com oscilações recorrentes entre um e outro, nos mais diversos campos da vida coletiva e sob diferentes formas..... o desequilíbrio entre regulação e emancipação e o conseqüente excesso de regulação em que veio a saldar-se resultou de desequilíbrios, tanto no seio do pilar da regulação como da emancipação. (SANTOS, 2003, p. 236).

Nesta linha de raciocínio poderíamos entender a comunicação pública *on line* pelo que tem apresentado até o momento, como um fator de regulação e não de emancipação, por ser inerente à sua condição de ter sido modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica. Assim estaria impossibilitada de se constituir num instrumento efetivo a favor da democracia, da emancipação. Tal possibilidade não será descartada neste momento e sobre ela voltaremos a explicar e entender, nas conclusões finais.. Este olhar possibilitará também perceber em que aspectos a comunicação pública *on line* seria apenas uma regulação do capitalismo ou, como defende muitos teóricos e ciberufanistas, poderia constituir-se num vetor de avanços democráticos, possibilitando a participação e interatividade do cidadão. Para Boaventura de Souza Santos, a teoria política liberal é a expressão mais sofisticada do desequilíbrio entre regulação e emancipação. O autor não acredita que o modelo liberal privilegie a participação popular, pelo contrário. Esta participação, no modelo liberal, só é possível de ocorrer num único momento: o do voto. A cidadania, dentro do Estado liberal, só acontece neste instante. Partindo dessa premissa, seria inútil procurar na comunicação pública *on line* hoje, num Estado liberal, uma sincera vontade de diálogo com a sociedade e mecanismos de emancipação.

Em primeiro lugar, o princípio de subjectividade é muito mais amplo que o princípio da cidadania. A teoria liberal começa por teorizar uma sociedade onde muitos – no início, a maioria, - dos indivíduos livres e autônomos que prosseguem os seus interesses na sociedade civil não são cidadãos, pela simples razão de que não podem participar politicamente da actividade do Estado..... Em segundo lugar, o princípio

de cidadania abrange exclusivamente a cidadania política e o seu exercício reside exclusivamente no voto. Quaisquer outras formas de participação política são excluídas ou, pelo menos, desencorajadas, uma restrição que é elaborada com sofisticação particular na teoria schumpeteriana de democracia..... Esta teoria representa total marginalização do princípio de comunidade tal como é definida por Rousseau. (SANTOS, 2003, p. 238 -239).

O autor propõe uma renovação na teoria democrática refazendo critérios democráticos visando à participação política dos cidadãos, que não podem ficar restritos só ao ato de votar. Ele sugere uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa, com uma redefinição radical do campo político, já que a teoria política liberal teria transformado o “político numa dimensão setorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-se ao Estado” (Ibid., p. 271). Sem esta articulação, seria impossível qualquer manifestação emancipatória dentro do quadro atual e, com relação ao *corpus* empírico desta pesquisa, isso também não ocorreria na comunicação pública *on line*, por estarmos sob a égide de um Estado Liberal e do capitalismo:

Como se veio a verificar, entregue a si próprio, o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo. A equação automática entre progresso tecnológico e progresso social desradicaliza a proposta emancipadora de Marx e torna-a, de facto, perversamente gêmea da regulação capitalista. (SANTOS, 2003, p. 243).

A articulação entre democracia representativa e democracia participativa, segundo o autor, deveria acontecer até para preservar o sistema de representação que está em crise. A crise foi deflagrada a partir do momento em que a representação democrática teria perdido o contato com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos. “Com isto, os cidadãos alhearam-se da representação sem, no entanto, terem desenvolvido novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas” (SANTOS, 2003, p. 249).

Daí a esperança de Boaventura de Souza Santos na organização coletiva, baseada numa nova política de esquerda. A possibilidade das questões levantadas no Fórum Social Mundial vir a influenciar Davos, anunciada em 2005 pelo teórico português, ganhou força em 2009, quando da realização dos dois encontros. Diante da crise econômica, a imprensa registrou o interesse de Davos pelos problemas apontados em Belém do Pará, sede do encontro deste ano. Para Boaventura de Souza Santos o Fórum Econômico de Davos deixou evidentes as preocupações ante a pobreza, injustiça social e a destruição do meio ambiente, o que ele atribui ao ‘êxito com que se impôs mundialmente o espírito do Fórum Social Mundial. Só que ele lembra: “Claro que entre o discurso e a prática vai uma longa distância. Davos

adota o discurso, mas não as propostas que o Fórum Social Mundial vai doravante concentrar”. (SANTOS, *on line*, 2009). Santos acredita que:

A opinião pública está madura: para o cancelamento da dívida externa dos países do Sul; para a moratória aos processos de privatização da água; para o desmantelamento dos paraísos fiscais; pra a tributação agravada das indústrias de guerra e das que produzem o efeito estufa; para garantir a soberania alimentar das populações; para lutas mais eficazes contra o racismo, o sexismo e a xenofobia; para a democratização profunda das Nações Unidas; para a eliminação de todas as agências financeiras multilaterais em que o voto é medido pela riqueza do país e em que os países atingidos pelas decisões financeiras não têm voz e muito menos o direito de ser indenizados, mesmo quando as próprias agências reconhecem os erros de suas decisões. Finalmente a opinião pública está madura para um maior ativismo contra o novo colonialismo e para a busca de alternativas aos meios de comunicação social totalmente contaminados pelos interesses capitalistas globais e pelo imperialismo norte-americano. (SANTOS, *on line*, 2009).

Estando em vigência e em crescendo uma nova mentalidade mundial sobre o domínio e contaminação capitalista global sobre os meios de comunicação social, seria o primeiro passo para se opor a esta situação e estudar novas alternativas. Possibilita-se, assim, a renovação da crença de que um dia a ciberdemocracia deixe de ser uma utopia e possa ser aventada com mais seriedade e sobriedade.

CONCLUSÕES

No decorrer deste trabalho procurou-se detectar as possibilidades da Cibercultura, de um modo geral, da Internet, em específico, servir como instrumento de aprimoramento da democracia. Vasta literatura canta em prosa e verso esta possibilidade. Fala-se em *ciberdemocracia*, *democracia virtual*, *democracia digital*, *tele-democracia*, *governo eletrônico*, enfim, são muitas as denominações, porém pouco conteúdo para justificar tanto otimismo.

Foram elaboradas, ao longo deste trabalho, constatações e conclusões que aqui sintetizamos. Ao estudar as características básicas da comunicação *on line* é possível entender a razão do entusiasmo reinante nesta facção de otimistas. A potencialidade da Internet possivelmente tenha alimentado a esperança de que provocaria um impacto positivo da participação do cidadão nas questões do Estado, um certo revigoração da esfera da discussão pública a partir da entrada em cena de um novo ambiente de comunicação. É inegável a capacidade deste novo meio em diminuir o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa. A nova tecnologia parece, de pronto, satisfazer todas as condições para uma discussão pública extensa e efetiva, oferecendo, em tese, “acesso universal, liberdade de expressão, participação fora das tradicionais instituições políticas”. A Internet parecia, de fato, corresponder a uma zona neutra “onde o acesso à informação relevante que afeta o bem público seria amplamente disponível” e onde todos os participantes do debate público fariam isso em bases igualitárias. O ex-vice-presidente norte-americano Albert Gore chegou a comparar a Internet com uma nova e mundial Ágora grega.

Pierre Lévy, um dos mais entusiasmados com o novo veículo, defendeu a Internet como um espaço público “efetivamente democrático”. Acessível a todo e qualquer cidadão, sem injeções, filtros e controles interpostos nos veículos tradicionais de comunicação. Zona protegida, imune ao controle de conteúdo e de provimento, com condições de prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião. Um mundo que, em vez de organizar-se sob o filtro dos sistemas de representação das democracias ocidentais, seria pura expressão da potência humana de pensar, existir e agir, uma potência não-representativa que se configuraria como uma inteligência coletiva, por sua vez potencializadora das riquezas humanas de uma forma inédita em nossa história. (LÉVY, 1999). Esta é a síntese que justifica o entusiasmo de Pierre Lévy. Diante de tanto otimismo, procura-se, neste trabalho, detectar onde estariam, de fato, ocorrendo possibilidades de avanço democrático através da comunicação *on line*. A investigação efetuada incidiu nos portais públicos. Era de se imaginar que o Estado

democrático teria interesse de defender e propagar a ideologia que abraçou. Era de imaginar que este Estado estaria utilizando todo o potencial da Internet no sentido de aprimorar o sistema, incentivar a participação popular, ouvir a opinião pública, promover fóruns de debate, referendos sobre as questões mais polêmicas, e tantas outras oportunidades oferecidas pelo novo veículo. Paralelo a tudo isso, a expectativa era de encontrar um vasto noticiário de fatos já consumados e a consumir, que possibilitassem ao cidadão participar efetivamente das questões públicas. Informando-se sobre o que já teria acontecido e o que estaria para acontecer, de modo que pudesse intervir nas decisões. Também se imaginou encontrar um vasto arquivo dando conta de todas as questões referentes ao Estado, como os gastos públicos e outros mecanismos de controle público. Foram escolhidos seis portais públicos para esta análise: o Portal do Governo Federal, do Governo de São Paulo e do Rio de Janeiro. E para ter uma visão melhor sobre os poderes públicos, também foram escolhidos portais do Legislativo: Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas de São Paulo e Rio de Janeiro. Estabeleceram-se parâmetros para esta análise. O primeiro era identificar o que seria a participação popular dentro de um regime democrático. Tarefa difícil, pois começa pela interpretação do que é uma democracia. Foram escolhidos três modelos de democracia: o liberal, o participativo e o deliberacionista e elaborada uma síntese do que estes modelos entendem por participação popular. Alguns mais, outros menos, todos os modelos estudados propagam a importância da participação popular nas decisões do Estado. Podemos sintetizar dizendo que o modelo liberal enfatiza a participação do cidadão principalmente na hora do voto, o modelo participativo reclama uma influência mais efetiva do cidadão e o deliberacionista aponta para a necessidade de se promover debates públicos e condições do cidadão se inteirar sobre as coisas do Estado para influenciar nas decisões. Todos os modelos falam de transparência e diálogo com os cidadãos.

O resultado da pesquisa empírica foi preocupante. Exemplos: nenhum dos portais pesquisado promove sondagem de opinião pública; nenhum deles tem sistema de votação eletrônica; nenhum oferece oportunidades como *locus* crítico, espaço para denúncias, assim como nenhum oferece possibilidades, digamos, mais amenas, como o oferecimento de *news letter*, *delivery* informativo e *delivery* imediato de informações. Constatou-se que os portais públicos brasileiros pesquisados oferecem sim, uma boa gama de serviços e informações de fatos já consumados. Isso é bom para o contribuinte que, tendo acesso à Internet, tem sua vida facilitada na hora de pagar vários tipos de impostos e tributos. Porém, isso não tem nada a ver com o exercício da cidadania ou com o aprimoramento democrático. Os portais pesquisados privilegiam o contribuinte, não os cidadãos. Mesmo a ampla divulgação dos fatos já

ocorridos, nada mais é que complementação dos tradicionais meios de comunicação, um simulacro das mídias tradicionais, com nova linguagem, porém, com velhas práticas.

Diante do resultado da pesquisa empírica, chegamos as seguintes conclusões:

A) Os privilegiados, que já desfrutam de outros sistemas de informações, ganham mais um potente instrumento de informações e serviços, que os tornará ainda mais privilegiados e distantes da grande massa sem acesso nenhum.

B) Falta vontade política para aperfeiçoar pelo menos o que está aí, à disposição. Sem a intervenção do Estado, sem esta vontade política, a comunicação pública *on line*, por si só, em nada poderá contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e incentivo à participação popular nas questões públicas.

C) O mínimo desejável na comunicação pública *on line* é que o Estado, além de disponibilizar informações isentas, ofereça conteúdo mais extenso aos cidadãos como todos os processos, arquivos e bancos de dados relativos às decisões que afetam a coisa pública, além de usar as novas tecnologias para provocar debates, sondagens de opiniões, fóruns de discussão, enfim, meios para uma efetiva participação popular.

D) Detectou-se que nem todos os atos do governo estão abertos ao olhar do cidadão.

E) Se houvesse maior transparência, isso ajudaria na formação do cidadão e, conseqüentemente, aumentaria a possibilidade de participação política nas sociedades democráticas.

F) O Estado brasileiro já dispõe de condições de produzir informações políticas qualificadas e extensas, se assim se quiser. Não o faz, no entanto. Todos os discursos políticos apontam o inverso do que foi constatado: todos valorizam a participação popular, todos falam em prestigiar o cidadão, em promover a democracia. Mas não o fazem, ou o fazem de modo muito limitado.

Aqui entra outro horizonte da questão: não cabe aos cidadãos esperar que o Estado faça o que não tem feito sem postular sua própria posição. Sem a organização dos cidadãos isso que não tem ocorrido dificilmente ocorrerá. Cabe aos movimentos da sociedade civil se organizarem e definirem uma pauta de exigências aos governantes e legisladores.

Diante da atual inexistência da possibilidade de uma participação popular mais efetiva nos portais públicos, este estudo voltou-se para os demais portais. Constatou-se que a comunicação na *web* foi apossada pelos conglomerados da mídia convencional, entre outros fatores, pela necessidade do conteúdo atender a demanda dos internautas que se torna cada

vez maior e complexa. Para dar conta de tão variado cardápio as grandes empresas jornalísticas, especializadas ou ‘vocacionadas’ na produção de conteúdo, passam a ter grande vantagem competitiva. Assumem, assim, a liderança da *web*. Seus portais se transformam em mega-portais e, num segundo momento, já não se configuram como meros difusores de notícias. Para tornar o visitante ocasional de um portal em visitante regular, procura-se produzir o chamado ‘conteúdo matador’, aquele onde o usuário deve encontrar o maior número possível do que necessita, ou acredita necessitar.

Esta demanda de conteúdo gerada na Internet faz prevalecer a idéia de que a necessidade do usuário não será satisfeita por uma única companhia de mídia, surgindo assim a necessidade de acordos, parcerias e aproximações, formando-se, na verdade, não mais portais, mas megaportais de informação e entretenimento. Para ter condições mínimas de alguma visibilidade na *web* é necessário reunir conteúdo e serviços em quantidade suficiente para tentar agradar aos diversos tipos de usuários ou consumidores da rede, a partir de um único endereço, sob a cobertura de uma mesma companhia, procurando criar um ambiente de conveniência para o usuário, fazendo crer de que tudo o que ele precisa em relação à *web* está à sua disposição neste espaço. Estes megaportais introduzem na *web* a abordagem massiva.

A maioria dos grupos sociais, em sua diversidade, não consegue se fazer representar nos meios de comunicação de massa. A esses interesses se sobrepõem os de mercado, com seus sedutores mecanismos de promoção e de agenciamento do cidadão como consumidor de produtos, notícias ou de idéias.

Concluiu-se, após estas constatações que:

A) Antes de se constituir numa ameaça aos veículos tradicionais, a *web* passa a ser uma nova oportunidade de crescimento da indústria da informação com todos os seus defeitos e mazelas, mas os movimentos precisam se organizar para impor suas demandas à comunicação hegemônica.

B) A Internet não só não diminuiu o impacto dos meios de massa como, ao contrário, acrescentou-lhe um outro público consumidor e uma outra zona de influência.

C) As versões *on line* dos grandes veículos de massa trazem à Internet a lógica dos meios de massa comuns, quando replicam o fluxo unidirecional de comunicação, da indústria para o público, constituindo-se em geral, em instrumento que pouco contribui para o aprimoramento democrático.

D) A comunicação política com capacidade de atingir públicos de massa e produzir efeitos sobre o domínio público e sobre a esfera política continua sendo aquela produzida e distribuída pelos meios de massa, com todos os limites que isso, em princípio, comporta.

E) Isso decorre também em função do fato de que o Estado não conseguiu se firmar como um grande fornecedor de informação política *on line* qualificada, e também pelo fato de que a grande expansão verificada na Internet pública obedeceu principalmente a critérios comerciais.

F) A Internet não se caracterizou como uma alternativa em comparação aos outros meios de massa, sobre grandes extratos de público, e não se constitui, ainda, como um vetor capaz de revitalizar o processo democrático.

Após estas constatações a pesquisa foi ampliada, no sentido de procurar entender o que estaria impedindo um veículo, com tanta potencialidade, ser instrumento de aperfeiçoamento democrático, não esteja sendo aproveitado nesta sua capacidade.

A primeira explicação encontra-se em *Modernidade Líquida* de Bauman, (1995) quando o autor expõe a crise atual que está distanciando o Estado da nação. Na percepção de Zygmunt Bauman, o rompimento da associação histórica entre Estado e a Nação, está resultando em significativas modificações até mesmo no ponto de vista institucional. O poder do Estado estaria sendo sucessivamente enfraquecido pelos novos poderes globais. O Estado, nas condições atuais, não responde às demandas da nação, mas sim as demandas desse poder global que não admite, de modo algum, que a ação do Estado privilegie a nação ao invés dele. Há uma relação conjunta dos poderes globais em direção ao enquadramento dos Estados que se encontram por hora dissociados da nação. Esta constante fragilização da associação entre Estado-nação seria uma estratégia de dominação do poder global, pois, por esta lógica, quando mais distanciados Estado-nação, mais facilmente impera o poder arbitrário das elites globais. Estando sendo desintegradas as redes sociais, desmanteladas as ações coletivas e de capacidade de pressão dos agentes que tenham algum tipo de ação na esfera pública, quais seriam os interesses, na condição atual, dos governantes abrirem espaço, sejam eles quais forem, para uma real participação popular? Estariam dispostos a utilizar o potencial das novas tecnologias de comunicação para emancipação da nação? Para Bauman, a probabilidade dos governantes estarem focados em solucionar os problemas que martirizam parte expressiva da população do planeta, tais como a fome, a miséria, a pobreza e a exclusão, assim como a probabilidade de abrir espaços para o debate público sobre estas e quaisquer outras questões, são cada vez mais remotas, por ser a desintegração social a principal tática da nova técnica do

poder global que tentam lançar seus tentáculos sobre todas aquelas partes do planeta que lhe interessam por algum motivo. Ainda, seguindo a linha de raciocínio de Bauman, uma característica da chamada modernidade líquida, é o desaparecimento de espaços sociais por onde fluam buscas em prol dos interesses coletivos. O espaço público está cada vez mais vazio. E a Internet poderia ser um grande espaço público, privilegiado e potencializador. A dificuldade de constituição de um espaço público e a existência de uma cidadania mutilada pela exclusão social e política, de pronto nos remete a possibilidade de que a comunicação pública *on line* esteja desprovida de qualquer sentido neste momento.

Bauman fala de um poder global que estaria apostando e se beneficiando deste distanciamento do Estado com o cidadão. Mas que poder global é este e em que proporção ele estaria ligado e influenciando a Internet, a comunicação *on line* especificamente? Este estudo tentou detectar esta situação, buscando na origem das novas tecnologias a explicação para o domínio do veículo. Na origem da Internet está o domínio norte-americano e é indiscutível que os Estados Unidos mantêm a coordenação sobre a rede mundial e que a lógica das decisões da rede beneficia aos interesses norte-americanos, de suas empresas e de sua cultura.

Diante destas constatações conclui-se que:

A) A tão propalada anarquia da Internet, resultado da inexistência de um centro emissor não é verdadeiro. Como uma prova incontestável deste controle, foi lembrado que todos os endereços eletrônicos mundiais, (*IP – Internet Protocol*) estão alojados em treze servidores, dez nos Estados Unidos, dois na Europa e um no Japão. Basta desligar estes servidores para desaparecer a Internet. Também foi lembrado que o cadastro mundial assim como todos os domínios de Internet atribuídos no mundo inteiro são gerados por uma única empresa norte-americana, a *ICANN – Internet Corporation For Assigned Names and Numbers*.

B) Não restam dúvidas, portanto, desta supremacia dos povos do Norte.

C) Desta forma, portanto, a nova cultura, a Cibercultura, nasce sob este domínio, como extensão de sua cultura. Prova disso é que a principal exportação cultural dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, não foi o cinema nem a televisão, mas a *American On line (Aol)*.

D) Embora incertas as características desta nova ordem estabelecida, é preocupante quando se detectam tendências que apontam para o agravamento da situação de exclusão.

Diante da constatação do domínio norte-americano, dos seus interesses, dos interesses de suas empresas e de sua cultura e do agravamento da situação de exclusão, a pesquisa em curso voltou-se para o estudo deste quadro. A principal preocupação passou a ser a exclusão

provocada pelas novas tecnologias, pela Internet em específico. Esta preocupação se justifica em relação à preocupação inicial, ou ao fundamento deste trabalho, uma vez que, constatada esta realidade, fica prejudicada qualquer possibilidade da Internet se constituir num vetor do aprimoramento democrático e da participação popular. Estratificações já estariam acontecendo, produzindo mais desigualdades e exclusões num espaço que se desenhava anárquico e democrático. E isso ocorre num ritmo alucinante, tendo em vista o predomínio da dromocracia, também como um estilo de vida moderno. A dromocracia cibercultural, apontada por Trivinho (2007), seria um fenômeno implicitamente ligado aos *media* e às redes digitais com a velocidade acelerada de forma estonteante, com os reflexos sociais e culturais que lhe dizem respeito. A partir desta fase da pesquisa passa-se a estudar as questões levantadas por Eugênio Trivinho. Lembrando que o conceito de dromocracia, trazido para as ciências humanas e sociais por Paul Virilio, sinaliza fundamentos teóricos para a compreensão da história e dos processos políticos e sociais pelo prisma do vetor dromológico, interessado em mostrar os elos de ligação entre os vetores da velocidade, da política e da guerra. Trivinho aponta a dromocracia dos tempos atuais como um vetor para intensificar a exclusão e a distância entre aqueles que dominam as senhas infotécnicas de acesso às novas tecnologias de informação, sejam eles indivíduos, instituições, empresas ou Estados. As grandes corporações e demais controladores das novas tecnologias, nos obrigam a reciclagens estruturais constantes, permanentes e velozes, que em seu bojo vão excluindo do acesso os que, por motivos diversos, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo.

Bauman também já havia detectado esta situação lembrando que na modernidade líquida o jogo da dominação não é mais jogado entre o maior e o menor, mas entre o mais rápido e o mais lento.

A partir dos estudos destes autores, concluímos que:

A) Se a lógica da velocidade tutelou a vida humana desde o início, como teorizou Paul Virilio, é bom lembrar que nem sempre se configurou com legitimidade social-histórica e jamais atingiu a maioria.

B) Para que essa grande maioria tenha acesso a alguns possíveis benefícios trazidos pelos processos dromocráticos é necessário muita luta e enfrentamento político. Até porque a dromocracia só se dava em processos locais. A capacidade de atingir o 'sistema' global só se evidencia em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. E só beneficia estratos sociais privilegiados.

C) Uma nova lógica de desigualdade se estrutura à sombra da condição ‘dromocrática-cibercultural’ da existência.’. Esta nova lógica de desigualdade gira em torno do imperativo que Trivinho denominou de dromoaptidão propriamente cibercultural. Para ser veloz, ou pelo menos para se obter a velocidade, que faz com que os indivíduos, instituições e Estados tenham condições de competitividade iguais ou semelhantes, são necessárias algumas competências como as de ordem econômicas e cognitivas, para acompanhar a lógica da reciclagem estrutural, implantada pelas grandes organizações do setor.

D) Esta ordem é praticamente impossível de ser acompanhada pela grande maioria, seja de indivíduos, instituições ou Estados, já que a reciclagem é constante e feita, cada vez mais, num período mais curto de tempo. As grandes corporações do ramo criam exigências digitais cada vez mais sofisticadas, com impressionante intensidade, e que são submetidas ao mercado.

E) Para dominá-los, primeiro é preciso ter a condição econômica para efetuar as novas mudanças e depois é necessário adquirir um novo saber, um novo poder cognitivo, que é de tal ordem que basta um curto período longe das novidades para que o indivíduo, instituição ou estado estejam fora do mercado, sem condições de igualdade com aqueles que estão no pleno domínio destas senhas infotécnicas de acesso.

F) Formou-se algo como uma espécie de pirâmide social de domínio. No topo está a elite cibercultural dromoapta, que opera com a máxima capacidade e condições fornecidas pelas novas tecnologias de informação. No centro desta pirâmide, aqueles que têm acesso a estas novas tecnologias ‘*en passant*’, através do uso de um computador pessoal, frequentadores de *lan house*, cibercafés, de quiosques públicos. Enfim, são aqueles que têm contato com as novas tecnologias, e pensam, muitas vezes, poder dominar alguns de seus aspectos; mas trata-se de um acesso limitado, muito distante da elite virtual. Na base da pirâmide está a grande maioria: os desprovidos de qualquer recurso, sejam de ordem econômica ou cognitiva, para acompanhar a velocidade das transformações. E por fim concluimos que uma nova hierarquia foi estabelecida. Hierarquia perversa, que não garante estabilidade aos que atingem determinado ponto. Hoje incluído, amanhã, longe do meio, estará fadado a não calcar mais aquele patamar.

A partir destas constatações iniciou-se uma nova fase deste estudo. Em quais aspectos esta nova realidade vai influenciar a vida do cidadão, de cada um de nós? Como ficamos? Que espaço ocupamos a partir desta nova ordem? Preocupações constantes nos estudos de Trivinho, que denuncia esta nova forma de exclusão como implacável, invisível e doce em sua maneira de ser. Os que tiverem condições de poder dominar as senhas infotécnicas de

acesso e, posteriormente acompanhar suas reciclagens estruturais constantes, se distanciarão cada vez mais dos que não tiverem esta condição. Em escala internacional, repete-se o cenário da desigualdade social histórica do capitalismo, diferenciando os países do Norte e do Sul. Em escala individual, a privação do indivíduo das senhas infotécnicas de acesso leva, com o passar do tempo, a um círculo vicioso do subemprego ou desemprego. Boaventura de Souza Santos, falando sobre o colonialismo do norte, afirma que neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação. Concluimos que a sobrevivência não é agora mais difícil do que foi antes, uma vez que cada época tem sua característica e inventa e impõe novas formas de dificuldades para o viver. Repetem-se, portanto. Só que, agora, numa velocidade bem mais acelerada.

Milhões de seres humanos estão à margem da nova sociedade cibercultural por estarem desqualificados já que não tiveram o domínio do capital dromocrático cibercultural e estão cada vez mais longe dessa possibilidade pelas contingências dromocráticas do processo, como explicado por Trivinho. Seriam os ‘redundantes’, como qualificou Zygmunt Bauman no livro *Vidas Desperdiçadas*. Ser redundante é diferente de ser desempregado. Redundante significa ser desnecessário. “Os outros não precisam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência”. (BAUMAN, 2004, p.18). Desempregado costumava indicar uma situação temporária, que poderia ser revertida a qualquer instante, diferente de ser ‘redundante’. Marilena Chauí usa o termo ‘pavor’ para explicar esta situação, que faz do povo uma massa atemorizada pelo pavor do a-social e do detrito, isto é, de ser excluído do mundo humano por falta de competência. Não saber é não estar integrado, não fazer parte do mundo, não ter direito a compartilhar, é estar na sociedade, mas ser um a-social, estar, ao mesmo tempo, fora dela. Marilena Chauí também considera como um “fantástico projeto de intimidação das massas” (1989) a elite se apresentar como detentora do saber. Assim como Chauí, Trivinho (2007) vê neste apossar dos conhecimentos um elemento de exclusão, que dá origem a um ‘espectro de morte’, de ‘atmosfera simbolicamente fúnebre’, citada por ele como consequência para os que não conseguem acompanhar o ritmo acelerado dos ciclos de reciclagens impostos pelas grandes corporações e pelos que detêm o domínio do sistema. Lixo, também é o termo usado por Marilena Chauí, (1989, p. 54) na tentativa de expressar como se sentem os “a-sociais”, desprovidos das oportunidades econômicas ou cognitivas. Com um agravante, ressalta a autora, agora o autoritarismo é invisível. Um inimigo que se deve combater, mas que se camufla dentro da

nova ordem social, que não tem um corpo definido, está aqui e lá, muito mais difícil, portanto, de ser combatido.

Diante deste quadro, concluiu-se que:

A) A massificação do uso dos computadores é algo que levará ainda muito tempo.

B) Só quando atingir este patamar, de total massificação do uso dos computadores, é que poderia se pensar numa contribuição mais efetiva para o aprimoramento da democracia. Porém, nem quando isso ocorrer, se ocorrer, podemos confiar na concretização desta finalidade.

C) Parece estar se repetindo agora com a Internet o que já ocorreu anteriormente com o rádio e a televisão. Quando estes veículos surgiram, também havia a expectativa de que seriam de grande potencial para o fortalecimento da educação e cidadania, servindo, conseqüentemente, como veículos que proporcionariam significativo aprimoramento democrático. No entanto, a estrutura centralizada e o uso comercial levaram, tanto o rádio como a televisão, a seguir pela via do entretenimento, voltados ao consumo, em vez da educação formativa. Tendência que frustra, principalmente, os que acreditam ser o papel fundamental dos meios de comunicação de massa o de instrumento de emancipação, de ligação e controle do poder público pela sociedade civil, se constituindo em tribuna democrática na qual o debate público entre estado e sociedade civil poderia se realizar.

D) Assim como os interesses de mercado se sobrepõem aos interesses do exercício da cidadania no rádio e na televisão, o mesmo vem ocorrendo na comunicação *on line*, dificultando ou impossibilitando seu uso como vetor do aprimoramento democrático.

E) Com relação à comunicação pública *on line*, poucos estão em condições de usufruir os seus benefícios. E são justamente estes os que não necessitariam destes possíveis benefícios, por serem dotados de outras condições de informação e formação. Estabelece-se, portanto, uma nova modalidade renovada de segregação social. Esta realidade provoca uma nova desigualdade de oportunidades que, antes de resolver as desigualdades anteriores, agrava a estratificação social. As oportunidades que surgem através da comunicação *on line* não estão ao alcance de uma considerável parcela da população e por isso aumenta a distância que separa os ricos e os pobres em informação e conseqüente oportunidade de participação no processo democrático, acrescentando aos mais abastados um rol de vantagens sobre os demais.

F) É certo que, principalmente em países industrializados, as oportunidades de acesso à Internet vêm aumentando em velocidade considerável. Nos países mais pobres a tendência

de aumento de acesso é menor. Porém, tanto num como em outro, esta evolução se estabilizará nos limites já desenhados das estratificações das classes sociais, que, por si só, eternizam e acentuam ainda mais as diferenças e exclusões de grande parcela da população.

Portanto necessário se faz abrir os olhos daqueles que, ainda maravilhados com a potencialidade das novas tecnologias, não enxergam o abismo social que está sendo dilatado. A Internet é um conjunto de tecnologias, mas também representa uma nova mentalidade e uma nova cultura no mundo dos sistemas de informação. A exemplo de outras revoluções provocará impactos e transformações. O valor efetivo da informação depende da capacidade dos usuários de interpretá-la. Informação só existe em forma de conhecimento e conhecimento depende de um longo processo de socialização e de práticas que criam a capacidade analítica. Não haverá, portanto, a universalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação sem a universalização de outros bens sociais. Com as estratificações existentes, as novas tecnologias vão servir para acentuar a distinção e favorecer aqueles já privilegiados, fornecendo-lhes mecanismos eficientes, em detrimento a grande maioria que continuará sem ter acesso a estes bens proporcionados pelas novas tecnologias e, pior, ainda mais distantes do primeiro grupo em função disso. A emergência do ciberespaço reproduzirá as dimensões da reprodução social, transportando do sistema de desigualdade para um sistema de exclusão.

A comunicação pública *on line* deveria ter uma função social bem mais relevante do que a simples produção de informações destinadas a provocar, unidirecionalmente, opinião pública favorável. O mínimo desejável é que o Estado pudesse dar informações isentas que fossem disponibilizados processos, arquivos e bancos de dados relativos às decisões que afetam a coisa pública. Tudo aberto ao olhar do cidadão através da rede possibilitando um olhar público para as coisas do Estado. Esta transparência mais o fomento da discussão, do debate e a possibilidade da realização de referendos e sondagens de opiniões contribuiriam para a formação do cidadão e, conseqüentemente, a possibilidade de aumento da participação política nestas sociedades democráticas. Somente, porém, os cidadãos organizados podem pressionar nessa direção. Neste aspecto é certo o pensamento de Negry e Hardt com relação a formação de uma nova consciência universal, embora consideramos improvável o conceito dos autores de que a multidão possa representar um novo contradito para o capitalismo. A oposição só é viável a partir da organização dos cidadãos como nas expectativas de Boaventura de Souza Santos (2007) na organização de movimentos como o Fórum Social Mundial. “Aí se abrem novos horizontes para as lutas políticas, sociais e culturais em prol de uma sociedade moralmente decente, mais justa, mais solidária e mais equilibrada”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARBEX, J.J. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, F. (Org). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1991.
- BAIRON, S. *Multimídia*. São Paulo: Global, 1995.
- BARBER, B. R. *Strong Democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- _____. *Strong Democracy: participatory politics for a new age*. Los Angeles: University of California Press, 2003.
- BARNETT, S. New Media, Old Problems: new techonology and the political process. In: *European Journal of Communication*. v. 12, n.2, p. 193-218, 1997.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1993.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacro e simulação*. Lisboa: Relógio D`água, 1991.
- _____. *As estratégias fatais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BIMBER, B. The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerat Pluralism. In: *Polity*, v. 31, n. 1, p. 133-160, 1998.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BOHMAN, J. Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democrtacy. In: *The Editorial Bopard of the Sociological Review*, 2004.

_____. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BUCHSTEIN, H. Bites that Bit: The Internet and Deliberative Democracy. In: *Constellations*: New York, 1997.

BUCY, E. P., GREGSON, K.S. Media Participation: a legitimizing mechanism of mass democracy. In: *New Media & Society*, v. 3, n.3, p. 357-380, 2001.

CARLSON, T; DJUPSUND, G. *Old Wine in New Bottles?* The 1999 Finnish Election Campaign on the Internet. Harvard: International Journal of Press Politics, 2001.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista*. Caderno CRH, Salvador, 1992.

CHADWICK, A. Bringing e-democracy back in: Why it matters for future research on e-governance. *Social Science Computer Review*, Londres, v. 21, n.4, p. 443-445, 2003.

CHALABY, J.K. New media, new freedoms, new threats. In: *Gazette*, Londres, v. 62, n.1, p. 19-29, 2000.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia: o discurso complementar e outras falas*. São Paulo: Cortês, 1989.

CHOUCRI, N. CyberPolitics. In: *Internacional Relations. International Political Science Review*, 2000.

CLEAVER, H. M. The Zapatista effect: the Internet and the rise of an alternative political fabric. In: *Journal of international Affairs*, v. 51, n.2, p. 621-640, 1998.

COHN, G. *O meio é a mensagem: análise de McLuhan*. In: COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria Cultural*. São Paulo: Editora Nacional. 1977.

COLEMAN, S. Can the new Media Invigorate Democracy? In: *Political Quarterly*, Oxford, v. 70, n.2, p. 16-22, 1999.

CRUMLISH, C. *O dicionário da Internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

CURRAN, J. Mass Media and Democracy: A Reappraisal. In: CURRAN, J. GUREVITCH, M. (Org.). *Mass Media and Society*. London, 1991.

DAHLGREN, P. The Internet, Public Spheres, and Political communication: dispersion and deliberatin. In: *Political Communiation*, v. 22, p. 147-162, 2005.

DEAN, J. Virtually Citizens. In: *Constellations*, Oxford, v. 4, n. 2, p. 264-281, 1997.

DEIBERT, R.J. International Plub´n Play? Citizen activism, the Internet and global public policy. In: *International Studies Perspectives*, Oxford, v.1, p. 255-272, 2000.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1, Rio de Janeiro, 1995.

DERTOUZOS, M. *O que será*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DIMAGGIO, P. Social Implications of the Internet. In: *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 307-336, 2001.

DIZARD JR, W. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DONGHI, Túlio H. *História da América*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOWNEY, J. FELTON, N. New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, Londres, v. 5, n.2, p. 185-202, 2003.

ESTER, P; VINKEN, H. Debating civil society: On the fear for civic dedcline and hope for the Internet alternative. *International Sociology*, Londres, v. 18, n. 4, p. 659-680, 2004.

FARIA, E. (Org.). *Dicionário Escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1956.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Nobel, 1977.

FILIPPO, D. *O futuro da usenet*. Intert.br, ano 2, no 18, novembro de 1997.

FIORIN, J.L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.

FRANÇA, V. *Comunicação e política: edifica-se uma tradição?* Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, IX, Belo Horizonte/MG, 2002, Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc>>. Acesso em: 27/12/2008.

GATES, B. *A empresa na velocidade do pensamento*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

GILDER, G. *A vida após a televisão: vencendo na revolução digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GIMMLER, A. Deliberative democracy, the public sphere and the Internet. *Philosophy & Social Criticism*, Londres, v. 27, n.4, p. 21-39, 2001.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUILLAME, Marc. *La contagion des passions: essai sur l'exotisme intérieur*. Paris: Plon, 1989.

HABERMAS, J. Introduction. In: *Rádio Juris*, v.12, no 4, p. 329-335, 1999.

HELD. D. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

IBOPE. *Brasil lidera acesso mundial a portais governamentais*. Disponível em <<http://www.compy.com.br/downloads/setorial/Internet.htm>> Acesso em: 15 maio 2007.

JENSEN, J.L. Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored – A Comparison. *Scandinavian Political Studies*, 2003.

KINDER, T. Vote Early, Vote Often: tele democracy in European cities. *Blackwell Publishers*, Oxford, v. 80, n.3, p. 557-582, 2002.

KLEINSCHMIDT, C; GOODMAN, A. *Portalfrequently asked questions*. Disponível em: <<http://www.traffick.com/story.asp>> Acesso em: 06 jan. 2009.

LANDOW, G. The definition of hypertext and its history as concept. (*on line*) URL: <http://landow.stg.brown.edu/ht/history.html> In: LANDOW, G. *Hypertext: the convergence of contemporary critical theory and technology*. Disponível em: <<http://www.stg.brown.edu/projects/hypertext/landow/contents.html>> Acesso em: 16 abr. 2007.

LEÃO, L. *O labirinto da hipermídia: arquitetura e navegação no ciberespaço*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

LEMOS, A. *Anjos interativos e retribalização do mundo*. Sobre interatividade e interfaces digitais(*on line*). Disponível em: <<http://facom.ufaba.br/pesqu/ciber/lemosinterac.html>> Acesso em: 17 abr. 2007.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, F; SILVA, J. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipicuro, 2000.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. *Ciberdémocratie – essai de philosophie politique*, Paris: Odile Jacob, 2002.

LIMONGI, F. P. “O federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEEFFORT, F. C. (Org.). *Os clássicos da política*. Vol. I. São Paulo: Ática, 1991, p. 243-287.

MACLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1974.

MACLUHAN S; STANINES D. (Org.). *MacLuhan por MacLuhan*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2003.

MARTIN, Peter. *A história de Walt Disney*. Rio de Janeiro: Vechi, 1960.

McCHESNEY, R. Corporate Media Verus Demoracy. In: *Corporate Media and the Threat to Democracy*” Nova Iorque. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/chesney.htm>> Acesso em: 15 abr. 2007.

MIELNICZUK, L. Interatividade no jornalismo on line: o caso Netestado. In: *XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. INTERCOM 99. Rio de Janeiro. Acesso em: 17 abr. 2007.

MORAIS, F. O impacto das novas tecnologias na comunicação pública on line. In: *51º Congresso Paulista de Municípios*. Campos do Jordão, 2007.

MUSSO, P. *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. (Org.). André Parente. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NEGROPONTE, N. *A vida digital*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NEGRY, A; HARD, N. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Porto: Campos das Letras, 2004.

NÖTH, W. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.

NÓVOA, A. Relação Escola-Sociedade: Novas respostas para um Velho Problema. In: SERBINO, R. V. (Org.) *Formação de Professores*. São Paulo: Unesp, 1998.

OUTING, S. O que os jornais deveriam fazer. Parem as Máquinas. *Mundo Digital*. 16/02/2000 (on-line). Disponível em: <<http://www.uol.com.br/internet/parem/par260299>>. Acesso em: 8 nov. 2007.

_____. É preciso conteúdo de primeira para gerar receita de primeira. Parem as Máquinas, *Mundo Digital*, 20/06/2000 (On line). Disponível em: <<http://uol.com.br/Internet/colunas/parem/ult35.shl>>. Acesso em: 8 nov. 2007.

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere: the Internet as a Public Sphere. *New Media & Society*, Londres, v. 4, n.1, p. 9-27, 2002.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PC MAGAZINE. *Home on the Web*. 1998 (On line). Disponível em: <<http://www.zdnet.com./pcmag/features/webportais/intro.html>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

PCWEBOPEDIA. *Web Portal. Webopedia definition and links*. Disponível em: <<http://www.pcwebopaedia.com/term/w/webportal.html>> Acesso em: 6 jan. 2009.

PRIMO, A. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. Texto apresentado no *GT de Teoria da Comunicação do Intercom 98*. Disponível em: <<http://wwwpsico.ufrgs.br/-aprimo/pb/intera.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

RODRIGUES, B. (bruno-rodrigues@uol.com.br). Acesso em: 17 de jan. 2009

RUBIM, A. C. As novas configurações da política na Idade Mídia. In; *Intercom Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, 1997.

SALTER, L. Structure and Forms of Use: a contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy. *Information, Communication and Society*, v. 7, n.2, p. 185-206, 2004.

SANTAELLA, L. *A percepção*. São Paulo: Experimento, 1993.

_____. *Comunicação e Pesquisa: projetos para Mestrado e Doutorado*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, B. S. *5º Fórum Social. Mundial. Um Fórum para o Futuro (on line)*. Disponível em: <http://forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news-40>. Acesso em: 7 fev. 2009.

SANTOS, B. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEARCH ENGINE WATCH. How search engines work. (On line). Disponível em: <<http://www.searchenginewatch.com/webmasteres/work.html>>. Acesso em: 15 maio 2007.

SILVA, F. *Memorando ao birô para assuntos interamericanos*. 13/08/1941, CPDOC/FGV, IAA. 41.06.21.

_____. Democracia deliberativa: avaliando seus limites. In: *Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política*, II, 2004.

SILVA JR., J. A. *Jornalismo on line brasileiro: elemento de análise dos recursos em hipermídia*. In: *XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 99*. Rio de Janeiro, setembro de 1999. Disponível em:

<<http://www.facom.ufba.br/Post/jornalbr>> Acesso em: 15 jan. 2007.

SILVEIRA, S. *Poder no ciberespaço: o estado-nação, a regulamentação e o controle da internet*. São Paulo, 2000. Dissertação (mestrado em ciência política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCHL, Universidade de São Paulo.

STRATHERN, M. *Artificial life. Reproducing the future*. Manchester: Univesrsity Press, 1992.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural. Lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Epistemologia em ruínas: a implosão da teoria da comunicação na experiência do ciberpaço. In: MARTINS, F; SILVA, J. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucro, 2000.

_____. *Cyberspace: crítica da nova comunicação*. São Paulo: Biblioteca da ECA, USP, 1999.

_____. *Redes: obliterações no fim de século*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

_____. A estética do capital. In: *Comunicação & Política*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, v. 9, n. 2/4. São Paulo: Editora Oito de Março, 1989.

_____. Cibercultura, sociossemiose e morte. Sobrevivência em tempos de terror dromocrático. In: *Revista Fronteiras - Estudos midiáticos*, 2003.

_____. Dromocracia, cibercultura e transpolítica – Contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. In: *Revista Fronteiras – Estudos midiáticos*, 2003.

VANEIGEM, R. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad Livros, 2000.

VILCHES, L. *A migração digital*. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

VIRILO, P. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/org/wiki?portal_\(internet\)](http://pt.wikipedia.org/org/wiki?portal_(internet))>. Acesso em: 17 jan. 2009.

ANEXOS

Anexo 1

Lista de estados do Brasil por participação no PIB

Posição Dados relativos à 2005	Estado	PIB em % de participação
1	São Paulo	33.86%
2	Rio de Janeiro	11.50%
3	Minas Gerais	08.97%
4	Rio Grande do Sul	06.72%
5	Paraná	05.90%
6	Bahia	04.24%
7	Santa Catarina	03.97%
8	Distrito Federal	03.75%
9	Goiás	02.35%
10	Pernambuco	02.32%
11	Espírito Santo	02.20%
12	Ceará	01.91%
13	Pará	01.82%
14	Mato Grosso	01.74%
15	Amazonas	01.55%
16	Maranhão	01.18%
17	Mato Grosso do Sul	01.01%
18	Rio Grande do Norte	00.83%
19	Paraíba	00.79%
20	Alagoas	00.66%
21	Sergipe	00.63%
22	Rondônia	00.60%
23	Piauí	00.52%
24	Tocantins	00.42%
25	Acre	00.21%
26	Amapá	00.20%
27	Roraima	00.15%

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de estados do Brasil por participa%C3%A7%C3%A3o no PIB](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_participa%C3%A7%C3%A3o_no_PIB) – acesso em 06/02/2008

Lista de estados do Brasil por PIB per capita

Posição Dados relativos à 2005	Estado	PIB per capita em R\$ milhares
1	Distrito Federal	34.510
2	São Paulo	17.977
3	Rio de Janeiro	16.052
4	Santa Catarina	14.539
5	Espírito Santo	13.846
6	Mato Grosso	13.365
7	Rio Grande do Sul	13.310
8	Paraná	12.339
9	Amazonas	10.320
10	Minas Gerais	10.012
11	Mato Grosso do Sul	9.557
12	Goiás	8.992
13	Rondônia	8.408
14	Roraima	8.123
15	Amapá	7.344
16	Tocantins	6.957
17	Sergipe	6.821
18	Acre	6.692
19	Bahia	6.583
20	Rio Grande do Norte	5.948
21	Pernambuco	5.931
22	Pará	5.617
23	Ceará	5.054
24	Paraíba	4.690
25	Alagoas	4.687
26	Maranhão	4.150
27	Piauí	3.700

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de estados do Brasil por PIB per capita](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_PIB_per_capita) – acesso em 06/02/2008

Lista de estados do Brasil por densidade demográfica

Densidade demográfica dos estados (2005)				
Posição	Estado	População	Área km²	Densidade hab./km²
1	Distrito Federal	2.333.108	5.822,1	400,73
2	Rio de Janeiro	15.383.407	43.696,1	352,05
3	São Paulo	40.442.795	248.209,4	162,93
4	Alagoas	3.015.912	27.767,7	108,61
5	Sergipe	1.967.761	21.910,3	89,81
6	Pernambuco	8.413.593	98.311,6	85,58
7	Espírito Santo	3.408.365	46.077,5	73,97
8	Paraíba	3.595.886	56.439,8	63,71
9	Santa Catarina	5.866.568	95.346,2	61,53
10	Rio Grande do Norte	3.003.087	52.796,8	56,88
11	Ceará	8.097.276	148.825,6	54,40
12	Paraná	10.261.856	199.314,9	51,48
13	Rio Grande do Sul	10.845.087	281.748,5	38,49
14	Minas Gerais	19.237.450	586.528,3	32,79
15	Bahia	13.815.334	564.692,7	24,46
16	Maranhão	6.103.327	331.983,3	18,38
17	Goiás	5.619.917	340.086,7	16,52
18	Piauí	3.006.885	251.529,2	11,95
19	Rondônia	1.534.594	237.576,2	6,46
20	Mato Grosso do Sul	2.264.468	357.125,0	6,34
21	Pará	6.970.586	1.247.689,5	5,58
22	Tocantins	1.305.728	277.620,9	4,70
23	Acre	656.043	152.581,4	4,30
24	Amapá	594.587	142.814,6	4,16
25	Mato Grosso	2.803.274	903.357,9	3,10
26	Amazonas	3.232.330	1.570.745,7	2,05
27	Roraima	391.317	224.299,0	1,74

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_densidade_demogr%C3%A1fica – acesso em 06/02/2008

Lista de estados do Brasil por analfabetismo

Analfabetismo (2005)		
Posição	Estado	Analfabetismo
1	Distrito Federal	3%
2	Rio de Janeiro	4%
3	Santa Catarina	4%
4	São Paulo	4%
5	Rio Grande do Sul	5%
6	Paraná	7%
7	Amapá	8% ^[1]
8	Amazonas	9% ^[1]
9	Espírito Santo	9%
10	Mato Grosso do Sul	9%
11	Minas Gerais	9%
12	Mato Grosso	10%
13	Roraima	10% ^[1]
14	Rondônia	10%
15	Goiás	10%
16	Pará	14%
17	Tocantins	17%
18	Acre	18% ^[1]
19	Sergipe	19%
20	Bahia	20%
21	Pernambuco	21%
22	Ceará	21%
23	Rio Grande do Norte	22%
24	Maranhão	23%
25	Paraíba	25%
26	Piauí	27%
27	Alagoas	29%

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_analfabetismo – acesso em 06/02/2008

Lista de estados do Brasil por IDH

Posição Dados relativos à 2000	Estado	IDH em 2000
1	Distrito Federal	0.844
2	Santa Catarina	0.822
3	São Paulo	0.820
4	Rio Grande do Sul	0.814
5	Rio de Janeiro	0.807
6	Paraná	0.787
7	Mato Grosso do Sul	0.778
8	Goiás	0.776
9	Mato Grosso	0.773
10	Minas Gerais	0.773
11	Espírito Santo	0.765
12	Amapá	0.753
13	Roraima	0.746
14	Rondônia	0.735
15	Pará	0.723
16	Amazonas	0.713
17	Tocantins	0.710
18	Pernambuco	0.705
19	Rio Grande do Norte	0.705
20	Ceará	0.700
21	Acre	0.697
22	Bahia	0.688
23	Sergipe	0.682
24	Paraíba	0.661
25	Piauí	0.656
26	Alagoas	0.649
27	Maranhão	0.636

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH – acesso em 06/02/2008

Anexo 2 – Cruzamento dos dados por Estado

PIB	\$ per capita	Dens. demog.	Alfabetização	IDH	Internet	Pop acesso comp
SP	DF	DF	DF	DF	DF	DF
RJ	SP	RJ	RJ	SC	RJ	SP
MG	RJ	SP	SC	SP	AC	RJ
RS	SC	AL	SP	RS	PE	SC
PR	ES	SE	RS	RJ	RN	PR
BA	MT	PE	PR	PR	PA	RS
SC	RS	ES	AP	MS	BA	MG
DF	PR	PB	AM	GO	SP	ES
GO	AM	SC	ES	MT	PR	MS
PE	MG	RN	MS	MG	SE	MA
ES	MS	CE	MG	ES	RS	GO
CE	GO	PR	MT	AP	MT	MT
PA	RO	RS	RR	RR	MA	AM
MT	RR	MG	RO	RO	MG	PE
AM	AP	BA	GO	PA	GO	RN
MA	TO	MA	PA	AM	CE	RR
MS	SE	GO	TO	TO	ES	SE
RN	AC	PI	AC	PE	PA	AP
PB	BA	RO	SE	RN	AP	BA
AL	RN	MS	BA	CE	AL	CE
SE	PE	PA	PE	AC	MS	PB
RO	PA	TO	CE	BA	SC	RO
PI	CE	AC	RN	SE	TO	PA
TO	PB	AP	MA	PB	AM	AL
AC	AL	MT	PB	PI	PI	AC
AP	MA	AM	PI	AL	RR	PI
RR	PI	RR	AL	MA	RO	TO

Anexo 3 – Pesquisa nos portais do Executivo

	Gov Fed			RJ			SP		
	0	1	2	0	1	2	0	1	2
Navegabilidade									
Mecanismos de busca no <i>portal</i>									
Mecanismos de ajuda no <i>portal</i>									
Mapa do <i>portal</i>									
Página em outro idioma									
<i>Link</i> de volta à página inicial visível									
Dicas de acessibilidade									
Impressão amigável									
Envio por <i>e-mail</i>									
Disponibilidade de <i>links</i>									
Recursos de áudio e vídeo									
Média	1,7			1,0			1,4		
Informações governamentais									
Inform. econômicas, culturais, turísticas, históricas, geográficas, étnicas, etc									
Legislação									
Programas governamentais									
Notícias sobre fato decidido									
Notícias de ações governamentais que ainda serão tomadas									
Programas de inclusão digital									
Média	1,3			1,1			1,8		
Serviços									
<i>Delivery</i> informativo: inserção de Dados pelo usuário e obtenção de informação									
<i>Delivery</i> imediato de informações: atendimento <i>on line</i> instantâneo									
<i>Delivery</i> burocrático: emissão de documentos oficiais									
Média	1			1,3			1,3		

Controle público									
Acompanhamento financeiro									
Pré-legislação com potencialidade de debate prévio									
Média	0			0			1		
Participação									
Informações acerca dos espaços de participação popular existentes no governo									
Existência de sondagem não-publicada									
Existência de sondagem publicada									
<i>Locus</i> crítico não publicado									
<i>Locus</i> crítico publicado									
Sistema de votação eletrônica p sondagem de opinião									
Sistema de votação eletrônica p desfecho deliberativo									
Constituição de agenda decisória									
Espaço para denúncias									
Oferecimento de <i>news letter</i>									
Fale conosco									
Média	0,3			0,4			0,2		

Anexo 4 – Pesquisa nos portais do Legislativo

	Cam			Alerj			Alesp		
	0	1	2	0	1	2	0	1	2
Navegabilidade									
Mecanismos de busca no <i>portal</i>									
Mecanismos de ajuda no <i>portal</i>									
Mapa do <i>portal</i>									
Página em outro idioma									
<i>Link</i> de volta à página inicial visível									
Dicas de acessibilidade									
Impressão amigável									
Envio por <i>e-mail</i>									
Disponibilidade de <i>links</i>									
Recursos de áudio e vídeo									
Média	1,8			0,4			1,4		
Informações institucionais									
Informações econômicas, culturais, turísticas, históricas, geográficas, étnicas, etc									
Legislação									
Notícias sobre fato decidido									
Programas de inclusão digital									
Pauta do dia ou ordem do dia									
Projetos em discussão									
Informações sobre o processo legislativo									
Média	1,7			1,4			1,4		
Serviços									
<i>Delivery</i> informativo: inserção de dados pelo usuário e obtenção de informação									
<i>Delivery</i> imediato de informações: atendimento on line instantâneo									
<i>Delivery</i> burocrático: emissão de documentos oficiais									
Média	0,6			0,6			0,6		
Controle público									

Acompanhamento financeiro									
Pré-legislação com potencialidade de debate prévio									
Média	1			0				1	
Participação									
Informações acerca dos espaços de participação popular existentes no Legislativo									
Existência de sondagem não-publicada									
Existência de sondagem publicada									
<i>Lócus</i> crítico não publicado									
<i>Lócus</i> crítico publicado									
Sistema de votação eletrônica p sondagem de opinião									
Sistema de votação eletrônica p desfecho deliberativo									
Constituição de agenda decisória									
Espaço para denúncias									
<i>Oferecimento de news letter</i>									
Fale conosco									
Média	0,5			0,1				0,3	

Anexo 5 – Imagens da *home page* dos portais pesquisados no período de janeiro a maio de 2008

Assim, no período de janeiro a maio, foram pesquisados os portais estaduais:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>

Portal do GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Português | English | Español

Digite sua busca...

Busca Avançada

SP NOTÍCIAS | CONHEÇA SP | AÇÕES DE GOVERNO | ÓRGÃOS E ENTIDADES | CIDADÃO.SP | **letrados@sp**

CONVERSA COM O GOVERNADOR

AÇÕES DE GOVERNO

FATECS E ETECS
Abrindo portas para o mercado de trabalho

RODOANEL
Reduzindo o trânsito dentro da cidade de São Paulo

SP NOTÍCIAS

Última semana para inscrição no vestibular do Paula Souza
Terminam dia 20 as inscrições para Fatecs e Etecs. Os candidatos devem preencher o formulário exclusivamente pela internet, nos sites das instituições, em <http://www.vestibularfatec.com.br> e <http://www.vestibulinhoetec.com.br>.

Metrô e CPTM recebem US\$ 650 milhões do Bird para comprar trens

Economia

Procon aponta alta nas taxas de cheque especial e empréstimo

Estado realiza mutirão de manografia no sábado

Fala do Governador
Discursos | Artigos

No Jornal O Globo, Seabra escreve sobre Artur da Távola

Últimas Notícias

12/05/2008 - 13:21
O papel de SP na imigração japonesa será tema de exposição

12/05/2008 - 12:48
Banda Sinfônica homenageia imigração

12/05/2008 - 11:45
Procon aponta alta nas taxas de cheque especial e empréstimo

SERVIÇOS

CIDADÃO SP

- IPVA 2008
- Multas e Pontos
- Rodovias Online
- Boletim de Ocorrência Eletrônico
- Ofertas de Trabalho
- Poupatempo
- Acessa São Paulo
- Ouvidorias do Governo
- Procon
- Diário Oficial
- Antecedentes Criminais
- Mais serviços

EMPRESA SP

- Bolsa Eletrônica de Compras
- e-Negócios Públicos
- Posto Fiscal Eletrônico
- Central de Atendimento ao Exportador
- Pregão
- Licenciamento Ambiental

GOVERNO SP

- Mapas SP
- Legislação
- Orçamento 2008
- Plano Plurianual 2004-2007
- Parcerias Público-Privadas
- Contas Públicas
- Folha de Pagamento

ORGÃOS E ENTIDADES

- Governador
- Secretarias
- Empresas
- Autoridades
- Fundações
- Poder Público
- Prefeituras Paulistas

DESTAQUES

Imigração Japonesa - 100 anos
Durante todo o ano de 2008, a presença japonesa no Estado de São Paulo - Tabela de símbolos e reservações de 100 ações desativadas pelo Governo paulista.

Nota Fiscal Paulista
A partir de agora, o consumidor que exigir nota fiscal pode receber de volta até 30% do ICMS recolhido pelo estabelecimento em cada compra.

NA IMPRENSA

- Alunos vão aprender a comer direito
- Meio ambiente contrata

FALE CONOSCO

Tire suas dúvidas, dê suas opiniões, críticas e sugestões.



GOVERNO DO Rio de Janeiro

[ajuda](#) | [mapa do site](#)

Bem-vindo.
Esté é seu canal on-line com o Estado do Rio de Janeiro. Transparência, eficiência e serviços importantes na sua mão.

Governo +
Estado +
Serviços -
Para o cidadão
Para o servidor público

Notícias +
Invista no Rio +
Links Úteis +

- ▶ Governo Federal
- ▶ Municípios



DENUNCIE OS FOCOS DO MOSQUITO
0800-6000424



EGP-Rio
ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DO GOVERNO



SigeRio
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Como podemos ajudar?

Descreva, em poucas palavras, o que você precisa:

Serviços mais acessados:

- ▶ Saúde de família
- ▶ Datas para vistoria de veículos
- ▶ Pagamento de tributos
- ▶ Fazer uma denúncia anônima
- ▶ Acompanhamento de Processos do Estado - UPO
- ▶ Consulta Taxa de Incêndio
- ▶ Webmail
- ▶ Emitir um documento
- ▶ Telefones Úteis
- ▶ A cidadania desde a Nação até a Família

Últimas Notícias

12/05/2008 14:22
Cedae inaugura elevatória do Jardim Botânico
Com a nova elevatória, inaugurada hoje, cerca de 5 milhões de litros de esgoto por dia deixarão de ser despejados na Lagoa Rodrigo de Freitas. Evento contou com a presença de Carlos Minc e Wagner Victor.
[\[mais\]](#)

12/05/2008 13:21
DER trabalha para recuperar a Estrada de Madureira
O DER está executando serviços de tapa-buracos ao longo da RJ-105.
[\[mais\]](#)

12/05/2008 14:43
Rio das Ostras comemora Semana da Luta Antimanicomial
Evento visa sensibilizar quanto à reintegração social de pacientes.
[\[mais\]](#)

2008 | Governo do Rio de Janeiro | Todos os direitos reservados | Tecnologia PRODERJ

200

Notícias

Ministério da Cultura estuda propostas de alteração da Lei Rouanet

III CNMA aprova mais de 650 propostas com destaque para educação ambiental

Integração Nacional apóia Projeto de Sustentabilidade do Pantanal

Países sul-americanos definem estratégia de pesquisa na Antártica

Governo amplia prazo para vacinação do idoso

Saúde define diretrizes para formação da Rede Nacional de Terapia Celular

Abono salarial já foi pago a 94,67% dos beneficiários em todo o país

[Veja a lista completa »](#)

Em Questão

Operação da PF reduz em 80% desmatamento na Amazônia

Serviços mais procurados

- > Consulta Situação Cadastral Pessoa Física - CPF
- > Aposentadoria por idade
- > Andamento de processos de concessão inicial de benefícios
- > Aposentadoria especial
- > Andamento de processos de revisão de benefícios
- > Auxílio-doença
- > Concursos
- > Direito ao Pré-Natal
- > Aposentadoria por invalidez
- > Bulário Eletrônico

[Veja mais serviços »](#)

III Prêmio SEAE 2008

Objetivo é estimular a pesquisa acerca de temas subjacentes à "Defesa da Concorrência" e "Regulação Econômica"

Língua Portuguesa



A Olimpíada de Língua Portuguesa mobilizará 6 milhões de alunos. As inscrições foram prorrogadas.

Ciência e Saúde



Nova tecnologia ajuda no diagnóstico do câncer de mama

Porte de arma



Toda arma no País deve estar registrada. Saiba mais



Clique aqui e veja mais.

COMBATER A DENGUE É UM DEVER MEU, SEU E DE TODOS



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.



2008

NOTÍCIAS ON-LINE FOTOS

ÔNIBUS DO COTA DO CONQUISTOR PARA ATENDIMENTO DO CONQUISTOR



SÃO CRISTÓVÃO RECEBE ÔNIBUS DO COTA DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

O ônibus da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) da Assembleia Legislativa do Rio, criada pela deputada Ghella Gama (PDT), está nesta semana, entre segunda-feira (22/08)...

DEPUTADO SABINO ADERCE À FRENTE PARLAMENTAR DO COTA DOS ROYALTES

O deputado Sabino (PSC) entrou na briga em defesa dos royalties do petróleo fundando e solicitou a inclusão do seu nome na Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties do Estado do Rio Sabino partiu...

NOVA PRESIDÊNCIA DA FAMILIA ALERJ FALAR DOS PLANOS PARA A FUNDAÇÃO

O Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio vai realizar uma audiência pública nesta quinta-feira (22/08) às 16h, na sala 216 do Palácio Trindade, para...

DISCUSSÃO SOBRE REDISTRIBUIÇÃO DE ROYALTES GANHA DESTAQUE EM REUNIÃO

O presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Rio, deputado Gláucio Lopes (PDS) marcou para esta segunda-feira (22/08) às 11h, no auditório Senador Nelson Carneiro, no 11º...

COMISSÃO REALIZARÁ SEMINÁRIO DE COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DA ADOÇÃO

No ano em que se comemoram oficialmente os 200 anos da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, a Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Rio criada em comemoração aos 100 anos de abolição...

PLANO LEGISLATIVO

COMO UM PROJETO SE TORNA LEI NA ALERJ

TV ALERJ

CLIQUE PARA VISUALIZAR A TELA DE NOTÍCIAS

INTERCÂMBIOS

O Interâmbio visa a integração dos poderes legislativo, executivo, judiciário e Ministério Público e Base de Dados.

CONFERÊNCIAS

Vozes de Parlamento Público e Contemporâneo

SEMINÁRIO

Novo Parlamento de Desenvolvimento Estratégico: Janelas, Portais e Temas

SOLIDARIEDADE

Confira aqui as solidariedades realizadas no 11º

Orçamento Participativo

PARLAMENTO JUVENIL

Diário Oficial do Estado do RJ

PLANO LEGISLATIVO

COMO UM PROJETO SE TORNA LEI NA ALERJ

TV ALERJ

CLIQUE PARA VISUALIZAR A TELA DE NOTÍCIAS

INTERCÂMBIOS

O Interâmbio visa a integração dos poderes legislativo, executivo, judiciário e Ministério Público e Base de Dados.

CONFERÊNCIAS

Vozes de Parlamento Público e Contemporâneo

SEMINÁRIO

Novo Parlamento de Desenvolvimento Estratégico: Janelas, Portais e Temas

SOLIDARIEDADE

Confira aqui as solidariedades realizadas no 11º

Orçamento Participativo

PARLAMENTO JUVENIL

Diário Oficial do Estado do RJ

JORNAL / REVISTA ALERJ



JORNAL ALERJ
para informar
para a criação
de um
relatório de
responsabilidade que
reflete a realidade
das atividades e do
projeto em
de 2008

Revista ALERJ
é criada para as
atividades de
relatório de
responsabilidade
do desenvolvimento
humano

Trabalhar
Sempre

Palácio Trindade - Rua Princesa de Marçá, s/n - CEP: 20010-000 - Praça XV - Rio de Janeiro
Telefone: +55 (21) 2988-1800, Fax: +55 (21) 2988-1814

©Copyright 2008 - Alerj

São Paulo, 12 de Maio de 2008 16ª Legislatura

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

CLIQUE AQUI

MAPA DO PORTAL FALE CONOSCO BUSCA Escolha uma base de dados

PARLAMENTARES SERVIDORES FORNECEDORES LOGIN CADASTRE-SE
 AGENDA LEGISLAÇÃO PROJETOS CONTAS SENHA MINHA SENHA

Página Inicial

A Assembléia

Os Deputados

Processo Legislativo

Comissões

Administração da ALESP

Comunidade

Doc. e Informação



09/05/2008 18h11

Sessão solene homenagem profissionais da saúde

Anterior Próximo

12/05/2008 12h01m
Suenaga Kimiko exprime através da cerâmica profissão de fé e intensa vida interior

12/05/2008 09h32m
Deputado parabeniza aniversário de cinco anos da TV TEM

12/05/2008 09h27m
Inaugurado o complexo viário Jurubatuba

12/05/2008 09h12m
Deputado garante R\$ 80 mil para Santo Antônio do Aracanguá

12/05/2008 09h03m
Convênios liberam verba para hospitais da região de Bauru

12/05/2008 08h59m
Parlamentar intercede junto ao governo federal em prol de fundo de

[Mais Notícias](#) | [Procurar Notícias](#)

ALTV - Programação

Instituto do Legislativo

CPI - Acompanhe aqui

História da Alesp

Parlamento Jovem

SOS Racismo

Frentes Parlamentares

Regimento Interno

Destaques

Diagnósticos do Estado

IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social

BIMSP - Base de Informações Municipais do Estado

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, São Paulo - SP - CEP 04097-900 - PABX: 3886-6122 | [Mapa do Portal](#) | [Sobre o Portal](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros. Glossário | Mapa do Portal | Fale Conosco English Español

Outros Portais Senado Buscar no Portal Buscar

Conheça a Câmara Agenda da Câmara Transparência Deputados Projetos de Lei e Outras Proposições Plenário Comissões Conheça o Processo Legislativo Interação Legislativa Legislação Biblioteca e Arquivo Publicações e Estudos Licitações e Contratos Concursos e Estágios

Participação Popular Orçamento Brasil Plenarinho Ouvidoria Fale Conosco Fale com o Deputado

Chinaglia inclui PEC que muda rito de MPs na pauta

O presidente da Câmara vai incluir na pauta do Plenário desta semana a PEC que muda a tramitação de medidas provisórias e a PEC do Trabalho Escravo. As outras matérias que serão votadas nesta semana serão definidas em reunião de líderes, marcada para amanhã. Entre elas, a regulamentação da Emenda 29.

Banco de Imagens

Últimas notícias - 12/05/2008

- 14:56 Comissão analisa censo para atualizar fundo dos municípios
- 14:42 Fiscalização Financeira pode investigar gastos com cartões
- 14:27 Comissão vai resgatar dados sobre Guerrilha do Araguaia
- 14:17 Amazônia avalia estrutura e orçamento da Sudam
- 14:11 Comissão analisa criação de áreas de livre comércio no Sul

Agência Câmara | Jornal da Câmara | Rádio Câmara | TV Câmara

Seminário Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada | 20 Anos da Constituição | Seminário sobre a sugestão de Alteração do FGTS

Programa: Gestão Ambiental - Eocâmara | Prêmio Darcy Ribeiro de Educação - Indicações | Concurso Nacional de Ideias para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo

Inscrições | Outros Eventos Programados | Eventos Realizados

Disque-Câmara - 0800 619 619 - Telefone: (61) 3216-0000
 Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
 Brasília - DF - CEP 70160-900 - CNPJ 00.530.352/0001-59

53ª Legislatura
 2ª Sessão Legislativa Ordinária

[Sobre o Portal](#) | [Extranet](#)

Câmara Faz

- Câmara firma acordo para folha de pagamento
- Servidor apresenta trilha sonora dos programas da TV

Fique Por Dentro

- Reforma Tributária
- Medidas Provisórias
- Inclusão Digital

Pesquisas Rápidas

Deputados: Escolha um Deputado

Projetos de Lei e Outras Proposições: Projeto de Lei Número: Ano: OK

Pesquisa Completa

Comissões: Escolha a Comissão

Anexo 6 – Consultas formuladas aos portais

Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Destaque do governo

Brasília - Quinta-Feira, 8 de Maio de 2008

INSTITUCIONAL PROGRAMAS SERVIÇOS

0800 707 2003

OUVIDORIA
FALE CONOSCO

Desenvolvimento Social

you are here: [página inicial](#) → [serviços](#)

Nossas desculpas...

O item que você requisitou não existe nesse servidor ou não pode ser servido.

Por favor verifique o endereço informado ou use a função de busca dessa página para encontrar o que você está procurando.

Se você sabe que o endereço informado está correto mas está encontrando um erro, por favor contate o Administração do Site.

Obrigado.

404 - Não encontrado

Transparência Pública

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'C', 5º andar, CEP 70046-900 - Brasília/DF

Alesp > Prestação de Contas - Windows Internet Explorer

http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/PrestacaoContas?vgnextoid=73e0bc5b38f57110VgrVCM100000590014acRCRD

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

O Internet Explorer não pod... Alesp > Prestação de Co... X

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Home > Os Deputados > Prestação de Contas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Palácio 9 de Julho
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Auxílio - Encargos Gerais de Gabinete e Auxílio-hospedagem Reembolso por Natureza da Despesa

BARROS MUNHOZ

Abril/2008

Data da atualização: 9/5/2008

Natureza da Despesa	Valor utilizado
A - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	90,00
B - LOCAÇÃO E MANUT DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, CONDOMÍNIOS E OUTROS	1544,95
E - MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	399,71
F - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (CONSULTORIA, PESQUISAS ETC)	7680,00
I - HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	88,90
J - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (EXPEDIÇÃO DE CARTAS E TELEGRAMAS)	11,70
TOTAL DO MES	9815,26

Concluído

Iniciar Windows Live Messen... Alesp > Prestação de... exec e legis analise portais legisla...

São Paulo, 8 de Maio de 2008 16ª Legislatura

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

TV Assembleia

HOME DO PORTAL NUS CONTEÚDO BUSCA Enviar uma nova busca

Home > Assembleia > Agenda do Dia

AGENDA DO DIA

Agenda da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Data: 08.05.2008 - Qui

08h00	Evento:	Exposição de Cerâmica de Cunha - Forno Noborígem.
	Local:	Mall Monumental
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	Presidência
	Imagens:	Cotas Programação
09h00	Evento:	Exposição fotográfica em comemoração aos 45 anos de Brasília
	Local:	Espaço Cultural DDI
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	Superintendência do Patrimônio Cultural
	Imagens:	Cotas
11h00	Evento:	Reunião Extraordinária de Comissão de Economia e Planejamento, com a finalidade de apreciar e votar o Relatório de livre do Deputado Eli Correa Filho, ao PL nº 40/2005, de autoria do Senhor Governador, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011.
	Local:	Plenário Tiradentes
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	Comissão de Economia e Planejamento
	Evento:	CPI de REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, para apresentação do relatório final do relator, Deputado Hamilton Pereira.
	Local:	Plenário José Bonifácio
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	CPI REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES
13h00	Evento:	CPI de TELEFONIA, com a presença do Dr. Jonio Faigel - Presidente de ALCATEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., convocada para prestar esclarecimentos sobre as denúncias trazidas a este CPI pelo Doutor Meurício Del Trono Grosche, Delegado do Setor de Investigações Gerais de 2ª Seccional de Polícia Sul.
	Local:	Plenário Dom Pedro I
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	CPI de TELEFONIA
14h00	Evento:	CPI de GUERRA FISCAL, para tratar de assuntos de interesse de Comissão, para tratar de assuntos de interesse de Comissão.
	Local:	Plenário Tiradentes
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	CPI de GUERRA FISCAL
14h30	Evento:	Reunião de Comissão de Direitos Humanos. Objeto: eleição do Presidente de Comissão.
	Local:	Plenário José Bonifácio
	Público-alvo:	geral
	Solicitante:	Comissão de Direitos Humanos

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/doquery.asp?QueryString=dengue&l3.x=8&l3.y=6 - Windows Internet Explorer

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/doquery.asp?QueryString=dengue&l3.x=8&l3.y=6

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Brasileiro http://www.alerj.rj.g... camera.gov.br - Portal d... Alesp > Pesquisar Notícias

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Na audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa foram apresentados dados que demonstram a estagnação do sistema da saúde pública do Estado. A pesquisa da professora de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo Leal, relaciona o envelhecimento da população do Estado e a inércia da Saúde para acompanhar os problemas que isso acarreta, como o crescimento da populacional, o aumento de doenças e a falta de estrut...

http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp
Clique no link e leia mais...

Windows Live Messen... Adobe Photoshop analise dos sites 97 [...] planilha gov est - Micr... exec e legis http://www.alerj.rj.g... PT 15:56

Alesp > Pesquisa de Proposituras - Windows Internet Explorer

http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/BuscaSP?vgnextoid=edf5230a03a67110vgnVCM10000590014acRCD&method=searchExt&UTFEncoded=true&texto=dengue

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Brasileiro :: Assembléia Legislativa ... camera.gov.br - Portal d... Alesp > Pesquisa de P...

São Paulo, 7 de Maio de 2008 16ª Legislatura

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

MAPA DO PORTAL FALE CONOSCO BUSCA Escolha uma base de dados TV Web

Home > Processo Legislativo > Proposições > Proposições - Pesquisa

PROPOSIÇÕES - PESQUISA

Página Inicial
A Assembléia
Os Deputados
Processo Legislativo
Leis - Elaboração
Proposições
Sessões Plenárias
Votações no Plenário
Ordem do Dia
Pauta
Consolidação de Leis
Sessões - Pesquisa
Comissões
Administração da ALESP
Comunidade
Doc. e Informação

Pesquisa em Proposições e Documentos Relacionados

Informações ou consultas : pesquisajuridica@al.sp.gov.br

Data	Título	Autor	Etapas
23/04/2008	Indicação 792/2008 BRIGADA CONTRA A DENGUE	Luis Carlos Gondim	EXPEDIDO
23/04/2008	Parecer 0 - "Dispõe sobre a concessão de um salário mínimo mensal vitalício e intransferível, a título de indenização, às pessoas sobreviventes egressas dos asilos-colônias e sanatório do Estado de São Paulo, que sofreram internação compulsória em sanatório entre os anos de 1933 e 1986 para tratamento de hanseníase".	Rafael Silva	----- ----
19/04/2008	Moção 23/2008 apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido que Sua Excelência determine aos responsáveis do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a adoção das medidas que	Luis Carlos Gondim, Outros	COMISSÃO

Windows Live Messen... Adobe Photoshop analise dos sites 97 [...] exec e legis Alesp > Pesquisa de ... PT 15:19

camara.gov.br – Portal da Câmara dos Deputados - Windows Internet Explorer

http://www2.camara.gov.br/search?SearchableText=dengue

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Brasileiro Assenbléia Legislativa ... camara.gov.br – Port... Alesp > Pesquisar Notícias

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros.

Menu Principal Glossário | Mapa do Portal | Fale Conosco

camara.gov.br dengue Buscar

Você está aqui: [Página Inicial](#) >

Resultados da pesquisa no portal
67 documentos encontrados

Resultado da pesquisa em bases específicas

Projetos de Lei e outras proposições
363 documentos encontrados

Deputados em exercício
Nenhum documento encontrado

Agência Câmara de notícias
Nenhum documento encontrado

Jornal da Câmara
106 documentos encontrados

Rádio Câmara
249 documentos encontrados

TV Câmara
18 documentos encontrados

Iniciar Windows Live Messen... Adobe Photoshop analise dos sites 97 [...] mecanismos de busca camara.gov.br – Por... PT 15:42

Portal do Governo Brasileiro - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.gov.br/search

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda Google OK OK Favoritos 844 bloqueado Verificar Configurações Links

Pesquisa Avançada | Gov... Portal do Governo Bra... Portal do Governo do Est... http://www.alerj.rj.gov.br... Alesp camara.gov.br – Portal d...

Brasil República Federativa do Brasil **BRAZIL** UM PAÍS DE TODOS

Serviços Seleccione OK Mapa do site Fale com o Governo Busca Busca Seleccione OK Ajuda

O País | Governo Federal | Serviços | Transparência | Participação social | Notícias

Search results
Você encontrou o que estava procurando? Tente a busca avançada para opções de busca mais precisas.
75 items matching your criteria.

- Governo federal convoca Nordeste contra a dengue
- Governo federal convoca Nordeste contra a dengue
- Incidência de dengue entre crianças no Rio cai e fica igual à de adultos
- Campanha de Vacinação do Idoso começou neste sábado
- Marcha estreita relações entre governo e municípios
- Stand na conferência da educação básica alerta educador sobre medidas contra a dengue
- Saúde estuda criar Força Nacional de combate à dengue
- Combate à Dengue demonstra esforço das Forças Armadas, diz Jobim
- Hospitais de campanha no Rio já atenderam 10 mil pessoas, diz Jobim
- Hospital de campanha da Aeronáutica conclui primeira semana com 2.810 atendimentos

1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | Próximo >>

© 2005-2007 Governo Federal - Todos os direitos reservados.

http://www.brasil.gov.br/search Internet 100% 12:02

Iniciar Windows Live Messen... Portal do Governo Br... Adobe Photoshop Caixa de entrada - O... analise dos sites 97 [...] PT 12:02

Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Windows Internet Explorer

http://www.governo.rj.gov.br/busca.asp

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda Google

Pesquisa Avançada | Gov... Portal do Governo Brasileiro Portal do Governo do ... X http://www.alerj.rj.gov.br... Alesp camara.gov.br - Portal d...



GOVERNO DO Rio de Janeiro

ajuda | mapa do site

Bem-vindo.
Este é seu canal on-line com o Estado do Rio de Janeiro. Transparência, eficiência e serviços importantes na sua mão.

Palavra Pesquisada no Portal do Governo: dengue

Não foi encontrado nenhuma ocorrência para a palavra pesquisada. Tente novamente !

- Governo +
- Estado +
- Serviços +
- Notícias +
- Invista no Rio +
- Links Úteis +

- ▶ Governo Federal
- ▶ Municípios



DENUNCIE OS FOCOS DO MOSQUITO
0800-6000424



Erro na página. Internet 100%


Iniciar Windows Live Messen... Portal do Governo do... Adobe Photoshop Caixa de entrada - O... análise dos sites 97 [...]

Pesquisa | Brasil recebe o Papa em São Paulo | Governo do Estado de São Paulo - Windows Internet Explorer

http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/pesquisav.php?TxKeywords=dengue&opcaoFoto=foto&opcaoAudio=audio&tipobusca=1&Submit2=Buscar

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda Google

Pesquisa | Brasil receb... X Portal do Governo Brasileiro Portal do Governo do Est... X http://www.alerj.rj.gov.br... Alesp camara.gov.br - Portal d...



Portal do GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Home Mapa do Site Fale Conosco

Busca Avançada

SP NOTÍCIAS CONHEÇA SP AÇÕES DE GOVERNO ÓRGÃOS E ENTIDADES

CIDADÃO SP Investimentos SP

Home » Busca Avançada

Busca Avançada

199 documentos relacionados

Palavra-chave

Buscar





dengue

Busca

Foto Áudio

Resultado em SP Notícias

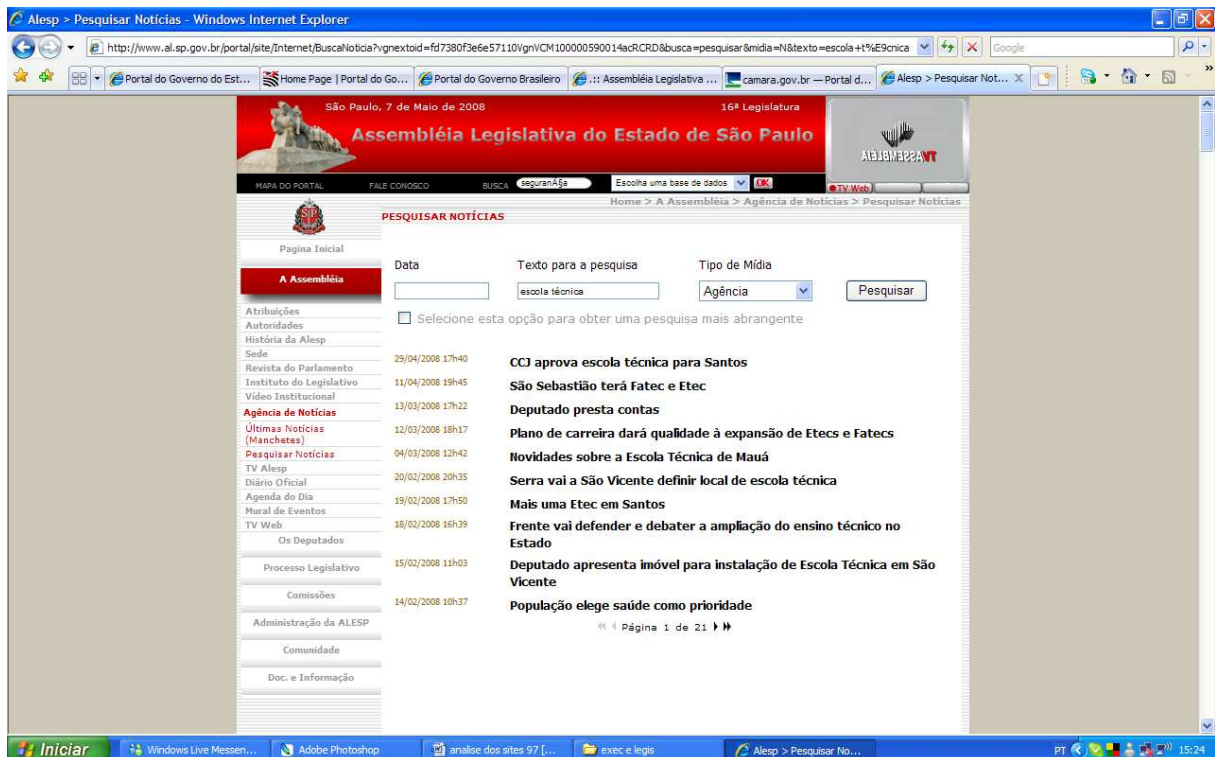
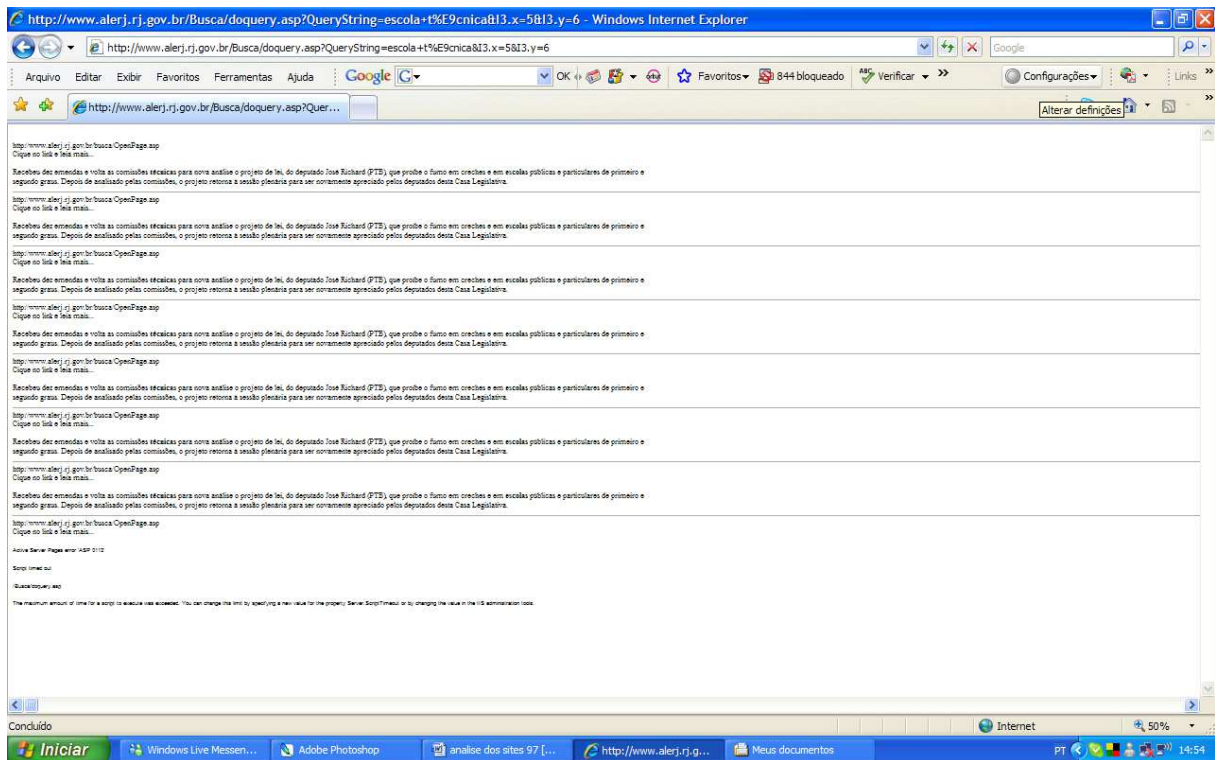
Fotos

 São Paulo mobiliza 20 mil agentes contra a dengue	 Ações em todo Estado marcam o dia estadual de combate à Dengue	 Chamada geral para o Dia "D" contra a dengue	 São Paulo pode sair na frente no desenvolvimento da vacina contra a
--	---	---	---

Últimas Notícias

http://www.saopaulo.sp.gov.br/ Internet 100%

Iniciar Windows Live Messen... Pesquisa | Brasil rece... Caixa de entrada - O... planilha gov est - Micr... análise dos sites 97 [...]



Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Windows Internet Explorer

http://www.governo.rj.gov.br/busca.asp

GOVERNO DO Rio de Janeiro

Bem-vindo. Este é seu canal on-line com o Estado do Rio de Janeiro. Transparência, eficiência e serviços importantes na sua mão.

Palavra Pesquisada no Portal do Governo: **escola técnica**

Informações
[Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAE TEC](#)

Governo +
 Estado +
 Serviços +
 Notícias +
 Invista no Rio +
 Links Úteis +
 Governo Federal
 Municípios

RIO CONTRA DENGUE
 DENUNCIE OS FOCOIS DO MOSQUITO
0800-6000424

SigeRio
 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Erro na página.

Windows Live Messen... Portal do Governo do... Adobe Photoshop Caixa de entrada - O... analise dos sites 97 [...

Pesquisa | Brasil recebe o Papa em São Paulo | Governo do Estado de São Paulo - Windows Internet Explorer

http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/pesquisav.php?TxKeywords=escolas+%E9tnicas&opcaoFoto=foto&opcaoAudio=audio&tipobusca=1&Submit2=Buscar

Portal do GOVERNO Governo do Estado de São Paulo PAULO

SP NOTÍCIAS CONHEÇA SP AÇÕES DE GOVERNO ÓRGÃOS E ENTIDADES

Busca Avançada

210 documentos relacionados

Palavra-chave
 Buscar
 escolas técnicas

Foto Áudio

Resultado em SP Notícias

Fotos

Serra anuncia construção de 3 Fatecs e 9 Etecs na Grande SP

Campo Limpo Paulista, Santana de Parnaíba e Caleiras vão ganhar Etecs

Últimas Notícias

Windows Live Messen... Pesquisa | Brasil rece... Caixa de entrada - O... planilha gov est - Micr... analise dos sites 97 [...

camara.gov.br – Portal da Câmara dos Deputados - Windows Internet Explorer

http://www2.camara.gov.br/search?SearchableText=seguran%C3%A7a

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Brasileiro Assembleia Legislativa ... camara.gov.br – Port... Alesp > Pesquisar Notícias

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros.

Menu Principal Você está aqui: **Página Inicial** >

camara.gov.br

Resultados da pesquisa no portal
941 documentos encontrados

Resultado da pesquisa em bases específicas

Projetos de Lei e outras proposições
Nenhum documento encontrado

Deputados em exercício
Nenhum documento encontrado

Agência Câmara de notícias
Nenhum documento encontrado

Jornal da Câmara
Nenhum documento encontrado

Rádio Câmara
1 documentos encontrados

TV Câmara
1 documentos encontrados

Windows Live Messen... Adobe Photoshop análise dos sites 97 [...] mecanismos de busca camara.gov.br – Por... PT 15:50

Portal do Governo Brasileiro - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.gov.br/search

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Bra... Assembleia Legislativa ... camara.gov.br – Portal d... Alesp > Pesquisar Notícias

Brasil República Federativa do Brasil **BRS** UM PAÍS DE TODOS

Serviços Seleccione OK Mapa do site Fale com o Governo Busca Busca Seleccione OK Ajuda

O País | Governo Federal | Serviços | Transparência | Participação social | Notícias

Search results
Você encontrou o que estava procurando? Tente a busca avançada para opções de busca mais precisas.
1181 items matching your criteria.

- Operação da PF reduz em 80% desmatamento na Amazônia
- Temporão: Brasil tem epidemia de cesarianas
- Reservatórios cheios permitem desligar térmicas
- Territórios da Cidadania destina R\$ 704 milhões para combate à pobreza rural
- Começa Chamada de Projetos 2008 para assistência técnica
- Palestra aborda agricultura familiar e produtos diferenciados
- Demanda interna faz crescer mercado de trabalho com carteira assinada
- Carteira de trabalho eletrônica é mais ágil e transparente para garantir direitos
- 1º de Maio, festa do trabalhador
- BNDES amplia para R\$ 8 milhões recursos para preservação de acervos

1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | Próximo >>

© 2005-2007 Governo Federal - Todos os direitos reservados.

Windows Live Messen... Adobe Photoshop análise dos sites 97 [...] mecanismos de busca Portal do Governo Br... PT 15:43

Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Windows Internet Explorer

http://www.governo.rj.gov.br/busca.asp

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda Google

Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Bem-vindo.
Este é seu canal on-line com o Estado do Rio de Janeiro. Transparência, eficiência e serviços importantes na sua mão.

Palavra Pesquisada no Portal do Governo: *segurança*

Informações
[Centro de Referência de Segurança e Crimes Ambientais - CRESCA](#)
[Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - CONSPERJ](#)
[Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA](#)
[Escola de Inteligência de Segurança Pública - ESISP](#)
[Fundo Especial da Secretaria de Segurança Pública - FUNESSP](#)
[Instituto de Segurança Pública - RIOSEGURANCA - ISP](#)
[Secretaria de Estado de Segurança - SESEG](#)

Serviços
 Incidências de criminalidade - [www.isp.rj.gov.br/](#)
 ISP Instituto de Segurança Pública - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho
[www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=44](#)
 SESEG Secretaria de Estado de Segurança - Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS
[www.seguranca.rj.gov.br](#)
 SESEG - Secretaria de Estado de Segurança - [www.seguranca.rj.gov.br/seseg/site/ouvidoriadapolicia/content.asp?secao_id=30](#)

Gov +
Estad +
Serviç +
Notíc +
Invista no Rio +
Links Úteis +
 Governo Federal
 Municípios

RIO CONTRA DENGUE
 DENUNCIE OS FOCOS DO MOSQUITO
0800-6000424

SigeRio
 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Erro na página.

Internet 100%

Iniciar Windows Live Messen... Portal do Governo do... Adobe Photoshop Caixa de entrada - O... análise dos sites 97 [...

Portal do Governo Brasileiro - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.gov.br/search

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda Google

Portal do Govern... Portal do Governo d... http://www.alerj.rj... Alesp camara.gov.br - Po... UOL - O melhor cont...

Brasil
 República Federativa do Brasil

Serviços Seleccione OK Mapa do site Fale com o Governo Busca Busca Seleccione OK Ajuda

O País | Governo Federal | Serviços | Transparência | Participação social | Notícias

Resultados da busca
 Você encontrou o que estava procurando? Tente a busca avançada para opções de busca mais precisas.
1180 itens atendem ao seus critérios.

- Temporão: Brasil tem epidemia de cesarianas
- Reservatórios cheios permitem desligar térmicas
- Territórios da Cidadania destina R\$ 704 milhões para combate à pobreza rural
- Começa Chamada de Projetos 2008 para assistência técnica
- Paqueta aborda agricultura familiar e produtos diferenciados
- Demanda interna faz crescer mercado de trabalho com carteira assinada
- Carteria de trabalho eletrônica é mais ágil e transparente para garantir direitos
- 1º de Maio, festa do trabalhador
- BNDEx amplia para R\$ 8 milhões recursos para preservação de acervos
- Pró-Defesa destinará R\$ 6 milhões para projetos e pesquisas na área da Defesa Nacional

1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | Próximo >

© 2005-2007 Governo Federal - Todos os direitos reservados.

Internet 100%

Iniciar Windows Live Messen... Portal do Governo Br... Adobe Photoshop Caixa de entrada - O... análise dos sites 97 [...

Participación Popular – Portal da Câmara dos Deputados - Windows Internet Explorer

http://www2.camara.gov.br/espanol/participacionpopular.html

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros.


Menu Principal

Câmara de los Diputados

Você está aqui: [Página Inicial](#) » [Câmara de los Diputados](#) » [Participación Popular](#)

Conozca la Cámara
Visite la Cámara
Participación Popular

**COMISSION DE LEGISLACION PARTICIPATIVA
UN NUEVO MODO DE EJERCER SU CIUDADANIA**



La Comisión Permanente de Legislación Participativa/CLP de la Cámara de los Diputados, fue creada en 2001 para que personas como usted, reunidas en asociaciones, organizaciones, entidades, sindicatos, universidades, escuelas, puedan participar directamente de la producción de las leyes en nuestro país.

A partir de las demandas y necesidades de su vida real y cotidiana, las entidades organizadas de la sociedad civil pueden presentar a la Comisión de Legislación Participativa sugerencias legislativas, dictámenes técnicos, estudios y exposiciones sobre cuestiones de interés legislativo, en un ejercicio permanente y actual de la democracia.

- ¿Quién puede presentar sugerencias legislativas?
- ¿Cuáles documentos son necesarios?
- ¿Cuáles sugerencias legislativas pueden ser presentadas?
- ¿Cómo encaminar las sugerencias legislativas?

NO DEJE DE PARTICIPAR

La CLP es su puerta de acceso al sistema de producción de las normas y leyes del País. Por su intermedio, usted lleva directamente al Parlamento sus opiniones y sugerencias sobre los problemas y necesidades de la vida real. Es juntando esfuerzos que vamos a conseguir aproximar la sociedad de sus representantes.


Inicio | Adobe Photoshop | análise dos sites 97 [...] | planilha gov est - Micr... | Participación Popular ... | Caixa de entrada - O... | PT | 16:44

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros.

Menu Principal

Você está aqui: [Página Inicial](#) » [Comissões](#) » [COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL](#)

CAPADR pelo Brasil



Brasília - 02/05/08 - Parlamentares da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural fizeram encontro no Agrishow dia 01/05/08, em Ribeirão Preto - SP e na Expozebu dia 02/05/08, em Uberaba - MG.

Para mais informações acesse:
www.plantandoinformacoes.blogspot.com

Notícias

- 22/04/2008 - Endividamento: Ministro Stephanes pode apresentar minuta de MP na quarta
- 04/03/2008 - Deputado Onyx Lorenzoni estabelece prioridades para Agricultura
- 16/10/2007 - Produção de arroz pode crescer em 10 milhões de toneladas
- 16/10/2007 - Embaixador da Grécia visita Comissão de Agricultura
- 03/10/2007 - Ministros entregam à Comissão nova Agenda de Trabalho

Reuniões

13/5/2008 14h	Audiência Pública - Plenário 5 do Anexo II	Confirmada	Verificar
14/5/2008 10h	Reunião Deliberativa Ordinária - Plenário 6 do Anexo II	Confirmada	Verificar
20/5/2008 14h30	Audiência Pública - Plenário 06 do Anexo II	Confirmada	Verificar
27/5/2008 14h30	Audiência Pública - Plenário 6 do Anexo II	Confirmada	Verificar
3/6/2008 14h30	Audiência Pública - Plenário 6 do Anexo II	Confirmada	Verificar

Destaque

- Letra e Boletim AGRORIFORME
- PL 2.092/07 - Dívidas Rurais
- Defensivos Genéricos
- Clipping do Agronegócio
- Relatório na CAPADR
- Informações Orçamento 2008
- Renegociação de Dívidas - CBN

Internet | 75%

Legislação em Áudio – Portal da Câmara dos Deputados - Windows Internet Explorer

http://www2.camara.gov.br/acessibilidade/constitucaoaudio.html

Portal do Governo do Est... Home Page | Portal do Go... Portal do Governo Brasileiro :: Assembleia Legislativa ... Legislação em Áudio ... Alesp

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros.

Menu Principal

Você está aqui: **Página Inicial** > **Acessibilidade no Portal** > Legislação em Áudio

Acessibilidade no Portal

Constituição Federal

- Integra da Constituição Federal - até a Emenda Constitucional nº 56/2007. (Tamanho: 497 MB)
- Lista de artigos

Para facilitar o download do áudio integral, o dividimos em 5 partes, com aproximadamente 100 megabytes cada. Se preferir, baixe isoladamente os arquivos:

- Arquivo 1 - do Sumário até o artigo 37
- Arquivo 2 - do artigo 38 até o artigo 100
- Arquivo 3 - do artigo 101 até o artigo 158
- Arquivo 4 - do artigo 159 até o artigo 250
- Arquivo 5 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Legislação sobre o Idoso & Acessibilidade
(Lei 10.741/2003, Decreto 5.934/2006, Lei 10.048/2000, Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004 e Decreto 5.645/2005)

- Integra
- Sumário

Caso você queira baixar cada uma das leis separadamente, utilize os arquivos abaixo.

Legislação sobre o Idoso

Lei nº 10.741 de 2003 - Estatuto do Idoso

- Integra
- Lista de artigos

Decreto nº 5.934 de 2006

- Integra
- Lista de artigos

Legislação sobre Acessibilidade

Destaques

Instruções para geração de CD da Legislação em Áudio

Apresentação

- Textos Eletrônicos
- Guia Legal - Portadores de deficiência visual
- Outros Portais
- Bibliografia
- Legislação em Áudio
- Comissão Geral para debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência

Inicio

Adobe Photoshop análise dos sites 97 [...] planilha gov est - Micr... Legislação em Áudio ... Caixa de entrada - O...

PT 16:51

Parlamento Juvenil :: - Windows Internet Explorer

http://www.parlamento-juvenil.rj.gov.br/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Parlamento Juvenil ::

PARLAMENTO JUVENIL Uma Escola de Democracia

Parlamento Juvenil Histórico Notícias Galeria de Fotos Projetos de Lei Parlamentares Vídeos Blogger Chat Opinião

Últimas notícias

01/03/2008
FAETEC ABRE A DISPUTA PELAS VAGAS DA QUARTA EDIÇÃO DO PARLAMENTO JUVENIL
Com 42 estudantes inscritos, iniciou-se, nesta segunda-feira (28/04/2008), o primeiro turno das elei ...

15/04/2008
ESQUENTA O CLIMA DE COMPETIÇÃO NA FAETEC
As Unidades Educacionais da FAETEC entraram em massa na 4ª Edição do Parlamento Juvenil. São 9 Unida ...

14/04/2008
COLÉGIO APLICAÇÃO ENTRA FIRME NO PARLAMENTO JUVENIL
Colégio Aplicação entra firme no Parlamento Juvenil O tradicional Colégio Aplicação da UERJ, uma ...

02/04/2008
PESQUISADORA SUZANA KAHN FALA SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
Entrevista:Suzana Kahn por Flor Jacq assessora da Superintendênc ...

19/02/2008
AQUECIMENTO GLOBAL É TEMA NA REUNIÃO DO PARLAMENTO JUVENIL

GALERIA DE FOTOS

Mande suas fotos sobre os melhores momentos do Parlamento Juvenil que nós publicaremos aqui.

No momento não há destaque!

-Veja os melhores momentos

FORUM DE DEBATES

Virtualmente você pode participar dos debates sobre os assuntos que podem virar projetos dos parlamentares do Parlamento Juvenil.

-Veja mais

CHAT

Virtualmente você pode participar dos debates sobre os assuntos que podem virar projetos dos parlamentares do Parlamento Juvenil.

-Veja mais

DISCURSOS DOS PARLAMENTARES

Aqui você pode acessar os discursos do parlamentar juvenil da sua cidade e dos demais parlamentares juvenis de nosso Estado.

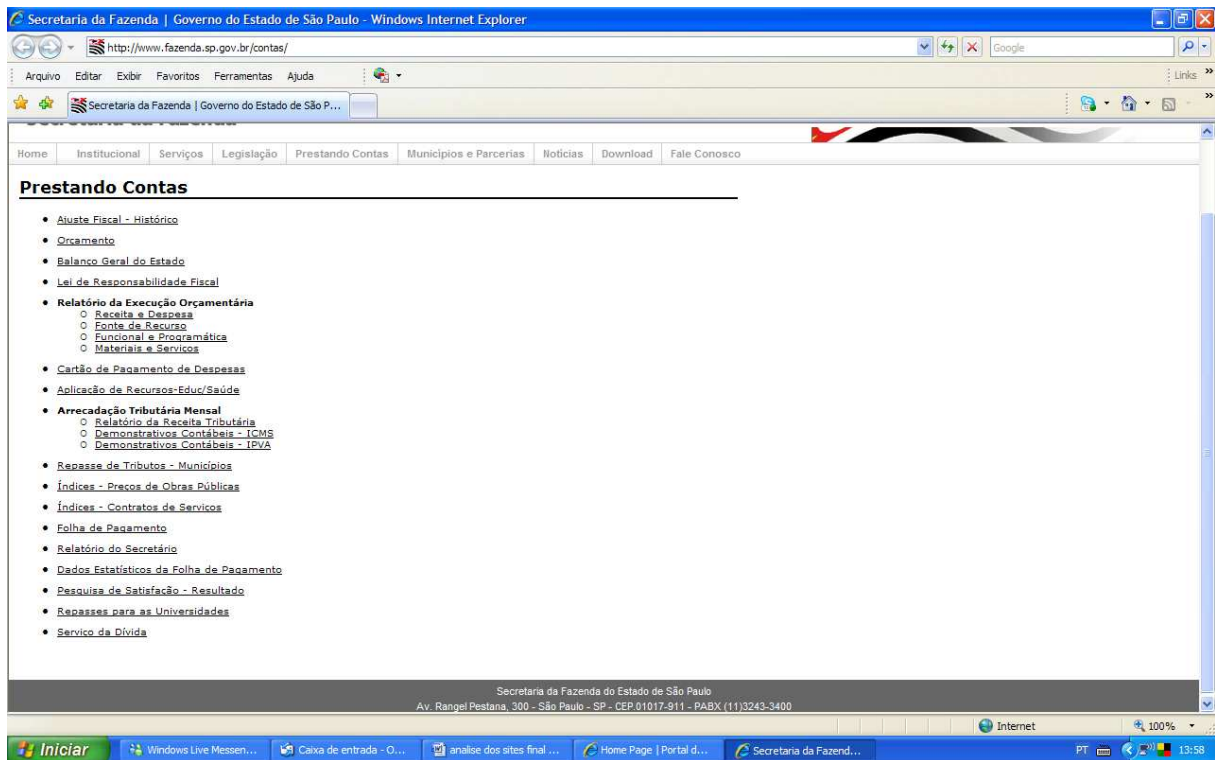
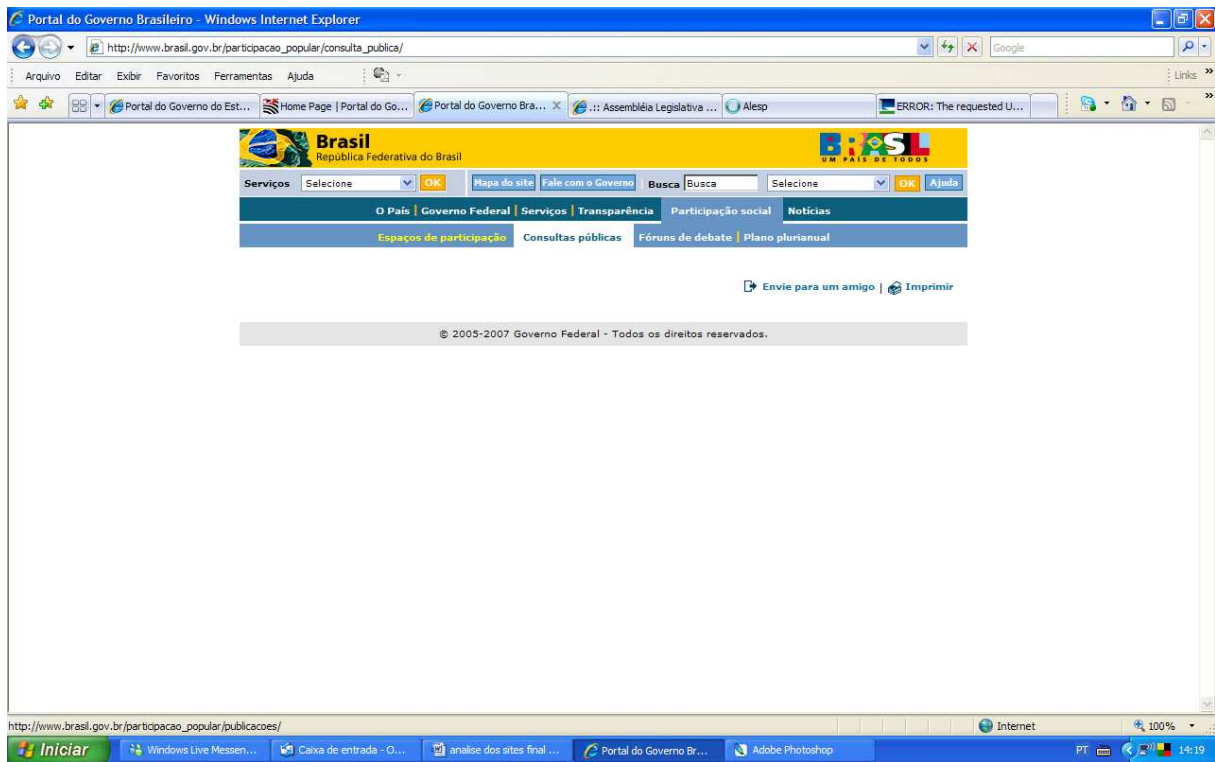
Concluido

Inicio

Windows Live Messen... Caixa de entrada - O... análise dos sites final ... Assembleia Legisla... Parlamento Juvenil ... Adobe Photoshop

Internet 100%

PT 15:10



Portal do Governo Brasileiro - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.gov.br/servicos/paracidadao/index_servicosProc/categoriaservico.2004-07-30.6371316151/180/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

camara.gov.br - Po... Portal do Governo d... Home Page | Portal d... Portal do Govern... x Alesp :: Assembleia Legisl...

Brasil
República Federativa do Brasil

Serviços Seleciona Mapa do site Fale com o Governo Busca Busca Seleciona Ajuda

O País | Governo Federal | Serviços | Transparência | Participação social | Notícias

Para cidadão | Para empresa | Sua vida | Áreas de interesse | Ordem alfabética

Serviços » Para cidadão » Documentos » Carteira de Identidade

Todos os serviços serão apresentados em novas janelas do seu navegador

Nenhum serviço foi encontrado.

Total: 0 itens | Pág. 1

[Envie para um amigo](#) | [Imprimir](#)

© 2005-2007 Governo Federal - Todos os direitos reservados.

Concluído

Iniciar Portal do Govern... analise dos sites ... planilha gov est - ... Adobe Photoshop Caixa de entrada ... Nelsinho Carlos Aguiar - Co... PT 16:50

Anexo 7 – Potencialidade do Brasil no uso da Internet

Sábado, 1 setembro de 2007

edições
anteriores

ECONOMIA & NEGÓCIOS

[ÍNDICE GERAL](#) | [ÍNDICE DA EDITORIA](#) | [ANTERIOR](#) | [PRÓXIMA](#)

Brasil é 4º no mundo em vendas de computadores

Segundo números da empresa de pesquisas IDC, a demanda aquecida por notebooks é um dos motivos do crescimento do País no ranking

O aumento da procura por notebooks ajudou o Brasil a saltar da sétima para a quarta posição no ranking mundial de vendas de computadores no segundo trimestre, segundo dados da empresa de pesquisa IDC. Com o incentivo da redução de juros nos financiamentos e do aumento nos prazos de pagamento, o volume de vendas de computadores cresceu cerca de 20% no segundo trimestre em relação ao mesmo período de 2006, chegando a 2,1 milhões de unidades, somando desktops e notebooks. Entre 2004 e 2006, o Brasil havia estacionado na oitava colocação do ranking de venda de computadores.

Mas, apesar do crescimento verificado este ano, a IDC não aposta que o mercado brasileiro galgue novas posições diante da força dos primeiros colocados: Estados Unidos, China e Japão. Para este ano, a estimativa da companhia é de vendas de 9 milhões de computadores no Brasil, volume 25 % acima do registrado em 2006.

“Mesmo nas previsões mais otimistas, é difícil pensar em igualar ou até passar os outros países, pois enquanto o Brasil vende 2,1 milhões, o Japão vendeu 3,1 milhões num trimestre considerado fraco, e os resultados da China e dos Estados Unidos foram, respectivamente, de quase 7 milhões e 16 milhões no mesmo período”, disse o analista-sênior da IDC, Reinaldo Sakis.

As vendas apenas de notebooks no segundo trimestre superaram as expectativas, com 300,4 mil unidades. No primeiro trimestre, foram vendidos 227,6 mil computadores portáteis. Já as vendas de computadores de mesa foram de 1,864 milhão de unidades, 8% maior que as vendas do primeiro trimestre do ano. A maior concentração de vendas nesse segmento acontece porque os consumidores preferem ter um equipamento mais poderoso em casa pelo preço que pagariam por uma máquina portátil com configuração menor.

Em levantamento divulgado no início de junho, o Centro de Tecnologia da Informação Aplicada da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo identificou aumento na informatização no País. Segundo o estudo, o Brasil possui cerca de 40 milhões de computadores em uso. Em 2006, esse número era de 36,4 milhões.

<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/09/01/eco-1.93.4.20070901.69.1.xml> - acesso em 06/02/2008

Brasil já é o sexto maior usuário da internet

Segundo a ONU, 39 milhões de pessoas acessam a web no País

Jamil Chade

O Brasil é o sexto maior usuário de internet no mundo em termos de total de população que acessa a rede. Os dados foram divulgados ontem pela Organização das Nações Unidas (ONU) às vésperas da conferência que ocorrerá no Rio de Janeiro na semana que vem e que discutirá o futuro da internet.

O Brasil espera que o encontro sirva para redefinir a administração da rede e que as decisões sobre o controle da internet não se limitem apenas a uma entidade americana, a ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, organização que gerencia os padrões técnicos e a distribuição de endereços para os sites da internet).

Segundo os dados da ONU, 39 milhões de pessoas são usuárias da rede mundial de computadores no Brasil. O País supera o Reino Unido, França e Itália no total de internautas.

A liderança é dos Estados Unidos, com 210 milhões de usuários. A China vem em segundo lugar, com 162 milhões. No Japão são 86 milhões, contra 50 milhões na Alemanha e 42 milhões na Índia.

Segundo a ONU, hoje são 1,2 bilhão de pessoas com acesso à rede em todo o mundo. Isso significa que mais de um sexto da população do planeta já conta com a tecnologia, ainda que a distribuição seja desigual. Há dez anos, eram 70 milhões.

Apesar da posição brasileira, em termos percentuais o País ainda está distante dos líderes, com apenas 21% da população conectada, contra 69% nos Estados Unidos.

Mas, ainda assim, a posição de destaque do Brasil repercute no número de usuários que usam o português em suas comunicações na rede. Segundo a ONU, a língua é a 7ª mais usada na Internet, superando inclusive o árabe, uma das línguas oficiais das Nações Unidas. O inglês é a língua mais usada na rede, com 365 milhões de usuários, ante 184 milhões em chinês e 101 milhões em espanhol.

SOBERANIA

Apesar de China, Índia e Brasil já contarem com um número significativo de internautas, a realidade é que politicamente esses países ainda dependem de decisões que são tomadas sem que sejam consultados.

No 2º Fórum de Governança da Internet, evento que ocorre no Rio de Janeiro de 12 a 15 de novembro, a esperança do governo é de começar a reverter esse cenário, propondo algum mecanismo para que os governos sejam ouvidos nas decisões relativas à Internet.

Os EUA, porém, rejeitam qualquer tipo de mudança mais profunda na gestão da rede, temendo perder o controle e ainda permitir que países não-democráticos tentem censurar certos conteúdos.

Mas para Markus Kummer, coordenador do evento, dificilmente a reunião do Rio de Janeiro conseguirá modificar o atual cenário.

“As posições de cada governo e ator são conhecidas e não vejo como isso possa ser mudado por enquanto”, disse Kummer. Segundo a ONU, a reunião trará ao Rio aproximadamente 2 mil pessoas.

<http://www.estado.com.br/editorias/2007/11/03/eco-1.93.4.20071103.25.1.xml> - acesso em 06/02/2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)